

O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

**Hierarquias e desigualdades,
políticas públicas e estudos urbanos**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor: Hidelbrando dos Santos Soares

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: Ana Paula Ribeiro Rodrigues

Diretora do Centro de Humanidades: Adriana Maria Duarte Barros

Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados: José Joaquim Neto Cisne

Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Preciliana Barreto de Moraes

REVISTA O PÚBLICO E O PRIVADO

Editor: Roberto Marques

Editora Emérita: Maria Glauécia Mota Brasil

Editor Assistente: Geovani Jacó de Freitas

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Marco Antonio Vasconcelos

Conselho editorial:

Abdelhafid Hammouche, Université Lille 1

Adalberto Moreira Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia

Daniel Cefai, École des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Eduardo Diatary Bezerra de Menezes, Universidade Federal do Ceará

Elísio Estanque, Universidade de Coimbra

Francilene dos Santos Rodrigues, Universidade Federal de Roraima

Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará

Isabel Lustosa da Costa, Fundação Casa de Rui Barbosa

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará

José Alfredo Zavaleta Betancourt, Universidad Veracruzana, México

José Jorge Pessanha Santiago, Université Lumière Lyon 2

José Machado Pais, Universidade de Lisboa

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Mauricio Castro Domingues da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Leticia Maria Schabbach, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lila Cristina Xavier Luz, Universidade Federal do Piauí

Lilia Maia de Moraes Sales, Universidade de Fortaleza

Luiz Jorge Wernek Viana, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Manoel Domingos Neto, Universidade Federal do Ceará

Marcelo Parreira do Amaral, Universidade de Münster, Alemanha

Marcos Luiz Bretas, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Alejandra Otamendi, Universidade de Buenos Aires

Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Maria José Aquino Teisserenc, Universidade Federal do Pará

Maria Ozanira Silva e Silva, Universidade Federal do Maranhão

Maria Stela Grossi Porto (*In Memoriam*), Universidade de Brasília

Mariano Fernandez Enguita, Universidad Complutense de Madrid

Conselho editorial (cont.):

Miguel Alberto Bartolome, Instituto Nacional de Antropologia e História do México

Milena Fernandes Barroso, Universidade Federal do Amazonas

Paulo Filipe Monteiro, Universidade Nova de Lisboa

Pedro Demo, Universidade de Brasília

Perla Orquídea Fragoso Lugo, Ciesas Penisular, Ycatan-México

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ronald Chilcote, University of California

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Susana Durão, Universidade Estadual de Campinas

O periódico **O Público e o Privado** é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de periodicidade quadrimestral (a partir de 2020). Destina-se a publicar e divulgar trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros com relevância e inserção na produção de conhecimentos teóricos e empíricos na área das Ciências Humanas e Sociais.

O periódico tem como objetivo promover a produção e a socialização do conhecimento acadêmico por meio da publicação de artigos temáticos, artigos de fluxo contínuo, entrevistas, traduções, relatórios de pesquisas e resenhas. Além disso, busca incentivar a criação, manutenção e ampliação de redes entre pesquisadores de Universidades nacionais e internacionais.

Endereço para correspondência

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60.740-903

Telefone: (85) 3101.9887 • E-mail: ppgs@uece.br • Site: <http://www.uece.br/ppgsociologia/>

Submissão de trabalhos

A submissão de trabalhos deve ser feita por meio do endereço eletrônico

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado>

Publicação indexada em:

Portal de periódicos da UECE – <https://revistas.uece.br>

Latindex – www.latindex.unam.mx

Sumários de Revistas Brasileiras – www.sumarios.org

Portal de Periódicos da CAPES – www.periodicos.capes.gov.br

FICHA CATALOGRÁFICA

O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral (quadrimestral de 2020 a 2022).

Conteúdo: ano 20, n.43, Set/Dez, 2022.

1. Humanidades e Ciências Sociais

E-ISSN 2238-5169

CDD 320.000

Sumário

EDITORIAL	7
ARTIGOS / ARTICLES	
O corpo e a intelectualidade negra desvencilhados do etnocentrismo branco	11
<i>The black body and intellectuality disengaged from white ethnocentrism</i>	
Ozaias da Silva Rodrigues, Nádia Amaro do Carmo	
Cuidado infantil e análise de redes sociais: uma proposta teórico-metodológica relacional	31
<i>Childcare and Social Network Analysis: a Relational Methodological Approach</i>	
Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia	
A Teoria Sociológica Clássica e a análise de Políticas Públicas: o “Estado em ação” em Marx, Durkheim e Weber	59
<i>Classical sociological theory and public policy analysis: the “State in action” in Marx, Durkheim and Weber</i>	
Matheus Boni Bittencourt	
Entre a tradição e a modernidade do poder familiar na política municipal: o caso de José Bernardo Ortiz em Taubaté – SP	89
<i>Between tradition and modernity of family power in municipal politics: the case of José Bernardo Ortiz in Taubaté – SP</i>	
Matheus de Moura Juliano Brito	
A dimensão escolar do ENEM: Estudo de caso comparado entre duas escolas estaduais de Londrina/PR	119
<i>ENEM’s school dimension: Comparative case study between two public schools in Londrina/PR</i>	
David Pohl, Illeizi Fiorelli Silva	

Serviço Social e a humanização do atendimento em saúde: desafios e possibilidades no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra	147
<i>Social Service and the humanization of health care: challenges and possibilities at the University Hospital of the Federal University of Maranhão – Presidente Dutra Unit</i>	
Glauciane Borges Mendes, Mariana Cavalcanti Braz Berger	
Para quem são estruturadas as cidades? Reflexões sobre o impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade	171
<i>Who are cities structured for? Reflections on the impact of neoliberal urbanism on the materialization of the right to the city</i>	
Juliany Siqueira Rhein	
O Edifício Taperinha no imaginário de Santa Maria, RS: uma associação através de cartões-postais da cidade	209
<i>The Taperinha Building in the imaginary of Santa Maria, RS: an association through the city postcards</i>	
Ana Júlia Scortegagna Social	
ENTREVISTA / INTERVIEW	
Olhar sobre as frestas da cidade: entrevista com Thiago Allis	237
<i>Gaze through the cracks in the city: interview with Thiago Allis</i>	
Camila Maria dos Santos Moraes, Frank Andrew Davies	
RESENHA / REVIEW	
Tramas etnográficas encarnadas da pesquisa em prisões	261
Vanessa Sander	

EDITORIAL

Em seu número 43, a revista *O público e o privado* leva a público uma miscelânea de artigos centradas em três eixos bastante relevantes na produção do conhecimento em ciências sociais e áreas afins do campo de humanidades e estudos sociais aplicados. Descreveremos aqui brevemente esses artigos apontando algumas de suas possíveis conexões entre si e com contribuições recentes da revista para esses debates.

A seção *Artigos* inicia com o texto bibliográfico *O corpo e a intelectualidade negra desvencilhados do etnocentrismo branco*, de Ozaias da Silva Rodrigues e Nádia Amaro do Carmo. A partir de contribuições em áreas diversas da produção intelectual, tais como história; antropologia; sociologia e outros, debate tensões marcadas pela expressão racial na percepção de capacidades e circulações sociais hierarquizadas entre negros e brancos. O debate priorizado pelo autor e autora retoma antinomias como: corpo e intelecto ou sensualidade e espírito, tais como conduzidas na civilização ocidental e notadamente no Brasil. Além de perpetuar lugares sociais estereotipados para experiências de pessoas diversas considerando apenas a leitura de fenótipos raciais, tais oposições evidenciariam um projeto específico de nação, apoiado na desigualdade e hierarquização de corpos racializados. Aponta ainda uma produção contra hegemônica insurgente de intelectuais negras e negros que produzem conhecimento com e a partir de seus corpos e lugares sociais. O artigo retoma debates presentes na revista *O público e o privado* no número temático da edição 41, *Do racismo estrutural às lutas antirracistas: resistências negras no Brasil*, organizado por Renata Gonçalves e Maria Zelma de Araújo Madeira. Artigos presentes nas edições 41 e 42 também revisitam as relações entre corpo e intelectualidade, bem com a presença de migrantes advindos do continente africano no Brasil, suas formas de associação e combate à violência racial.

A seção segue com o artigo *Cuidado infantil e análise de redes sociais: uma proposta teórico-metodológica relacional*, de Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia. A partir de revisão bibliográfica sobre o cuidado realizado em ajudas mútuas, coletivos de bairro e circulação de crianças, o artigo propõe a

metodologia *análise de redes sociais* (ARS), como modo de compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado infantil cotidiano. Como aponta a autora no artigo aqui apresentado:

Em um contexto de déficit da provisão estatal como o brasileiro, a mobilização que os indivíduos fazem dos seus laços pessoais para satisfazer as necessidades de cuidado cotidianas tem especial destaque, favorecendo a aplicação de abordagens metodológicas relacionais, capazes de captar os processos dinâmicos de mobilização das relações sociais das cuidadoras.

O artigo aponta assim interfaces dos temas família, gênero e políticas públicas, em sua relação com a noção de cuidado, tão relevante para a análise de desigualdades de gênero. Ao acenar para a relação entre cuidado e políticas públicas, o artigo introduz os debates que se avizinham nessa edição da revista.

Em *A Teoria Sociológica Clássica e a análise de Políticas Públicas: o "Estado em ação" em Marx, Durkheim e Weber*, Matheus Boni Bittecourt retoma três teóricos clássicos da Sociologia para pensar como suas obras podem ser relidas em função das preocupações contemporâneas com as Políticas Públicas. O artigo é seguido por um estudo de caso da trajetória de um político advindo de um ramo familiar considerado tradicional na política local da cidade de Taubaté-sp. Nesse artigo, Matheus de Moura Juliano Brito mostra como, ao longo da trajetória de José Bernardo Ortiz, a demanda de vínculos institucionais e não institucionais distintos aponta a necessidade de refinar debates pautados na oposição entre política tradicional e política moderna. ˆ

O artigo *A Dimensão escolar do ENEM: estudo de caso comparado entre duas escolas estaduais de Londrina/PR*, de David Pohl e Ileizi Fiorelli Silva, compara distintas apropriações da política de ingresso ao ensino superior conhecida como Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em duas escolas com disparidade em níveis de prestígio na cidade de Londrina. A partir da abordagem neoinstitucional, observa diferentes graus de motivação dos agentes envolvidos nessa política educacional específica em cada escola.

A contribuição de Glauciane Borges Mendes e Mariana Cavalcanti Braz Berger para esse número da revista discute desafios e possibilidades dos/as assistentes sociais apoiarem e consolidarem a política de saúde conhecida como Política Nacional de Humanização (PNH) no Hospital Universitário da

Universidade Federal do Maranhão - Unidade Presidente Dutra (HUUFMA-UPD). O artigo retoma a interface entre Ciências Humanas e Estudos Sociais Aplicados em sua atuação profissional junto a políticas públicas, notadamente as de saúde, tal como debatido ao longo do dossiê *Humanidades em Saúde: Diversidades e Convergências Disciplinares*, do número 31 da O Público e o privado.

Os artigos que seguem confluem debates acerca dos estudos urbanos. Em *Para quem são estruturadas as cidades? Reflexões sobre o impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade*, Juliany Siqueira Rhein analisa a obra de recuperação ambiental e urbanização do bairro periférico Seminário, no município do Crato/CE, financiada com recursos advindos de convênio realizada entre o governo do estado e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Analisa as ações necessárias para implementação do projeto e esboça seu impacto na vida das famílias realocadas para que essa iniciativa de como saneamento básico, estabilidade do solo, limpeza pública e criação de área de lazer e esporte pudesse ser realizada.

Em seguida, Ana Júlia Scortegagna Social debate a presença do edifício Taperinha no imaginário urbano da cidade Santa Maria. Para tanto, a autora se utiliza cartões postais da cidade na tentativa de compreender como a cidade era vista e interpretada em diferentes épocas, através dos elementos que neles retratados. O eixo de estudos urbanos da edição 43 é finalizado com *Entrevista* realizada com o livre docente e professor associado do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Thiago Allis. A entrevista realizada por Camila Maria dos Santos Moraes e Frank Andrew Davies aponta para o que chamam de “tópicos ocultos” do fenômeno do turismo, tais como: a relação entre turistas e moradores, os impactos da adoção do modelo de negócio da Airbnb (airbnbzação) na dinâmica imobiliária urbana, entre outros.

E, por fim, Vanessa Sander nos apresenta a *Resenha* do livro *Travestilidades aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará*, de autoria de Francisco Elionardo de Melo Nascimento. A pesquisa fundamenta sua dissertação, orientada pelo professor Roberto Marques, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do

Ceará aproxima debates diversos tais como: direitos humanos, estudos prisionais, gênero e sexualidade, performatividades de gênero e conflitos urbanos. Inspira ainda interessados em estudos prisionais ao apontar inovações teórico-metodológicas para o campo.

Assim, os três eixos que constituem a edição 43 da revista, a saber: *hierarquias e desigualdades; políticas públicas e estudos urbanos* convidam para reflexões bastante relevantes em diversos campos de saber e ação no mundo contemporâneo. Desejamos a todos, todas e todes boa leitura!

Os editores

O corpo e a intelectualidade negra desvencilhados do etnocentrismo branco

The black body and intellectuality disengaged from white ethnocentrism

**Ozaias da Silva Rodrigues¹,
Nádia Amaro do Carmo²**

1. Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) <https://orcid.org/0000-0003-2834-4318> **ozaiasufc@gmail.com**

2. Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE) e Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família da Universidade Estadual do Ceará (NUAFRO/UECE) <https://orcid.org/0000-0002-2121-4222> **nadiamaro2014@gmail.com**

Resumo: O presente ensaio versa sobre as noções de corpo, intelectualidade negra e etnocentrismo branco, objetivando refletir sobre o modo como o/a negro/a é visto/a a partir de imagens e representações acerca de seus corpos, comumente, hipersexualizados e afastados da produção de conhecimento e da intelectualidade. O texto é de caráter bibliográfico-ensaístico, elaborado a partir do diálogo cruzado entre fontes históricas e autores/as das Ciências Sociais, da História e de outras áreas, com base em suas pesquisas e leituras de mundo. Pauta-se, sobretudo, em contribuições de intelectuais negros/as, tais como Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Lourenço Cardoso, Hilário Ferreira,

Beatriz Nascimento, Oyèrónke Oyewùmí e intelectuais brancos como Darcy Ribeiro, Marco Frenette e Sigismund Neukomm que nos ajudam a pensar as questões aqui propostas.

Palavras-chave: Negro. Branco. Etnocentrismo. Corpo. Intelectualidade.

Abstract: This essay deals with the notions of the body, black intellectuality and white ethnocentrism, aiming to reflect on how the black person is seen from images and representations about their bodies, commonly hypersexualized and removed from the production of knowledge and intellectuality. The text is of a bibliographic-essayistic nature, elaborated from the crossed dialogue between historical sources and authors of the Social Sciences, History and other areas, based on their research and readings of the world. It is based, above all, on contributions from black intellectuals, such as Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Lourenço Cardoso, Hilário Ferreira, Beatriz Nascimento, Oyèrónke Oyewùmí and white intellectuals such as Darcy Ribeiro, Marco Frenette e Sigismund Neukomm who help us to think the questions proposed here.

Keywords: Black. White. Ethnocentrism. Body. Intellectuality.

Introdução

Começaremos essa exposição a partir de uma colocação da historiadora Beatriz Nascimento que disse o seguinte em uma entrevista: “Fico chocada quando se dá ao branco a cabeça, a racionalidade, e ao negro o corpo, a intuição e o instinto. Negro tem emocionalidade e intelectualidade, tem pensamento como qualquer ser humano” (NASCIMENTO, 2018, p. 103). A pergunta à qual Beatriz Nascimento respondeu indagava quais espaços que o/a negro/a ainda tinha que conquistar. Nascimento (2018), então defende que, mais do que conquistar espaços, o/a negro/a tem que reintegrar as contribuições que fez à sociedade brasileira, tem que retomar aquilo que lhe foi tirado.

O que Beatriz coloca em sua resposta também aponta para o debate ocidental, dentro das ciências humanas, da divisão entre natureza e cultura, sendo que o homem branco representa a cultura, a civilização e o domínio destas sobre a natureza e os povos não-brancos, como os negros e indígenas, que representam a natureza, a primitividade, ambas necessitando serem civilizadas,

dominadas. Assim, a discussão a que nos propomos se relaciona à tentativa de retomar aquilo que foi tirado do/a negro/a em relação à sua intelectualidade, ao seu corpo e à sua humanidade, mormente na sociedade brasileira.

Nessa discussão traremos considerações que se relacionam diretamente com o que a branquitude idealizou acerca da negritude, sobretudo, no que diz respeito à sexualidade ou sensualidade negra. Abordaremos as relações interraciais, discutindo a produção de conhecimento e a intelectualidade negra. No primeiro tópico dissertamos sobre o corpo negro e o etnocentrismo branco. No segundo serão brevemente analisados os processos de produção intelectual negra interligada ao que, em paráfrase ao professor Dr. Lourenço Cardoso, pode ser entendida por saída do/a negro/a-objeto ao/à negro/a-pesquisador/a, isto é, quando a pessoa negra passa a falar de sua narrativa, a partir de si próprio. Essa discussão se encerra com algumas posições de enfrentamento a essas imagens negativadas e estereotipadas que se constroem em torno de corpos negros.

A discussão aqui proposta é de cunho bibliográfico-ensaístico, tendo como base central, o interesse dos/as autores/as do artigo em realizar uma contribuição à temática em questão, partindo de suas áreas de estudo e formação, além de agregar outras áreas do conhecimento. Citamos aqui as áreas da Antropologia, da História e da Sociologia que nos proporcionam insumos fundamentais à produção de um debate rico, com referência ao estudo das relações étnicorraciais no cenário brasileiro.

O corpo negro e o etnocentrismo branco em questão

Começamos a discussão trazendo Marco Frenette que, em seu livro *Preto e branco: a importância da cor da pele* (2000), nos fala sobre o olhar do homem branco em relação ao corpo da mulher negra. No capítulo 4, intitulado *A aventura do homem branco*, Frenette trata da questão sexual em torno do corpo da mulher negra e escreve que

[a] mulher negra ocupa um lugar de destaque no imaginário do homem branco. Ela é, ao mesmo tempo, um objeto de desejo e um ser que está fora de seu campo de expectativas mais duradouras. [...] Recentemente, conversando com alguns suíços e alemães, escuto um deles dizer que já estava

mesmo na hora de voltar ao Brasil, pois morria de saudades de “pegar novamente umas pretinhas”. Qualquer caleidoscópio sociocultural que se faça mostrará que a mulher negra, apesar de toda a sua graça e elegância, é considerada, tanto pela maioria preta como pela maioria branca, mercadoria de valor inferior no mercado amoroso - para usar esta pertinente, porém horrorosa, expressão cunhada por Erich Fromm (FRENETTE, 2000, p. 35-36).

Dessa forma, a mulher negra permanece vista como um produto sexual a ser consumido, passando longe do afeto, dedicação e amor que são dispensados às mulheres brancas. Nessa lógica, o contato com o corpo negro-feminino deve ser breve, como se fosse uma experiência a ser vivida, apenas isso. O seu corpo é totalmente despido de dignidade afetiva, como se se resumisse a dar prazer e satisfazer os desejos dos homens. Aqui temos não só o patriarcado agindo na naturalização da sexualização dos corpos negros femininos, como temos o racismo fazendo com que a mulher negra seja menos do que a mulher branca, que ela não tenha o direito afetivo igual aos das mulheres brancas.

Hilário Ferreira, na Introdução de sua dissertação, ao comentar a importante contribuição de Robert W. Slenes¹ para a historiografia acerca do regime escravista acrescenta:

[...] mediante rica documentação, desenvolve uma análise, com o objetivo de fazer a desconstrução (e o conseqüente) do discurso preconceituoso e da visão míope dos viajantes estrangeiros, no Brasil, no séc. XIX, por que só viam promiscuidade nas relações afetivas dos escravos. Slenes demonstra, de forma competente como os escravos, no cativeiro, construíram laços familiares duradouros e desenvolveram uma rede de parentesco. A profundidade dessa análise está no fato de o autor ter ido além da visão do

1. “Robert W. Slenes (1999, p. 141), ao analisar o referido romance [A mãe escrava] e depoimentos de viajantes europeus que estiveram no Brasil, observa que: “O racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros ‘homens de bem’ a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrado[s]”. (CARULA, 2012, p. 212).

branco, e mergulhado nas raízes da cultura africana dos povos de língua banto [...] (SOBRINHO, 2005, p. 13).

A partir desses trechos, várias considerações podem ser feitas. Primeiro: essa visão distorcida dos brancos acerca da sexualidade negra revela um padrão de mentalidade dos europeus viajantes, que hipersexualiza esses corpos, retirando deles não só sua humanidade, mas também sua capacidade de produção intelectual, econômica e cultural, bem como de outras formas de existir. Sigismund Neukomm, que será citado mais à frente, representa isso quando escreve seus diários de viagem ao Brasil, na primeira metade do século XIX. Ele tinha uma visão etnocêntrica, portanto, distorcida da cultura alheia, afinal, o branco sempre se deu o direito de ler o corpo negro a partir de seus valores. Por isso que os estereótipos negativos se formaram, pela incapacidade branco-europeia de ver além de sua própria cultura. No geral, os viajantes europeus não faziam um exercício mínimo de relativismo cultural.

Em segundo lugar, o/a negro/a, para além do sexo, é capaz de dar e receber afeto como qualquer outro grupo étnico ou racial. A construção de famílias dentro do cativo escravo retrata isso e foge ao preconceito do/a negro/a promíscuo, sensual e lascivo. Fica fácil perceber que esses adjetivos existiam muito mais na mentalidade branca, pois não encontravam respaldo na realidade. O único que podia ser promíscuo, como realmente o foi, era o branco que podia dispor do seu próprio corpo como quisesse e dos corpos negros. Promiscuidade exige liberdade e isso as populações escravizadas não tinham. Ao tentar descolar esses adjetivos de sua própria consciência e corpo, o branco cristão precisava encontrar a quem atribuí-los. Assim, o título de promíscuo servia mais aos interesses escravocratas e a “purificação” da alma branca e cristã do que qualquer outra coisa.

Retomando a questão sobre a oposição natureza X cultura, vemos que a sexualidade enquanto algo que se faz na fronteira desses dois aspectos existenciais, foi exacerbada pela branquitude ao olhar para os corpos negros. A sexualidade que é comum a brancos e a negros, enquanto algo natural, mas moldada pelo cultural, foi extrapolada, enquanto característica, em relação aos

corpos negros. Isso se dá, entre outras coisas, porque esses corpos sempre foram vistos como mais próximos à natureza, como não dados à civilização e controle, portanto, exalavam a primitividade, para usarmos aqui um termo evolucionista, em sua sexualidade. O branco não tinha sexualidade ou a tinha dominada pela razão, pois era civilizado. O choque cultural em relação aos corpos racializados, um positivamente e outro negativamente, está dado.

O etnocentrismo impede que o/a racista entenda que a forma que o/a negro/a tem de se relacionar com seu corpo é diferente da forma com a qual ele se relaciona com o seu. O que está em jogo é um corpo racializado negativamente e excessivamente do ponto de vista sexual. Por isso que se nega à racionalidade ao/a negro/a, pois o/a mesmo/a é reduzido/a à lascívia, como dado à satisfação dos sentidos corporais, deixando entrever também uma divisão entre corpo e mente. Se atentarmos à análise crítica que Oyewùmí (2021) faz das relações de gênero no ocidente, percebemos que há uma centralidade do corpo, da biologia, do ponto de vista determinista, no pensamento ocidental. A diferença é sempre hierarquizada, vista como degeneração a partir de um certo padrão corporal, cultural (OYEWÙMÍ, 2021, p. 27).

A diferença é vista como desigualdade fundamental entre corpos e povos, sendo a desigualdade e a assimetria moral o destino da humanidade. O corpo não é apenas matéria, mas também símbolo da ordem social imposta pelo ocidente. A centralidade do corpo é compatível com a centralidade da visão nas culturas ocidentais (OYEWÙMÍ, 2021), por isso as metáforas e conceitos relacionados ao sentido visual são usadas largamente nas ciências humanas. Mente (branco/a) e corpo (negro/a) são opostos, sendo a prioridade dada à razão. O corpo é o lugar cardeal da diferença: há corpos que são enfatizados em sua materialidade, fisicalidade e outros que somem das narrativas científicas pois são universais, estão além da matéria. Para um certo padre capuchinho, que visitou o Congo no séc. XVII, e comentou sobre as danças e músicas de um determinado grupo étnico, isso se mantém:

Entre as conturbadas formas de seus costumes, podemos facilmente conjecturar o quanto é desconcertada a música e desregada a dança. Não tendo por

motivo o virtuoso talento de mostrar a capacidade do corpo e a agilidade dos pés, a dança entre esses bárbaros abriga apenas a viciosa satisfação de um libidinoso apetite. A música se faz sentir, também ela, bem mais conveniente a esse espírito de horrível fereza, que ao harmônico tímpano dos nossos ouvidos. (CAVAZZI, 1991, p. 110).

A descrição fala por si só, mas vamos comentar mesmo assim. A natureza (seus instintos, seus corpos) foi invocada novamente como aquilo que corpos negros prezam por satisfazer. Nem mesmo na dança ou na música os negros deixam de exalar sua sensualidade, que na bio-lógica (OYEWUMÍ, 2021) racista é natural, é característica desse grupo. Não há espaço para uma reflexão, para o entendimento que culturas diversas educam e expressam o corpo de formas diversas. A diversidade é vista nessa bio-lógica sob o signo do exótico, daquilo que não é igual a mim e que por esta razão, passa a ser distorcido, evidenciado em sua fisicalidade, “naturalidade”. Construiu-se imagens e representações de pessoas negras atreladas diretamente a essa sexualidade “natural”, compulsória, determinada biologicamente, que tudo faz no sexo.

No livro *Música secreta, minha viagem ao Brasil (1816-1821)*, temos os diários de viagem do músico austríaco Sigismund von Neukomm. Ele fala sobre o lundu e sobre o modo de dançá-lo a partir dos escravizados que observou. Depois de relatar brevemente as condições desumanas dos armazéns de escravizados ele destaca:

Aprendi, entretanto, a apreciar o ritmo com que bailavam os escravos em seus folguedos d’África, graças aos quais conheci o lundu, dança de tal maneira sensual que sua mera visão nos traz o rubor às faces. Não me lembro de quantas vezes corei diante do encontro daqueles corpos suados, dos quadris que se entrechocam na síncopa umbigada... De início estão os participantes sentados em torno de uma sala, à espera do início do folguedo. Uma mulher levanta-se, então, e se dirige com passos provocantes para o centro do círculo. Um dos homens, a partir da atenção despertada pelos seus requebros, segue-lhe o movimento. Os instintos entram em ebulição

e a volúpia apodera-se dos dançarinos em escala crescente. Dançam em volteios sensuais até que a mulher, desfalecendo, cai nos braços do homem, e cobre o rosto com um lenço para ocultar a emoção.

Essas cenas são impensáveis em Viena, Paris, ou Londres, onde os casais, tão pudicos, deleitam-se esfogueados com a valsa, com os torsos guardando a devida distância da prudência. Nos trópicos, o clima escaldante, que aquece as trocas corporais, lascivas, obscenas, transforma, fatalmente, uma dança em outra coisa [...] Aos poucos os cortesãos apropriam-se do lundu, transportado para os salões em sua forma cantada, a viola substituída pelo piano e a umbigada travestida em mesura. Os textos dos lundu-canções continuam, entretanto, a refletir à perfeição a malícia da dança africana [...]. (NEUKOMM, 2009, p. 128-129).

Mais uma vez a visão é enfatizada como aquilo que determina em grande parte o que se percebe. O problema é que a visão além de superestimada, é distorcida pelo etnocentrismo. O músico corou, se envergonhou, pois viu ali uma expressão corporal totalmente diferente daquela de sua cultura. A descrição de Neukomm (2009) flerta diretamente com a aproximação dos corpos negros da natureza, pois mais parece uma dança de acasalamento animal, do que uma expressão musical e corporal muito bem definidas culturalmente. Como se naquela roda de lundu não houvesse cultura, apenas a natureza se exibindo. O último trecho é explícito em indicar a apropriação cultural que os brancos fizeram do lundu, a ponto de depurar seus movimentos e ritmo, ao mesmo tempo em que não conseguem se livrar completamente da “lascívia africana” presente nas letras das canções.

Vê-se a naturalidade com a qual o europeu letrado classifica a dança africana ou o lundu com os adjetivos ‘obsceno’, ‘malícia’, ‘sensual’, ‘volúpia’ e outros. Não bastasse isso, o etnocentrismo fica ainda mais explícito quando Sigismund compara a dança descrita com a valsa dos salões europeus. Ele naturaliza aquilo que é cultural. Naquela primeira metade do século XIX, as versões deterministas da diversidade cultural já estavam em voga, por isso ele apela ao clima como fator determinante para se entender a performance do corpo dançante dos

escravos. Ele não percebe, mesmo com seu suposto iluminismo, que não cabia definir uma cultura alheia à sua, nos termos de sua cultura europeia.

Oliveira Viana (2005), um intelectual que contribuiu bastante na construção de estereótipos no que concerne às relações entre colonizador e colonizado, no cenário brasileiro, faz sua apreciação sobre o encontro sexual das três raças da seguinte forma:

Dentre os representantes dos três grupos étnicos, concorrentes no latifúndio, é o luso o único que vem sozinho e solteiro, na sua qualidade de homem de aventura. Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, ele é atraído, na procura do desafogo sexual, para esses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um femeaço sadio e forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso. (VIANA, 2005, p. 128).

Nota-se que além de reforçar velhos estereótipos sobre o corpo das mulheres negras e indígenas, há um reforço da ideia de disponibilidade sexual das mesmas, como se elas estivessem ali na casa grande ou na senzala esperando o branco livre português para a cópula. Ao mesmo tempo, ele também aponta a lascívia branca, como poucos o fazem. Assim, o corpo feminino racializado negativamente, é visto como disponível sexualmente e servindo não apenas à reprodução, mas ao prazer sexual. O caráter reprodutivo do sexo é reforçado pelo uso da palavra 'gineceu', que eram as senzalas, fazendo aí coro ao encontro sexual necessário à colonização do país. Viana, segue a bio-lógica de outros intelectuais, homens e brancos, que escreveram sobre o Brasil a partir dessa naturalização masculina do corpo feminino da negra e da indígena.

A regra é a disponibilidade natural dessas mulheres que são sumariamente hipersexualizadas. Esse tipo de interpretação sociológica do Brasil reforça estereótipos que ainda hoje se reproduzem no cotidiano. Os exemplos que Frenette (2000) traz são vários e comprovam isso: estamos longe, enquanto sociedade,

de vermos as mulheres de forma adequada, enquanto indivíduos, antes de sexualizá-las, de generificá-las. Aqui desembocamos no tema das relações de gênero², mesmo o foco sendo as relações raciais, pois gênero e raça são categorias cardeais para compreender a realidade brasileira.

É importante atentar o quanto o racismo opera a partir do etnocentrismo, pois ele só vem a partir deste, como defende Laraia (2001). Logo, o racismo não vem pronto, ele precisa que o etnocentrismo, algo que atravessa toda humanidade sendo da ordem das culturas, prepare e pavimente o caminho que ele vai percorrer. Racismo e sexismo, portanto, operam sobre os corpos das mulheres negras de forma muito específica. O outro lado da moeda é o cruzamento entre classe e raça que coloca a mulher de cor no campo afetivo apenas como parceira eventual, como já colocamos aqui e como aponta Ribeiro (1995):

O que caracteriza o português de ontem e o brasileiro de classe dominante de hoje é a duplicidade de seus padrões de relação sexual: um, para as relações dentro de seu círculo social, e outro, oposto, para com a gente de camadas mais pobres. Nesse caso, se particulariza, pela desenvoltura no estabelecimento de relações sexuais do homem com a mulher de condição social inferior, movida pelo puro interesse sexual, geralmente despido de qualquer vínculo romântico. Sem corte prévia, o homem de condição social superior tenta relações com a negra, a índia, a mulata cativante, sempre que se apresenta uma ocasião propícia. O apego, o amor de caráter lírico entre pessoas de nível social dispar, é fato raro, excepcional. (RIBEIRO, 1995, p. 239).

2. A partir de Oyewùmí (2021) percebemos que a oposição entre Homem-razão X Mulher-corpo é um exemplo da universalização que é feita do corpo masculino, enquanto corpo racional, dominante e da subjugação da mulher que é vista como natureza, como aquilo que deve ser dominado e se reduz à materialidade do corpo. Os corpos, as ciências e as instituições sociais são todas generificadas, pois há sempre um lugar para o corpo masculino e o corpo feminino, este geralmente em lugares marginalizados e aquele em lugares de destaque, de autoridade. Gênero é o fundamento de muitas das categorias do pensamento ocidental (OYEWÙMÍ, 2011), mesmo que isso esteja implícito nas teorias e discursos. Acrescentaríamos que há sempre um lugar para o corpo branco e o corpo negro, este nos piores índices socioeconômicos e aquele sendo o padrão do poder político e econômico.

Destarte, o homem privilegiado, racial e economicamente, sabe de seu poder e o usa para satisfazer seus desejos sexuais, nunca tendo seus privilégios sociais em risco. Em síntese, ele pode fazer o que quiser e “pegar” quem quiser. Há duas camadas de relações sociais: uma oficial e outra extraoficial e em ambas esse homem privilegiado por seu gênero, raça e classe social tem o que quer. O cruzamento entre o fator de classe e de raça tem como desdobramento histórico a dependência socioeconômica da mulher pobre e racializada negativamente, que Ribeiro (1995) narra a seguir.

As relações sexuais, nessas circunstâncias desigualitárias, nem mesmo geram intimidade, permanecendo a mulher servil ou dependente, tão igualmente respeitosa antes como depois das relações, dada sua posição social assimétrica em relação ao homem. Onde e quando permanece na condição de dependência servil, tem de aceitar o homem que lhe impõem para gerar mais escravos, ou o branco que dela se queira servir. Uma vez livre, já pode aspirar a relações mais igualitárias. Nas condições prevaletentes de pobreza, porém, essas se conformam como relações ocasionais ou amasiamentos temporários. Nessas circunstâncias, a família se estrutura centrada na mulher, que gera filhos de diferentes homens, a cujo cuidado se desvela, frequentemente desajustada pelos diversos pais. (RIBEIRO, 1994, p. 239).

Percebe-se o quadro histórico que ensinou que a mulher negra demorasse a sair da condição de corpo disponível para o homem branco. Sendo reduzida a seu corpo e à sua capacidade de reproduzir, essas mulheres racializadas negativamente precisaram lutar por sua independência afetiva e financeira. Muito mais que isso, quando assumem a postura de altivez em prol de suas narrativas, são taxadas como raivosas e emotivas ou que estão procurando revanche. Contudo, há que se pensar que a saída deste lugar tem custado a vida de muitas mulheres negras. Não podemos esquecer do fato de que se mulheres brancas conseguem, minimamente, insumos para alçar o voo da independência, isso só ocorre porque mulheres não-brancas são cotidianamente exploradas por elas.

Para finalizar este tópico, trazemos outras reflexões de Beatriz Nascimento (2018). As reflexões a seguir foram formuladas após um episódio no qual um

branco disse a ela que ele era mais negro do que Beatriz, simplesmente pelo fato de estudar manifestações culturais negras como segue abaixo.

Entretanto, ultimamente tem havido por parte dos intelectuais e artistas, principalmente, uma nova mistificação [...] Uma das piores agressões que sofri neste nível foi por parte de um intelectual branco. Disse-me ele que era mais preto do que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto que eu não usava cabelo afro nem frequentava candomblé. Foi uma das constatações mais difíceis de situar, uma das mais sutis sobre o preconceito racial existente no Brasil. Sofremos agressões sutilíssimas, na rua, na escola, no trabalho, até mesmo na família. Mas esta foi verdadeiramente a mais violenta. (NASCIMENTO, 2018, p. 46).

Esse é o típico racismo sofisticado brasileiro que é analisado por muitos/as intelectuais negros, como Beatriz Nascimento. Essa situação narrada por Beatriz nos revela um dos privilégios da branquitude: o privilégio (poder) de falar sobre o/a negro/a, inclusive de questioná-lo/a sobre sua identidade étnicorracial, como se o branco soubesse sobre o/a negro/a mais do que ele/a mesmo/a. Como se consumir os produtos culturais da negritude tornasse o branco, menos branco e mais negro. Não! O branco não está na pele do/a negro/a e nem pode estar por ser de candomblé, adorar samba e fazer parte de alguma escola de samba, por exemplo, ou de algum afoxé.

Essa apropriação da cultura negra pela branquitude não autoriza os brancos a exercerem essa violência simbólica de dizer ao/à negro/a o que ele/a é e o que ele/a não é. Isso violenta o corpo negro que é questionado por não assumir os estereótipos estéticos ou culturais inventados pela branquitude. Isso violenta a intelectualidade negra por acharem que a mesma não sabe se definir, se reinventar, se construir como ela bem quer, longe das amarras do etnocentrismo branco. O privilégio branco está nu e exposto na praça, a todos os olhares, pois identificar esse privilégio é um passo fundamental para abalar suas pretensões de definir os corpos negros.

A produção de intelectualidade negra a partir do/a próprio/a negro/a

As reflexões acerca da produção teórica de negros/as no Brasil não datam de anos recentes e existem no interior dos movimentos negros, sejam eles acadêmicos ou não. Há um conjunto de produções que pautam as relações étnicorraciais, bem como diversas áreas em que se inserem as reivindicações de docentes, discentes e pesquisadores/as negros/as. Ao iniciarmos esta seção, faz-se necessário compreender como se estrutura o modus operandi dos processos de silenciamento de produções de intelectuais negras.

Conforme Cardoso (2022), foi o/a negro/a que tornou a questão racial como um tema importante a ser estudado, isto porquê as pautas raciais não eram vistas também como um problema científico-acadêmico. Para o professor, o/a negro/a sempre foi nomeado como tal, sendo problematizado por não serem brancos. “O negro sempre coisificado. O negro catalogado como o objeto tradicional científico se deslocou para o lugar de cientista e posicionou o branco no lugar de ‘objeto’/tema de pesquisa” (CARDOSO, 2022, p. 3).

Esse movimento de situar o branco num processo inverso da produção intelectual, possibilita dentre tantas coisas, assegurar a visibilidade das produções tecidas por negros/as, sobretudo, quando falamos de novas epistemologias e perspectivas metodológicas. Essa é, antes de tudo, uma disputa de narrativa, que visa reconstruir os espaços, bem como criticar posturas dadas como neutras, mas que, no entanto, expressam uma posição, uma vez que, como já nos afirmara Kilomba (2020), não existe neutralidade na academia. Por esta razão reiteramos que “(...) a academia não é um espaço neutro, nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência” (KILOMBA, 2020, p. 50).

Existe assim um

[...] controle interminável sobre a voz do sujeito negro e o anseio de governar e comandar como nós nos aproximamos e interpretamos a realidade. Com tais observações, o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificando como menos ‘inteligente’.

(...) Parece-me que a afirmação ‘interpretar demais’ tem a ver com a ideia de que a/o oprimida/o está vendo ‘algo’ que não deveria ser visto e revelar ‘algo’ que deveria permanecer em silêncio, em segredo (KILOMBA, 2020, p. 55).

Trata-se de um deslocamento para tornar irracional o pensamento de negros/as, como se estes/as estivessem forjando, distorcendo a realidade. Devemos apontar, conseqüentemente, que falar sobre essas posições inferiorizadas em que brancos colocam negros/as, é falar de dores que, igualmente, são silenciadas. Como nos afirmou hooks (1990), esses mecanismos funcionam como uma nota de lembrança sobre os lugares que os sujeitos negros podem ocupar. Essa prática precisa ser pautada, já que não se trata da história de uma pessoa, mas de um coletivo, uma comunidade de pessoas que historicamente têm o acesso negado, dentre tantos espaços, ao lugar de produção de saberes, de intelectualidade, de produção de metodologias e epistemologias diversas.

Dito isto, “[...] os episódios anteriores examinam não apenas a relação problemática entre a academia e a negritude, mas também a relação entre nós e a teoria social que proporciona nossas experiências incorporadas” (KILOMBA, 2020, p. 63). Existe, dessa forma, uma vantagem do pesquisador branco de divulgar amplamente seus estudos e pesquisas que desfavorecem o/a pesquisador/a negro/a. Daí que Cardoso (2022) afirma que o indivíduo branco possui o privilégio de ser e de falar sobre quaisquer coisas que envolvam o debate étnicorracial, podendo observar e complexificar o/a negro/a sem que este/a faça o mesmo.

Dessa forma, direcionamos o debate a um ponto importante: a construção de uma língua padronizada, tendo essa língua um caráter de dominação, de controle. Esse padrão linguístico oficialmente dado como a norma correta, age como uma máscara de silenciamento da multiplicidade de línguas existentes num território, cuja população é composta por diversos grupos. Indagamos o porquê de só termos uma língua oficial num território que possui mais de 150 línguas vigentes. A língua, desta forma, atua como um molde que, nos dizeres de hooks (2017), envergonha, humilha, coloniza, define e limita o que sujeitos subalternizados podem falar e como podem fazê-lo.

Todavia, é necessário apontar que para além dos padrões de opressão, que circunscrevem a população negra, sobretudo no que se refere à produção intelectual, muito se tem feito no sentido de romper com esses parâmetros. Um exemplo dessa transformação reside no termo cunhado por Conceição Evaristo (1946-), que nos dizeres da escritora refere-se a uma *Escrevivência*, isto é, uma escrita de si, que trata, também, da escrita do outro a partir do que se vive cotidianamente enquanto homens e mulheres negros/as. Esse conceito tem se revelado como grande propulsor para pensarmos novas epistemologias, dentro e fora dos muros acadêmicos, justamente, por apontar que essa *escrevivência*, está maiormente pautada na realidade de pessoas negras que têm suas vidas atravessadas por um histórico de opressão e violência, mas que ainda assim, criaram estratégias múltiplas de resistência.

“Nos círculos acadêmicos, tanto na esfera do ensino quanto na produção de textos, pouco esforço foi feito para utilizar o vernáculo dos negros – ou aliás, qualquer outra língua que não o inglês padrão” (hooks, 2017, p. 228). Aqui, hooks (2017), fala do contexto norte-americano, mas ao cruzarmos com a realidade brasileira, a posição não é muito diferente, uma vez que existe uma língua oficial estabelecida e as línguas de povos tradicionais, como a Guajajara e a Kaxinawá, ou, a Gualín do TTK (CATETE ESCRITO DE FORMA CONTRÁRIA), que foi criada no Rio de Janeiro, com uma estrutura própria no Bairro do Catete, na década de 1960, que sequer são propagadas como existentes. Em consonância com hooks (2017), “Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua” (p. 233).

Não podemos, portanto, seguir o debate sem citar o que Lélia Gonzalez (2020) nos aponta ser o *pretuguês*, isto é, o processo de africanização da língua portuguesa, processo este que a intelectual nos aponta como um modo de resistência dentre tantos outros existentes, mas que por vezes, não é exposto de maneira adequada. Gonzalez (2020), adotou o *pretuguês* também nos seus escritos como forma de transcender as barreiras higienistas que construíram em torno da língua portuguesa uma noção ocidental padronizada, cujo objetivo central era manter a “pureza” da língua. Falar da linguagem é imprescindível porque esta foi um forte instrumento de colonização, seja por

meio da mudança de nomes da população negra em diáspora, seja pelo uso de ferramentas em prol do esquecimento da língua daqueles que desembarcaram em território brasileiro.

Na esteira desta reflexão, é salutar apontar que as representações de pessoas negras estão saturadas de sexualidade, de maneira que estas sejam sempre associadas à virilidade, a uma lascívia supostamente inata, como uma espécie de corpo sem mente. No imaginário ocidental a mente é sempre mais importante do que o corpo, contudo, a mente e o corpo não precisam ser vistos de forma desconectada. Aqueles/as que são marginalizados/as a partir dessa falsa dicotomia, constroem resistências plurais com vistas a realizar uma cura das noções estigmatizadas de que negros/as não possuem capacidade intelectual para produzir saberes (BENTO, 2022; HOOKS, 2017).

A negra e o negro entraram na universidade e passaram a pesquisar o branco, nomeá-lo, classifica-lo no espaço acadêmico. O negro sempre nomeou o branco como branco. Isto é, classificavam-no como pertença étnico-racial. A mudança foi a seguinte: passaram a fazer isso nos espaços de produção de conhecimento científico e tecnológico (CARDOSO, 2022, p. 11).

Corroboramos com Cardoso (2022), não só no aspecto citado anteriormente, mas também com sua avaliação de que foram negros e negras que formaram seus orientadores brancos - uma credibilidade que não é dada a discentes negros/os. É nesse sentido que opera, igualmente, o pacto narcísico da branquitude, onde é operada uma manutenção de privilégios de pessoas brancas. No geral, “A intelectualidade branca realiza um pacto narcísico para defesa dos seus mercados, para não dividirem seus ganhos materiais e simbólicos” (CARDOSO, 2022, p. 13). O autor remete-se à lógica do mercado, entretanto, indicamos que esse pacto se aplica, principalmente, ao espaço acadêmico, que é palco de muitas disputas de narrativas.

Como já assinalamos, o espaço acadêmico está longe de ser neutro. Essas disputas têm cor, classe, gênero, interesses individuais e privilégios de uma categoria em relação a outra. Há, portanto, a construção de um imaginário

de que o/a negro/a não possui capacidade intelectual. Este/a é sempre colocado/a no lugar de ressentido/a, magoado/a, raivoso/a e lido/a como incapaz de elaborar um construto lógico sobre a realidade em que está inserido/a. Portanto, reduz-se os corpos negros aos seus sentimentos e traumas, como se só eles possuíssem isso. Somado a isto, são corpos também hipersexualizados, como se não atuassem em outros campos que não aquele de disponibilidade sexual performática.

Esse aspecto alienante que se encontra em boa parte da literatura antropológica, histórica e sociológica, e que tem suas raízes sociais na estrutura racista do Estado escravista, na estrutura intocada da propriedade fundiária, encontra-se também na literatura de ficção da época do escravismo, com desdobramentos visíveis e permanentes após sua extinção (MOURA, 2019, p. 50). Esses desdobramentos, foram responsáveis por definir o/a negro/a enquanto ser inferior, que ao ser colocado numa posição binária, seria o lado negativo do branco e mais do que isso, era o indivíduo dócil, obediente, infantil, incapaz de falar por si mesmo.

São essas visões estereotipadas que dão conta, até os dias atuais, de manter imagens de controle e dominação de corpos negros (BUENO, 2020), imagens essas que são tensionadas e desautorizadas como estratégia de mulheres negras, no que tange às suas condições enquanto sujeitas produtoras de conhecimento. Na produção do conhecimento, essas mulheres se baseiam em suas experiências, a partir de um histórico de vicissitudes compartilhadas. São experiências que se consolidam como uma contra-hegemonia, reconstruindo os processos de subalternização, aos quais foram submetidas ao longo da história, conforme aponta Bueno (2020). Essas imagens se estruturam a partir de uma falsa harmonia racial, que antes de mais nada trata-se de uma barreira de ascensão social, política e econômica da população negra.

Assim: “É uma convergência (...) entre as categorias científicas e a práxis que vem caracterizar (...) os estudos sobre o negro. O negro como ser pensante e intelectual atuante, articula uma ideologia na qual unem-se a ciência e a consciência” (MOURA, 2019, p. 57). Nesta direção, muitos cientistas ainda não aceitam as discussões sobre a produção de intelectualidade

negra, classificando-a como uma luta identitária, puro panfletarismo ou uma mera bandeira de luta. Nos dizeres de Moura (2019), trata-se de uma rejeição à inteligência negra. Todavia, é nesta encruzilhada que podemos situar os estudos sobre o/a negro/a brasileiro/a, bem como a sua produção no campo das ciências.

Breves considerações para finalizar

Reforçamos que se faz necessária a saída do/a negro/a das garras do etnocentrismo branco, no sentido em que o/a mesmo/a possa ser compreendido/a em seus próprios termos, sejam eles intelectuais, estéticos ou sexuais. O/a negro/a não pode ser limitado a seu corpo, pois este é também razão, emoção, conhecimento, sedução, inteligência, criatividade, etc. Ele/a pode ser tudo e não admite mais ficar restrito/a às amarras racistas que só o/a veem como objeto de pesquisa ou como corpo a ser consumido e desejado. Ele/a também produz conhecimento e sabe de seu potencial intelectual.

Refletir sobre a vivência negra a partir dos próprios sujeitos não-brancos, é retomar a história de um ponto que não é apresentado nas salas de aula, é nos conduzir a um outro lado da moeda que, mesmo após séculos de escravização, segue sendo silenciado. Muito mais do que dizer qual o lugar do/a negro/a, é legitimar a voz desta população, que mesmo diante das adversidades que lhes são impostas, ousa transcender a máscara, pois nos dizeres de Conceição Evaristo (2017, online): “[...] a nossa fala estilhaça a máscara do silenciamento”.

Destarte, as questões aqui propostas são também de ordem epistemológica e se referem à forma como o ocidente se pensa e pensa os outros, ou seja, a epistemologia ocidental é incapaz de pensar fora de si mesma, de se relativizar de forma sincera, como sugeriu Oyewùmí (2021). Logo, é urgente que o/a branco/a se veja dentro de sua pertença étnicorracial e epistemológica, uma vez que estes/as se colocaram no lugar de superioridade e humanidade exclusivas, enquanto desenvolveram um problema do/a negro/a no qual este/a não é um/a agente-pesquisador/a, mas um/a agente-objeto. São nítidas as diferenças entre as produções de pesquisadores brancos e pesquisadores/as negros/as, de maneira que estes/as últimos/as têm voltado seus olhares e escritos para uma

ressignificação epistemológica das narrativas que circundam seus corpos, suas mentes e sua diversidade.

Referências

- BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2020.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Revista Educação**. Santa Maria. v.47. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 31 jan 2023.
- CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. História, Ciências, Saúde – **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, pp. 197-214.
- CAVAZZI, Giovanni Antonio. Sobre a música e a dança africanas (1687). Pesquisa, tradução e notas: Paulo Castagna. **Revista Música**, São Paulo, v. 2, n. 2: 107-115, nov. 1991.
- FRENETTE, Marco. **Preto e branco: a importância da cor da pele**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, Bell, **Yerning. Race, Gender and Cultural Politics**. Boston: South End Press, 1990.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual – Possibilidade nos dias da destruição.** Coletânea organizada e editada pela UCPA (União dos Coletivos Pan-Africanistas). Editora Filhos da África, 2018.

NEUKOMM, Sigismund. **Música secreta: minha viagem ao Brasil (1816-1821).** Texto de Rosana Lanzelotte e Julio Bandeira. São Paulo: Editora Arte Ensaio, 2009.

OYEWÛMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Tradução: wanderson flor do nascimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **“Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá”: O Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Edições do Senado Federal - vol. 27. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Recebido: 07/03/2023

Aceito: 12/06/2023

Cuidado infantil e análise de redes sociais: uma proposta teórico-metodológica relacional

Childcare and Social Network Analysis: a Relational Methodological Approach

Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia¹

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). <https://orcid.org/0000-0002-0917-8820> amandakovalczuk@gmail.com

Resumo: Considerando o cuidado de crianças, especialmente em contextos de pobreza, é uma atividade que acontece sobretudo pela mobilização de pessoas que compõem a rede pessoal das cuidadoras, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado infantil cotidiano. Concebe-se o cuidado como uma organização social e, enfatizando o contexto brasileiro de déficit de políticas públicas para este fim, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre o cuidado realizado em ajudas mútuas, coletivos de bairro e circulação de crianças. Após, apresenta-se a análise de redes sociais como metodologia adequada para captar a dimensão relacional do cuidado infantil, argumentando pelo seu uso para a compreensão de como as redes sociais das cuidadoras pode influenciar as estratégias de cuidado desenvolvidas pelas famílias. Sugere-se, assim, que uma perspectiva relacional permitiria a compreensão de padrões de sociabilidade que são ativados para gerar soluções para problemas de cuidado cotidianos nas vidas das cuidadoras, e que o uso da análise de redes pode iluminar a uma importante intersecção entre organização social do cuidado e relações sociais.

Palavras-chave: Cuidado. Relações sociais. Análise de Redes Sociais. Organização social do cuidado. Políticas públicas de cuidado.

Abstract: Considering that caring for children, especially when in contexts of poverty, is an activity that depends largely on the mobilization of people who participate in the caregivers' personal network, the article proposes the use of a relational methodology, Social Network Analysis (SNA), to investigate the strategies developed by families to manage childcare in their daily lives. It conceives care as part of a social organization and, emphasizing the Brazilian deficit of care policies, it undertakes a literature review to present how care is portrayed as mutually established, collectively engendered, and circuitous. It then moves to present Social Network Analysis as a fruitful methodology to capture the relational dimension of childcare, advocating for its use in order to comprehend how caregivers' networks may influence care strategies developed within the family. It argues that a relational perspective may shed light on which sociability patterns are most commonly activated to engender solutions for childcare solutions, and that social network analysis may elucidate an important intersection between the social organization of care and social relations.

Keywords: Care. Social relations. Social Network Analysis. Social organization of care. Care policies.

Introdução

O cuidado é uma atividade variada que envolve diversos atores e instituições. No caso do cuidado de crianças, a provisão pode ser feita por creches públicas, comunitárias e privadas, além de pelos serviços socioassistenciais para as famílias. Pode, ainda, ser oferecido por meio da contratação de babás e trabalhadoras domésticas; do envolvimento cotidiano de indivíduos do núcleo familiar, comumente mulheres, para desempenhar as atividades de supervisão, alimentação e higienização de crianças; do uso de laços familiares, como avós, tios e irmãos no cuidado dos mais jovens; e do envolvimento de vizinhos, amigos e outros indivíduos da comunidade que ofereçam apoio social para este fim.

No caso das famílias de baixa renda, as estratégias que envolvem o acesso ao mercado, como creches particulares e babás, são de acesso limitado. Conforme suas possibilidades financeiras, as famílias gerenciam a satisfação do cuidado no cotidiano a partir de diferentes estratégias, nas quais o componente relacional é frequentemente central.

A forma como diferentes instituições provêm cuidado, assim como a forma como os indivíduos acessam o cuidado e dele fazem uso, constitui uma organização social (FAUR, 2009). Nessa organização, as famílias são o principal local de gerenciamento da provisão do cuidado, isto é, onde se articula o acesso às diferentes oportunidades oferecidas pelo poder público, pela iniciativa privada e por outros indivíduos que participam do seu cotidiano (ENRÍQUEZ, 2007). Em um contexto de déficit da provisão estatal como o brasileiro, a mobilização que os indivíduos fazem dos seus laços pessoais para satisfazer as necessidades de cuidado cotidianas tem especial destaque, favorecendo a aplicação de abordagens metodológicas relacionais, capazes de captar os processos dinâmicos de mobilização das relações sociais das cuidadoras.

Partindo deste cenário, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado de crianças. Argumenta-se por uma aproximação entre a sociologia do cuidado e a sociologia relacional, por meio do uso do método de análise de redes sociais, como possibilidade de compreender as formas como indivíduos organizam e viabilizam socialmente a provisão de cuidado infantil. Embora vastamente utilizada, a análise de redes não é comumente utilizada para a compreensão do cuidado por uma perspectiva sociológica. Se, por um lado, diversos estudos empíricos sobre o cuidado narram a existência de circuitos de cuidado, ajudas mútuas e circulação de crianças, evidenciando a mobilização de vínculos pessoais para sua satisfação no cotidiano, inexistem trabalhos que façam uso metodológico da análise de redes sociais para a compreensão de como estas diversas configurações de fato acontecem. O uso da análise de redes sociais para a compreensão do cuidado restringe-se sobretudo à área da saúde, da enfermagem e da atenção à dependência. Assim, a perspectiva que se pretende propor, investigando o cuidado

infantil com uso da metodologia de análise de redes, até o momento foi pouco explorada nas ciências sociais.

O artigo está dividido em três partes. Primeiro, apresenta-se o contexto das políticas públicas para o cuidado na América Latina e no Brasil, assim como o conceito de organização social do cuidado, desenvolvido para capturar as particularidades locais. Depois, expõe-se o resultado de uma revisão de literatura de caráter narrativo, apresentando estudos empíricos produzidos no Brasil sobre o cuidado de crianças, nos quais estão presentes o uso de redes sociais dos cuidadores por meio do exercício de cuidados recíprocos, da circulação de crianças, das casas de cuidado informais e dos coletivos de bairro, evidenciando o caráter relacional que o cuidado infantil assume, especialmente em contextos de pobreza. Por último, traz-se a análise de redes sociais como método de pesquisa adequado para captar a dimensão relacional do cuidado infantil. Trazendo dados iniciais de uma pesquisa empírica que aplica a metodologia, argumenta-se pelo seu uso para a compreensão de como as redes sociais das cuidadoras pode influenciar as estratégias de cuidado desenvolvidas pelas famílias.

A organização social do cuidado na América Latina e no Brasil

O cuidado consolidou-se como objeto de pesquisa na década 1970, tendo como vias de desenvolvimento duas tradições: uma anglo-saxônica e outra francesa (GUIMARÃES; HIRATA, 2020). Neste momento fundacional, o cuidado não era entendido primordialmente como uma preocupação da sociologia; era ligado à psicologia social na primeira, especialmente a partir do trabalho fundacional de Gilligan (2003), e associado à economia feminista materialista na segunda (DEPHY, 1984). Os desenvolvimentos das últimas décadas, contudo, demonstram que as teorias do cuidado dialogaram entre si ao longo do tempo, conferiram ao conceito de cuidado um caráter polissêmico e embasaram grande variedade de problemáticas sociológicas (BATTHYÁNY, 2020; GUIMARÃES; HIRATA, 2020). É um fenômeno recente o desenvolvimento de uma vertente latino-americana de estudos sobre o cuidado, na qual as particularidades do

continente, como as estratégias informais e comunitárias de cuidado, emergem com destaque. Um dos conceitos desenvolvidos por esta vertente é o de organização social do cuidado.

A organização social do cuidado busca responder à realidade latino-americana, reconhecendo a heterogeneidade das políticas sociais, os altos índices de economia informal e o déficit de políticas públicas para o cuidado na região (BATTHYÁNI, 2020, 2021). Considerar a implicação destas características ao teorizar sobre o cuidado requereu das feministas o reconhecimento da complexidade e multiplicidade de atores e instituições envolvidos na sua provisão no continente. Batthyáni (2021, p. 70) explica que, face a estas condições, ampliou-se o olhar sobre o cuidado, deslocando a análise de um eixo intrafamiliar de divisão sexual do cuidado para “[...] interrogar o papel da coletividade e dos poderes públicos nas ajudas às famílias”.

De fato, os estudos realizados sobre políticas públicas para o cuidado na América Latina indicam que inexistente uma provisão estatal de cuidados consistente nos países da região, mas apenas uma configuração dinâmica de serviços ofertados por diferentes instituições e com formas diversas de fruição por parte das famílias (BATTHYÁNY, 2021). As políticas de cuidado na região, segundo a literatura, caracterizam-se (a) pela ausência geral do cuidado no debate público e pelo seu entendimento como sendo responsabilidade privada e, sobretudo, das mulheres, refletindo um modelo familista de provisão (BATTHYÁNI, 2021; GHERARDI; PAUTASSI; ZIBECCHI; 2012); (b) quando existentes, pela adoção, por estas políticas, das mulheres como público-alvo, frequentemente reificando noções essencialistas da maternidade e do cuidado, como a ênfase no binômio mãe-filho e no período reprodutivo (ENRÍQUEZ, 2007; SORJ, 2008; SORJ, 2013; GHERARDI *et al.*, 2012); (c) pela educação básica como principal estratégia de promoção do cuidado de crianças menores de 6 anos, embora com desigual oferta de vagas em creches públicas pelo território (ENRÍQUEZ, 2007; SORJ, 2013; GHERARDI *et al.*); (d) pelas políticas de transferências monetárias e proteção à infância centradas nos programas de saúde e combate à miséria, sem que o cuidado constitua um eixo central de ação (ENRÍQUEZ, 2007); e (e) pela provisão parcial de serviços públicos de cuidado infantil, gerando a necessidade

de suprimimento desta provisão por estratégias mercadológicas, familiares ou comunitárias (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007; GHERARDI *et al.*, 2012; SORJ, 2013; GUIMARÃES; HIRATA 2020; FERNANDES, 2021).

No Brasil, o modelo de provisão do cuidado segue as mesmas tendências. Embora a Constituição de 1988 tenha marcado um novo paradigma de proteção social, não há uma política pública específica para a promoção do cuidado de crianças, adultos e pessoas com deficiência. A provisão estatal limita-se a ações desarticuladas na previdência, assistência e saúde, e a principal política de cuidado de crianças no país resume-se à educação infantil. Este déficit público reforça a estrutura familista de provisão de cuidados, segundo a qual o desenvolvimento de crianças é uma questão privada, que deve ser satisfeita dentro da família, mesmo que a custo da autonomia das mulheres.

Estudos realizados no país demonstram que a educação infantil “[...] é um mecanismo eficiente de articulação entre família e trabalho pois, além de possibilitar que as mães trabalhem, e trabalhem mais, permite uma melhor inserção no mercado de trabalho” (SORJ, 2013, p. 489). Apesar disso, dados de 2019 indicam que apenas um terço das crianças brasileiras de 0 a 3 anos de idade frequenta a creche (IPEA, 2020). Diante do cenário de subfinanciamento e baixa cobertura, além da provisão de cuidado de crianças insuficientemente desenvolvida, reforçam-se os ciclos viciosos de cuidado (BATTHYÁNI, 2021). Nestes ciclos, as famílias com melhores situações econômicas externalizam mais facilmente suas responsabilidades de cuidado com a contratação de babás e o acesso a creches privadas, e as famílias mais pobres dependem da existência de vagas nas unidades públicas e comunitárias ou da mobilização estratégias informais.

Faur oferece um conceito de organização social do cuidado que busca captar a dinamicidade da provisão de cuidado na América Latina (no caso particular da autora, localizada na Argentina e enfocada no cuidado infantil) (2009, 2012, 2019). Para ela, a organização social do cuidado consiste na “[...] configuração que se desenvolve mediante as instituições que regulam e provêm serviços de cuidado infantil e o modo como os lares de distintos níveis socioeconômicos, e seus membros, se beneficiam dele” (FAUR, 2009, p. 5). Faur (2009) entende o cuidado como parte de uma economia política de bem-estar

que produz resultados no nível da divisão de responsabilidades cotidianas dos sujeitos e na organização entre eles para satisfazer necessidades de cuidado. Sua concepção, assim, articula um nível macro, que compreende a oferta de políticas públicas e do mercado para o cuidado, e outro micro, no qual acontece a gestão cotidiana desta oferta limitada de provisão.

Neste sentido, Enríquez esclarece que é especialmente nas famílias que as diferentes provisões de bem-estar – estatal, privada, comunitária e também familiar – são organizadas. O papel das famílias é o de “[...] gerenciar práticas de distribuição de recursos procedentes do mercado, das políticas públicas e das próprias famílias” (2007, p. 24). O gerenciamento da satisfação das necessidades cuidado nas famílias é realizado pelo desenvolvimento de estratégias de cuidado. As estratégias de cuidado, nos termos de Batthyáni, Genta e Scavino (2017), são o resultado das interações entre as ações dos indivíduos e os condicionamentos estruturais e culturais que as afetam, abrangendo

[...] as escolhas das pessoas que integram os lares, mas [também] produtos da combinação de fatores de natureza estrutural divisão sexual do trabalho nos lares, posições de classe, segregação por sexo no mercado de trabalho, disponibilidade de acesso material a serviços de cuidado no mercado e providos pelo Estado, entre outras) com fatores culturais (mandatos de gênero, atitudes, valorações e normas sociais que determinam o ideal de cuidado e as pessoas ideias para exercê-lo) (BATTHYÁNI; GENTA; SCAVINO, 2017, p. 295).

As estratégias de cuidado variam no tempo e segundo a disponibilidade de provisão extra-familiar. Havendo possibilidade de acesso a vagas em creches ou de contratação de serviços privados, por exemplo, a família tende à desfamiliarização do cuidado, externalizando-o ao Estado ou ao mercado, conforme suas possibilidades econômicas (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ; 2008; SORJ; GAMA, 2014; SORJ, 2013). Em contextos de retração ou insuficiência da oferta de serviços públicos, por outro lado, este gerenciamento tende a voltar-se para o âmbito familiar ou comunitário, em especial com a criação de arranjos informais de cuidado, com envolvimento de laços familiares extensos e

comunitários (MORENO, 2019; GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; BATTHYÁNI, 2021; FERNANDES, 2021).

A noção de organização social oferecida pelas teóricas latino-americanas (FAUR, 2009; ESQUIVEL *et al.*, 2012) privilegia a permeabilidade e heterogeneidade da provisão do cuidado. Ao abrir maior espaço para a captura de configurações híbridas, é mais adequada à dinamicidade do continente, onde o déficit de políticas sociais tende a gerar a articulação de setores informais para a satisfação do cuidado. Deste modo, a noção de organização social do cuidado privilegia o caráter relacional do cuidado. Considerando a possibilidade de estratégias heterogêneas para a satisfação das necessidades das famílias de cuidado de crianças, surgem possibilidades de investigação de como esse cuidado é mobilizado relacionalmente.

O cuidado em redes

Em contextos de déficit de políticas sociais para o cuidado, cresce a relevância das relações sociais para a satisfação das necessidades de cuidado de crianças. Nestes cenários, o cuidado é praticado por diversos atores que se cruzam ao longo do desenvolvimento infantil, que atuam tanto diretamente nas atividades de cuidado como na mediação do acesso aos escassos serviços públicos. São comuns a existência de práticas de caráter variável e informalizado, oscilando conforme a disponibilidade de vagas na educação infantil pública, o acesso aos serviços privados e a possibilidade de recebimento de apoio de familiares, amigos ou vizinhos.

A revisão de literatura narrativa realizada sobre o tema aponta a existência de práticas de família estendida, comunidades de cuidado divididas entre diferentes unidades familiares, exercício de cuidados recíprocos, circuitos de cuidado e circulação de crianças (FONSECA, 1995; FONSECA; FIETZ, 2018; GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; FERNANDES, 2021). Assim, o cuidado infantil pode ser articulado na informalidade dos laços sociais com familiares e outras pessoas íntimas, de forma individual e atomizada, dividindo-se entre cuidados mútuos entre parentes, vizinhos e amigos. Quanto à sua reciprocidade, pode acontecer com ou sem contraprestação, debate que

expande os limites entre intimidade, sexualidade, emoções e cuidado (ZELIZER, 2012; HOCHSHILD, 2000; HIRATA; BERGEAUD-GARCIANDÍA; 2020). Pode também acontecer de forma coletiva e autogestionada, como no caso do apoio mútuo informal entre mulheres (GAGO, 2018).

No Brasil, as redes sociais dos indivíduos cumprem um papel central na provisão do cuidado (HIRATA, 2020). O déficit da provisão pública, combinado às condições de pobreza que afetam as famílias, enseja o desenvolvimento de estratégias de cuidado que envolvem laços familiares, de amizade e de vizinhança. O cuidado viabilizado pelas redes sociais dos indivíduos é tratado na literatura brasileira com o uso das categorias “tomar conta”, “ajudas” e “viração” (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; FERNANDES, 2021). Elas referem-se a diferentes arranjos que envolvem Estado, famílias, vizinhança e amizades, muitas vezes de forma sobreposta e inter-relacionada.

Guimarães e Vieira (2020a, 2020b) exploram diferentes entrecruzamentos de atores para prover o cuidado informalmente. Segundo as autoras, existem uma série de atividades de cuidado desempenhadas no cotidiano que não costumam ser categorizadas como trabalho (no sentido conferido pela perspectiva analítica da economia feminista) ou como obrigação. Realizado sob o significado de “ajudas”, o cuidado ganha novos significados. Em pesquisa etnográfica sobre famílias em situação de extrema pobreza, Guimarães e Vieira (2020a, 2020b) identificaram as trajetórias de mulheres cuja ocupação, de forma informal e descontínua, era o oferecimento de ajuda às famílias da comunidade, cuidando informalmente de crianças em troca de pequenas contribuições monetárias, favores e compensações com serviços. Os circuitos de cuidado estabelecidos nessas experiências acontecem como estratégia de sobrevivência face ao déficit de vagas em creches públicas e à limitação de acesso ao mercado. Assim, o cuidado é suprido por meio de relações sociais, em “ajudas” que servem como alternativa à escassa proteção social:

[...] uma outra fronteira de conhecimento no campo se refere à análise das formas não remuneradas de cuidado em contextos sociais em que a pobreza extrema veda aos indivíduos o acesso a formas mercantilizadas desse serviço

e onde igualmente claudicam as iniciativas de políticas públicas voltadas ao cuidado. [...] Isso já nos deixa entrever uma outra dimensão relevante: as desigualdades, notadamente as desigualdades de classe. Elas informam tanto as chances de aceder ao cuidado profissional, como o modo como se combinam e interpenetram os circuitos profissional e da obrigação, mas, e sobretudo, o vigor com que o circuito das “ajudas” aparece como promotor de alternativas de cuidado (sob diferentes e novos tipos de atividades) entre aqueles que vivem em situação de pobreza extrema e sob escassa (ou pouco efetiva) proteção da política social. (GUIMARAES; VIEIRA, 2020a, p. 10-11)

Fernandes (2021), em pesquisa etnográfica sobre o cuidado em uma favela carioca, retrata arranjos informais de cuidado semelhantes. As casas de “tomar conta” são locais onde mulheres da vizinhança cuidam informalmente de crianças da comunidade, recebendo em troca pequenas contraprestações financeiras. Diante das longas listas de espera para vagas nas creches públicas, as casas de “tomar conta” são fundamentais para viabilizar a satisfação das necessidades das famílias, isto é, para a sua “viração” no cotidiano. Nesses contextos periféricos, estratégias informais e os serviços públicos de cuidado se complementam, com fronteiras fluidas entre informalidade e institucionalidade, servindo como

[...] modelo de atenção complementar ao cuidado oferecido pela creche, pela pré-escola e pela família (avós e parentes que ficam com as crianças), indicando que mesmo em um contexto no qual é possível recorrer aos familiares ou às instituições, o acionamento de outros meios de suporte é fundamental (FERNANDES, 2021, p. 5).

Outros estudos também abordam como relações sociais são articuladas para a satisfação do cuidado no cotidiano. Moreno (2019) identifica que a delegação do cuidado ao âmbito comunitário nas camadas populares é uma estratégia recorrente, com grande parte do cuidado infantil sendo assumido pelos indivíduos nas vizinhanças. A autora, que considera esses arranjos comunitários formas de trabalho de cuidado informal, indica a existência de casas

que recebem crianças em todos os turnos do dia, incluindo a possibilidade de pernoite, de forma atender às necessidades de trabalho e deslocamento das mães trabalhadoras e periféricas. Na sua pesquisa, o âmbito comunitário se revela central no cotidiano das camadas populares. Seus resultados indicam que esse setor “[...] não é marginal e nele adquire particular relevância o trabalho de cuidado realizado pelas vizinhas” (MORENO, 2019, p. 63).

Fonseca (1995), em sua etnografia sobre criação nas famílias em extrema pobreza na cidade de Porto Alegre, identifica a existência de formas alternativas de organização do cuidado na cultura popular urbana, na qual são comuns a circulação de crianças entre diferentes núcleos familiares na vizinhança e o uso da FEBEM/FASE como instituição de cuidado. Mais recentemente, Fonseca e Fitz (2018), em um estudo etnográfico que focaliza adultos com deficiências cognitivas na mesma cidade, identificam como a família, as instituições e a comunidade interagem em diferentes redes de cuidado desses indivíduos. O que denominam “coletivos de cuidado” são arranjos de apoio social, constituindo lógicas distintas daquela prescrita pelas políticas sociais:

Nosso objetivo foi evidenciar as sutilezas e os efeitos frequentemente imprevisíveis de certos coletivos de cuidado empiricamente situados, caracterizados pela superposição da iniciativa pessoal e das variáveis de classe, gênero e geração, assim como pela solidariedade (ou debilidade) de diferentes redes de apoio formais e informais. Face aos desafios diários do cuidado de uma pessoa com deficiência cognitiva ou intelectual, pessoas como Lígia, Edna e Jurema têm há tempos analisado e, sobretudo, adaptado de forma criativa a esta complexidade. Ao traduzir suas experiências à análise acadêmica, esperamos não apenas conferir visibilidade ao frequentemente negligenciado trabalho (em grande parte feminino) necessário para promover o bem-estar dos familiares dependentes. Esperamos também ajudar planejadores e agentes da política social a balancear as abordagens normativas rotineiras que saturam manuais profissionais, e a dar valor às lógicas adaptativas que inevitavelmente constituem uma parte fundamental da sua prática (FIETZ; FONSECA, 2018, p. 236-237).

Os vínculos pessoais, portanto, surgem como questão central para análise das estratégias de cuidado cotidianas. Os estudos acima expostos demonstram que a manutenção da esfera doméstica e o cuidado de pessoas dependentes envolve uma série de atividades e processos heterogêneos realizados em rede, gerando uma complexa organização de fluxos que se distribui e articula socialmente entre famílias, instituições, vizinhanças e comunidades. É comum que relações familiares e de vizinhança sirvam como apoio na observação, alimentação e cuidado geral de crianças. Avós, tias, vizinhas e outros laços próximos familiares, por exemplo, são os vínculos mais comumente reconhecidos pelo envolvimento no cuidado da criança na família. É nessa criação de alternativas de forma relacional que se desenvolve a organização social do cuidado.

A dimensão relacional do cuidado não se limita ao cuidado direto, no qual o indivíduo realiza as atividades de alimentação, higienização, companhia, educação e brincadeiras. As relações pessoais também produzem efeitos como mediadoras do acesso dos indivíduos às políticas públicas, aproximando-os de diferentes fontes de bem-estar social, como o mercado ou o Estado (MARQUES, 2010). Relações sociais podem contribuir de forma indireta na aproximação das famílias às redes estatais, como no caso de líderes comunitários, profissionais da educação infantil e agentes de saúde que, interagindo com a família ou com a rede social da família, viabilizam seu acesso aos serviços públicos. Diante disso, a forma como as relações operam na aproximação ou distanciamento dos indivíduos às oportunidades e no desenvolvimento das estratégias de cuidado pode ser investigada por abordagens relacionais.

A análise de redes sociais (ARS) como proposta metodológica

As relações sociais entre indivíduos e grupo são uma das temáticas centrais da sociologia. Na sociologia clássica, Simmel (2009) foi pioneiro em preocupar-se sobre a compreensão das formas das relações sociais, em analogia a uma geometria da vida social. No mesmo sentido, Weber (2015) preocupou-se em definir a ação social como aquela especificamente orientada pelo comportamento dos outros, e a relação social como o comportamento pelo compartilhamento recíproco de sentido entre os agentes. A forma como as

relações sociais constituem acesso a recursos e disputas em relação a outros atores também foi trabalhada por Bourdieu (2000) por meio do conceito de capital social. Na sociologia contemporânea, a sociologia relacional propõe conferir aos processos sociais dinâmicos a centralidade das análises, dando novo destaque às relações como fundamento do mundo social (EMIRBAYER, 1997; DÉPELTEAU, 2013). Alinhados com a proposta pragmática do novo campo de reanalisar as bases epistemológicas e ontológicas da sociologia clássica (DONATI, 2011), os sociólogos relacionais preocupam-se de que as teorias relacionais sejam aplicadas em pesquisas empíricas por metodologias relacionais (CROSSLEY, 2018).

O foco em relações e padrões relacionais requer “[...] um conjunto de métodos e conceitos analíticos distintos dos métodos estatísticos e de análise de dados tradicionais” (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 3). Neste contexto, a análise de redes sociais constitui um amplo conjunto de métodos aplicáveis aos dados relacionais (HIGGINS; RIBEIRO, 2018). Tradicionalmente, a ARS utiliza métodos matemáticos de análise e visualização de redes, baseados na teoria dos grafos e em matrizes, e conta com múltiplos indicadores de conceitos teóricos. As análises incluem desde propriedades da rede (tamanho, densidade, homofilia) a atributos dos nós que a compõem (centralidade de grau, assortividade, intermediação, eigenvector, entre outros), permitindo a visualização de complexos padrões relacionais em sociogramas. Atualmente, contudo, seu uso nas ciências sociais é mais variado. Para além da análise quantitativa, a ARS pode ser utilizada em uma perspectiva normativa, para tornar redes já existentes mais eficientes, como realizado pelos estudos que visam a melhorar a entrega de serviços em políticas públicas (MARQUES, 2010). Além disso, é possível fazer um uso metafórico da análise de redes, baseado em termos descritivos das redes. Essa aplicação da ARS é mais adequada à investigação de padrões de relações sem grande complexidade e sem grande volume de dados produzidos, explorando os padrões de sociabilidade por meio de narrativas (MARQUES, 2010). Essa foi a estratégia utilizada para a análise dos casos descritos nesta seção e que amparam a argumentação do artigo.

No Brasil, o uso da metodologia destaca-se nos trabalhos sobre pobreza e segregação de Eduardo Marques (2010, 2012, 2019), produzidos no âmbito do Centro de Estudos das Metrôpoles (CEM). Embora as coletâneas produzidas

no CEM tenham investigado a mediação relacional a uma série de estruturas de oportunidades e de bens e serviços (GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO; VIEIRA, 2012; MARQUES; CASTELLO; BICHIR, 2012; MOYA; MARQUES, 2012; LOTTA, 2012; PAVEZ; TOLEDO; GONÇALVES, 2012), o apoio social e as estratégias de cuidado não aparecem frequentemente nas análises das mediações relacionais. Na revisão de literatura realizada para a delimitação da pesquisa, apenas um trabalho fazia uso da sociologia relacional como referencial teórico para a investigação do cuidado (GIL, 2016). No Brasil, a maioria dos artigos sobre cuidado e análise de redes sociais enfatizam situações de dependência. Prevalencem aqueles produzidos na área da saúde, que enfocam a importância das redes sociais dos pacientes em tratamento de doenças crônicas e hospitalizações, a integração das equipes na atenção primária e os processos relacionais do acesso dos indivíduos aos serviços de saúde. Assim, a perspectiva que se pretende propor, investigando o cuidado infantil com uso de análise de redes sociais, foi pouco explorada até o momento.

Para Marques, “as redes sociais compõem o tecido das relações entre indivíduos, grupos e entidades nas sociedades, estruturando os campos onde os fenômenos sociais acontecem” (MARQUES, 2012, p. 9). São uma forma de mensurar a sociabilidade dos sujeitos por meio da análise de “padrões complexos de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo de trajetórias de vida e em constante transformação” (MARQUES, 2010, p. 120), os quais exercem influência sobre o acesso dos indivíduos ao bem-estar. Enquanto elemento básico do tecido da rede, as relações podem ser observadas tanto em nível micro como macro. No primeiro, enfatiza-se como influenciam a satisfação de necessidades individuais e cotidianas, como busca por emprego (GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO; VIEIRA, 2012), acesso a mercados (MARQUES; CASTELLO; BICHIR, 2012) e apoio social (MOYA; MARQUES, 2012). No segundo, enfoca-se processos políticos de interação entre grupos da sociedade civil e Estado; as conexões entre agentes, atores estatais e sociedade; e a implementação de políticas públicas (LOTTA, 2012; PAVEZ; TOLEDO; GONÇALVES, 2012).

Os estudos de Marques (2012) demonstram que as piores situações sociais são associadas a redes com alto padrão de homofilia e localidade – isto é,

constituídas por indivíduos com características similares e com vínculos restritos a regiões geográficas limitadas, como bairros e vizinhanças. Os indivíduos com melhor acesso a bens e serviços, por sua vez, seriam aqueles com redes que incluem laços mais diversos e que extrapolam o seu local de residência. Assim, de forma geral, os resultados sugerem que “[...] certos tipos de sociabilidade e de redes estão mais frequentemente associados a melhores ou piores situações sociais, e como os mecanismos relacionais ajudam a explicar as diferenças entre as redes, assim como entre as situações sociais” (MARQUES, 2012, p. 21).

Associando os pressupostos da análise de redes – isto é, de que as relações sociais dos indivíduos, e não apenas seus atributos individuais, influenciam suas condições de vida – à satisfação do cuidado nas famílias, a análise de redes sociais mostra-se útil para investigar as estratégias de cuidado. Considerando o papel destacado que assumem os laços pessoais nas estratégias de cuidado desenvolvidas em contextos de pobreza (GUIMARÃES; HIRATA, 2020; FERNANDES, 2021; MORENO, 2019; FONSECA, 1995; FONSECA; FIETZ, 2018), conferindo ao cuidado um caráter relacional, emergem uma série de perguntas que podem compor uma agenda de pesquisa dos estudos do cuidado com o uso quantitativo, normativo ou metafórico de análise de redes. Por exemplo, qual a influência das relações pessoais das cuidadoras nas estratégias de cuidado por elas desenvolvidas? Mulheres com redes maiores, mais diversas e menos locais teriam maior facilidade de acesso aos serviços públicos de cuidado de crianças? Em caso positivo, estas redes seriam significativas também para sua inserção profissional? Ainda, cuidadoras com vínculos comunitários mais consolidados, conectadas com líderes comunitários ou agentes comunitários de saúde, teriam maior acesso a fluxos de informações sobre vagas em creches ou benefícios da assistência social? Ou, pelo contrário, para o acesso aos serviços públicos não importaria o tamanho da rede, mas sim a posição da cuidadora em uma rede mais ampla, a densidade dos laços sociais que facilitariam este caminho ou a esfera de sociabilidade a que pertencem?

Para responder a estes questionamentos, as redes sociais das cuidadoras podem ser analisadas tanto em seu potencial micro como macro. Ao nível micro, pode-se perguntar como, diante do déficit de vagas em creches públicas,

estratégias informais de cuidado infantil são organizadas a nível familiar e comunitário. Neste caso inclui-se o uso de cuidadores informais e casas de “tomar conta” na vizinhança, a mobilização de laços familiares estendidos e arranjos familiares nos quais crianças e adolescentes são responsáveis pelo cuidado dos mais jovens. Ainda que a família seja sugerida como a principal esfera de sociabilidade ativada para o cuidado, esta linha de investigação abre oportunidades para explorar como redes de cuidado e redes de solidariedade entre mulheres se formam, em especial em tempos de pandemia e crise do cuidado, para contornar o déficit de políticas públicas e as limitações de acesso aos serviços privados. Assim, se o acesso a uma vaga na educação infantil é capaz de amenizar a sobrecarga feminina nos lares e facilitar seu acesso ao mercado de trabalho (SORJ, 2013), as relações pessoais também podem ser capazes de influenciar estes fatores ao redistribuir tarefas de cuidado entre vizinhos ou outras pessoas dispostas a assumir atividades antes entendidas como exclusivamente privadas e individuais.

Ao nível macro, pode-se buscar compreender em que medida o acesso a serviços públicos de cuidado infantil, em especial educação infantil, é mediado relacionalmente. Isso inclui, por exemplo, como relações pessoais favorecem o fluxo de informações sobre oferta de vagas em creches, períodos de matrícula, ou inclusive exercem influência pessoal direta no acesso a uma vaga. Como exemplo disso, Zibecchi (2014) explica que vínculos pessoais derivados das relações cotidianas possibilitam o acesso às organizações vinculadas ao cuidado infantil, como creches comunitárias. No mesmo sentido, Moya e Marques (2012) indicam que, ainda que a mediação das instituições tenda a reduzir os graus de personalização das relações, estas permanecem mediando o acesso entre organizações do Estado e os cidadãos mesmo em contextos de universalização de políticas públicas.

Em ambos os casos (tipos de sociabilidade envolvidos em apoio social direto e mediações para acesso a serviços e políticas públicas) as redes sociais são potencialmente capazes de influenciar as estratégias de cuidado desenvolvida pelas famílias e, por conseguinte, a sobrecarga das cuidadoras. No caso da ativação de diferentes esferas de sociabilidade, como vizinhos ou amigos, a

família pode deixar de ser a única estratégia possível de delegação do cuidado para cuidadoras em situação de pobreza, viabilizando sua maior autonomia. No caso de mediação a serviços públicos, como recebimento de fluxos de informação ou viabilização direta de vagas em creches, as redes mediam o acesso a políticas públicas, viabilizando uma melhor redistribuição com a esfera pública das atividades de cuidado.

Dois casos empíricos ilustram o potencial da metodologia para a investigação do cuidado infantil. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com cuidadoras primárias¹ de crianças de até cinco anos de idade em bairros periféricos da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A opção por um roteiro de entrevista semiestruturado no lugar de um questionário gerador de nomes se deu pela dinamicidade dos arranjos de cuidado, permitindo à respondente, estimulada pelas perguntas que abordavam seus vínculos pessoais, discorrer sobre as diferentes estratégias utilizadas no decorrer do tempo. O uso da análise de redes foi metafórico, isto é, extraiu-se padrões de sociabilidade a partir das narrativas das respondentes (MARQUES, 2010). Construiu-se as redes egocentradas das entrevistadas e privilegiou-se três atributos principais: tamanho da rede, isto é, número de indivíduos ligados à cuidadora; força dos laços na percepção da respondente (GRANOVETTER, 1973); e diversidade da rede, considerando a esfera de sociabilidade a que os laços eram atribuídos.

Moradoras da mesma região da zona norte da cidade, Bárbara e Cibele² se identificam como as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. Seus atributos pessoais são relativamente uniformes - ambas são mulheres cisgênero com idades entre trinta e trinta e dois anos, possuem renda familiar média de dois a três salários mínimos e coabitam com homens que trabalham fora de casa. São atributos diferentes entre ambas a raça, já que uma se identifica como branca e a outra como parda, e o nível de escolaridade, que é substancialmente maior para Cibele, que concluiu o ensino médio, enquanto Bárbara

1. Do total de trinta e uma entrevistas realizadas, apenas dois dos entrevistados eram homens em posição de cuidadores principais, razão pela qual opta-se pelo uso do feminino.

2. Nomes fictícios.

não concluiu o ensino fundamental. Além disso, a renda de Cibele é supera em quase o dobro a de Bárbara, que é beneficiária do Bolsa Família. As redes em que estão inseridas possuem atributos bastante distintos que, quando examinados em conjunto com os atributos pessoais, podem oferecer caminhos para a compreensão da sua influência nas estratégias de cuidado desenvolvidas por cada uma.

Bárbara é uma mulher branca e possui dois filhos: Maicon, de quinze anos, e Fabiano, de quatro. A última vez em que Bárbara trabalhou foi antes do nascimento do primeiro filho; desde então, dedica-se às atividades domésticas e de cuidado no próprio lar, enquanto o marido trabalha. Atualmente é beneficiária do programa Bolsa Família, tendo renda individual de seiscentos reais. O primeiro filho frequenta o ensino médio durante a parte da manhã e, no contra turno escolar, participa das atividades desenvolvidas por uma organização do terceiro setor para jovens em vulnerabilidade social no bairro. O filho mais jovem, mesmo em idade para matrícula obrigatória, não frequentou a creche nem frequenta atualmente a pré-escola.

Quando questionada sobre o motivo de Fabiano não estar na pré-escola, Bárbara afirmou que gostaria de matriculá-lo, mas que foi proibida pelo marido e desistiu da ideia, mesmo tendo conseguido vaga em uma creche municipal no ano anterior, à qual chegou a renunciar. Bárbara não indicou, com exceção do marido nos períodos em que não está trabalhando, nenhuma pessoa se envolva no cuidado direto de Fabiano, não tendo vínculos que a apoiem com a criação do filho na vizinhança ou na igreja que frequenta. Quando perguntada sobre vínculos que poderiam ter contribuído no cuidado para além do envolvimento direto, como com informações ou “ajudas” de outro tipo (GUIMARÃES, 2020), mencionou apenas a irmã, que teria indicado um CRAS para um benefício para Fabiano, e uma liderança comunitária na região onde reside, que durante a pandemia do Coronavírus teria oferecido doações de material escolar e ranchos. Segundo Bárbara, nenhuma dessas pessoas recebeu nada em troca pelas “ajudas”.

O sociograma da estratégia de cuidado utilizada Bárbara é composto apenas pelos filhos, pelo marido, pela irmã e por esta liderança comunitária. A irmã e a liderança, que pertencem às esferas de sociabilidade de família e

vizinhança, foram consideradas por Bárbara como vínculos fracos com contato esporádico. Seu caso exemplifica uma estratégia de cuidado familiar intensivo, com responsabilidade exclusiva sua, com vínculos fortes restritos ao marido e um reduzido número de nós, gerando uma sociabilidade bastante limitada. Em síntese, Bárbara é uma cuidadora intensiva do filho mais jovem, e seus acessos a fluxos de informação são concentrados em dois vínculos fracos e de esferas de sociabilidade não familiar-nuclear.

Cibele, por sua vez, possui uma rede maior e mais diversa. É a cuidadora principal de duas filhas: Lívia, de um ano e sete meses, de quem cuida intensivamente durante o dia, e Marcela, de cinco anos, que frequenta a pré-escola em uma instituição da rede conveniada do município de Porto Alegre em turno integral. Cibele cuida de Lívia durante a manhã e tarde, levando e buscando Marcela na escola; à noite, frequenta um curso técnico por três dias na semana. Beneficiária do Bolsa Família até pouco tempo, Cibele disse ter seu benefício interrompido por ter começado a trabalhar de casa como secretária do próprio companheiro, tendo renda individual de mil e quinhentos reais mensais. Seu companheiro trabalha fora de Porto Alegre e, no período noturno dos dias em que possui curso, uma vizinha ou uma sobrinha ocupam-se do cuidado de suas crianças. A primeira inicialmente recebia pequenas quantias em dinheiro pela ajuda mas, em razão de um problema de saúde, havia sido recentemente substituída pela segunda, de quatorze anos, que recebe “um dinheirinho” e, eventualmente, roupas.

A rede pessoal de Cibele é composta por um maior número de vínculos do que a de Bárbara. Das pessoas mencionadas por ela por terem contribuído direta ou indiretamente (com informações ou recomendações) para o cuidado das filhas, além do marido, estão sua sobrinha, sua vizinha, sua avó, sua tia, sua mãe e uma liderança comunitária da região. Os vínculos se estendem pelas esferas de sociabilidade familiar e vicinal/amizade; de todos eles, contudo, os únicos avaliados por ela como laços fortes foram o marido e a vizinha. Além de uma rede mais ampla, Cibele possui uma estratégia de cuidado familiar menos intensa, sendo capaz de externalizar o cuidado a outros indivíduos fora do núcleo familiar. Nas suas palavras, “eu conto realmente com as minhas

vizinhas e não com a minha família. Realmente com as... qualquer lá onde que eu moro, com qualquer vizinha. Parente nunca pode”.

Nas redes pessoais de Bárbara e Cibele, a estratégia de cuidado é predominantemente familiar, pois são elas as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, permanecendo com eles em casa durante o dia. Suas estratégias de cuidado familiares possuem, contudo, diferentes intensidades. No caso de Bárbara, que não indicou nenhum indivíduo a quem possa delegar o cuidado de Fabiano, a responsabilidade pelo cuidado é exclusivamente sua. No caso de Cibele, a existência de um laço forte com a vizinha, associado com a possibilidade de remunerar pequenas quantias de dinheiro pelo cuidado da filha no turno da noite, permite que frequente um curso profissionalizante. Neste sentido, pode-se sugerir que atributos pessoais, como a renda, ao interagirem com atributos relacionais, como a existência de uma rede maior e mais diversa, criam condições que influenciarão o acesso diferentes oportunidades de emprego e renda entre as duas mulheres.

Ainda que a análise das redes pessoais das duas cuidadoras não nos permita generalizar relações entre as estratégias de cuidado e as redes sociais das cuidadoras – e, muito menos, a concluir unidimensionalmente acerca de sua empregabilidade e autonomia financeira –, os casos relatados ilustram uma possível análise relacional sobre o cuidado infantil. A metodologia relacional permite compreender a multidimensionalidade das condições de vida dos indivíduos, já que as relações pessoais compõem padrões dinâmicos que as influenciam, condicionando sua ação e seu acesso aos serviços públicos, ao emprego e a outras oportunidades de satisfação do bem-estar. Com isso, a análise deve considerar, além dos atributos relacionais e pessoais, as possíveis interações entre eles, questionando como renda e raça interagem com os vínculos formados e as possibilidades de externalização do cuidado para além da família. O uso da análise de redes, seja quantitativo, seja metafórico, pode contribuir para a compreensão do cuidado como atividade relacional, abrindo caminhos para a investigação da influência dessas redes na forma em que o cuidado é desenvolvido.

Considerações finais

Considerando o cuidado infantil, em especial nos contextos de pobreza, como uma atividade cuja satisfação no cotidiano das famílias acontece sobretudo por mobilizações relacionais, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado de crianças. Argumenta-se que uma perspectiva relacional permitiria a compreensão de padrões de sociabilidade que são ativados para gerar soluções para problemas de cuidado cotidianos nas vidas das cuidadoras, e que o da análise de redes pode iluminar a uma importante intersecção entre organização social do cuidado e relações sociais.

Em síntese, sugere-se que ontologia relacional sobre a pobreza desenvolvida nos trabalhos de Marques (2010, 2012) podem servir como ponto de partida para o estudo do cuidado infantil nestes mesmos contextos de vulnerabilidade. Para o autor, sua compreensão multidimensional das condições de vida dos indivíduos supera a análise exclusiva dos atributos pessoais para considerar a forma como as relações sociais influenciam o acesso ao bem-estar. O cuidado, entendido como uma atividade organizada socialmente e realizada por diversos atores, também pode ser investigado por uma perspectiva relacional. Pode-se investigar como as relações familiares ou de vizinhança podem atuar na satisfação direta do cuidado, e também como podem interagir com a burocracia do nível de rua dos serviços públicos e influenciar o acesso à provisão estatal de cuidado. O uso da análise de redes, enfim, pode servir como uma abordagem metodológica de destaque para a investigação das mediações relacionais que os indivíduos fazem para a satisfação do cuidado no cotidiano, isto é, de como as relações sociais influenciam o desenvolvimento de diferentes estratégias de cuidado.

Este uso da análise de redes sociais, enfocando as necessidades de cuidado por uma perspectiva sociológica, é incipiente na literatura das ciências sociais. Sua utilização oferece aos estudos sobre o cuidado uma oportunidade de, para além da descrição do cuidado como satisfeito pelas relações sociais dos indivíduos, investigar como diferentes configurações relacionais são capazes de influenciar distintas estratégias de cuidado. Propõe-se, assim, que uma agenda

de pesquisa com esta preocupação poderá iluminar como as estratégias de cuidado não são apenas configuradas pelos atributos das cuidadoras – classe, raça, escolaridade, renda, entre outros – mas também, em associação a eles, por seus atributos relacionais – isto é, as relações sociais que são capazes de mobilizar e pelas oportunidades por elas trazidas.

Referências

BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; SCAVINO, Sol. Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil en Uruguay. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 47, n. 163, pp. 292–319, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143710>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BATTHYÁNY, Karina. **Recorridos latinoamericanos de los cuidados**. In: BATTHYÁNY, Karina (Org.). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020, pp. 11-51.

BATTHYÁNY, Karina. **Políticas del cuidado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de Educação**, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2007b, pp. 67-69.

CROSSLEY, Nick. Networks, Interactions and Relations. In: DÉPELTEAU, François (Org.). **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018, pp. 481-498.

DÉPELTEAU, François. What is the direction of the “Relational Turn”? In: DÉPELTEAU, François; POWELL, Christopher. **Conceptualizing Relational Sociology**. Ontological and theoretical issues. New York: Palgrave MacMillan, 2013, pp. 163-185.

DELPHY, Christine. **Close to home: a materialist analysis of women’s oppression**. London: Hutchinson, 1984.

DONATI, Pierpaolo. **Relational sociology: A new paradigm for the social sciences**. New York: Routledge, 2011.

EMIRBEYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**, vol. 103, n. 2, pp. 281-317, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/>

stable/10.1086/231209?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. **La organización del cuidado de niños y niñas en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/27849>. Acesso em: 04 jan. 2023.

FAUR, Eleonor. **Organización Social Del Cuidado Infantil En La Ciudad De Buenos Aires: el rol de las instituciones públicas y privadas (2005-2008)**. 2009. 301f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2009.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres–madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. **Las lógicas del cuidado infantil**. Buenos Aires: IDES, 2012, pp. 107-163.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019. E-book.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia (São Paulo, online)**, v. 64, pp. 1–22, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>. Acesso em: 04 jan. 2023.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia; FIETZ, Helena. Collectives of care in the relations surrounding people with ‘head troubles’: family, community and gender in a working-class neighborhood of southern Brazil. **Sociol. Antropol.**, v. 8, n. 1, pp. 223-243, abril. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v8i18>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GAGO, Veronica. Neo-comunidad: circuitos clandestinos, explotación y resistencias. In SOLÍS, Cristina Vega; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (Org.). **Cuidado, comunidad y común: experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018, pp. 75-92.

GHERARDI, Natalia; PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla. **De eso no se habla: el cuidado en la agenda pública**. Estudio de opinión sobre la organización

del cuidado. (1ª Ed.). Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA), 2012. Disponível em: <http://www.ela.org.ar/a2/objetos/adjunto.cfm?codcontenido=814&codcampo=20&aplicacion=app187&cnl=14&opc=49>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GIL, Nuria Garro. La relación de cuidado en la familia. **SIPS – Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria**, vol. 27, pp. 313-321, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293783034_La_relacion_de_cuidado_en_la_familia. Acesso em: 04 jan. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; ANDRADA, Ana Carolina; PICANÇO, Monise; VIEIRA, Priscila. Redes sociais e obtenção de trabalho: trajetórias, atributos e relações. In: MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 111-142.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. Pensar o Trabalho pela Ótica do Cuidado, Pensar o Cuidado pela Ótica das suas Trabalhadoras. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, pp. 27-52.

GUIMARÃES, Nadya. O Cuidado e seus Circuitos: Significados, Relações, Retribuições. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, p. 91-127.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. As “ajudas”: O cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, pp. 5–22, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. O Cuidado e as “Ajudas”. In:

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020b, pp. 161-187.

GRANOVETTER, Mark. The strength of “weak” ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, pp. 1360–1380, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2776392>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HIRATA, Helena. O Cuidado em uma Perspectiva Internacional. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, pp. 213-241.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antônio Carlos. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2020, pp. 125-150. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/201007_BPS27_educacao.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia Implementadora e o Combate à Pobreza: Agentes Comunitários de Saúde em três cidades brasileiras. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 277-303.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010. E-book.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Introdução. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, p. 9-18.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Redes pessoais e acesso a mercados. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 69-80.

MARQUES, Eduardo. Notes on networks, the state, and public policies. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, pp. 1–11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00002318>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre família, Estado e mercado**: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e cuidado. 2019. 329f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOYA, Encarnación; MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Trocas sociais, apoios e mecanismos relacionais. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 81-109.

PAVEZ, Thais Regina; TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne de; GONÇAVES, Renata Rocha. Atores e redes no debate da segurança pública. In: MARQUES, Eduardo Cesar Leão (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 305-334.

SIMMEL, Georg. **Sociology**: Inquiries into the construction of social forms. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 573–594, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (org.). **Trabalho doméstico e de cuidados**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008, pp. 77-90. E-book.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, n. 149, pp. 478-491, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family Policies in Brazil. In: ROBILA, Michaela (Ed.). **Handbook of Family Policies across the Globe**. Nova Iorque: Springer, 2014, pp. 459-471.

WASSEMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**: Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva, volume I**. Tradução: Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2015.

ZIBECCHI, Carla. Cuidadoras del ámbito comunitario: entre las expectativas de profesionalización y el 'altruismo'. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, v. 18, n. 50, p. 129, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.50.2014.1433>. Acesso em: 04 jan. 2023.

Recebido: 20/04/2023

Aceito: 12/06/2023

A Teoria Sociológica Clássica e a análise de Políticas Públicas: o “Estado em ação” em Marx, Durkheim e Weber

Classical sociological theory and public policy analysis: the “State in action” in Marx, Durkheim and Weber

Matheus Boni Bittencourt¹

1. Analista de políticas públicas da Secretaria Estadual de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo (SEGER-ES), Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0002-2486-3981> matheusbonibittencourt@gmail.com

Resumo: Neste artigo, discutimos a contribuição teórica da Sociologia Clássica para a análise das políticas públicas e sociais. Entre convergências problemáticas e divergências teóricas e políticas, as contribuições de Marx, Durkheim e Weber são mais complementares que excludentes entre si. Na medida do possível, tentamos trazer os conceitos dos clássicos para a atualidade, como a questão da mercantilização do trabalho que remete a Marx, das atribuições de regulação social e garantia de direitos a Durkheim, e da conexão conflituosa entre política e burocracia a Weber. Empregamos o método de “reconstrução” teórica com base na literatura primária e secundária, sem pretender esgotar o assunto mediante uma exposição sistemática, mas visando estimular o debate teórico sobre as políticas públicas no contexto da modernidade periférica tardia à luz dos conceitos marxianos, durkheimianos e weberianos.

Palavras-chave: Teoria Sociológica. Sociologia Clássica. Políticas Públicas. Estado. Burocracia.

Abstract: In this article, we discuss the theoretical contribution of Classical Sociology to the analysis of public and social policies. Between problematic convergences and theoretical and political divergences, the contributions of Marx, Durkheim and Weber are more complementary than mutually exclusive. As far as possible, we try to bring the concepts of the classics to the present, such as the issue of the commodification of work that goes back to Marx, the attributions of social regulation and guarantee of rights to Durkheim, and the conflicting connection between politics and bureaucracy to Weber. We use the method of theoretical “reconstruction” based on primary and secondary literature, without intending to exhaust the subject through a systematic exposition, but aiming to stimulate the theoretical debate on public policies in the context of late peripheral modernity in the light of Marxian, Durkheimian and Weberian concepts.

Keywords: Sociological Theory. Classical Sociology. Public Policy. State. Bureaucracy.

Introdução

À despeito das oscilações e divergências de abordagem teórica e prática (BRASIL & CAPELLA, 2016), as Políticas Públicas são em geral definidas como “o governo em ação”: num sentido amplo, o conjunto das ações e omissões das autoridades políticas e agentes administrativos, visando a realização de objetivos políticos, econômicos e sociais em nome do interesse público. São consideradas uma forma de ação coletiva, organizada e institucionalizada, realizada por agentes públicos, às vezes com participação de agentes privados, geralmente com o protagonismo dos primeiros.

Há poucas dúvidas quanto ao objeto de análise da subdisciplina de políticas públicas. A análise do “Estado em ação”(…) tem como objeto específico o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica. (ARRECHTE, 2003, p. 8).

Desde o advento das *policy sciences* no pós-II Guerra Mundial, a análise das políticas públicas pretende ir além da tradicional dicotomia entre política e administração. Esta levou a análise do Estado a se dividir entre uma teoria política democrática, de um lado, e uma teoria administrativa orientada por modelos organizacionais do mundo empresarial, de outro. Sagrou, assim, a separação rígida entre decisão e execução, ocultando aspectos administrativos das escolhas políticas e aspectos políticos da implementação das decisões e intenções. Institucionalizada inicialmente de dentro da Ciência Política, a Administração Pública, e depois as Políticas Públicas, também receberam múltiplas contribuições de outras áreas, como a Sociologia, a Economia, o Direito, a gestão empresarial, a Ciência de Dados, e assim por diante (SECCHI, COELHO & PIRES 2019; DERNHARDT & CATLAW, 2016).

Assim, é evidente que a área de Políticas Públicas tenha uma afinidade enorme com a Sociologia (CORTÊS & LIMA, 2012). O objetivo deste artigo é explorar as raízes desta afinidade, trazendo, especificamente, a contribuição da Teoria Sociológica Clássica para a análise de Políticas Públicas. Empregamos um método de reconstrução teórica com base na leitura das obras teóricas e comentadores, sem pretender uma exposição sistemática, que esgote o assunto. Nossa leitura dos clássicos deve muito a Collins (2009), Manicas (1987), Hawthorne (1982), Nisbet (1979), Giddens (1979; 1998) e Clarke (2011). Nossa visão sobre a importância dos clássicos da teoria social se baseia nos argumentos de Jeffrey Alexander (1999), para quem os clássicos da Teoria Sociológica apresentam-se como paradigmáticos para a formulação da problemática, estilo de argumentação e fonte de hipóteses explicativas. Argumentamos que as contribuições dos principais autores (mas não os únicos!) da Teoria Sociológica clássica são diferentes, porém complementares entre si, e prenunciam e inspiraram as discussões contemporâneas sobre os conflitos relativos à “intervenção estatal” no mercado e na sociedade civil.

A contribuição marxiana

A teoria social marxiana foi desenvolvida em meados do século XIX, principalmente por Karl Marx (1818-1883), com a colaboração decisiva de

Friedrich Engels (1820-1895). Formados na tradição intelectual do idealismo germânico¹, que privilegiava a especulação abstrata, eles voltaram o seu olhar para a materialidade das intensas, conflituosas e amplas transformações que marcaram a sua época: o declínio econômico, político e ideológico das classes dominantes tradicionais (nobreza e clero), da produção artesanal e familiar, do trabalho servil e das crenças religiosas tradicionais, de um lado, e a ascensão da moderna classe capitalista ao poder político, do contrato de trabalho assalariado, das grandes fábricas e maquinaria, do mercado mundial, das ideologias seculares e das grandes cidades, de outro. Estes processos conjugaram a expansão da produtividade industrial com a exploração quase ilimitada da força de trabalho “livre” (baixos salários, longas jornadas, trabalho infantil, condições insalubres e inseguras etc). Os trabalhadores eram recrutados entre os destituídos, “proletários”, que se multiplicavam pela falência de artesãos e pequenos proprietários pela concorrência da grande indústria. Estes processos fomentaram a rebelião dos trabalhadores e pobres urbanos contra a pobreza, a exclusão política (voto censitário), a instabilidade econômica e as duras condições de trabalho. A análise dos conflitos entre as novas e antigas classes dominantes, e entre estas e as classes exploradas antigas e novas, levou Marx e Engels ao debate crítico sobre o pensamento filosófico, econômico e político da sua época, à formulação de uma “concepção materialista da história” e a uma “crítica da economia política” do sistema socioeconômico em ascensão.

Marx e Engels não tinham como intenção a fundação de uma nova disciplina acadêmica dedicada ao estudo científico dos processos sociais. Partindo de uma crítica radical do pensamento filosófico, político e econômico ocidental, engajaram-se em uma análise da dinâmica e estrutura do sistema capitalista, buscando a explicação da sua origem, estrutura, desenvolvimento e possível superação futura. Pretendiam que a análise do sistema capitalista permitisse uma compreensão das raízes dos conflitos sociais, servindo de orientação para a ação coletiva emancipadora, a ser protagonizada pelo incipiente movimento

1. O principal nome do idealismo germânico foi Immanuel Kant (1724-1804), mas o comentário crítico de Marx se concentrou sobre a obra de Georg W. F. Hegel (1770-1831) e seus discípulos, mais influentes à época.

operário organizado. Este se constituía nos conflitos no local de trabalho, mas apontava para a transformação mais ampla da sociedade, para além do capitalismo. Se o jovem Marx tinha como propósito a superação da dicotomia entre o naturalismo e o idealismo na tradição filosófica como base para uma concepção emancipatória do ser humano, na obra de maturidade e na parceria com Friedrich Engels os problemas abordados se tornaram mais políticos, econômicos e históricos, “materiais” e “concretos”. Porém, com fortes continuidades com os escritos de juventude, publicados postumamente, especialmente na questão da “alienação”². Entender a peculiar estrutura, reprodução, expansão, crise e possível ocaso do modo de produção capitalista, e como a classe operária poderia opor-lhe e superá-lo pela ação revolucionária, constituíam as maiores preocupações destes pensadores em sua maturidade. No entanto, ao rechaçar a concepção do ser humano abstraído das relações sociais e desenvolver uma abordagem dos fundamentos estruturais das lutas políticas e ideológicas de classe, Marx e Engels conceituaram as práticas, relações, conflitos, instituições, organizações e ideologias como processos de transformação ou de reprodução da ordem social e política, construindo não só uma Teoria Sociológica de pleno direito, como também se tornando os principais interlocutores das principais formulações sociológicas posteriores (MARX, 2013; 2008; 2011; 2010; 2012; 2013; 2010; 1980; MARX & ENGELS, 2005; 2019).

Uma das proposições marxianas de maior relevância para a análise de políticas públicas e sociais é o fundamento de classe do Estado. A conexão da ordem jurídica, política e ideológica com a sua base socioeconômica. Isto é, com as relações de produção, trabalho e propriedade e as forças produtivas do trabalho, tendo como instrumento heurístico a ideia de primazia em última instância dos fatores técnico-econômicos, tidos como uma base material para a emergência das instituições políticas, jurídicas e ideológicas (MARX & ENGELS, 2019; MARX, 2008).

Posto de maneira polêmica como um “comitê de negócios comuns da classe dominante” (MARX & ENGELS, 2005), a teoria marxiana do Estado apresenta possibilidades de desenvolvimento mais sofisticadas para a reflexão sobre

2. ver, por exemplo, POSTONE (2014).

a natureza do fenômeno estatal. A dimensão instrumental da organização estatal, no sentido de ferramenta institucional de opressão sobre as classes dominadas (ELSTER, 1989), é relativizada e ampliada, ao constatar-se a relativa autonomia que o aparato estatal adquire frente aos interesses privados das classes dominantes, sem prejuízo para a manutenção da ordem social capitalista. Isso torna a dinâmica política e a organização administrativa do Estado problemas relevantes em si mesmos, especialmente no que se refere à conexão entre os aparatos relativamente autônomos da administração as relações de poder entre as classes sociais (MARX, 1980). É provável que a ação repressiva e militar do Estado fosse enfatizada por Marx e Engels, no que foram seguidos por Lênin (2011), porque eram de fato as mais predominantes na época do *État-gendarme*, anterior a importantes conquistas do movimento operário e à necessidade, vislumbrada pelos próprios capitalistas, de administração das crises econômicas pelo Estado.

Mesmo a “manutenção da ordem” pelo Estado, nas economias capitalistas consolidadas, é contraditória: de um lado, é a garantia da liberdade e igualdade formais, da forma-dinheiro e da propriedade privada, das quais depende o individualismo econômico imperante na esfera da circulação de mercadorias, e de outro, é o papel da coerção estatal na acumulação de capital, que perdura para muito além da “acumulação primitiva” e da adoção das medidas repressivas de exceção para a imposição da ordem capitalista contra os marginalizados e rebeldes entre as classes dominadas (MARX, 2006; 2011; 1980).

Entre as atividades do Estado capitalista que contribuem para a acumulação de capital por meio da coerção organizada, sistemática e não raro brutal, estão a dívida pública, que transfere recursos públicos diretamente para o capital financeiro. E a guerra, tanto o confronto interno em cada país capitalista, que é latente e implícito até explodir em enfrentamento aberto, quanto a guerra externa, de conquista e ocupação, crucial na disputa por mercados e recursos naturais, o que teve um papel importante na acumulação primitiva e tornou-se, com a ascensão do imperialismo, um método permanente de acumulação por espoliação (LENIN, 2011; LUXEMBURGO, 2009, GONÇALVES, 2011).

Também de suma importância é a coerção penal, organizada e institucionalizada como atribuição por excelência do Estado moderno. Tem o propósito oficial de garantir a ordem pública e proteger a vida, a liberdade e as propriedades dos cidadãos, por meio da intimidação, neutralização e até reabilitação ou eliminação de criminosos. Mas, na prática, serve desde a “acumulação primitiva”, como um mecanismo coercitivo de acumulação de capital, seja pela superexploração dos apenados, seja pela regulação punitiva pendular do mercado de trabalho, oscilando entre o disciplinamento da força de trabalho e a incapacitação da superpopulação excedente (RUSCHE & KIRSCHHEIMER, 1999). Além disso, a própria lógica do sujeito econômico burguês estaria implicada no Direito em geral, e inclusive no penal, modelando uma subjetividade jurídica capitalista no próprio discurso e prática jurídicas, na medida em que o dano social causado pelo crime é considerável como passível de retribuição pelo tempo de vida do culpado, assim como o valor dos mercados é expressão do tempo médio de trabalho necessário para produzi-las (PASHUKANIS, 2017).

De fato, uma leitura mais meticulosa e atualizada da teoria das “superestruturas”, isto é, das lutas de classes e da ideologia, mostra que as atribuições ampliadas, que aos poucos foram incorporadas pelo Estado, têm sentidos contraditórios. Muitas vezes impõem limites e controles à exploração da força de trabalho na esfera econômica, ou mesmo complementam o valor do salário com provisões coletivas. Até mesmo a coordenação política da atividade econômica, sem prejuízo para a imposição coercitiva da “lei e ordem” capitalistas. A análise de políticas públicas, nesse sentido, se beneficia menos da metáfora arquitetônica da “base e superestrutura”, mero recurso heurístico, ou da definição unilateral do Estado como instrumento de opressão de classe, do que da análise das relações contraditórias entre as diversas políticas públicas realmente implementadas, de um lado, e as transformações e reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista, de outro. Gramsci (2007; COUTINHO, 1999) foi um precursor desta reconstrução das relações entre o modo de produção e as atividades políticas, jurídicas e ideológicas que, segundo o pensador italiano, compõem o “Estado ampliado”, constituído pela articulação conflituosa entre a “sociedade política” de coerção organizada

e a “sociedade civil”, na qual é disputada uma luta ideológica e associativa pela hegemonia político-cultural. Eminentemente pensadores marxistas sublinharam este caráter contraditório da expansão da ação socioeconômica do Estado, que se constitui em controle administrativo da força de trabalho e das “falhas de mercado” ou limitação da exploração por meio de regulamentação dos contratos de trabalho e complementação dos salários pela redistribuição fiscal da mais-valia. Em outras palavras, a autonomia relativa do Estado implica a sua conversão em arena de luta de classes, relevando a conexão das políticas públicas com as forças produtivas e as relações de produção (LOSURDO, 2015; JESSOP, 2009; CODATO & PERISSINOTO, 2020).

Ganha relevo, no caso específico, mas que tende à universalização, da relação entre o Estado e a forma-mercadoria, vindo à tona a conexão entre as políticas públicas como limitadoras, moderadoras ou indutoras dos processos de mercantilização, da redução a “relações monetárias” e ao “cálculo egoísta” das mais diversas atividades, relações, produtos e campos institucionais da sociedade (MARX & ENGELS, 2005). Políticas setoriais mais díspares podem ser, dessa maneira, repensadas como mecanismos de imposição, de moderação ou de limitação dos processos de mercantilização que subordinam cada vez mais amplos domínios da vida social à lógica da mercadoria e da acumulação de capital. Um quadro conceitual que permite fugir à alternativa simplista e superficial de “mais ou menos Estado” ou “mais ou menos mercado” do ultraliberalismo³, e permite o aprofundamento nos impactos efetivos que a ação estatal tenha na vida real, seja contra, a favor, em parceria, em conflito ou negociação com o setor privado capitalista.

O papel do governo na acumulação de capital e controle da força de trabalho é, assim, posto em relevo sob este prisma. De um lado, o Estado garante a propriedade privada por mecanismos de coerção e legalidade, institucionaliza o dinheiro como forma generalizada e equivalente de troca. Assim, associa ao

3. Sobre a popularização da ideia do “Estado mínimo” como contraposição simplista entre “coletivismo-estatismo” e “liberdade individual” e o avanço político-ideológico do “ultraliberalismo” no Brasil, ver ROCHA (2019); sobre a proximidade e aliança entre o ultraliberalismo, autoritarismo e “guerra cultural”, ver ROSA, DE'ANGELO e BRAGA (2021).

“fetichismo da mercadoria” um fetichismo do Estado, e participa dos processos sociais mais amplos de alienação, ao separar o sujeito político (cidadão) do sujeito econômico (proprietário de mercadorias), o Estado da sociedade, e ao garantir as condições da generalização e continuidade da troca de mercadorias e da separação entre produtores e meios de produção por meios jurídicos, administrativos e da violência organizada. No processo de “acumulação primária”, foi fundamental a violência do Estado, engajado no “cercamento” dos campos comuns e expulsão dos camponeses expropriados para as cidades, no colonialismo, na escravidão e nas “legislações sanguinárias” para impor pela força armada a subordinação formal ao trabalho assalariado (MARX, 2006; 2013; ENGELS, 1968). Releituras deste conceito consideram que esse não foi apenas um momento de transição entre capitalismo e feudalismo, pois a acumulação por espoliação é uma atividade constante ao longo da história do capitalismo, realizada direta ou indiretamente pela coerção violenta, por ação ou omissão do Estado (LUXEMBURGO, 2009, pp. 68-76; GONÇALVES, 2011).

Ao lado da atuação direta e indireta no sentido de propiciar condições para acumulação de capital no mercado capitalista, ou facilitar e acelerar a acumulação por meios coercitivos (das guerras às privatizações), o Estado se coloca como agente organizador no disciplinamento e reprodução social da força de trabalho. Na época de Marx, Engels e Lênin estes processos eram gerenciados de maneira predominantemente repressiva, utilizando o poder policial, militar e penal para subjugar a força de trabalho ao regime de assalariamento, e da aliança com os conservadores religiosos para inculcar a passividade popular, motivada por resignação e crença de que as desigualdades do mundo social expressam a vontade divina e a lei da natureza. Isso levou a uma caracterização bastante negativa deste processo, não apenas no sentido ético de apontar injustiças e excessos, como também no sentido analítico de definir a ação estatal como negação, anulação e desarticulação da subjetividade humana (MARX & ENGELS, 2005 E 2019).

Ainda assim, em alguns aspectos, a ação estatal foi vista como importante para fiscalizar as condições de trabalho e limitar a duração da jornada laboral, pela compreensão de que a ação coletiva dos trabalhadores poderia lograr

legislações e políticas favoráveis ao trabalho. Assim, seria possível conter a exploração mais extrema, caracterizada por condições insalubres e inseguras, jornadas exaustivas e salários de fome (MARX, 2006).

Desenvolvimentos posteriores mostraram que a ação do Estado na reprodução da força de trabalho poderia ser ainda mais ampliada dentro dos Estados capitalistas. Chegaria a suplementar a provisão de alguns bens e serviços necessários para a formação de trabalhadores e amparo aos que não conseguem trabalhar (educação, saúde, assistência etc). Neste sentido, atenua a dependência dos trabalhadores em relação ao mercado de trabalho, sempre com sentidos contraditórios, pois estas intervenções benignas muitas vezes caminham com a relegitimação do Estado capitalista e com a superexploração de grupos étnicos estigmatizados e trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Há, pois, sérias limitações estruturais à pretensão de universalizar um capitalismo de bem-estar social. De toda maneira, a relação do Estado com a força de trabalho, no sentido de induzir ou de mitigar a sua condição de mercadoria, tornou-se hoje uma das problemáticas mais relevantes das políticas públicas (ESPING-ANDERSEN, 1991 E 1995).

A contribuição durkheimiana

As mudanças sociais em larga escala testemunhadas por Émile Durkheim (1858-1917) coincidem, em grande parte, com aquelas já abordadas por Marx e Engels, mas décadas à frente e com um foco maior no contexto francês. Neste, se formou a república parlamentar com sufrágio universal masculino, em meio ao acirramento do conflito entre empresários e trabalhadores numa sociedade cada vez mais diferenciada, urbana, individualista e industrial. O Estado diversificava gradualmente as suas atribuições para além da administração da punição e da guerra, entre as quais a educação pública e a produção de estatísticas oficiais sobre diversos assuntos. O avanço do neocolonialismo levou ao crescimento das fontes documentais e do interesse por informações sobre povos não europeus, enquanto o nacionalismo se tornava uma ideologia de massas. Herdeiro de uma tradição fortemente racionalista, mas aberto a ideias do empirismo inglês, do idealismo alemão e do pragmatismo norte-americano,

Durkheim abordou os fenômenos sociais da sua época a partir de uma preocupação com a coesão social, a moralidade, as crenças e os símbolos.

Diferente de Marx e Engels, para Émile Durkheim a fundação de uma disciplina científica autônoma, dedicada ao estudo dos fatos sociais e representações coletivas, foi um projeto perseguido ao longo de toda a sua vida intelectual e profissional. Por isso, Durkheim atentou para a explicitação de uma metodologia sociológica própria, com um objeto específico, o “fato social”, claramente delimitado e diferenciado dos objetos de outras ciências, e com procedimentos definidos para a sua abordagem (DURKHEIM, 2011; 1999).

Apesar de muitas vezes ter sido erroneamente lido como um conservador preocupado com a erosão da autoridade e da tradição (NISBET, 1979), à sua maneira e no seu âmbito de atuação, Durkheim foi um defensor da república democrática, da educação laica e universal, do planejamento socioeconômico, das associações de trabalhadores e da regulamentação do contrato de trabalho. Foi também um crítico tanto do tradicionalismo religioso e monárquico quanto do *laissez-faire* econômico e sua filosofia utilitarista. Argumentou que a construção de consensos normativos laicos seria um remédio eficaz contra os efeitos destrutivos da anomia e do egoísmo decorrentes da modernização econômica capitalista, o que nos permitiria qualifica-lo como reformista democrático. Se estava longe de ser um revolucionário, também o estava de ser um conservador tradicional. Sua preocupação com a autoridade, da ordem e a moralidade tinha a ver menos com a defesa das mesmas em si mesmas, e mais com a explicação da sua origem e estrutura, bem como da possibilidade de construí-las sobre fundamentos racionais, humanistas e universalistas (DURKHEIM, 2000; 2002; GIDDENS, 1998, PP 103-168; OLIVEIRA, 2010; DICRISTINA, 2004; GOMES, 2018).

Na perspectiva durkheimiana, o Estado moderno aparece como organização ampla, diferenciada do restante da sociedade e internamente diversificada. Constitui-se no “órgão de reflexão” da sociedade moderna, pois reúne informações, toma decisões e coordena atividades diversas. O surgimento do Estado, para Durkheim, liga-se à própria divisão social do trabalho, isto é, à tendência à crescente diferenciação funcional e interdependência dos indivíduos e grupos parciais no contexto das sociedades modernas. Dessa

maneira, o sociólogo francês argumenta que a imposição de regras, em sociedades mais simples, tradicionais e de menor escala, é realizada pela pressão da coletividade como um todo, que se alinha em função da semelhança de crenças, hábitos e sentimentos. O desvio à norma é respondido pelo grupo de maneira enérgica e violenta, pois é um atentado direto à coletividade, como grupo de crenças uniformes, e que se vinga com a máxima expressividade no corpo do criminoso, e principalmente contra às ofensas à religião. Com a modernização da sociedade, ampliação do “volume” e da “densidade” sociais, isto é, da população total, do número de ocupações diferenciadas e do grau de interdependência entre os membros da sociedade, ocorre uma mutação da “morfologia social”, com o afrouxamento dos laços de semelhança de crenças e costumes. Ocorre, pelo contrário, uma crescente complexificação, que reduz a base social da similaridade de crenças e hábitos. O resultado é a crescente diversificação sociocultural e ocupacional, o que abre espaço para maior liberdade individual, mas acarreta na crescente dispersão das crenças, ensejando a anomia⁴. Nesse contexto de diferenciação funcional, ocorre uma especialização e formalização da administração da ordem e da justiça. O Estado se separa e autonomiza da sociedade, mas é o produto do seu desenvolvimento. Agora, a punição e a administração da lei em geral cabem a um corpo especializado de profissionais que se dedicam à aplicação da lei com a máxima impessoalidade. Ocorre moderação das penas em geral e a descriminalização das ofensas religiosas, pois os sentimentos ultrajados pelos desviantes religiosos se tornam fracos. Cada vez mais, o que todos os membros da sociedade têm em comum é a condição de pessoas, a importância que dão à própria integridade e autonomia pessoal. Por isso, a sociedade modera as punições em geral, mas entre todas as mais duras são para as agressões contra a pessoa, considerada sagrada em seus direitos. O individualismo

4. A categoria de anomia, em Durkheim, é o inverso da “solidariedade”, e diz respeito à ausência ou ineficácia das normas sociais na restrição dos desejos individuais e regulação da interação social. Uma reformulação do conceito foi proposta por Merton (1938), que caracteriza a anomia como uma disjunção entre objetivos e meios legítimos da ação em uma ordem social, ou seja, como uma “contradição” cultural e institucional.

seria um princípio fundamental da sociedade moderna, mas poderia ser de tipo moral (respeito pelos direitos e autonomia, considerando cada pessoa um fim em si mesmo) ou egoísta (perseguição dos próprios interesses sem limitações, vendo os outros como meios para seus próprios fins). O contrato entre indivíduos possui fundamentos pré-contratuais, que ultrapassam as vontades individuais expressas no instrumento jurídico: o respeito pela autonomia de cada contratante (DURKHEIM, 2002, 1999; 2011; OLIVEIRA, 2010; GOMES, 2018; SUÁREZ, 2010).

O Estado moderno, segundo Durkheim, assume a função de organizador da “solidariedade orgânica”. De um lado, se coloca como administração da justiça restitutiva, que assumiria preponderância em detrimento da justiça punitiva. De outro, é a organização social que é encarregada da defesa e garantia dos direitos dos cidadãos, bem como da imposição dos deveres a cada indivíduo. Na contramão do pensamento utilitarista, Durkheim considera que um Estado forte e amplo é necessário à liberdade, pois o individualismo moral, que ele diferencia do individualismo egoísta e anômico, busca emancipar o indivíduo das tutelas particulares e tradicionais, o que exige que ele seja integrado em um corpo social mais amplo, embora mais abstrato, que é o Estado Nacional. A relação do Estado com a liberdade, novamente na contramão do liberalismo, agora do econômico, opera no sentido de sua capacidade de regulamentar e coordenar as múltiplas atividades sociais e econômicas para impedir a anomia, não necessariamente a socializando em sua totalidade, mas ao menos impondo normas, por meio de uma ação mediadora, reguladora e coordenadora. Trata-se de “planejar” e de “organizar” as atividades econômicas, educacionais etc. O *laissez-faire*, para Durkheim, não é sinônimo de liberdade no sentido pleno, mas apenas negativo, aquele que diz respeito ao indivíduo não ser obrigado a fazer o que não deseja, o que em parte apenas o libera para o egoísmo, promovendo a erosão da solidariedade e integração. A liberdade, para Durkheim, exige um sentido também positivo, no sentido de ser capaz de fazer, de exercer uma autonomia, o que exige uma provisão e normatização mais amplas, que passa tanto pelo Estado quanto pelas associações entre cidadãos. A ação do Estado, neste sentido, é reguladora e normativa, ao criar regras efetivas

que possam impor limitações aos comportamentos predatórios, reconhecer anseios, mediar conflitos e garantir o individualismo moral que Durkheim via como libertador. A relação entre governantes e governados, é definida como uma relação de comunicação, na qual o governo deve informar os cidadãos e ser informado por eles, de maneira recíproca e constante (DURKHEIM, 2002; SACCOL, 2012; OLIVEIRA, 2010; GOMES, 2018; SUÁREZ, 2010).

Contudo, a ideia de um Estado internamente diferenciado por uma divisão do trabalho entre diversos grupos profissionais que atuam em setores diferenciados, constituídos pela ampliação das atribuições e responsabilidades estatais na complexa sociedade moderna, não leva necessariamente a uma harmonia integradora entre os diversos setores do Estado, nem a uma harmonia social mais ampla, como pensava Durkheim. Ao invés disso, pode levar ao desenvolvimento de conflitos entre setores do próprio Estado e ao estabelecimento de complexas convergências, alianças e contraposições aos conflitos que se desenrolam no âmbito do mercado e da sociedade civil (BOURDIEU, 2014; DUBOIS, 2010).

Em resumo, para Durkheim, o Estado nacional moderno não seria o “Estado mínimo” punitivo e repressivo, como propunha o liberalismo clássico. Durkheim considerava que as características do “Estado Mínimo” eram, na verdade, características estruturais do Absolutismo, quando os governos tinham poderes repressivos e punitivos ilimitados, mas uma capacidade de atuação mais restrita. Um Estado moderno, democrático e republicano, para Durkheim, na verdade, é muito mais amplo, complexo e internamente diversificado que o Estado Absolutista, assumindo missões de regulação e coordenação socioeconômica, provisão da educação e produção de informação, e não apenas de administração de punições e guerras, pois a liberdade associada ao individualismo moral exige uma regulamentação mais firme e detalhada das interações, de maneira a impedir que a diferenciação social se torne uma anomia crescente, em razão do predomínio do egoísmo (DURKHEIM, 2014; GARLAND, 1995).

Durkheim não considerou possíveis retrocessos neste sentido, e no geral via o desenvolvimento do simples ao complexo como linear, de modo que a sociedade moderna tenderia a ser cada vez mais individualista. O Estado

assumiria ao longo do tempo um caráter cada vez mais reconstitutivo e regulador, e menos punitivo. Os traços autoritários seriam resquícios do absolutismo. No entanto, a caracterização do Absolutismo como um regime no qual o Estado tem atribuições reduzidas e poderes punitivos maximizados foi implicitamente retomada por Wacquant, ao caracterizar o regime neoliberal como um Estado mínimo na esfera socioeconômica e máximo na esfera penal-policial, não como uma consequência da sobrevivência de resquícios arcaicos do passado, mas como um projeto político. Dessa maneira, as tendências ao individualismo e ao absolutismo não seriam, de todo, mutuamente exclusivas (WACQUANT, 2007)⁵.

Apesar de ver o Estado nacional moderno como potencialmente libertador, Durkheim tinha consciência dos riscos de uma integração demasiado direta do cidadão ao Estado, e por isso valorizava as associações profissionais particulares como intermediárias entre o indivíduo isolado e o Estado organizado. Pelas conexões associativas profissionais, o indivíduo seria capaz de adquirir valores, incorporar normas e representações coletivas mediadoras entre o Estado, o mercado e a personalidade individual do cidadão, o que sugere que as associações profissionais poderiam ser agentes no processo de políticas públicas (DURKHEIM, 1999; 2011).

Dessa maneira, fica mais claro como seria uma concepção durkheimiana das políticas públicas. Em primeiro lugar, Durkheim era um crítico do *laissez-faire*, e apesar de muitas vezes confundido com um conservador, seria melhor definido como um “reformista”, defensor de um Estado democrático e pluralista com funções reguladoras, coordenativas e educativas ampliadas. Em sua visão, o Estado Mínimo seria mais próximo do Absolutismo que da

5. Em textos mais recentes, Wacquant (2012; 2014) se engajou criticamente na disputa pela caracterização do neoliberalismo em termos “econômicos” (sobretudo por neomarxistas ou neokeynesianos) ou em termos “cultural” (sobretudo por foucaultianos), assimilando aspectos importantes de ambas, ao definir o regime neoliberal como um Estado gerencial que articula o “*prisonfare*” e o “*workfare*” para disciplinar a base da pirâmide social, enquanto garante liberdade e proteção ao topo, com dispositivos mais amplos que as instituições policiais e penitenciárias. Em termos durkheimianos, a promoção do individualismo egoísta das classes dominantes se faria às custas da imposição de um semiabsolutismo às classes dominadas, reforçando a divisão forçada do trabalho.

República Democrática, as organizações de trabalhadores tinham potencializadas integradoras, e a sociedade política é uma libertação do indivíduo dos despotismos tradicionais e da anomia causada pelo individualismo egoísta. Por isso, a ampliação de políticas públicas setoriais e da cooperação entre o governo e as organizações voluntárias, como os sindicatos e outras formas associativas, seriam mecanismos de reforço da coesão e da solidariedade organizadas dentro de uma sociedade complexa, atenuando os efeitos radicalmente anômicos e desagregadores da crescente diferenciação sóciofuncional. Uma perspectiva durkheimiana sobre as políticas públicas vai enfatizar a oposição entre as atribuições amplas e diversas de um Estado democrático e as atribuições restritas e punitivas de um Estado absolutista, estudar os efeitos de uma política pública sobre a coesão social, pesquisar a capacidade política de construção de consensos normativos em meio à crescente diferenciação social, e investigar a conexão entre a autoridade pública, as organizações profissionais particulares e os direitos e garantias do indivíduo. Considerará o Estado como diferenciado da sociedade civil e do mercado, mas também internamente diferenciado, havendo uma extensa divisão do trabalho estatal que cria nichos internos, ameaçando também a desintegração da ação estatal, porém, promovendo uma diversificação de atribuições, vocações e perspectivas dentro do próprio serviço público. Ganha relevo, numa perspectiva durkheimiana das políticas públicas, a função educativa e reguladora do Estado, chave para promoção do individualismo moral e do combate tanto aos despotismos tradicionais quanto da anomia resultante do individualismo egoísta.

A contribuição weberiana

Contemporâneo de Durkheim, Max Weber (1864-1920) foi um fundador mais relutante da disciplina sociológica. Inicialmente, engajou-se, em pesquisas históricas e comparativas sobre o Direito, a economia e a religião. Propôs posições metodológicas de “meio termo” entre o historicismo e o racionalismo na “querela dos métodos” nos debates econômicos e jurídicos⁶. Os conceitos

6. O *Methodenstreit*, “querela” ou “batalha dos métodos”, foi uma polêmica envolvendo os economistas Carl Menger, que propunha na teoria econômica um método dedutivo, com base numa filosofia

básicos da sua metodologia sociológica foram explicitadas nas intervenções polêmicas nestes debates, nos quais apresentou posições com raízes na tradição do idealismo germânico, especialmente na vertente neokantiana. Comparada à França de Durkheim, a recém-unificada Alemanha de Weber tinha um movimento operário mais poderoso, sob a liderança dos socialdemocratas, e um *status quo* mais conservador, sob a direção dos *junker* e do *Keiser*⁷, e também um desenvolvimento industrial mais acelerado e consistente. Em meio ao conflito de classes, cresciam as camadas intermediárias de profissionais especializados, ocupando cargos de gerência ou prestando serviços no mercado e nas grandes organizações estatais e empresariais.

Max Weber mantém uma posição ambivalente em vários aspectos. Apesar de inicialmente relutante com a sociologia, acabou por ser a figura-chave na instituição e legitimação da sociologia no sistema universitário alemão, com influência decisiva em outros países. Filho de um político liberal e intensamente envolvido na política do seu tempo, era um defensor do dever profissional de neutralidade axiológica do cientista social diante dos conflitos de valores culturais e de interesses políticos. Considerava Marx, ao lado de Nietzsche, como um dos pensadores mais importantes da sua época, mas foi um crítico radical do “materialismo histórico”, apresentando uma metodologia sociológica que pretendia incorporar alguns aspectos do marxismo e uma visão bastante diferente. Defensor de um individualismo metodológico sofisticado, sem apriori utilitarista e reconhecendo a diversidade de motivações humanas. Buscava a explicação dos processos sociais

utilitarista, e Gustav Schmoller, que defendia uma visão econômica histórica. Tanto para os estudos econômicos quanto jurídicos, Weber propôs uma solução de compromisso entre “racionalismo” e “historicismo”, reconhecendo a importância dos conceitos hipotético-dedutivos, mas frisando que são válidos como instrumentos de análise sociohistórica (MACLACHLAN, 2017). Este tipo de posição intermediária também foi defendida por Weber frente à oposição entre “compreensão” e “explicação” e sobre a validade dos conceitos marxistas, mas não quanto à neutralidade axiológica ou ao “individualismo metodológico”, os quais defendeu com veemência (WEBER, 2016).

7. Os *junker* eram a elite agrária e militar do antigo Reino da Prússia e do *II Reich* alemão (1870-1918), um regime de monarquia parlamentar cujo chefe de Estado era o *Keiser*.

pela agregação de ações individuais que, por sua vez, eram profundamente enraizadas nas relações sociais e valores culturais que envolviam o ator social. Além disso, pela via da “sociologia interpretativa”, propôs uma Teoria Social que considerava a modernização como um processo de subordinação das mais diversas esferas de ação social à racionalidade instrumental, ao princípio da eficiência e do desencantamento do mundo, que levaria ao esvaziamento do sentido existencial e subordinação da pessoa a mecanismos impessoais de poder e acumulação – uma crítica radical com forte afinidade com a concepção marxiana da alienação e do fetichismo de mercadoria (LÖWITZ, 1982). Defensor da democracia constitucional, Weber considerava que o seu principal mérito era como método de seleção de líderes fortes e carismáticos, capazes de entusiasmar as massas e vencer resistências plutocráticas e burocráticas à inovação e mudança (COHN, 2003).

A sociologia de Max Weber é centrada no método de compreensão e interpretação do sentido subjetivo das ações sociais, definidas como comportamentos intencionais que o ator social realiza como referência as ações alheias, formando teias de expectativas e relações sociais (WEBER, 2016). A estabilização das expectativas estaria ligada ao desenvolvimento e consolidação das estruturas de estratificação social, regidas por critérios de apropriação dos recursos escassos a partir de uma posição de mercado (classe); e pelo pertencimento a grupos de honra e prestígio, em função da adesão a um estilo de vida definido por valores (estamento). Mas, principalmente, pela dominação legítima, organizada com referência a valores culturais mais ou menos modernos ou tradicionais. A esta dominação institucionalizada corresponderia, finalmente, a prevalência de tipos de orientação da conduta instrumental, axiológica, tradicional ou afetiva nas cada vez mais diversificadas “esferas de ação social”: econômica, política, jurídica, religiosa, científica, artística, familiar, erótica etc. A dominação carismática seria o mecanismo de transição e mudança, correspondente à orientação da conduta afetiva como um resíduo não plenamente explicável pela sociologia interpretativa. Os processos da dominação carismática transitória tenderiam ao desaparecimento ou à rotinização, convertendo-se em tradições culturais ou na codificação jurídica e organização burocrática, ou caindo no esquecimento (WEBER, 2000).

Tudo isso é, obviamente, uma brutal simplificação, mas o esquema permite organizar alguns problemas gerais da perspectiva weberiana para pensar as políticas públicas. De maneira mais ou menos lógica, pode-se apontar que a dominação racional-legal corresponde à prevalência da estratificação por classe. Consequentemente, a política pública numa abordagem weberiana seria definida pela ação governamental ou estatal, que necessariamente seria ligada aos tipos de motivações da ação e aos tipos de dominação legítima: ações tradicionais, afetivas, racionais-instrumentais e racionais-normativas (ou “axiológicas”), às quais corresponderiam formas de dominação legítima: tradicionais (patriarcalismo, feudalismo, absolutismo, sultanismo etc), racionais-legais ou burocráticas e carismáticas. Os tipos de dominação contribuiriam para a estabilização das expectativas sociais pela organização das relações de poder. O eco dessa visão se encontra na ideia da política pública como “governo em ação”, pela qual líderes políticos eleitos tomariam decisões que seriam aplicadas por funcionários técnicos (WEBER, 2000; SECCHI, COELHO & PIRES, 2019).

O conceito de burocracia, formulado por Weber para aprofundar nas formas modernas de dominação, é fundamental para a análise de políticas públicas, especificamente na sua dimensão organizacional e da legitimação social. A burocracia é compreendida como um tipo de organização formal, estruturada hierarquicamente e segundo normas jurídicas e técnicas codificadas. Estabelece uma relação vertical entre ocupantes da escala de cargos instituídos, com as respectivas remunerações e missões pré-definidas. O recrutamento dos ocupantes e progressão de carreira, na burocracia, se dá por critérios formalmente meritocráticos (provas de concursos, desempenho no trabalho, integridade e conformidade às normas escritas etc), estabelecendo um sistema de ação altamente impessoal e voltado para objetivos definidos pelo topo da cadeia de comando. Essa meritocracia acaba favorecendo as camadas sociais com maiores recursos para custear a educação necessária à ocupação da função burocrática. Tudo isso visa a legitimação do poder pela sua contribuição para a eficácia e eficiência da missão da organização (WEBER, 2000; CAMPOS, 1976; BRANCO, 2016).

Ao contrário do que virou senso-comum posteriormente, a burocracia em Weber não é sinônimo de administração pública, nem se opõe ao setor privado, nem implica no excesso de procedimentos puramente ritualísticos e desnecessários, que levam ao desperdício de tempo e recursos (o que poderíamos chamar de “cartorialismo”). Pelo contrário, a burocracia seria caracterizada pela busca da eficácia legal e eficiência das ações, permeando tanto a administração estatal (que não é sempre, completa ou necessariamente burocrática no sentido weberiano) quanto na grande empresa privada, nas instituições educacionais e nas organizações religiosas, entre outras associações e empreendimentos que compõem a complexa vida moderna. Administrações estatais são mais antigas que a burocracia, operando tradicionalmente em molduras patriarcais, feudais ou patrimonialistas, e às vezes sob direção carismática e profética. Por outro lado, pode-se identificar antecedentes da burocracia moderna em organizações religiosas (WEBER, 2000; CAMPOS, 1976).

Weber considerava que a burocracia é uma expressão das tendências modernas à racionalização instrumental da ação, que trazia maior eficiência e eficácia, mas também rigidez e supressão da criatividade individual. Especificamente em relação ao Estado, o processo de burocratização vai de mãos dadas com a expropriação dos meios de coerção dos agentes diretos, de maneira análoga à separação entre o produtor imediato e os meios de produção na área econômica. Por exemplo, as fortalezas e exércitos particulares dos senhores feudais, que deviam sua autoridade aos reis, foram gradualmente derrotados, desmantelados e substituídos por exércitos profissionais. Como as demais burocracias, os militares usam equipamento de propriedade do Estado e que são recrutados por meios cada vez mais impessoais e formalizados, com uma hierarquia baseada em critérios específicos de mérito na seleção e promoção de profissionais, historicamente em oposição à tradicional nobreza guerreira, que herdava domínios territoriais dos progenitores e dispunha dos seus próprios instrumentos e pessoal para fazer a guerra, recolher impostos e aplicar punições. Processos semelhantes podem ser observados na organização da cobrança de impostos e aplicação de punições, que deixaram de ser um privilégio exercido por proprietários feudais ou concedido pelo favor pessoal

do Soberano, para ser gradualmente centralizado nas mãos de organizações profissionais e especializadas do Estado. Os diversos exemplos podem ser rastreados nas várias instituições públicas, como os tribunais, as polícias, o fisco, os militares, os hospitais, as escolas e as universidades, e assim por diante. Em comum, os meios de administração e coerção foram separados da propriedade pessoal do agente, o recrutamento foi orientado por critérios formais de mérito, e o monopólio estatal da violência legítima foi legitimado pela codificação de regras jurídicas para o seu exercício (WEBER, 2011). Nesse sentido, nas sociedades modernas a democracia “plebiscitária” ou “parlamentar”, segundo Weber, ainda que a burocratização também atinja as organizações-chave da democracia, que são os partidos políticos e a imprensa de massa, pode funcionar como um eficiente contraponto carismático e pluralista às tendências modernas à racionalização instrumental, à uniformização legal e às alianças entre burocracia e plutocracia (WEBER, 1997).

Na análise das políticas públicas é preciso atentar para a estrutura de legitimação de poder instituída naquele contexto específico, que pode conter uma combinação de várias formas racionais-legais, tradicionalistas e carismáticas de dominação legítima, definindo um arcabouço legal que estabelece algumas possibilidades e limitações para a ação pública, sendo em geral um dos tipos apenas o aspecto predominante. As sociedades nas quais são fortes as formas tradicionais de dominação legítima terão políticas públicas mais permeáveis a demandas por concessão de benefícios ou punições em função de laços pessoais, de parentesco ou de crença religiosa, por exemplo, em detrimento de políticas públicas com critérios objetivos de beneficiamento e acesso mais impessoais e formalizados. Lideranças carismáticas particularmente fortes podem facilitar a promoção de mudanças sociais em quaisquer sentidos postulados pelo líder e seus seguidores, muitas vezes em desconsideração pela eficácia dos meios utilizados e contra a racionalidade administrativa representada pelas organizações públicas profissionalizadas ao estilo burocrático-racional. Sociedades altamente modernizadas, nas quais a dominação racional-legal se estabeleceu e consolidou, são altamente condicionadas pela administração burocratizada e por influências plutocráticas, ainda que também sejam fortes os conflitos

distributivos entre privilegiados e despossuídos, decorrentes das desigualdades sociais, o que em muitas ocasiões pode dar vazão à formas carismáticas de condução política (WEBER, 2000; 2011).

A formulação weberiana do conceito de burocracia, sobretudo burocracia pública, sugere nas entrelinhas que as características formais e meritocráticas tornaram a organização burocrática bastante instrumental para os que a comandam. Serviriam, portanto, principalmente como meio de aplicação da decisão política centralizada, mediado pelos mecanismos de comando e controle burocrático. Haveria uma separação entre política e administração, no sentido de que a primeira define fins e toma decisões, atribuindo missões aos burocratas, enquanto a segunda busca e realiza os meios para a implementação administrativa das prioridades definidas politicamente. É a visão “de cima para baixo” dos processos de políticas públicas, baseada em uma concepção de burocracia e democracia que tem óbvias ressonâncias weberianas (SECCHI, COELHO & PIRES, 2019; DERNHARDT & CATLAW, 2016; CAMPOS, 1976).

Mas os estudos sobre burocracia em nível de rua põem em questão a visão weberiana clássica, apontando a formação de interesses, valores e representações próprias da burocracia. Decisões da direção política serão sempre reinterpretadas pelos escalões intermediários e subordinados, havendo uma tensão entre as normas e decisões formais no topo da pirâmide e as práticas da base, onde um considerável grau de discricionariedade permeia a relação entre os agentes da organização e os cidadãos. Isso porque a visão do alto escalão desconhece as complexidades das situações cotidianas, enfrentadas por professores, policiais, assistentes, atendentes e outros profissionais que atuam diretamente junto ao público. As decisões centralizadas impõem normas a servidores que frequentemente se veem às voltas com a escassez de recursos, demandas e pressões contraditórias dos superiores hierárquicos e do público usuário, informações desencontradas, enviesadas e fragmentárias. Em resposta a tais situações, os profissionais desenvolvem atitudes e relações informais, sobrepostas à organização formal do serviço público. Muitas vezes, estas escolhas discricionárias podem ser um modo criativo de lidar com as dificuldades, conflitos e obstáculos do trabalho. Mas também podem favorecer

interesses, preconceitos e laços pessoais do burocrata (LOTTA, 2019; CAMPOS, 1976; DERNHARDT & CATLAW, 2016).

Dessa maneira, toda política pública passa, necessariamente, pela burocracia pública, e uma parcela também pelas burocracias privadas empresariais, religiosas e organizações da sociedade civil. E não só pela burocracia, pois a administração estatal muitas vezes possui elementos tradicionalistas enraizados ou direção carismática conjuntural, relativas à trajetória histórica de cada Estado. Assim, levam à reprodução de práticas contrárias à racionalidade formal que muitas vezes informa o planejamento das políticas públicas. Além disso, o fato de ser posta em prática por membros destas organizações profissionais de Estado significa que o resultado será mediado pelos interesses, conhecimentos e valores pessoais e profissionais da burocracia em todos os níveis, cada um reinterpreta as decisões e regras estabelecidas segundo os seus próprios filtros, causando muitas vezes distorções em relação ao propósito inicialmente previsto da política pública, de um lado, ou filtrando e moderando os aspectos mais aventureiros e tradicionalistas presentes na liderança política, por outro.

Considerações finais

A exposição acima não tem a pretensão de ser uma discussão exaustiva e completa do complexo pensamento dos sociólogos clássicos – Marx, Engels, Durkheim e Weber. Também deixou de lado algumas figuras importantes, como Georg Simmel, que considerava as grandes organizações institucionais, como o Estado, um produto cristalizado de formas de interação social. A intenção foi muito mais esquematizar, apresentar e pensar como as suas obras podem ser relidas em função das preocupações contemporâneas com as Políticas Públicas. Embora em alguns aspectos sejam radicalmente divergentes, pode-se apontar argumentações que são complementares entre si, afinidades em alguns aspectos, preocupações comuns, contribuindo para iluminar diversos aspectos. Mais que apresentar respostas acabadas, a leitura dos clássicos ajuda no que é provavelmente a parte mais difícil: a construção da problemática sociológica das políticas públicas. Parece-nos relevante ressaltá-lo em um

contexto, como o nosso, no qual as organizações públicas são vistas, principalmente, sob um prisma jurídico, gerencial ou microeconômico, caracterizados por uma forte ênfase na racionalidade formal e centralização decisória, muitas vezes associada, no plano do discurso público, a uma agenda de redução do Estado. Esta visão ignora o entrosamento, conflituoso e negociado, entre políticas públicas, movimentos sociais e instituições sociais, políticas e econômicas (DERNHARDT & CATLAW, 2016; LOTTA, 2019).

Pontuamos, ao longo da exposição, alguns desenvolvimentos posteriores de cada uma das tradições teóricas fundadas pelos clássicos, como, por exemplo, a discussão sobre a autonomia relativa do Estado nas correntes marxistas, sobre os conflitos sociais intraestatais na tradição durkheimiana, e sobre a complexidade da agência dos burocratas de rua frente à visão weberiana. É possível reconhecer que, no desenvolvimento desses argumentos, há um entrelaçamento, convergências e reparos, na medida em que pesquisadores associados a uma das correntes beberam nas fontes das demais. Para sugerir alguma convergência fundamental, podemos indicar que, nas três correntes, o Estado é visto cada vez mais como uma arena de lutas, divergências e alianças, um “campo de poder”, nas palavras de Bourdieu (2014) e Wacquant (2007), ao invés de um bloco monolítico que serve à classe dominante, à coesão social ou a lideranças políticas. É esta dinâmica conflituosa, que perpassa tanto a política quanto a administração, que estabelece uma relativa autonomia do Estado, pois ao mesmo tempo o diferencia da sociedade civil e do mercado e o torna permeável, mediante alianças e confrontos complexos. Isso torna a problemática das políticas públicas mais aberta à questão da participação democrática, diferente da ênfase no insulamento, comando e controle, característica do modelo *top-down*, mas sem ignorar a capacidade da direção política de estabelecer um direcionamento e vigilância sobre a ação dos funcionários.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURHER, Jonathan. **Teoria Social hoje**. Trad. Gilson C.C. de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999, pp 23-90.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, pp. 7-10, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100001>. Acesso em: 02 jun 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANCO, Pedro H. Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 99, pp. 47-77, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445047-077/99>. Acesso em: 26 ago 2022.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, pp. 71-90, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3710>. Acesso em: 02 jun 2023.

CAMPOS, Edmundo (org). **Sociologia da burocracia**. Trad. Edmundo Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CLARKE, Simon. **Marx, marginalism and modern sociology**: from Adam Smith to Max Weber. 2.ed. Londres (Reino Unido): Macmillan Press, 2011.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Trad. Raquel Weiss. Petrópoles (RJ): Vozes, 2009.

CORTÊS, Soraya Vargas e LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. n. 87, pp. 32-62, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300003>. Acesso em 10 ago 2022.

DERNHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. **Teorias da administração pública**. 2a Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

DICRISTINA, Bruce. Durkheim's Theory of Homicide and the Confusion of the Empirical Literature. **Theoretical Criminology**, v. 8, n. 1, pp. 57-91, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362480604039741>. Acesso em 26 ago 2022.

DUBOIS, Vincent. L'action de l'État, produit et enjeu des rapports entre espaces sociaux, **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 201-202, no. 1-2, pp. 11-25, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2014-1-page-11.htm?contenu=article>. Acesso em: 15 ago 2022.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo; Martins Fontes: 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 24. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Trad. Mônica de Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2011.

DURKHEIM, ÉMILE; LION, H. Duas Leis da Evolução Penal. **Primeiros Estudos**, n. 6, pp. 123-148, 18 nov. 2014.

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Trad. José Verdes Montenegro y Montoro. Madrid (Espanha): Ciencia Nueva, 1968.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116, 1991. ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 35, pp.73-111, 1995. GARLAND, David. **Punishment and modern society**: a study in social theory. Oxford (Reino Unido): Claredon Press, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Capitalism and modern social theory**: an analysis of the writings of Marx, Durkheim and Max Weber. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e Teoria Social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

GOMES, Jayme. Durkheim, o individualismo e os intelectuais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 33, n. 98, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/339818/2018>. Acesso em: 07 jun 2023.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2017, v. 8, n. 2 pp. 1028-1082, 2017,. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2017.28770> . Acesso em: 10 ago 2022.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Loyola, 2006.

HAWTHORNE, Geoffrey. **Iluminismo e desespero**: uma história da sociologia. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Jessop, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 17, n. 33, pp. 131-144, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000200010> . Acesso em: 12 ago 2022.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**, v. 21, pp. 101-110, 2013.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. in: LOTTA, Gabriela (org). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019, pp. 11-38.

LÖWITH, Karl. **Max Weber and Karl Marx**. London: George Allen & Unwin, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. **Obras escolhidas**. Trad. e org. Isabel Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANICAS, Peter T. **A history and philosophy of the social sciences**. New York (EUA); Oxford (Reino Unido): Blackwell, 1987.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Santana. 31. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2013, 2 vols.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nelio Schneder. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O XVIII Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, Karl. **Textos selecionados** (Coleção "Os pensadores"). Trad. José Artur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Alvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer, e Stirner. Trad. Milton Camargo Mota. Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.

NISBET, Robert A.. **The sociological tradition**. Londres (Reino Unido): Heineman, 1979.

OLIVEIRA, Márcio de. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2010, v. 18, n. 37, pp. 125-135, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000300009>
Acesso em: 25/07/2022.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019189>. Acesso em: 07 jun 2023.

ROSA, Pablo Ornelas; DE ÂNGELO, Vitor Amorim; BRAGA, Tatiane. Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural. **Simbiótica** [online], v. 8, n. 2, pp. 187-216, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i2.36384>. Acesso em: 07 jun 2023.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

SACCOL, Ana Paula. A concepção de Estado no pensamento de Durkheim: lições de sociologia. **Em Tese**, Florianópolis, v. 9 n. 1, pp. 96-102, janeiro-julho/2012

SECCHI, Leonardo ; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões De Concursos**. 3. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, pp. 20-45, 2006. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> Acesso em: 26 ago 2022.

SUÁREZ, Yenny Carolina Ramírez. Individualismo moral e individualismo egoísta: herramientas conceptuales en la teoría de Durkheim para el análisis de un problema contemporáneo. **Revista Colombiana de sociología**, v. 33, n. 2, pp. 31-40, 2010. Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=551556233006>. Acesso em: 07 jun 2023.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]**.3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, L.. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, pp. 505–518, set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000300008>. Acesso em: 07 jun 2023.

WACQUANT, L.. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, pp. 139–164, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200009>. Acesso em: 07 jun 2023.

WEBER, Max; MILLS, Charles W. (org); GERTH, H.H. (org). **Ensaio de sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1. Trad. Karen e Regis Barbosa. Rev. Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UNB, 2000.

_____. **Economia e sociedade**: volume 2. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Rev. Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1999.

_____. **Textos selecionados**. Trad. Maurício Tragtenberg *et al.* São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. Trad. Augustin Wernet. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016, 2 vols.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEISS, Raquel Andrade. Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 71, pp. 45-67, 2011. Disponível: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/352>. Acesso em: 25 jul 2022.

Recebido: 26/08/2022

Aceito: 12/06/2023

Entre a tradição e a modernidade do poder familiar na política municipal: o caso de José Bernardo Ortiz em Taubaté – SP

Between tradition and modernity of family power in municipal politics: the case of José Bernardo Ortiz in Taubaté – SP

Matheus de Moura Juliano Brito¹

1. Professor da Etec Machado de Assis e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). <https://orcid.org/0009-0002-1943-8937> **matheusjuliano1@hotmail.com**

Resumo: Trata-se de um estudo de caso sobre as características políticas de José Bernardo Ortiz, ex-prefeito de Taubaté vindo de um ramo familiar tradicional da política local, que age entre a política “tradicional” e a “moderna”, principalmente antes e após a Constituição de 1988. Muitos autores usados na bibliografia apontam que as políticas mais tradicionais, como clientelismo, coronelismo e mandonismo perderam força com o advento da última Constituição, em 1988. Por outro lado, outros estudiosos também citados no presente trabalho apontam a permanência de algumas políticas “tradicionalistas”, como o poder familiar. Para a análise do objeto em questão, o estudo de caso torna-se ideal, pois pode trazer uma visão micro e mais minuciosa quando comparada aos olhares macro mais abrangentes, que não são capazes de detectar certos “detalhes”.

Palavras-chave: Eleição Municipal. Familismo. Tradição. Modernidade.

Abstract: It is a case study on the political characteristics of José Bernardo Ortiz, former mayor of Taubaté coming from a traditional family branch of

local politics, who acts between “traditional” and “modern” politics, mainly before and after the 1988 Constitution. Many authors used in the bibliography point out that more traditional policies, such as clientelism, coronelismo and mandonismo lost strength with the advent of the last Constitution, in 1988. On the other hand, other scholars also cited in the present work point to the permanence of some “traditional” policies, such as family power. For the analysis of the object in question, the case study becomes ideal, as it can bring a micro and more detailed view when compared to broader macro looks, which are not able to detect certain “details”.

Keywords: Municipal Election. Familism. Tradition. Modernity.

Introdução

Os clássicos da sociologia política apontam que o poder político de algumas famílias no Brasil vem, desde os tempos mais remotos – segundo diversos autores, como VIANNA (1990), HOLANDA (1995) e LEAL (1997) que estudaram o Brasil antes da Constituição de 1988–, sendo baseados na dominação tradicional.

Pesquisadores neoinstitucionalistas, como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999), KERBAUY (2000) e BRAGA (2014), que estudaram a política nacional pós a última Carta Magna, mostram um não domínio das “políticas tradicionais” e um enfraquecimento das políticas mais “tradicionais”, como assistencialismo, mandonismo, coronelismo e familismo, e um crescimento das políticas mais “modernas”, com pautas universais, impessoais, que estão associadas ao fortalecimento das instituições, como partidos políticos, judiciário, Estado etc.

Na visão de Bourdieu (1980), a sociedade moderna, diferentemente da tradicional, passou a ser pautada por meios objetivos e institucionalizados, como o mercado econômico, o sistema de ensino, o aparelho jurídico, o Estado e outros mais, ocorrendo uma dominação de maneira “indireta e impessoal”. Isso possibilitou a existência dos meios variados de acumulação devido à existência e às mediações de mercados autorregulados, estruturados e institucionalizados.

Com a Carta Magna de 1988, autores como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999) e KERBAUY (2000) ganham mais destaque ao analisar as relações mais institucionalizadas, nas quais pode haver estímulos às “políticas tradicionais ou

modernas”. A despeito das mudanças, CANÊDO (1997), GRILL (2012), PIMENTEL (2014), MONTEIRO (2016) e SARDINHA (2017) mostram a permanência de uma genealogia do poder.

São duas posições que se encontram na literatura das Ciências Sociais. O primeiro grupo, os neoinstitucionalistas e o segundo, formado por estudiosos de tendências mais diversas, como CANÊDO (1997), SANTOS (1997), OLIVEIRA (2007), GRILL (2012), PIMENTEL (2014) e MONTEIRO (2016). Estes trazem um diálogo mais plural, envolvendo Ciência Política, Antropologia Política, Sociologia e até mesmo História e encontram espaços para estudos da família como figura central nas discussões do poder político.

Este trabalho procura refletir o quanto José Bernardo Ortiz – um político de família tradicional –, manteve-se na política de Taubaté por meio das pautas mais “tradicionais”, que buscam uma relação mais direta com os eleitores, como o clientelismo, o assistencialismo, a defesa de símbolos e a personalidades da cidade, ou as mais “modernas”, mediadas por instituições, como direitos universais, pautas coletivas, meritocracia, entre outras. De modo secundário o texto buscará analisar a influência da Constituição de 1988 no comportamento do ex-prefeito.

Taubaté é um dos maiores municípios do Brasil. Conforme os dados de 2010 do Censo demográfico, ela está entre os 90 maiores municípios brasileiros e entre os 30 do estado paulista, em população absoluta com mais de 278.686 mil habitantes e urbanização acima de 90% (IBGE). Sua localização, segundo Costa (2005), está a 123 quilômetros da capital do estado pela rodovia Presidente Dutra. O município conta também com outras importantes rodovias que interligam o restante do país, como a Rodovia Carvalho Pinto, Oswaldo Cruz, Floriano Rodrigues Pinheiro, entre outras.

Leal (1986) escreveu um importante livro, “Coronelismo Enxada e Voto”, para refletir sobre a política mais tradicional nas municipalidades brasileiras. O estudo se dirige a uma época do Brasil rural em que os coronéis sobreviviam, sem uma distinção clara do público e privado, em que o latifúndio exercia um papel relevante juntamente com as boas relações com o executivo estadual e federal, pois havia uma dependência de ambos para manutenção do poder.

Sem descartar o fato de que o Brasil mudou profundamente nos últimos 50 anos, pois houve industrialização, urbanização e avanço tecnológico (SANTOS, 2001), todas estas novas condições propiciariam um enfraquecimento das políticas mais tradicionais, como o coronelismo, o clientelismo, o poder familiar, entre outras. No entanto, a despeito das mudanças, o poder político de algumas famílias continua a reproduzir a chamada política tradicional.

Ainda que exista uma política “tradicional” nas municipalidades, que guardam aspectos rurais, pouco urbanizadas e desconectadas do resto do país – características apontadas por (LEAL, 1986) para manutenção do coronelismo –, não é o caso de Taubaté.

De acordo com Kerbauy (2000), a industrialização e urbanização em São Paulo na década de 1950 trouxeram novas demandas sociais, diluindo o poder dos coronéis e criando coalizões políticas. As mudanças institucionais ocorridas com a Constituição de 1988 foram necessárias para o enfraquecimento deste chefe político. Não obstante, apesar do poder privado ter se esvaziado, a descentralização não ocorreu de maneira igualitária, deixando margem para negociações pessoais, talvez um novo tipo de coronelismo que se apoia nas elites políticas.

Os novos mecanismos reforçam uma dependência que os prefeitos situacionistas têm das elites locais na busca por recursos, como empréstimos, realização de obras, ocupação de cargos públicos, entre outros meios. Estas novas necessidades, juntamente com o aumento do eleitorado, faz a força do voto clientelista desaparecer, não garantindo o sucesso eleitoral (KERBAUY, 2000).

Entretanto, os partidos assumem posição central na organização da política interiorana nos estados, que servem como canalizadoras das vontades populares. De acordo com Meneguello (1998), os partidos após 1985 têm uma situação mais privilegiada por comporem diferentes níveis de governo, procurando consolidar quadros partidários de gestão política.

Autores como NUNES (2013), OLIVEIRA e PETRARCA (2017) enxergam as tendências “tradicional” e a “modernas” convivendo nas relações entre a sociedade e o Estado.

Santos (1997) destaca que o político tem a necessidade de se adaptar ao seu meio constituinte por depender de diversos recursos partidários, como militância,

recursos financeiros, tempo de televisão, entre outros, não podendo aparentar ser tão igual aos seus pares, pois tem que justificar para seu eleitorado os motivos de viver da política. Então procura parecer um *outsider*, diminuindo o ônus de ser um político institucionalizado. A jogada é estar inserido, mas sem parecer.

Araújo e Assumpção (2010) apontam que existe uma crise de representação dada pelas agências reguladoras, em especial os partidos políticos, que são incapazes de representar o governado, havendo um desequilíbrio da representação que deveria vir de baixo para cima, fato que pode culminar na criação de oligarquias eleitorais. Afinal, existem grupos geracionais que se beneficiam na manutenção do poder.

A hipótese deste artigo é que as políticas “tradicional” e “moderna” estão associadas, não sendo possível uma dissociação clara entre ambas. Quanto à influência da Carta Magna de 1988, ela deve ter mudado o modo de José Bernardo Ortiz operar, mas não ao ponto de criar uma separação dos dois modos de se fazer política.

O trabalho procurará identificar algumas das relações de José Bernardo Ortiz no poder para se manter competitivo e ocupando o poder municipal antes e após a Constituição de 1988, na maior parte do tempo em três aspectos: a) relação simbólica com o passado; b) relação com o eleitorado; c) relação com as instituições, governo estadual e federal. A intenção é detectar políticas “tradicional” e “modernas”.

Para tanto, usei meios variados para desenvolver a pesquisa, como: entrevistas em meios de comunicações, panfletos, programas eleitorais e por entrevistas semiestruturadas com militantes, presidentes de partidos, jornalistas, pesquisadores, candidatos, dando centralidade a José Bernardo Ortiz. O texto foi produzido a partir de entrevistas públicas e citadas neste artigo, fato que desobriga o uso de um nome fictício.

Metodologia

A opção por estudar um único caso apresenta-se para o presente trabalho pela intenção de ter mais profundidade, entendendo os mecanismos causais que, ao se encadearem, levaram a determinados resultados (PERES, 2018).

De acordo com George e Bennet (2005), a análise da unidade selecionada deve envolver propósitos variados para o entendimento das questões teóricas. A vantagem de se incluir diversos objetivos é verificar como eles se relacionam em uma única unidade, de maneira mais profunda.

Para tanto, José Bernardo Ortiz, desde 1982, quando se sagrou vencedor pela primeira vez na disputa para prefeitura de Taubaté, é o objeto central da pesquisa, que visa entender melhor a relação de grupos familiares com a política antes e após a última Constituição, em 1988.

O estudo valoriza a empiria e uma visão micro, na qual será possível testar ou desvelar outros comportamentos políticos além dos apontados por pesquisadores neoinstitucionalistas, como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999), KERBAUY (2000) e BRAGA (2014), que mostram um enfraquecimento das políticas mais tradicionais, como assistencialismo, mandonismo, coronelismo, familismo, uma vez que os atores políticos agem a partir de uma rede ampla que pode ir desde relações pessoais, econômicas e familiares, até por forças institucionais, que podem influir no comportamento.

Taubaté, partidos e lideranças

A última disputa municipal do executivo 2020 e os resultados eleitorais

Abaixo a última disputa pelo executivo municipal para retratar um pouco dos partidos e lideranças de destaque no município.

Prefeito	Votação (1º turno)
José Saud (MDB)	28,81% (41.201)
Loreny (CIDADANIA)	25,40% (36.333)
Eduardo Cursino (PSDB)	23,74% (33.960)
Capitão Souza (PRTB)	13,35% (19.095)
Salvador Khuriyeh (PT)	6,48% (9.268)
Fabiano Vanone (PODE)	0,88% (1.261)
Ronaldo Santos (PSOL)	0,58% (836)

Prefeito	Votação (1º turno)
Fernando Borges (PCdoB)	0,31% (449)
Lindomar de Melo (PTC)	0,29% (421)
Francisco Oring (PSC)	0,14% (197)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Prefeito	Votação (2º turno)
José Saud (MDB)	28,81% (41.201)
Loreny (CIDADANIA)	25,40% (36.333)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os deputados mais votados em Taubaté 2022

No quadro abaixo veremos muito dos nomes e partidos de destaque no território taubateano no pleito municipal de 2020 repetirem-se na disputa pelo legislativo em 2022.

Abaixo os cinco candidatos mais votados para deputado estadual e federal na municipalidade no pleito de 2022, comparando seu desempenho em todo o distrito eleitoral, com a intenção de apresentar um pouco das lideranças políticas no município.

Deputado Federal	Votação	
	Taubaté	São Paulo
Capitão Souza (PL)	18,71% (21.255)	0,16% (37.969)
Loreny (SOLIDARIEDADE)	12,78 % (21.06)	0,13% (29.703)
Padre Afonso Lobato (PODEMOS)	9,28% (15.290)	0,16% (37.645)
Pollyana Gama (CIDADANIA)	4,10% (6.751)	0,05% (12.998)
Eduardo Bolsonaro (PL)	3,83% (6.316)	3,12% (741.701)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Quando se observa a votação dos deputados federais, é possível perceber que três dos cinco mais votados em Taubaté também concentram mais de 50% de sua votação na municipalidade, salvo Padre Afonso Lobato, que tem menos, mas tem uma concentração alta, de aproximadamente 40,5% de sua totalidade. Fato que não surpreende, pois os quatro primeiros têm uma ligação com Taubaté e já foram candidatos ao executivo da municipalidade.

O único que foge à regra é Eduardo Bolsonaro que, embora tenha na localidade uma votação um pouco maior que o seu geral, não ultrapassa 1% de sua média distrital. Importante destacar que o deputado eleito é o único que nunca foi domiciliado em Taubaté (TSE).

Abaixo o pleito para deputado estadual 2022 com os cinco mais bem colocados no município taubateano.

Deputado Estadual	Votação	
	Taubaté	São Paulo
Ortiz Júnior (PSDB)	18,71 % (30.314)	0,29% (66.914)
Douglas Carbone (REPUBLICANOS)	7,75 % (12.559)	0,08% (18.045)
Sergio Victor (NOVO)	6,38 % (10.332)	0,18 % (41.671)
Pitty Passos (PSC)	4,61% (7.463)	0,04 % (8.318)
Talita Cadeirante (PSB)	3,64% (5.900)	0,06% (14.971)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Dos cinco pleiteantes, três tiveram 50% da sua votação na localidade, caso de Douglas Carbone, Pitty Passos e Talita Cadeirante.

No entanto, diferentemente dos deputados federais, todos os estaduais mais votados têm ligação com Taubaté. Sendo que Ortiz Júnior (filho de José Bernardo Ortiz) foi prefeito por duas ocasiões: 2013 a 2016 e 2017 a 2020, e foi o deputado mais votado dentro do distrito eleitoral taubateano.

Douglas Carbone está em seu terceiro mandato como vereador, Talita Cadeirante é vereadora em primeiro mandato, Pitty Passos disputou última eleição para vereadora e perdeu, mas foi a sétima mais votada, tendo mais votos

que a maioria dos eleitos. Sérgio Victor (deputado estadual de 2018 a 2022) declara-se morador de Taubaté (TSE).

Os dados da votação do legislativo e a comparação com a totalidade do distrito eleitoral servem para mostrar sobre Taubaté e algumas de suas lideranças políticas locais. Além disso, elucida melhor a força da família Ortiz na política, pois o desempenho de Ortiz Júnior ratifica sua força em Taubaté, mas também confirma sua expansão para além das fronteiras municipais, com mais de metade dos seus 66.914 votos fora (36.314 votos). O que pode ser uma evidência de uma política dos Ortizes próxima aos governadores (fato que será mais bem detalhado no decorrer do texto).

Comparação: votação deputado federal e estadual

Com relação aos deputados estaduais, pode-se detectar uma menor concentração de votos entre os cinco mais votados, quando comparados aos federais. Caso houvesse a exclusão de Eduardo Bolsonaro (deputado federal), a concentração aumentaria muito, pois este tem alta votação em todo o distrito e não apresenta concentração geográfica de seus votos em Taubaté.

Os quatro deputados federais mais votados em Taubaté somam ao todo 64.357 votos e no Estado de São Paulo 118.315 votos. O que significa aproximadamente 54 % da votação total deles dentro do município.

Quando se pega os cinco mais votados na municipalidade a concentração cai drasticamente: aproximadamente de 54% para 8%. Tendo 70.673 votos em Taubaté, de um total de 860.016 na votação inteira.

Ao selecionar os quatro deputados estaduais mais votados representam juntos na votação da localidade 60.668 do total de 134.948. O que representa em torno de 37,45% dos votos internos. A concentração de votos dentro do município fica em torno de 44%.

Quando se pega os cinco mais votados que obtiveram na localidade 60.668 do total de 149.919, a porcentagem se mantém no patamar, em torno dos 44%, não havendo mudanças significativas, salvo se considerar uma desconcentração inferior a 0,05 do voto.

A preocupação de interpretar estes dados neste trabalho é para efeitos de

comparação do poder eleitoral dos Ortizes na municipalidade com as demais lideranças, pois dos dez candidatos (a) a deputados destacados aqui, nove se declaram moradores de Taubaté, salvo Eduardo Bolsonaro (PL). Ademais, Ortiz Júnior é o mais votado no município e, entre os residentes em Taubaté, é o de melhor desempenho eleitoral em números absolutos no restante do distrito eleitoral.

A construção de José Bernardo Ortiz junto ao eleitorado taubateano

José Bernardo Ortiz é o ex-prefeito de Taubaté que exerceu o cargo por três mandatos, 1983 a 1988, 1993 a 1996 e 2001 a 2004. Além disso, ajudou a eleger outros candidatos de seu nicho eleitoral: Salvador Khuriyeh, de 1989 a 1992; Antônio Mário Ortiz, de 2001 a 2004; Roberto Peixoto, 2009 a 2012; e seu filho Júnior Ortiz, 2013 a 2016 e de 2016 a 2019 (Tribunal Superior Eleitoral - TSE). Com todos eles houve um rompimento, salvo a exceção de seu filho Ortiz Júnior. O mais precoce foi com Salvador Khuriyeh, antes mesmo da posse¹. Também foi o deputado estadual mais votado do PSDB, em 1990, com 58.784 votos, mandato que renunciou para ser candidato a prefeito em 1992 (Tribunal Superior Eleitoral - TSE).

A família Ortiz prevalece na política municipal de Taubaté com oito vitórias e duas derrotas de 1982 até 2020, mas até mesmo os vencedores que se opuseram ao grupo familiar não podem ser vistos totalmente como *outsiders*, pois o primeiro, Roberto Pereira Peixoto, foi vice-prefeito de José Bernardo Ortiz em 2000 e, em 2004, contou com seu apoio para eleger-se prefeito pela primeira vez. Na segunda disputa, em 2008, ocorreu o rompimento. O segundo opositor vitorioso foi José Saud, em 2020, que foi secretário de turismo de Ortiz Júnior².

Em sua primeira disputa eleitoral, José Bernardo Ortiz criou um novo estilo de campanha, pois andou a municipalidade a pé e passou a conversar

1. Entrevista concedida por Pedro Rubim, estudioso da história de Taubaté, no dia 15 de novembro de 2022.

2. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

com a população periférica, uma vez que as campanhas anteriores eram feitas nas áreas mais centrais da cidade (MONTEIRO, 2006). José Bernardo Ortiz batia de casa em casa com seu panfleto apresentando suas propostas, fato que lhe dá forte trânsito entre os eleitores mais pobres (MONTEIRO, 2006). Costa (2007) aponta que em 1982 José Bernardo Ortiz já apareceu com aspectos de um líder carismático, definição weberiana por ser considerado um grande líder na cidade de Taubaté. De acordo com Leal (1986), o isolacionismo dos municípios era um dos motivos que levava a uma política atrasada, “tradicional”, propícia ao surgimento do coronel.

José Bernardo Ortiz foi eleito prefeito em 1982, na sublegenda do PMDB, no qual sofreu intensa oposição interna e da ARENA (legenda que apoiava o regime autoritário) e se tornou um grande líder político em Taubaté por suas realizações administrativas, urbanas e culturais, mas foi cassado injustamente, fato que ajudou em sua afirmação ao eleitorado (SANTOS, 2007).

José Bernardo Ortiz e os movimentos populares

Nos anos 1980 existia efervescência dos movimentos populares que afloravam no país no combate ao governo autoritário. Em Taubaté, pode-se destacar dois que tiveram mais expressão, força e que foram base de campanha de José Bernardo Ortiz: a SABS (SOCIEDADE DE AMIGOS DE BAIROS) e o Movimento Estudantil, entre outras organizações que se somavam ao protagonismo do PMDB no combate ao governo não democrático. O ex-prefeito reuniu todas estas forças em sua campanha vitoriosa em 1982³.

Alguns fatos simbólicos que representam a relação de José Bernardo Ortiz e a força destes movimentos populares que ecoavam no país e em Taubaté no decorrer da primeira campanha e primeiro mandato foram a sua ficha de filiação na sublegenda do PMDB ser assinada por Marcelo Fuad Khuriyeh – um dos líderes do Movimento Estudantil da UNITAU e da SAB do bairro Jaboticabeiras (SAB que se destacou nas lutas por melhorias) e vereador eleito com José Bernardo Ortiz em 1982 – e a eleição de Dr. Arnaldo Ferreira dos

3. Informação concedida por Salvador Khuriyeh, ex-prefeito de Taubaté, no dia 4 de dezembro de 2020.

Santos, outro líder da mesma SAB, que veio fugido do Rio Janeiro pela repressão do governo autoritário no ano 1975, que foi escolhido por Ortiz como seu líder na câmara em sua primeira gestão⁴.

Salvador Khuriyeh (irmão de Marcelo Fuad Khuriyeh), que também tinha forte liderança entre associação de moradores de bairro Jabuticabeiras e foi líder estudantil, foi o indicado por José Bernardo Ortiz para sua sucessão e foi eleito⁵.

O ex-prefeito se favoreceu de um apoio que vinha dos movimentos populares, com destaque para estes dois movimentos. Outro fator importante é que estas organizações, no interior, diferentemente daquelas de cidades metropolitanas, mais próximas do recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT), aproximavam-se mais do PMDB, conforme veremos no desenvolver da pesquisa.

A importância do contexto tem seu peso nos resultados eleitorais. A localidade exerce sua força, como podemos constatar no estudo de Cox (1969) afinal, buscando comprovações da influência dos efeitos contextuais no comportamento eleitoral, o trabalho do pesquisador busca relacionar os efeitos das interações sociais, a influência (círculo de convivência, reciprocidade), a força dos contextos locais, levando em consideração onde as pessoas vivem (distância geográfica, campo de força) e ideologia. Dentro deste contexto, as SABs foram movimentos fundamentais na eleição de José Bernardo Ortiz.

Taubaté, na década de 1980, era uma cidade que começava a se expandir para as periferias. Com isso, faltava infraestrutura básica, como asfalto, rede de esgoto e, naquele contexto, começavam a crescer as organizações coletivas locais, como as SABs, que teriam grande influência na política de Taubaté e nas ações de José Bernardo Ortiz, como já citado. Uma de grande destaque foi a SAB do bairro Jabuticabeiras, que em 1982 teve dois vereadores com expressiva votação e o sucessor do ex-prefeito⁶.

Nafalski (2020), em sua pesquisa, mostra a força do PT na capital paulista e na região metropolitana, e sua forte relação com as SABs que reivindicavam

4. Informação concedida por Salvador Khuriyeh, no dia 4 de dezembro de 2020.

5. Informação concedida por Salvador Khuriyeh, no dia 4 de dezembro de 2020.

6. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

melhorias na infraestrutura dos bairros, como asfalto, rede de esgoto, escola e posto de saúde.

Em Taubaté, buscava-se soluções para problemas parecidos, mas diferentemente da cidade de São Paulo, era o PMDB agregador das organizações de moradores de bairro. Em São Paulo os bairros estavam segregados sem grandes conexões com a área central e outras regiões (NASFALKI, 2020). Em Taubaté realidade parecida constatava-se e não passou despercebido por José Bernardo Ortiz durante suas campanhas, nas quais deu uma atenção especial para a periferia que havia se expandido no final dos anos 1970 na localidade.

A sua administração também procurou explorar esta nova realidade periférica e se aproximar deste novo contexto. Logo que foi eleito, começou a trabalhar neste ponto e transformou a cidade em um canteiro de obras (MONTEIRO, 2006).

Em entrevista à rádio Difusora, em 29 de setembro de 2018, José Bernardo Ortiz destacou que fez sua campanha em 1982 correndo a cidade, indo pessoalmente nas casas e, quando o morador não estava, deixava um folheto na caixa de correio. O ex-prefeito aponta que Taubaté tinha uma infraestrutura fraca, havendo poças de água nas ruas, favelas em cima de palafitas e que acabou com elas. Eram brejos que tinham caramujos de esquistossomose, mas que não largou os moradores à própria sorte. Todos falavam que ele não conseguiria cumprir as promessas. De acordo com as falas de José Bernardo Ortiz, ele deu casas para a população. A prefeitura fez 4030 casas, o estado fez 8000 e teve também da Caixa Econômica, que fez cerca de 4000 e foram dadas para população mais pobre. Taubaté passou ter cerca de 16.000 casas, o que melhorou muito a cidade, segundo o ex-prefeito (SUCESSO...,2018).

O ex-prefeito, em entrevista para Jornal Contato, sempre destacou ter feito várias reuniões nos bairros para escutar a população, era um orçamento participativo, mas que não era do PT. “A gente escutava as prioridades da população”. Mas quando perguntado por qual motivo não institucionalizou as SAB, diz que isto não resolveria, pois iria deixar mais burocrático⁷.

Na entrevista para o Jornal Contato, José Bernardo Ortiz fala que em

7. Entrevista de José Bernardo Ortiz para o Jornal Contato do dia 2 de dezembro 2004.

sua administração montou uma usina de concreto e construiu lajes, teve um terreno cedido pelo governador Franco Montoro no bairro São Gonçalo (bairro periférico), tinham empresas com máquinas paradas e comprou, pois não tinham para quem vender seus produtos, pois eram anos de crise (anos 1980). Foi possível sanar demandas da população dos bairros e criou empregos. Máquinas de terraplanagem, niveladora, escavadeira, máquina fazer alambrado etc. Comprando todo o tipo de equipamento para montar essa indústria, até máquina para fazer alambrado⁸.

Outro movimento importante na mesma década em Taubaté e no país era o estudantil. José Bernardo Ortiz era professor na Universidade de Taubaté (UNITAU) nos anos 1980 e os estudantes ligados ao PMDB e ao PCB (clandestino), mas agregados como um grupo dentro do PMDB, começam ver no ex-prefeito uma possível candidatura para disputa do executivo local. Por sinal, esta ligação com os estudantes da Universidade, assim como as SABS, influenciou em seus mandatos, principalmente no primeiro, quando compra brigas com o que ele chamava de “oligarquia universitária” e se posiciona contra o fechamento do Diretório Acadêmico e da expulsão de alguns estudantes, em que conchama o apoio da população a lutar contra a oligarquia instalada na UNITAU⁹.

O ex-prefeito manifestou apoio aos estudantes expulsos, contrapõe-se ao fechamento do Diretório Acadêmico, criticou ferozmente a administração, dizendo que para um professor participar da parte administrativa só por bajulação, protecionismo, pois existe uma “oligarquia”. Abaixo, trecho do folheto espalhado no município, datado de 15 de maio de 1983 e assinado por José Bernardo Ortiz *À Comunidade Universitária e ao Povo de Taubaté*.

Há longos anos venho lutando contra a estrutura totalitária imposta à nossa UNITAU por uma oligarquia dominante que mercê de sólida proteção política e métodos desonestos, se institucionalizou na administração universitária, desde os tempos da Federação cerceando a participação e mesmo perseguindo aqueles que por civismo, lealdade e espírito político combateram

8. Entrevista de José Bernardo Ortiz para o Jornal Contato do dia 2 de dezembro 2004.

9. Entrevista concedida por Salvador Khuriyeh no dia 10 de março.

suas arbitrariedades e desejaram uma Universidade democrática, livre de politicagem, aberta ao diálogo, onde a administração emanasse do consenso das maiorias de professores e representações de funcionários e alunos e não, como há quase uma década ocorre, dos desejos, caprichos e desmandos de uma oligarquia fechada, oportunista e inidônea, no topo da qual se coloca um reitor com poderes e atribuições de um pequeno “Führer”(ORTIZ, 1983).



José Bernardo Ortiz, que antes de ser prefeito era professor na Universidade de Taubaté (UNITAU), reunia-se com os alunos e discutia a necessidade de fazer algo para mudar a realidade da municipalidade, esta mesma universidade que pertencia à prefeitura, também foi alvo de suas críticas, a ineficiência administrativamente na universidade e delatava casos de corrupção e de não ter um modo correto de distribuição de bolsas de estudo, pois alguns poucos estavam sendo favorecidos¹⁰.

10. Folheto espalhado pelo município e assinado por Bernardo Ortiz no dia 15 de maio de 1983.

José Bernardo Ortiz e o PMDB

Os movimentos populares em Taubaté resultariam em votos, pois foram agregados na primeira campanha de prefeito de José Bernardo Ortiz em 1982, fato que foi facilitado por seu partido – o PMDB – ser capaz de ter em seu cerne distintos movimentos e grupos políticos vindo do antigo MDB.

O nome MDB era a denominação do atual PMDB em sua fase embrionária no bipartidarismo. Nesta época, o MDB no Congresso Nacional era oposição à ARENA, base de sustentação do regime autoritário (1964-1985), com 149 deputados de um total de 409 (KINZO, 1988). Conforme o Tribunal Superior Eleitoral, o atual partido só surgiu em 1980 com o pluripartidarismo. O partido, que tem sua fundação no ano de 1980, na época foi chamado de PMDB e em 2017 passou usar MDB.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o PMDB/MDB tem seu passado marcado por uma grande força na Câmara dos Deputados. O ex-mandatário tinha seu trânsito facilitado nas instâncias superiores do PMDB por meio do seu primo, o então deputado federal Horácio Ortiz¹¹.

O MDB tem uma enorme relevância na história política do Brasil, pois participou das “Diretas Já”, que foi um movimento que reivindicava eleições diretas para Presidente da República. Na primeira disputa após este movimento, em 1986, o partido elegeu 22 governadores, 49 senadores, 487 deputados federais e 953 representantes nas câmaras estaduais (MUCINHATO, 2019). Este contexto dos anos 1980 foi importante para José Bernardo Ortiz agregar várias forças populares em sua campanha, por pertencer ao PMDB.

A abrangência ideológica do PMDB permitiu que se agregassem diferentes representações sociais e políticas, desde as mais tradicionais da política, com seus variados capitais – econômico, social, cultural e o simbólico – até os diversos movimentos populares.

De acordo com Monteiro (2006), Taubaté era provinciana e existia orçamento, mas nada ocorria neste contexto. José Bernardo Ortiz entrou na vida pública prometendo mudar esta realidade com dois objetivos principais: o primeiro era necessidade de políticas públicas que sanassem problemas básicos.

11. Silvio Prado professor aposentado e filiado ao PSOL.

A cidade tinha apenas 20% de área asfaltada, pois se expandiu com a chegada da Volkswagen, quando houve muita imigração. O segundo a democratização da Universidade de Taubaté (UNITAU), conforme relatado acima.

O ex-prefeito foi favorecido, pois em seu primeiro mandato, de 1983 a 1988, começou jorrar imposto na cidade, proveniente de empresas, como Volkswagen e Ford, que haviam se instalado na localidade desde a década 1970, mas somente passaram a pagar tributos nos anos 1980¹².

Segundo Nafalski (2020), na capital paulista o PT era o partido que estava mais próximo às SABS e que procurava lutar por melhorias nos bairros e por uma infraestrutura melhor, pois o PMDB, apesar de oposição ao regime autoritário, era uma sigla bem diversa que agregava políticos tradicionais e ao mesmo tempo os movimentos populares de base.

No entanto, como já argumentado anteriormente, existia o peso do contexto e neste caso, o PT avançou primeiro nas cidades metropolitanas, ocupando o espaço do PMDB, não estando ainda enraizado em Taubaté. Conseqüentemente, José Bernardo Ortiz foi favorecido por estar no PMDB, que pôde dar abrigo ao seu amplo leque de apoios.

Nafalski (2020) mostra que na capital, São Paulo, o movimento estudantil convivia bem com as Sociedades de Amigos de Bairro e outros movimentos dentro do PT. Na localidade taubateana este convívio não era diferente, salvo estar ligado à sublegenda do PMDB, ao qual estava José Bernardo Ortiz, tanto que encontramos pessoas pertencentes ao Movimento Estudantil, SABS (SOCIEDADE DE AMIGOS DE BAIRROS) e PMDB ao mesmo tempo, caso de Marcelo Fuad Khuriyeh e seu irmão Salvador Khuriyeh.

Se, por um lado, existiu a sorte, não se pode negar a capacidade do ex-prefeito de aproveitar os meios favoráveis e avançar nas políticas sociais que lhe trariam grande popularidade junto ao eleitor, aspecto que lembra passagens do livro de Maquiavel (2008), em que o governante para ter sucesso não basta só contar com a fortuna (sorte) ou virtú (habilidade), mas uma conjunção dos dois.

12. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

O governo de José Bernardo Ortiz

José Bernardo Ortiz fez inovações que permitiram sanar ou amenizar alguns problemas graves da municipalidade, como uma padaria na prefeitura que possibilitou alimentar muitas pessoas, e uma usina de asfalto quente, criações difíceis de se imaginar em governos anteriores¹³.

Na relação com a Câmara, o então prefeito governou por decreto. Tendo apoio da população, ele procurou mudar a geografia do legislativo municipal, pois a maioria dos vereadores eram moradores da área central de Taubaté, com isto, passou a haver uma mudança de correlação de forças. Cabe destacar que a inflexão não foi obra do acaso, pois na campanha de 1982, na qual José Bernardo Ortiz foi vencedor, estabeleceu-se um novo estilo de relação com o eleitorado, estimulando o surgimento de lideranças de bairro¹⁴.

O ex-prefeito também se favoreceu da estrutura da UNITAU, que é uma autarquia municipal, principalmente antes da Constituição de 1988, quando não existia concurso para lecionar na instituição, podendo assim fazer nomeações para ocupar cargos nesta universidade¹⁵.

Nas várias entrevistas de fácil acesso e mais recentes ao site Youtube, os assuntos que têm maior destaque por parte dos entrevistadores e do ex-prefeito são: a necessidade de respeitar o dinheiro do povo, aponta que fez o fim das aposentadorias de prefeitos e vereadores (o que acentuou suas brigas com a câmara), pois o dinheiro deveria ser usado para o povo (BAND...,2019, BAND...,2019, BAND...,2019, SUCESSO...,2018, ENTREVISTA...,2017 DIÁLOGO...,2010, PIONEIRISMO...,2018, PROGRAMA...,2018).

A briga com a Câmara no primeiro mandato de José Bernardo Ortiz é sempre lembrada pelos jornalistas que o entrevistam. Quanto ao modo de administrar, ele pede que os pais ensinem os filhos a votar em quem sabe administrar, destaca que nos seus primeiros tempos de governo usava rádio para se comunicar, e no final, que passou a ser entrevistado pela televisão, o que ajudava na explicação do modo de governar. Em suas entrevistas, sempre critica alguns

13. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

14. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

15. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

ex-prefeitos, sobretudo os que ele apoiou e romperam com ele. Quanto aos funcionários públicos, faz críticas pesadas, afirmando que muitos não querem trabalhar e defende meritocracia, critica lei do ex-prefeito Roberto Peixoto, que deu folga para funcionários no dia do aniversário (BAND...,2019, BAND...,2019, BAND...,2019, SUCESSO...,2018, ENTREVISTA...,2017, DIÁLOGO...,2010, PIONEIRISMO...,2018, PROGRAMA...,2018).

José Bernardo Ortiz e a relação simbólica com Taubaté e seu passado

Oliveira *et al.* (2017) mostra em seu trabalho alguns meios em que o poder político familiar passa de geração em geração. Pela análise da memória que nos ajuda a entender a herança do patrimônio político, podemos entender dando destaque aos rituais que são acionados com mais ênfase em momentos de eleições. Havendo uma reativação da memória da própria família e da sociedade, procurando politizar as relações sociais. Como em acontecimentos importantes ocorridos na cidade, a exemplo de funerais e festas de aniversário de Santas na localidade, em que a família de políticos é lembrada por estar presente nestes momentos por gerações. A sua força se revela também ao rememorar os benefícios trazidos para a urbe por meio dos cargos exercidos pela família, havendo uma mistura dos cargos com a história do município, do Estado e até mesmo do país. A genealogia se apresenta como capital simbólico na disputa política. O passado, o presente e o futuro são colocados na mesma temporalidade, de tal forma que o prestígio dos antepassados é revivido.

Em entrevistas mais recentes, José Bernardo Ortiz falou que seus avôs eram de Taubaté e do Vale do Paraíba, embora tenha nascido no Rio de Janeiro, pois seu pai foi trabalhar lá. O ex-prefeito mostra-se como um conhecedor da história de Taubaté, faz questão de citar importantes personagens da municipalidade, como Georgina Albuquerque (pintora), Amácio Mazzaropi, entre outros.

Além de procurar mostrar seu conhecimento, aponta em alguns casos sua ligação genealógica com importantes figuras da localidade, destacando seu parentesco com Monteiro Lobato (escritor infantil), Visconde de Tremembé

(fazendeiro, político e empresário no Vale do Paraíba), e ainda diz ser descendente dos Mattos, família que esteve à frente da prefeitura municipal por vários mandatos. Soma-se a isso a sua aproximação com Félix Guisard, que foi proprietário da antiga Companhia Taubaté Industrial (CTI), ramo do qual saíram alguns prefeitos de Taubaté, e de Emílio Amadei Beringhs, fundador de uma importante rádio municipal, a Difusora. Tanto que José Bernardo Ortiz revelater parentescasado com membros das duas famílias (GUIARD E BERINGHS) (SUCESSO...,2018 E PIONEIRISMO...,2018).

O ex-prefeito mostra ter uma relação próxima à história de Taubaté, tanto por ser um conhecedor, quanto por ter em sua árvore genealógica personagens de importância política, cultural e econômica da municipalidade, o que lhe dá um poder simbólico como autoridade portadora de uma verdade histórica (BOURDIEU, 2002).

O ex-prefeito herdou nos anos 1960 de Felix Guisard, que foi prefeito de Taubaté e fundador da CTI Companhia Taubaté Industrial juntamente com Carlos Sebe, historiador aposentado da USP, documentos da História de Taubaté. Fato que o possibilitou a escrever diversos livros sobre a história local, como “Velhos Troncos”, “São Francisco das Chagas”, entre outros.

Por muitas vezes, em suas entrevistas, ao falar da história de Taubaté e da sua genealogia, ambas parecem se misturarem. Em entrevista ao programa Sala de Imprensa – ligado à Associação Paulista de Imprensa – em 11 de maio de 2018, ao entrarem em assuntos nacionais, fala do petróleo e dá destaque para Monteiro Lobato, personagem taubateano que esteve envolvido em várias polemicas sobre o petróleo nos anos 1930 e que foi citado várias vezes na entrevista. Na verdade, a maioria dos assuntos nacionais acabavam se relacionando com a municipalidade taubateana deixando pautas mais amplas e universais ligadas a modernidade restritas a um segundo plano (PROGRAMA...,2018).

Pimentel (2014), ao discutir o papel dos clãs que são redes de parentelas que atuam na sociedade e na política há mais de séculos, alerta que não devem ser vistos como anacrônicos. A sua informalidade facilita adaptações e mimetismos aos diferentes contextos sociais, não sendo exclusivamente voltada para política. É uma organização que gera confiança entre os membros. Guardando

na atualidade os elementos clânicos da parentela, mas com foco na atuação como atores políticos, são menos custosos do que organizações formais em suas ações coletivas, pois agem por meio da parentela.

Para Bourdieu (2004), as estratégias matrimoniais são meios de “trocas simbólicas e materiais” que visam um pacto capaz de transmitir estes bens, sendo práticas e não necessariamente conscientes, mas que fazem parte de um jogo prático, que aprende com a experiência do jogo. Por meio do matrimônio, a família se reproduz biologicamente e socialmente, sobretudo conservando sua posição social. Para tanto, é fundamental conhecer os meios de reprodução social destes grupos na história e suas estratégias de reprodução. Nas relações sociais, verifica-se o uso de estratégias de reprodução de alguma realidade praticadas por agentes envolvidos.

É o que parece fazer o ex-prefeito quando, em uma entrevista, fala do seu livro sobre a história de Taubaté e destaca a seriedade da pesquisa histórica. Faz questão de mostrar as raízes taubateanas e sua importância no Brasil, ainda destaca outras obras suas, como um estudo genealógico de famílias e personalidades taubateanas e um livro que relata o cotidiano da política (BAND..., 2019).

Bourdieu (1996) destaca que, em oposição à praticidade, à falta de reflexão, ao pragmatismo e ao ordinário, está o acesso a determinados conhecimentos e ao trabalho de formulação intelectual. Legítima a posição de poder, consolidando reputações diferenciadas entre variados segmentos, havendo a capacidade de mobilizar recursos distintos, fundamentais nas carreiras políticas.

Percebe-se que José Bernardo Ortiz tem muitos capitais acumulados por meio de sua genealogia, como capital econômico, social e cultural que lhe deram um capital simbólico para se tornar um grande líder político em Taubaté. Sem dúvida, estes capitais foram importantes para o seu sucesso político.

José Bernardo Ortiz e a relação com as instituições, governo estadual e federal

José Bernardo Ortiz também foi superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e trabalhou na Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE) por indicação de Geraldo Alckmin, de quem sempre foi

muito próximo, pois este foi prefeito da cidade vizinha Pindamonhangaba e, em 1990, fizeram uma dobrada para disputa dos cargos deputado sendo José Bernardo Ortiz para estadual e Geraldo Alckmin deputado federal, na qual ambos se sagraram vencedores¹⁶.

Pimentel (2014) afirma que a origem dos clãs políticos é o município e que eles têm como foco continuar sua existência no sistema político. Para tanto, precisam ocupar cargos que lhes garantirão sua perpetuação na vida administrativa pública. Tal fato ocorre por meio da ocupação de cargos nas importantes secretarias municipais nas quais exercem recursos públicos fundamentais. Com isso, viram um mediador das demandas entre população e o poder público. Deste modo, através dos recursos, conseguem apoios políticos que garantem os meios para exercer variados cargos, como: vereadores, deputados estaduais ou até mesmo cargos no governo nacional. Esta reprodução a partir dos municípios é fundamental por uma única razão: os clãs não podem se suceder no poder indefinidamente. O controle sobre os recursos é que permite a sua intermediação por meio da relação clientelista.

No período de seu primeiro mandato de José Bernardo Ortiz em que foi prefeito de 1983 a 1988 o seu partido PMDB dominou o governo estadual paulista. Em 1990 muda-se para o PSDB para disputar o cargo de deputado estadual, sigla que a partir de 1991 assume o protagonismo no executivo estadual (Tribunal Superior Eleitoral - TSE).

Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PMDB governou o Estado de São Paulo de 1982 até 1994 sem interrupções passando por Franco Montoro, Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury a partir de 1995 entra em uma fase de predomínio do PSDB, com Mário Covas, Geraldo Alckmin, José Serra, João Dória e outros governos e partidos que não chegaram completar um mandato inteiro de 1995 a 2022.

Além da ocupação de cargos públicos, podemos destacar a importância do governo estadual no apoio em algumas ações locais desenvolvidas pelo prefeito. No caso de José Bernardo Ortiz, houve concessão de imóveis do Estado para realização de atividades de interesse municipal, como creches, escolas,

16. Entrevista concedida por Pedro Rubim.

construções de moradias, e liberação de verbas para moradia, conforme destaquei em outras páginas deste trabalho.

Um fato recorrente em suas entrevistas e que pode ser um indicador da maneira de se relacionar com as instituições e governos é o voto distrital, uma vez que deputados com uma votação concentrada em redutos podem guardar um perfil de político de causas mais paroquialistas, levar benefícios mais concretos, como ementas parlamentares e interesses mais voltadas para localidade eleitoral, em detrimento de pautas mais universais, como educação, meio ambiente, política econômica, entre outras mais impessoais (CARVALHO, 2003). O que aqui estou diferenciando de uma política “tradicional” e “moderna”, pois a primeira se volta para um reduto eleitoral e a segunda é mais universal.

Ortiz defende o voto distrital misto para deputado e questiona os “de fora”, que vêm buscar voto em Taubaté. Nesse sentido, lembra que no Império e na Primeira República o voto era distrital e que Taubaté foi sede do segundo distrito da província de São Paulo e elegeu 12 deputados, sendo que alguns locais e mais outros para preencherem a vaga (BAND...,2019, BAND...,2019, BAND...,2019, SUCESSO...,2018, ENTREVISTA...,2017, DIÁLOGO...,2010, PIONEIRISMO...,2018, PROGRAMA...,2018)

O ex-prefeito prima pela personalidade quando se dirige direto à comunidade para ser candidato e não ao seu partido, conforme pode ser encontrado em várias de suas entrevistas (BAND...,2019, BAND...,2019, BAND...,2019, SUCESSO...,2018, ENTREVISTA...,2017, DIÁLOGO...,2010, PIONEIRISMO...,2018, PROGRAMA...,2018).

Ao entrarem em assuntos nacionais, destaca a relevância de Taubaté e de seus personagens, o petróleo e o destaque de Monteiro Lobato no assunto (personagem que foi citado várias vezes), além da importância do café que foi produzido em Taubaté. Em seus estudos sobre a cidade, encontrou documentos que faz referência à seca do Nordeste em 1800. José Bernardo Ortiz defende adutora para levar água para lá, mas não deixa de fazer críticas, pois ressalta que usaram uma demagogia danada, mas sem ter feito, fala que tem uma indústria da miséria e se mandar água, não teremos mais áreas atrasadas no Brasil. (BAND...,2019, BAND...,2019, BAND...,2019,

SUCESSO...,2018, ENTREVISTA...,2017, DIÁLOGO...,2010, PIONEIRISMO...,2018, PROGRAMA...,2018).

Considerações finais

Começando pela sua primeira campanha, o ex-prefeito agregou diferentes movimentos populares característicos da esquerda, que na época estavam com muita força no país, e em Taubaté não foi diferente, pois a municipalidade não se encontrava isolada do restante da federação.

Procurou criar canais com as SABS por meio de reuniões com a população e com os estudantes, tentou reverter punições aos membros do Diretório Acadêmico e dar uma maior transparência administrativa na UNITAU.

Existem, porém, questionamentos – como a não institucionalização das SABS e em um segundo momento, ele fazer indicações na UNITAU sem concurso – que o aproximam mais das políticas tradicionais.

Nota-se que Ortiz partiu de uma política “moderna”, na qual houve um contato direto com a população, mas primou por relações mais universais, institucionais e impessoais, mediadas por organizações populares.

O que talvez marque José Bernardo Ortiz nas campanhas é a expansão das regiões a serem trabalhadas no período eleitoral, pois os prefeitos anteriores se restringiam à área central. Neste sentido, a campanha eleitoral do ex-prefeito cria um novo marco, já que integra as localidades, diminuindo o isolacionismo das regiões.

Ao não se restringir às áreas centrais da cidade, José Bernardo Ortiz acaba rompendo práticas mais localistas que poderiam facilitar o advento de políticas mais “tradicionais”, obrigando a pensar em políticas “modernas” universais e impessoais que considerassem Taubaté em sua totalidade.

Quando chega ao governo, continua a ter falas bem populares, usando sempre palavras como povo, respeito ao dinheiro público, e empreende uma gestão bem popular, podendo ter aspectos “tradicionais” e “modernos”. Afinal, a palavra povo pode ser uma relação populista mais direta, pessoal, mas as falas do respeito ao dinheiro, apesar de poderem ser populistas, também apontam um modo de gerir e administrar a máquina pública.

Quanto aos programas sociais, ainda que se volte para uma classe, no caso os mais pobres, não são por critérios pessoais, diretos, clientelistas ou assistencialistas, pois existem regras impessoais, universais que pautam estas políticas públicas.

Ao que pese vir de uma família tradicional da política, José Bernardo Ortiz não se apoiou exclusivamente em bases tradicionais políticas para sua ascensão pública. Trouxe os profanos para o campo político, os de fora, que não estão familiarizados com as regras desse jogo nem com articulações, estão alheios aos discursos e às ideologias, procurando abrir espaço para novas demandas, como as dos estudantes e das SABS.

Ainda que José Bernardo Ortiz não possa ser visto como um político que usa meios puramente tradicionais, ele tem uma estrutura que se alimenta das instituições por meio de cargos que ocupou no governo estadual e pelas relações próximas a lideranças políticas, ainda que não faça uma política tão “tradicional”, usando o clientelismo e o assistencialismo.

Outra questão para pensar José Bernardo Ortiz e sua relação com as instituições é que sempre em suas entrevistas, quando questionado, defende que o voto de deputado seja distrital. Fala que sua campanha se concentrou em Taubaté e cidades próximas. O que mostra uma posição de defesa de bandeiras mais voltadas para localidades em detrimento de visões mais amplas, universais e modernas. O que pode ser um cuidado com o reduto eleitoral localizado, prática próxima a um clientelismo que procura ter redutos eleitorais, o chamado “curral”.

O ex-prefeito, para sua época, fez uma campanha e um primeiro governo inovadores, pois rompia com o “tradicional” e trazia uma preocupação com programas sociais, mesmo sendo advindo de uma genealogia do poder.

Duas de suas tendências, a “tradicional” representada por um familismo e a “moderna” representada pela ligação com movimentos populares, eram encontradas em seu partido, o PMDB, no começo dos anos 1980.

José Bernardo Ortiz, no entanto, muda para o PSDB em 1990 para disputar a eleição de deputado estadual, ainda que o Estado e o país estivessem sendo governados pelo PMDB, com Orestes Quécia (governador) e José Sarney

(presidente). A mudança, intencional ou não, o afastava de políticas mais “tradicionais”, pois tal prática era mais tendenciosa em um partido governista.

Entretanto, é sabido que o ex-prefeito manteve boas relações com os governadores estaduais e ocupou cargos nos governos, pois nestas últimas quatro décadas, grande parte do tempo os governadores eram da mesma legenda de José Bernardo Ortiz. No entanto, sua relação na localidade com a câmara municipal no primeiro mandato foi conturbada e estabeleceu uma conexão mais direta com a população, que pode ser vista com um elemento populista, fazendo uma política mais “tradicional” perante o eleitorado.

Sabemos que existe dependência dos prefeituráveis por recursos públicos, recursos partidários, tempo televisão e rádio, militância, dinheiro para campanha, e tais necessidades implicam articulações e muitas vezes, posicionamentos. Como já destacado, o político procura estar inserido nas instituições, mas tentando parecer um outsider, procurando maximizar os ganhos de sua institucionalização e minimizar o ônus.

Por conta disso, vemos algumas vezes o ex-prefeito parecer um político tradicional, que diz não considerar os partidos. Porém, é sabido que ele participa das reuniões partidárias e ocupou cargos nos governos estaduais de sua legenda.

Os seus discursos são ambíguos, talvez procurando ter os ganhos por estar inserido nas instituições e ser um “raposo” da política, mas tentando se parecer com um “outsider” para minimizar os prejuízos.

José Bernardo Ortiz não se afasta de uma política tradicional na qual usa as influências familiares, cultura o passado e seus antepassados. Procura manter uma valorização de Taubaté e de suas histórias, procurando muitas vezes misturar sua história familiar com a da cidade.

Cabe destacar que nos anos 1980 o Brasil e Taubaté passavam por um processo de forte urbanização e periferação. O que levou a um novo estilo de fazer política para obtenção de resultados eleitorais favoráveis. Como mostrado anteriormente, o ex-prefeito cria uma nova maneira de fazer campanha e de gerir a cidade.

Isso pode ser observado em sua relação com os movimentos populares que surgiam, em suas falas que destacavam a necessidade de o político ter preparo

para administrar, em sua mudança do PMDB para o PSDB, que propunha uma modernização da política.

José Bernardo Ortiz pode ser considerado um político que inovou em suas campanhas de prefeito e em seus mandatos em relação aos prefeitos anteriores, pois aparece como novidade mesmo antes da Constituição de 1988. É bem verdade que Taubaté, nos anos 1980, urbanizou-se bastante e, conseqüentemente, obrigou a inovar na maneira política, pois a cidade cresce e com ela crescem os problemas. Isso obriga que a resolução dos problemas se dê por meios não tradicionais, diferentemente do assistencialismo, clientelismo, mandonismo entre outros.

Ainda, o ex-prefeito não abre mão de deixar o filho como seu sucessor político: Ortiz Júnior foi prefeito do município em duas oportunidades 2013 a 2016 e 2017 a 2020.

A Carta Magna de 1988 não parece ter influenciado grandemente no modo de José Bernardo Ortiz fazer política. Salvo em alguns pontos, como não poder fazer mais indicações de funcionários públicos para UNITAU e para o restante da prefeitura, o ex-prefeito tem uma relação muito crítica com o funcionalismo público e seus direitos, e as mudanças constitucionais o obrigaram mudar sua maneira de agir.

Ao que parece o ex-prefeito já vinha de um movimento que era de mudanças no país, como a redemocratização, mudanças institucionais e urbanização das cidades na qual o PMDB estava à frente e crescendo bastante nas grandes e médias municipalidades.

Com isto deve ter havido uma antecipação de José Bernardo Ortiz em relação as mudanças provocadas pelas instituições. Tanto que o ex-prefeito migra para o recém-criado PSDB que tinha uma proposta globalizante de modernização capitalista. Entretanto, não é possível afirmar uma tendência forte a “política tradicional” ou “política moderna” em José Bernardo Ortiz tanto antes quanto pós Carta Magna de 1988, pois ambas se misturam. Haja vista que a divisão em dois polos “política tradicional e moderna” não é ideal, pois são fluidas de difícil separação.

Referências

- ARAÚJO, Cícero; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. **Teoria política no Brasil hoje. Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BAND ENTREVISTA 11 08 2019 BERNARDO ORTIZ PARTE 02. [S. l.: s.n.], 2019.1 vídeo (9min). Publicado pelo canal Band Vale. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5byCV4uO3YY>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Trad.: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5 ed., 2002.
- CARVALHO, Nelson Rojas. **E no início eram as bases: geografia a política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- COSTA, Letícia Maria Pinto da. Na **contramão do Marketing Político: As eleições Municipais de Taubaté-SP, em 2004**. Tese de Doutorado em Comunicação Social, UNESP, São Bernardo do Campo, 2007.
- COX, Kevin (1969). "The voting decision in a spatial context". In: BOARD, R. J. *et al.* (ed.) **Progress in Geography**. London: Edward Arnold, pp.83-117, 1969 a.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial – UNESP, 2000.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Legislativo Municipal, Organização Partidária e Coligações Partidárias. Texto apresentado no XXXII Encontro Nacional da ANPOCS, GT 21: **Estudos Legislativos**, Caxambu, 2008.
- KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966 – 1979**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GEORGE, L. Alexander; BENNETT, Andrew (org.). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

IBGE BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Cidades**. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa – Ômega, 5 ed., 1986.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Goldwasser. São Paulo: Martin Fontes, 3 ed., 2008.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Bruno. **Companheiros Taubateanos**: um fenômeno eleitoral chamado José Bernardo Ortiz. Projeto experimental em Comunicação Social, UNITAU: Taubaté, 2006.

NASFALKI, Guilherme Pedroso Nascimento. **Desenvolvimento da estrutura partidária local no contexto metropolitano**: o PT na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

OLIVEIRA, R. C. *et al.* (2017) Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, Set/Dez 2017, pp. 165-198. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6227086>. Acesso em 30 dez. 2022.

PERES, Glauco da Silva. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos clãs**: a família na política nordestina. Tese (Doutorado em Ciência política), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PIONEIRISMO: José Bernardo Ortiz fala sobre a história da comunicação regional [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (5min). Publicado pelo canal Rede Assim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=arIjBLUYIZA>. Acesso em: 7 jan. 2023.

PROGRAMA SALA DE IMPRENSA 15052018 Ter, às 00hs00 JOSÉ BERNARDO ORTIZ. [S. l.:s.n], 2018. 1 vídeo (57min). Publicado pelo canal FMProduções. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6fXXReENq4>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BRITO

SANTOS, André Marengo. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, 1997.

SANTOS, Arnaldo Ferreira. **Reminiscências de um ex-aluno do Colégio Pedro II, de um médico da UFRJ nascido no Morro do Alemão**. “Peitudo Caburé”. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SUCESSO: Vida e obra de José Bernardo Ortiz [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Rede Assim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvtxbnVIZJ8>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TAUBATÉ, segundo Bernardo Ortiz. **Jornal Contato**. Taubaté, 2 dezembro, 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Recebido: 16/02/2023

Aceito: 21/05/2023

A dimensão escolar do ENEM: Estudo de caso comparado entre duas escolas estaduais de Londrina/PR

*ENEM's school dimension:
Comparative case study between
two public schools in Londrina/PR*

**David Pohl¹,
Ileizi Fiorelli Silva²**

1. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) e bolsista CAPES. <https://orcid.org/0000-0002-4883-136X>
david_pohl@hotmail.com

2. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação de Sociologia e do PROFSOCIO na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). <https://orcid.org/0000-0002-8744-9120>
ileizisilva@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso comparado. O que se compara é o processo de internalização do Enem em duas escolas estaduais e urbanas do município de Londrina/PR. Chamamos de “dimensão escolar” tal processo de internalização e problematizamos o mesmo como possível motivador de práticas sociais diversas em contextos diferenciados pelo nível de prestígio das escolas. O trabalho se inscreve no campo da Sociologia da Educação Brasileira. A metodologia é delineada pelo estudo de caso comparado, no qual foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com foco em diretores e ex-diretores nas escolas. Os gestores foram

selecionados por serem considerados os responsáveis, ou não, pelo processo análogo à implementação do Enem enquanto política pública. O referencial teórico utilizado foi o da sociologia neoinstitucional, sendo pensadas agência e estrutura de modo interrelacionado e simultâneo. A pesquisa se utiliza do conceito de prestígio de Costa e Koslinski, como conceito analítico e critério de diferenciação entre as escolas. Verificamos que na escola com menor nível de prestígio, da qual se esperava menos práticas sociais motivadas pelo Enem, ficou evidente uma intencionalidade e atividade maior de seus agentes motivados pelo exame. De modo diverso, na escola de maior prestígio e com fama consolidada nos rankings informais do Enem, verificamos uma motivação de práticas sociais bem menor, porém uma utilização do mesmo para sustentar o prestígio e consequente demanda por vagas na instituição.

Palavras-chave: Sociologia da educação. Enem. Prestígio. Neoinstitucionalismo. Escola.

Abstract: The following research was based on a comparative case study. The comparison is between the internalization process of Enem in two public and urban schools at Londrina/PR. We called “school dimension” such an internalization process and considered it as a possible motivator of social practices in contexts differentiated by their prestige levels. This research subscribes to the Brazilian Sociology of Education field. The methodology is designed as a comparative case study, in which semi-structured interviews were applied focusing on school principals and former school principals. The management sector was selected considering their responsibilities, or not, regarding an analog process of public policy implementation. The theoretical reference is neo-institutional sociology, regarding agency and structure simultaneously and as intercorrelated elements. This paper follows Costa and Koslinski’s prestige concept, as an analytical concept and criteria to differentiate schools. We verified that in the school with less prestige, from which social practices motivated by Enem were not expected, it was clear a greater intentionality and activity disposition by its agents motivated by the exam. Differently, in the school with more prestige and famous on Enem

informal ranks, we verified fewer social practices motivated by the exam, although we also verified a usage of the scores to sustain its prestige, and consequently, its communities demand.

Keywords: Sociology of Education. Enem. Prestige. Neo-institutionalism. School.

Introdução

Realizamos na cidade de Londrina um estudo de caso comparado entre duas escolas estaduais do ano de 2017 ao ano de 2019. A comparação realizada se dá entre os possíveis processos de internalização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) enquanto referência, ou motivador, de processos sociais que alterem a dinâmica interna das instituições escolares. Abordamos, de modo mais específico, diretores gerais e diretores auxiliares atuantes, além de membros de gestões anteriores, investigando a percepção destes agentes quanto ao exame e se, em diferentes contextos, tais percepções e práticas relacionadas poderiam modificar a dinâmica social das escolas. Apesar de não ser uma política pública na qual haja a previsão de intervenções diretas nos contextos escolares, tratamos aqui o contexto escolar como *locus* de processos análogos à sua implementação enquanto política pública.

Escolhemos duas instituições escolares com evidente disparidade em níveis de prestígio (COSTA, 2008; COSTA; KOSLINSKI, 2012; 2017). O conceito de prestígio pode ser entendido como a associação de um *status* à determinada instituição, na medida em que determinada comunidade escolar, por exemplo, considera uma escola mais ou menos desejável em termos hierárquicos (COSTA, 2008). Chamamos pelo nome fictício “Escola Araucária” a de maior prestígio por ser a araucária uma árvore símbolo do Paraná e da cidade de Londrina. Do mesmo modo, nomeamos a de menor prestígio como “Escola Carvalho” em referência ao carvalho, árvore reconhecida por crescer suportando as intempéries mais severas.

Enquanto a Escola Araucária possui uma fachada bastante chamativa, inclusive exibindo em alguns anos um *banner* que informa o desempenho notório da mesma no Enem, a Escola Carvalho possui uma fachada que facilmente

faz a escola passar despercebida por transeuntes, estando a escola mesmo abaixo do nível da rua. Chama a atenção a restrição relativamente maior de acesso à Escola Araucária, com uma portaria gradeada e um portão elétrico aberto apenas pela funcionária dentro de uma guarita que controla a entrada e saída de pessoas. A Escola Carvalho, por sua vez, possui um portão simples que costuma ficar encostado e sem qualquer vigilância. Por outro lado, é possível notar que a Escola Araucária, passado o portão, possui poucas grades internamente ao colégio, entre pátio, cantina, direção, salas de aulas, etc. Já a Escola Carvalho, apesar de menor em sua estrutura, possui uma quantidade maior de grades e portas com tranca que separam os ambientes.

Sendo o Brasil um dos países de maior desigualdade social no mundo (OXFAM, 2018, p. 16) e possuindo a maior disparidade de rendimentos entre trabalhadores com ensino superior e ensino médio entre os países membros e aliados da OCDE (INEP, 2017), o ingresso no ensino superior se torna tanto um indicador de posição nos estratos sociais brasileiros como também representa a possibilidade de mobilidade entre os mesmos. O Enem está inserido no conjunto de políticas públicas em educação das décadas de 1990 e nos anos 2000 que resultaram de um franco, ainda que insuficiente, crescimento e amadurecimento dos sistemas de ensino do país (BRASIL/MEC, 2014).

Via de regra, o Enem é uma política pública cujo objetivo é ampliar e facilitar o acesso ao ensino superior de egressos da educação básica, especialmente de alunos da rede pública, ofertando a estes a isenção da matrícula no exame e estando em coordenação com políticas de financiamento em universidades particulares. A adesão ao Enem é, no entanto, individual, sendo o candidato ou candidata o responsável por se matricular e realizar a prova. No entanto, muitas escolas utilizam a média geral dos alunos no exame e sua posição em *rankings* informais como coeficiente de sucesso e material de marketing (ZANCHETTIN, 2018).

O Enem não é, e nem serve como, uma política de avaliação sistêmica, sendo inclusive a participação no mesmo facultativa. No entanto, sua presença no discurso e nas práticas dos agentes escolares não pode ser ignorada uma vez que se trata do único exame de abrangência nacional que possibilita o ingresso

no ensino superior em centenas de instituições. Tomamos a percepção dos agentes profissionais das escolas, especialmente membros da gestão, ou ligados a mesma, como fonte privilegiada para compreender de que modo professores e diretores interpretam o Enem e se o mesmo é uma referência relevante para a adoção de práticas sociais específicas que visem a adesão, bom desempenho dos alunos e sua consequente mobilidade ao ensino superior. Nomeamos, portanto, tal processo de internalização do exame a dimensão escolar do Enem.

Neste sentido, buscamos, ainda que de maneira pontual, contribuir com subsídios teóricos e metodológicos tanto para o campo das avaliações em políticas públicas em educação, quanto para a sociologia da educação no Brasil. Cabe mencionar que os estudos de caso em educação inspirados na sociologia neoinstitucional possuem projeção e aplicação no cenário internacional (BARTLETT; VAVRUS, 2009, 2017; DAVIES; QUIRKE, 2007; EVERITT, 2012; HALLET, 2007, 2010; OWEN-SMITH; POWELL, 2008; LEVY, 2004). Também no Brasil, e alhures, os estudos de caso comparados em educação correspondem à ampla bibliografia (COSTA, 2008; COSTA; KOSLINSKI, 2012, 2017; DIOGO, 2010; VAN ZANTEN, 2006; YAIR, 1996).

A combinação entre os procedimentos metodológicos dos estudos de caso comparados e o referencial teórico da sociologia neoinstitucional, no entanto, ainda é pouco explorada e, até onde verificamos, inédita no estudo de políticas públicas em educação no Brasil. O ponto de partida do presente estudo é a concepção de que as escolas sejam “instituições habitadas” (HALLETT, 2007, 2010; HALLET; VENTRESCA, 2007) e comparáveis. O fundamento teórico e epistemológico da investigação é o neoinstitucionalismo sociológico (J. MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; H.D. MEYER; ROWAN, 2006; GREENWOOD *et al.*, 2008).

Trata-se, no sentido neoinstitucional sociológico, de pensar a dimensão estrutural das instituições escolares e a dimensão cultural da prática de seus agentes como elementos interpenetrados (HALL; TAYLOR, 2003). O delineamento do estudo de caso deriva, igualmente, da noção de “processo” (BECKER, 2007, p. 23), uma vez que os casos aqui delineados não são descobertos, mas sim criados pelos construtos teóricos e metodológicos empreendidos (BARTLETT; VAVRUS, 2017, p. 116).

A pesquisa também visa contribuir, ainda que de modo mais indireto, para com o campo de avaliação de implementação de políticas públicas (HILL, 2004; LIPSKY, 2019; TREVISAN; BELLEN, 2008). Lançamos mão de dados tanto documentais, quanto coletados em campo, com o intuito de compreender as organizações institucionais escolares da forma mais ampla e detalhada possível. Por meio do estudo em profundidade mediado pela observação participante e aplicação de entrevistas com os membros da gestão de cada instituição, investigamos de que modo as percepções dos agentes entrevistados e suas práticas adequam-se aos dois contextos contrastantes analisados.

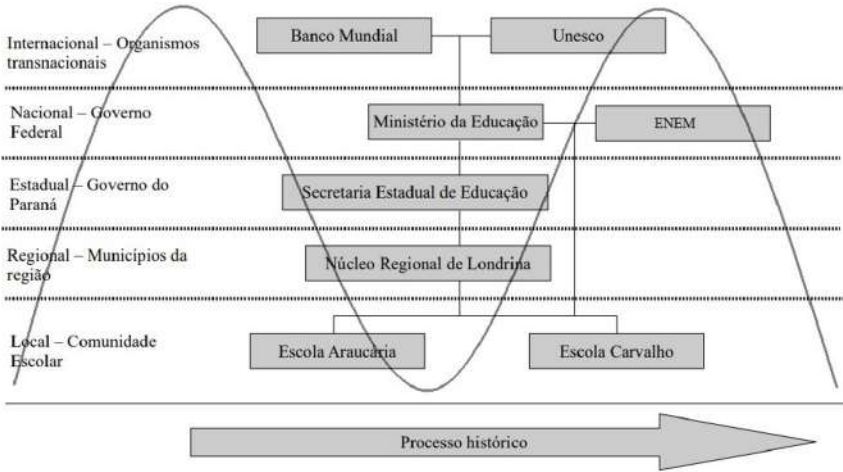
Procedimentos metodológicos

A utilização de estudos de caso nas ciências sociais é antiga e de fundamentação e instrumentalização variadas (ANDRÉ, 2013, p. 96). Além de um instrumento metodológico, no sentido de estruturar as etapas da investigação científica, os estudos de caso também são uma forma de delimitação do objeto (STAKE, 1994, p. 236 *apud* ANDRÉ, 2013, p. 97). A vantagem desta abordagem é a possibilidade de se construir um olhar sociológico mais aprofundado sobre o objeto estudado, por meio da verificação em escala local de questões de ordem macrossocial.

Para apreender a dimensão escolar do Enem, lançamos mão do método comparativo entre estudos de caso. O modelo proposto por Bartlett e Vavrus (2017) é particularmente útil para a comparação entre instituições tendo como referência uma política pública, pois se articula em três eixos analíticos: vertical, horizontal e transversal. O eixo vertical corresponde ao caráter de política pública nacional do Enem e sua presença em diferentes estratos dos sistemas de ensino no Brasil, além da própria inserção das instituições escolares em um sistema com diferentes níveis de abrangência: municipal, regional, estadual e nacional. O eixo horizontal corresponde à comparação entre as duas escolas estudadas, no mesmo nível de abrangência, e permite a comparação direta entre os processos institucionais e sociais das mesmas. O eixo transversal pode ser traduzido como a dimensão temporal dos casos estudados, a passagem do tempo, que corresponde em um nível vertical mais abrangente à historicidade

das políticas públicas em educação, mas também à percepção subjetiva de tempo dos agentes que “habitam” as instituições.

Figura 1: *Design* do estudo de caso comparado e seus eixos de análise.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no modelo de Bartlett e Vavrus (2017, p. 3)

De forma sintética, a Figura 1 apresenta a posição relativa de alguns dos elementos principais da análise. O esquema é uma adaptação na qual foram inseridas as principais instituições analisadas na presente pesquisa, bem como o Enem. A indicação do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) na esfera internacional se dá pela consideração da influência destes organismos transnacionais e outras agências em políticas públicas educacionais no Brasil. No entanto, apesar de indicados, os elementos da esfera internacional não são abordados em profundidade, ou comparados, privilegiando-se o nível local na análise.

Seguindo o *design* do estudo de caso comparado, o estudo das instituições ocorreu *in loco* e contou com a articulação entre dados: documentais, descritivos e dados qualitativos obtidos por meio de observação participante e aplicação

de entrevistas em profundidade com agentes selecionados nas instituições. Entendemos a observação participante como “uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção” (DENZIN, 1978, p. 183 *apud* LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 28).

O trabalho de campo ocorreu entre os anos de 2017 e 2019, por meio de visitas sistemáticas e bissemanais para cada escola. Além da observação e familiarização com as escolas, esta vivência foi importante para a elaboração das entrevistas e seleção dos agentes a serem entrevistados. Foram aplicadas duas baterias de entrevistas semiestruturadas, nas quais há um roteiro de perguntas pré-definido, mas que pode ser complementado por questionamentos que surgem de acordo com as repostas dos entrevistados (MORSE, 2012). A primeira incluiu professores do ensino médio, coordenadores pedagógicos e diretores, tendo como foco conhecer melhor as instituições escolares e apreender a percepção destes agentes sobre as mesmas, bem como confrontá-las com o nível de prestígio de cada uma. A segunda bateria foi aplicada apenas com diretores, diretores auxiliares e docentes que já houvessem ocupado cargos de gestão, tendo como foco investigar as percepções e práticas diretamente correlacionadas com o Enem e com instituições de ensino superior.

A seleção entre a primeira e a segunda bateria de entrevistas, assim como a não inclusão de alunos e demais membros da comunidade escolar entre os entrevistados, ocorreu tendo como base a noção de “agentes especializados” (BOGNER; MENZ, 2009, p. 46), enquanto informantes que possuem tanto participação e autoridade nos processos investigados, quanto informações privilegiadas a serem analisadas em maior profundidade. Observou-se também que a quantidade de entrevistados, por suas características peculiares, atenderia o quesito de saturação de informação obtida em entrevista em profundidade (BEITIN, 2012, p. 244). No total, foram entrevistados seis agentes em cada escola: os agentes da Escola Araucária foram nomeados pelas letras A, B, C, D, E, F e G; os agentes da Escola Carvalho foram nomeados pelas letras O, P, Q, R, S e T.

Durante a segunda bateria, foram entrevistados três agentes de cada escola de acordo com os critérios apresentados. Na Escola Araucária foram entrevistados os agentes D, E e G. Os agentes E, diretor, e D, diretor auxiliar, já haviam sido entrevistados na primeira bateria. O agente G, diretor auxiliar, foi incluído no grupo de entrevistados, pois a agente B, ex-diretora auxiliar, que seria entrevistada, se aposentou antes da segunda bateria. Na Escola Carvalho foram entrevistados o agente R, S e T. O agente R, ex-diretor, e a agente S, diretora, já haviam sido entrevistados na primeira bateria. Complementou-se o grupo com a agente T, ex-diretora auxiliar, e que estava em período de licença na época da primeira bateria de entrevistas.

As entrevistas aplicadas foram semiestruturadas, contando com um roteiro de perguntas predefinido, se iniciando com perguntas um pouco mais genéricas para estimular o entrevistado a se lembrar do que seria perguntado em profundidade a seguir. Todas as entrevistas foram gravadas para análise posterior e todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual os objetivos da pesquisa eram explicitados e os participantes informados de que não eram obrigados a fornecer informações indesejadas, mas que também não seria revelada a sua identidade e nem a da escola.

A entrevista foi pensada como uma situação específica de comunicação, composta por uma relação assimétrica entre pesquisador e pesquisados, na qual o pesquisador faz as perguntas do interesse da pesquisa e obtém as informações dos pesquisados (WANG; YAN, 2012, p. 234). Esta relação se traduz no controle do tempo e do tema de conversa por parte do pesquisador, bem como na consequente obtenção das informações de interesse.

A elaboração e aplicação das entrevistas semiestruturadas seguiu os procedimentos metodológicos explicitados na coletânea de Gubrium *et al.* (2012). A aplicação das entrevistas foi planejada para ocupar o tempo de aproximadamente 50 minutos, o tempo de uma hora atividade, para melhor adequação na rotina escolar dos agentes entrevistados, ainda que tenha variado bastante o tempo hábil das entrevistas, por serem realizados novos questionamentos ou aprofundamento de questões de acordo com as respostas dos entrevistados.

Resultados

As instituições estudadas serão apresentadas “de fora para dentro”, primeiramente por dados descritivos quanto a sua estrutura organizacional e desempenho no Enem. Em seguida, serão apresentados os dados obtidos em trabalho de campo, pela observação participante e pela aplicação de entrevistas. Faremos isto com o intuito de confrontar as percepções da comunidade escolar com um olhar mais objetivo e externo em relação às mesmas. Os dados descritivos foram obtidos por fontes secundárias como os microdados do Enem e do Censo Escolar, disponíveis publicamente no acervo digital do Inep. Além disso também foram consultados os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) das instituições e coletados dados das secretarias das escolas que alimentam os levantamentos de avaliações externas.

O foco desta apresentação é abordar os contornos institucionais que explicam a particularidade dos contextos estudados em torno das práticas e percepções quanto ao Enem por parte das comunidades escolares estudadas. Seguindo os pressupostos epistemológicos da sociologia neoinstitucional (MEYER; ROWAN, 2006), as instituições serão aqui pensadas como estruturadas normativamente, mas também por atores sociais envolvidos em sua manutenção, estruturação e reprodução (HALLET; VENTRESCA, 2006).

As Escolas

Juntamente com os discursos dos agentes entrevistados, os PPPs contribuem para delinear um retrato de cada escola. Na dimensão prescritiva, já é possível identificar indícios de uma diferença na interpretação destas escolas sobre si mesmas. Enquanto a Escola Araucária expressa um discurso de continuidade de seu trabalho, que autoavalia como suficiente, mas passível de melhora, a Escola Carvalho constata uma dificuldade na condução das atividades escolares e busca estratégias de solução. Outra evidência é a extensão e complexidade do PPP da Escola Carvalho, atualizado ano a ano na busca por intervenções mais eficazes diante das problemáticas sociais complexas da escola, ao passo em que a Escola Araucária possui um PPP bem mais simples e repetitivo ao longo dos anos.

A Escola Araucária é uma instituição proporcionalmente maior que a

Escola Carvalho, como indicado na tabela 1. Em termos relativos, ambas as escolas demonstram uma estratificação significativa entre os turnos matutinos e noturnos em termos de fluxo e desempenho dos alunos. Na EC, no entanto, o turno noturno ocupa um volume maior de matrícula e baixa reprovação para os concluintes. Os agentes relatam que isso ocorre pelo perfil destes alunos, que costumam se transferir para o noturno pelo ingresso no mercado de trabalho ou em cursos profissionalizantes.

Tabela 1: Indicadores médios referentes as turmas de 3º ano do ensino médio (2013 – 2017)

Escola	Turno	Número de Matrículas	Idade	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
Araucária	Matutino	125,6	17	97,4	2,0	0,6
	Noturno	41,2	19	76,4	16,2	7,4
Carvalho	Matutino	20	18	93,0	4,0	3,0
	Noturno	17,2	22	72,6	12,2	15,2

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Censo Escolar e dados fornecidos pela escola.

O perfil dos agentes também revela diferenças organizacionais entre as instituições, ainda que ambas sejam geridas pelo Núcleo Regional de Educação, ou seja, em teoria é o núcleo regional que administra a contratação dos professores, tendo as escolas pouca autonomia diante desta questão. Vale lembrar também que na rede estadual do Paraná, os professores possuem poder de escola, mesmo que a gestão seja centralizada no núcleo regional, ou seja, o nível de prestígio de uma escola, muito provavelmente, influencia nesta decisão. A Escola Araucária, no ano de 2018, possuía em seu quadro de docentes do ensino médio 42 profissionais, exatamente o dobro dos 21 professores da Escola Carvalho. A Tabela 2 foi elaborada para comparar os quadros docentes das instituições.

Tabela 2: Perfil do corpo docente por escola – ensino médio.

Escola	IRD*	Idade média	Sexo (%)		Especialização	Mestrado	Concursados / Efetivos
			M	F	(%)	(%)	(%)
Araucária	2,4	43	33	67	88	24	90
Carvalho	1,9	47	43	57	100	19	81

* Indicador de Regularidade do Docente da Educação Básica, este indicador do Inep se refere à média de todos os docentes da instituição, incluindo o ensino fundamental.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IRD e Censo Escolar 2018.

Os dados da tabela condizem com o que se observou no trabalho de campo, um conjunto de professores relativamente equivalente em termos de qualificação, mas menos regulares em termos de rotatividade na EC. No entanto, ambas as instituições apresentam um nível relativamente alto de rotatividade, ou baixa regularidade, de seus docentes, dado que condiz com o plano de gestão da Escola Araucária – anexo ao seu PPP –, que apontava na seção “Problemas/Desafios” a rotatividade entre seus profissionais.

Os dados documentais indicam contrastes entre as instituições, mas não fazem jus a percepção dos agentes quanto suas comunidades escolares observadas no trabalho de campo. Mesmo em um olhar mais externo às instituições, fica visível que uma estrutura organizacional comum não garante um isomorfismo institucional propriamente dito (DAVIES; QUIRKE, 2007; LEVY, 2004). Isto deixa o caminho da investigação aberto para a abordagem de processos observáveis no interior das escolas estudadas.

Os relatos do diretor (Agente E) da Escola Araucária e do ex-diretor (Agente R) da Escola Carvalho expressam a diferença entre uma escola reconhecida por um “padrão de qualidade” e outra reconhecida por enfrentar a vulnerabilidade social de sua clientela. A partir de agora abreviaremos a Escola Araucária como EA e a Escola Carvalho como EC, devido ao grande número

de repetições dos termos na apresentação dos relatos.

Agente E: Quando eu entrei aqui a escola já tinha um padrão bem conhecido [...], era muito bem administrada, tinha um diretor linha dura, que também foi beneficiado por uma diretora que teve aqui [...] que era muito mão de ferro, radical. [...] Quando eu assumi [a direção], como já era mais ou menos a mesma linha, foi fácil. Então não tive problema de comportamento. Isso gerou um estigma, uma ambiguidade, na EA de que quando o aluno vem pra cá, já vem sabendo que vai ter que estudar um pouco mais. A gente só teve que manter o que tinha.

Diferente da EA, onde os professores identificam a noção de problemas escolares com comportamentos indesejados dos alunos ou intervenções familiares exageradas no decorrer de um trabalho pedagógico que prima por resultados, na EC os grandes níveis de evasão e falta de apoio familiar dos alunos se apresentam como obstáculos à manutenção dos alunos na escola. Apesar das dificuldades na condução do trabalho escolar, os agentes desta escola não aparentam, em sua grande maioria, ter relações de animosidade ou hostilidade para com os alunos ou familiares, pelo contrário, é possível notar a disposição de grande parte dos agentes em enfrentar estes desafios e tornar a escola mais atraente aos alunos. O prestígio de ambas as instituições é percebido como “antigo”, porém o agente R narra uma experiência de mudança diante da imagem negativa da escola.

Agente R: E é aquela história...Aqui tem um estigma ainda, da cidade, entre o meio, de que aqui é uma escola de periferia, próximo a [favela]. Então se eu falasse assim, vou assumir lá na EC. [Respondiam:] “Vish!”. E quando eu vim pra cá, eu me identifiquei com o colégio. Entrei em janeiro de 2011 e no final de 2011 concorri ao cargo de diretor. Por que o que acontece? Aqui tinha uma diretora que ficou mais de 20 anos. Então existiam algumas coisas que eu considerava desumano.

[...]

A direção anterior era “aos berros”. Aí, o que a gente fez? A gente chamava o cara...[conversava]. Aqui tinha o ensino fundamental, só que o que acontecia, qual era o perfil? O perfil era: pessoal mais velho, que tinha objetivo de comércio — droga, essa coisa toda. Aí a gente começou a chamar. Daí a gente foi amenizando.

[...]

Outro fator que ajudou foi esse posto de saúde. Aqui [ao lado do colégio] antes era um terreno, tinha um barracão que era largado, apesar de ser da associação de moradores. Antigamente tinha uma escola de samba. A prefeitura tomou de volta e botaram o posto de saúde. Então naquela época era ponto de prostituição, era ponto de..., a molecada descia lá de baixo, [...]. Então o pessoal vinha e fumava maconha ali. Qualquer coisa eles faziam o que? [Pulavam] pra dentro da escola. Quando construíram o posto de saúde melhorou muito. Começou a ter mais movimento, a não ficar mais atrativo pra eles. Quando eu vim pra cá, nossa senhora, coisa absurda.

Estes relatos demonstram que os níveis de prestígio (COSTA, 2008) atribuídos pelas escolas coincidem com as percepções dos agentes locais. Demonstram também a complexidade organizacional de ambas as instituições, expressa na diversidade que um mesmo significante – direção “linha dura” – pode assumir em cada uma delas. Enquanto o agente E, diretor da EA, apontou que uma direção linha dura, também de longa data, facilitou a condução dos trabalhos pedagógicos, na EC esta gestão escolar rigorosa foi retratada como ineficiente e fonte das dificuldades enfrentadas pela instituição.

O ENEM e as Escolas

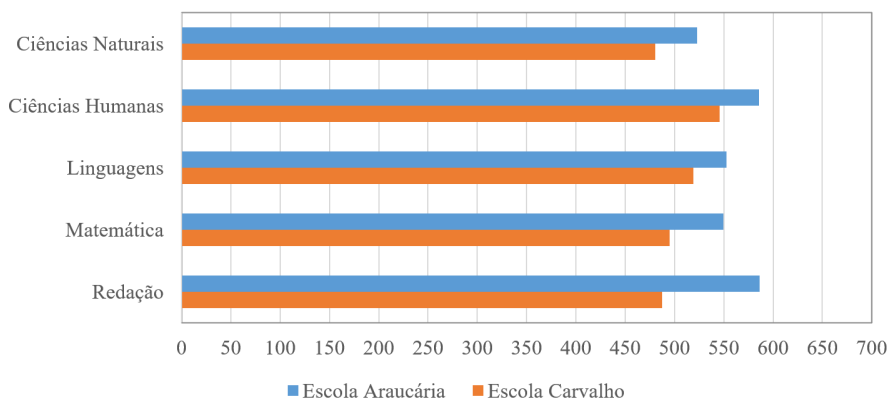
Pensar de que maneira o Enem é operacionalizado nestes dois meios tão diversos, coloca em questão o papel que estas escolas assumem para si, ou que lhes é imposto, tanto em seus objetivos gerais, quanto mais especificamente em fazer da educação básica uma ponte para a educação superior. É praticamente um consenso entre os agentes entrevistados que o Enem e os

vestibulares, especialmente o da Universidade Estadual de Londrina (UEL), são provas bastante distintas. Além da estrutura das provas em termos de estrutura curricular, as diferenças de entendimento quanto ao Enem se revelam mais na medida em que os agentes dissertam sobre os possíveis usos da prova, tendo como referência sua clientela de alunos, e começam a se desenhar dois retratos distintos do exame.

Foi calculado, para fins de demonstração destas leituras possíveis, respeitando-se os fundamentos de comparação da Teoria de Resposta ao Item (TRI) — o que nem sempre ocorre nos *rankings* informais —, o desempenho médio dos alunos por competências do Enem e por escola do ano de 2013 a 2017 (Gráfico 1). Vale observar que muitos dos *rankings* desconsideram a diferença de escalas relativas entre as competências e calculam a média aritmética entre as cinco competências para ranquear as escolas por meio de uma nota única. Os dados aqui apresentados demonstram a inadequação dos *rankings* informais do Enem, já conhecidas pela literatura da sociologia da educação (ZANCHETTIN, 2018).

Em um primeiro olhar, o que mais chama atenção é uma discrepância menor do que se espera de escolas cujas reputações quanto ao Enem são basicamente invertidas. Apesar das matrizes de referência do Enem não possuírem mais uma escala numérica de seus níveis de proficiência, é possível notar que a diferença entre as escolas ultrapassa a margem de 100 pontos apenas na Redação.

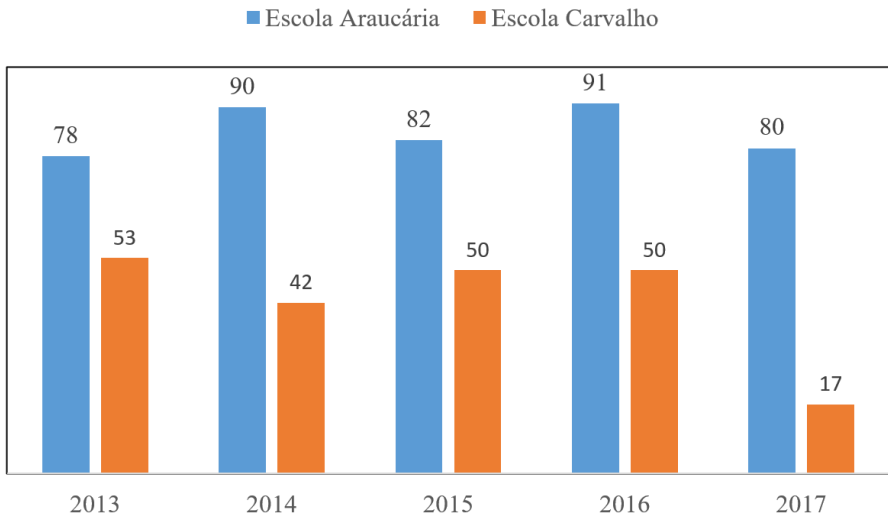
Gráfico 1: Desempenho médio no Enem (em pontos) por competências, mais redação, e por escolas – 2013 – 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Inep.

Por este viés, apesar de haver a percepção do senso comum local de que os alunos da Escola Araucária possuiriam uma vantagem de ingresso sobre os alunos da Escola Carvalho, também há a indicação de que os alunos de ambas as escolas seriam igualmente elegíveis para se candidatar a uma bolsa do Fies ou participar do ProUni, por terem notas maiores que 450 pontos nas competências e não terem zerado a redação. Apesar de ser possível ranquear estas escolas pela comparação de suas médias no exame, há um ponto crucial que estes *rankings* não consideram — o nível de participação dos alunos em relação à prova.

Gráfico 2: Nível de adesão ao Enem (%) pelos alunos concluintes do ensino médio por ano e por escola.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Inep e fornecidos pela secretaria das escolas.

O nível de participação por si só é suficiente para invalidar uma comparação quanto ao desempenho entre as duas escolas pelo fato de apenas a Escola Araucária ter participação suficiente para que o grupo de alunos represente a instituição. O nível de participação (Gráfico 2) foi calculado com base nos dados de matrículas dos alunos do 3º ano do ensino médio fornecidos pela secretaria das escolas, confrontados com os microdados do Enem. A diferença de participação entre as escolas é notória, sobretudo no ano de 2017. Trata-se de um dado isolado, mas é possível considerar que o ano de 2017 pode ter sofrido os efeitos da Portaria nº 468, que extinguiu o uso do ENEM como certificado do Ensino Médio. Esta hipótese é compatível com o relato de agentes da Escola Carvalho quanto à permanência, ou retorno, de alunos de idade mais avançada no ensino regular, por considerarem uma modalidade mais fácil ou

por terem mais familiaridade com esta modalidade em relação ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

No interior das escolas, se observou que a primeira distinção entre as percepções e práticas dos agentes reside na noção de protagonismo do Enem enquanto instrumento de acesso ao ensino superior. Na Escola Carvalho o Enem parece ser considerado como a principal, quando não a única, oportunidade de ingresso no ensino superior, na Escola Araucária o mesmo é ofuscado pelos vestibulares em termos de preferência. Ainda assim, como demonstrado, o nível de adesão dos alunos da Escola Carvalho ao Enem é muito menor que o nível de adesão da Escola Araucária.

Fica claro, pelo discurso dos agentes, que de modo geral a própria continuidade dos estudos não é uma prioridade para grande parte da clientela da EC, sendo satisfatório para muitos a conclusão do ensino médio e o ingresso imediato no mercado de trabalho. Já na EA, é apontado pelos agentes que a continuidade dos estudos faz parte da cultura das famílias que procuram o colégio e se constitui mesmo em uma demanda bastante clara por parte dos alunos.

Na Escola Carvalho o Enem aparece como uma oportunidade, uma chance, para seu corpo estudantil e é considerado como um instrumento menos “injusto” (Agente R) que o vestibular. A possibilidade de isenção na inscrição e o costume da escola em orientar os alunos neste sentido é outro fator que facilita a adesão parcial dos alunos. A agente S, atual diretora da EC, explica que costuma recorrer a exemplos individuais para mostrar aos alunos que é possível ocupar o ensino superior, especialmente o público.

Agente S: Os alunos [diziam] ‘Ah, não vou conseguir. Porque na escola pública o pessoal faz cursinho... Não consegue...’. Então o ENEM tá aí pra isso. [...] O importante que eu acho, e é uma coisa que a gente quer fazer esse ano, é trazer ex-alunos nossos, alguns que entraram por ENEM, outros que entraram por escola pública. Mostrar que é possível.

A percepção da gestão quanto ao Enem, neste caso, subsidia práticas sociais expressas na mobilização mesmo de alunos egressos da instituição em

prol do convencimento de outros alunos a aderir ao exame. A noção de convencimento também indica a presença de uma imagem prévia e que, do ponto de vista da agente entrevistada, deve ser substituída por outra, no sentido de valorização positiva do Enem e da escola.

Na Escola Araucária, um dado que chamou nossa atenção foi o fato de ser unânime dentre seu corpo docente e diretor a noção de que não há uma preparação específica para o Enem, tampouco que o Enem seja uma prioridade no planejamento escolar. Por mais que a EA se beneficie do desempenho de seus alunos, com altos índices de aprovação em processos seletivos, sobretudo pela grande demanda por vagas que este prestígio agregado gera, seus agentes identificam a busca por excelência e o desempenho correspondente da instituição como resultado de um conjunto de fatores muito mais amplos do que a preparação para o exame, como o perfil da clientela e a iniciativa dos professores, que geraram uma “tradição” (Agente E).

Agente G: O foco ainda tem sido muito os vestibulares. Aqui na nossa escola, apesar de a gente botar a faixa aí, quando a gente fica com bom desempenho no ENEM. Eu não sinto que seja uma coisa assim, que a gente fique direcionando. [...] A gente acaba fazendo uma ‘propagandinha’ da escola, mas não é esse o foco. Então eu acho que o foco ainda é o vestibular. O vestibular ainda tem sido a porta de entrada principal pros nossos alunos, tanto aqui, quanto da escola particular, nos cursos que eles pretendem fazer.

O Enem apresenta-se como disseminado nas atividades pedagógicas de ambas as escolas e é relevante para o corpo docente, sendo uma boa adesão e desempenho por parte dos alunos neste exame interpretados como desejáveis pelos agentes. Mesmo na Escola Araucária, que se orgulha do rigor e eficiência de suas normas internas, o que já desencorajou muitos docentes a trabalharem na mesma (Agente E), é garantida relativa autonomia aos professores na condução de suas aulas. O uso de questões do Enem em sala de aula, por exemplo, em ambas as escolas é atribuído à iniciativa do corpo docente. De acordo com a agente T, diretora auxiliar da EC, quanto ao uso de questões em sala de aula, parece haver um foco maior nesta prova do que em relação aos vestibulares.

Ainda que nas duas escolas o Enem seja utilizado como base de atividades em sala de aula, por iniciativa do professor, na EC é possível notar que tanto a adesão dos alunos, quanto de um grupo de professores — não claramente definido — é dificultosa. Na EA, de acordo com os agentes entrevistados, há uma tradição em torno do conhecimento acadêmico e adesão suficiente aos instrumentos formais de exame e avaliação. Na EC, por outro lado, parece haver uma dificuldade em se estabelecer tal tradição e familiaridade com os mesmos instrumentos, ainda que haja um esforço coletivo da gestão e de uma parcela dos professores neste sentido.

Agente S: Esses tempos atrás teve a inscrição do Enem. Então, a gente já vem. O professor já comenta isso em sala. A gente coloca cartaz. A gente abre o laboratório pro aluno. Muitas vezes a gente com o professor - ‘Ó, professor, pega a turminha, traz pro laboratório, vamos fazer a inscrição’. Vamos proporcionar isso. Muitas vezes o aluno não tem aonde imprimir. Imprimimos a ficha pra ele. Tem alunos que são carentes. A gente faz a isenção. Então a gente tem toda essa preocupação.

Agente R: Pra alguns alunos, em uma escola um pouco mais...por exemplo, dependendo da família, e tal, o pai já fez universidade, então ele já ouviu falar. Pra gente, a gente começa falar e às vezes a universidade pra ele fica muito longe. Tem alguns que não foram no shopping, universidade, então, ‘o que que é isso?’.

Os contrastes entre as escolas, que se revelam tanto em um olhar mais panorâmico, quanto no trabalho de campo, corroboram a hipótese de que os níveis de prestígio produzem efeitos no interior das escolas. Do mesmo modo, observa-se uma atividade mais intensa na escola de menos prestígio em compensar, e talvez até mesmo super compensar, sua reputação com um PPP mais complexo e elaborado, assim como com abordagens diretas ao corpo discente. A escola de maior prestígio, por sua vez, não parece promover atividades que visem corrigir ou compensar sua situação, mas antes trabalha pela manutenção de seu *status*, ainda que a preocupação com a perda do mesmo seja constante.

Discussão

Constatamos o empreendimento de práticas sociais e percepções sociais quanto ao Enem por parte dos agentes das duas instituições, porém de maneira inteiramente diversa. A dificuldade de adesão por parte do alunado da EC motivou práticas mais pontuais e específicas de agentes que objetivavam a valorização do exame, convencimento e apoio dos alunos em sua adesão. Foram constatadas práticas sociais mais específicas e voltadas para processos internos à instituição.

Na Escola Araucária, de maneira diversa, a adesão dos alunos não era sequer problematizada pelos agentes, uma vez que a mesma era até mesmo ofuscada pelos vestibulares. No entanto, apesar de não ocorrerem práticas sociais internas específicas, o uso da nota para divulgação e autopromoção da escola se revelou como uma prática dos agentes pautada por uma lógica externa, objetivando a manutenção do prestígio e demanda pelas vagas da escola.

As evidências sugerem que o Enem participe, mas não tenha força para alterar isoladamente o processo de escolha escolar [*school choice*] (COSTA; KOSLINKSI, 2012, 2017), favorecida pela política de fluxo paranaense, que favorece egressos de escolas particulares independentemente do georreferenciamento, ainda que este também tenha peso no ingresso de alunos na EA. Na EC ocorre o oposto, a falta de procura por vagas torna a política de georreferenciamento mais efetiva, além de serem transferidos alunos “problema” de outras instituições por demanda do Núcleo Regional. Se considerarmos a noção de “ecologia do sistema de ensino” de Yair (1996), que vê a oferta de matrículas como parte de um mercado limitado, ou seja, a limitação do número das vagas mais concorridas forçaria parte da comunidade escolar a migrar para escolas “indesejadas” (YAIR, 1996, p. 458).

A comparação dos estudos de caso sugere uma relação de interdependência mais próxima do conceito de um “quase mercado” (COSTA; KOSLINKSI, 2012, 2017) fortemente estratificado, cuja lógica obedece a um processo entre as escolas de “diferenciação desigual”, na qual não existem condições equivalentes entre as instituições diferenciadas para estabelecer competição ou disputa por prestígio (VAN ZANTEN, 2010, p. 589).

A sociologia neoinstitucional, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, apontava a noção de que o desenvolvimento da racionalização e da burocratização, no sentido weberiano, se constituiria em uma fonte de isomorfismo institucional, na medida em que as organizações adotariam racionalmente procedimentos e crenças hegemônicos, formando “mitos” orientadores de sua conduta (MEYER, ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983). Nas décadas seguintes, esta tendência ao isomorfismo, contudo, não se confirmou para muito estudos debruçados sobre instituições escolares (DIOGO, 2010; DAVIES; QUIRKE, 2007; LEVY, 2004), como foi também o caso do presente estudo de caso comparado.

A sociologia institucional conceitua a resposta dos agentes às normas estabelecidas como um processo de acoplamento, ou adesão [*coupling*]. Os “mitos” (MEYER; ROWAN, 1977) seriam, pois, ideias ou noções sociais hegemônicas no seio de uma dada sociedade que serviriam como modelos ideais a serem imitados pelas instituições em seu conjunto. Compartilhados pelos membros de uma instituição, estes mitos sustentariam a coesão da mesma, na prática culminando em adesões flexíveis às normas internas [*loose coupling*].

Assim, interpreta-se que para que uma instituição permaneça em funcionamento as práticas sociais não coincidam estritamente com as normas prescritas no interior das instituições. Ao processo de reafirmação das normas, uma vez que as práticas cotidianas se encontrem distanciadas das normas prescritas, Tim Hallet (2010, p. 55) denominou como “reacoplamento” — *recoupling*.

A articulação dos eixos horizontais e verticais de análise, do desenho de estudo de caso comparado, é particularmente útil para traduzir os casos comparados em termos neoinstitucionais. O “mito” que propusemos investigar poderia ser transcrito na forma de premissa: “as escolas são responsáveis por facilitar a transição da educação básica ao ensino superior”. A tendência ao isomorfismo que teoricamente teria respaldo material de um sistema burocrático de gestão escolar relativamente engessado tampouco se apresenta e ainda mais por motivação do mito proposto.

Por meio da observação participante e do trabalho de campo, fica evidente que tanto os mitos, quanto os processos de acoplamento, ou reacoplamento, das normas instituídas assumem formas diversas. Mesmo a noção de transição

ao ensino superior da educação básica parece recair em uma ideia de trabalho coordenado entre escola, alunos e familiares na Escola Araucária e, de modo diverso, em uma tarefa hercúlea e solitária dos agentes escolares da Escola Carvalho. Ao mesmo tempo, a noção de que as organizações sociais se orientam mais pela busca de legitimidade, do que por procedimentos lógicos de eficiência (MEYER; ROWAN, 2006, p. 3), é particularmente útil no pareamento das escolas estudadas.

Por outro ângulo, poderíamos ver que especificamente o Enem possa se constituir em um mito comum às instituições ao ser identificado informalmente a um parâmetro de qualidade de ensino divulgado nos *rankings* informais das escolas com melhor ou pior desempenho geral. Trata-se também de uma referência comum na busca por legitimidade, não apenas das escolas públicas, mas também das escolas particulares em Londrina. A tendência ao isomorfismo, no entanto, se choca diretamente com as limitações materiais das famílias atendidas pelas escolas estudadas, apresentando-se como um fenômeno basicamente irrealizável diante de tais discrepâncias materiais.

Fazendo eco à definição de “campo” de Bourdieu e Wacquant (1992 *apud* OWEN-SMITH; POWELL, 2008, p. 601), na qual campos se constituem em espaços de disputa por recursos materiais e simbólicos, podemos definir as instituições escolares como campos organizacionais, moldados por regras, convenções e expectativas que definem e legitimam as posições relativas dos agentes (OWEN-SMITH; POWELL, 2008). Entende-se, também, que a lógica institucional de um determinado campo organizacional se configura de acordo com as crenças e práticas que os membros de um mesmo grupo compartilham (OWEN-SMITH; POWELL, 2008, p. 600).

Neste sentido, a forma que as instituições assumem depende da combinação da estrutura formal e da operação dos agentes envolvidos. Redes sociais e instituições são, nesta perspectiva, co-constitutivas (OWEN-SMITH; POWELL, 2008, p. 603). Pensa-se, para os casos estudados, que a compreensão dos conceitos de agência e instituição, sujeito e estrutura, não possa ser, de fato, isolada. Os agentes, interagindo entre si e com as determinações estruturais, empreendem ações que se institucionalizam na medida em que são reproduzidas e adquirem regularidade.

Considerações finais

A busca por legitimidade, de cada instituição escolar, parece gerar, de fato, uma variedade de normas internas, estratégias de aplicação e monitoramento das mesmas. Ocorrem processos sociais próprios a cada instituição. Cada escola demonstrou ter de si sua própria concepção quanto aos meios de se adquirir tal legitimidade, seus próprios “mitos” e seus próprios meios de “acoplar” ou “reacoplar” suas normas internas. Tal diversidade condiz, no mesmo sentido, com a discrepância entre as condições materiais das famílias da clientela de cada escola relatadas pelos agentes entrevistados.

A expansão do acesso ao ensino superior nas últimas décadas, apesar de ainda não ter alcançado níveis ideais, foi impulsionada por políticas públicas como o Enem. Além das ações do governo, o esforço relatado por agentes escolares nos contextos analisados pode ser interpretado como validação empírica do alcance do Enem enquanto política pública para as classes mais desfavorecidas. Isto vale para as duas escolas estudadas, uma vez que mesmo diferenciadas por níveis de prestígio e hierarquicamente posicionadas, ambas pertencem à rede pública de ensino e atendem famílias com poder aquisitivo e possibilidades mais restritas do que as atendidas pela rede privada.

Se o ensino superior é um “objeto estranho” em contextos de vulnerabilidade social, o Enem se apresenta como a porta de acesso possível, mais do que os vestibulares, em contextos tidos como desfavoráveis para a promoção do ingresso no ensino superior. Deixamos aos futuros pesquisadores o convite para somar outros estudos que investiguem as possibilidades improváveis de ascensão social e ocupação de espaços então desconhecidas para contextos de vulnerabilidade e que tenham sido possibilitadas por políticas públicas como o Enem.

Referências

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95–103, 2013.

BARTLETT, Lesley; VAVRUS, Frances (eds.). **Critical approaches to comparative education: vertical case studies from Africa, Europe, the Middle East, and the Americas**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2009.

BARTLETT, Lesley; VAVRUS, Frances. **Rethinking case study research: a comparative approach**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017.

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEITIN, Bem K. Interview and sampling: how many and whom. In: GUBRIUM, Jaber F. *et al.* **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft**. 2. ed. Estados Unidos: SAGE Publications, 2012.

BOGNER, Alexander; MENZ, Wolfgang. The theory-generating expert interviewing: epistemological interest, forms of knowledge, interaction. In: BOGNER, Alexander; LITTIG, Beate; MENZ, Wolfgang (eds.). **Interview experts**. Grã-Bretanha: Palgrave MacMillan, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000 – 2015**. Brasília: MEC, 2014.

COSTA, Marcio da. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 455–594, set./dez. 2008.

COSTA, Marcio da; KOSLINKI, Mariane C. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 195–213, mai./ago. 2012.

COSTA, Marcio da; KOSLINKI, Mariane C. Quase-mercado oculto: disputa por escolas “comuns” no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 246–266, 2017.

DAVIES, Scott; QUIRKE, Linda. The impact of sector on school organizations: institutional and Market logics. **Sociology of Education**, v. 80, p. 66-90, jan. 2007.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociologia Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, apr. 1983.

DIOGO, Ana M. Estratégias de famílias e escolas: composição social e efeitos de escola. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. 20, p. 425–442, 2010.

EVERITT, Judson G. Teacher Careers and inhabited institutions: sense-making and arsenals of teaching practice in educational institutions. **Symbolic Interaction**, v. 35, n. 2, p. 203–220, 2012.

GREENWOOD, Royston. *et al.* **The SAGE Handbook of: Organizational Institutionalism.** Estados Unidos: SAGE Publications, 2008.

GUBRIUM, Jaber F. *et al.* **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft.** 2. ed. Estados Unidos: SAGE Publications, 2012.

HALLETT, Tim. Between deference and distinction: interaction ritual through symbolic power in an educational institution. **Social Psychology Quarterly**, v. 70, n. 2, p. 148–171, 2007

HALLETT, Tim. The myth incarnate: recoupling processes, turmoil, and inhabited institutions in an urban elementary school. **American Sociological Review**, v. 75, n. 1, p. 52–74, 2010.

HALLET, Tim; VENTRESCA, Marc J. Inhabited institutions: social interactions and organizational forms in Gouldner's Patterns of industrial bureaucracy. **Theor Soc**, n. 35, p. 213–236, 2006.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três Versões do Neoinstitucionalismo. **Revista Lua Nova**, n. 58, 2003.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.) **Políticas públicas: coletânea.** Brasília, D. F.: ENAP, 2006.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Censo da Educação Superior 2016: divulgação** — Coletiva de Imprensa. Brasília, D.F.: INEP, 31 ago. 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos.** Brasília, D.F.: Enap, 2019.

LEVY, Daniel C. **The new institutionalism: mismatches with private higher education's global growth.** Nova Iorque: PROPHE working papers, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MEYER, Heinz-Dieter; ROWAN, Brian. Institutional analysis and the study of education. In: MEYER, Heinz-Dieter; ROWAN, Brian (eds.). **The new institutionalism in education.** Albânia: State University of New York Press, 2006.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, sep. 1977.

MORSE, Janice M. Type and structure in mixed-method designs. In: GUBRIUM, Jaber F. *et al.* **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft**. 2. ed. Estados Unidos: SAGE Publications, 2012.

OWEN-SMITH, Jason; POWELL, Walter W. Networks and Institutions. In: GREENWOD, Royston *et al.* (eds.). **The SAGE handbook of: organizational institutionalism**. Londres: SAGE Publications, 2008.

OXFAM. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Brief Comunicação, 2018.

TREVISAN, A. P. BELLEN, H. M. van. Avaliação da Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, vol. 42, n. 3, 2008.

VAN ZANTEN, Agnès. Efeitos da concorrência sobre a atividade dos estabelecimentos escolares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 565–593, 2006.

WANG, Jinjun; YAN, Ying. The Interview Question. In: GUBRIUM, Jaber F. *et al.* **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft**. 2. ed. Estados Unidos: SAGE Publications, 2012.

YAIR, Gad. School organizations and market ecology: a realist sociological look at the infrastructure of school choice. **British Journal of Sociology of Education**, v. 17, n. 4, p. 453–471, 1996.

ZANCHETTIN, Fábio. O fim da divulgação dos resultados do ENEM por escola: uma breve reflexão sobre a avaliação das políticas públicas e o acesso à informação. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 971–985, set./out. 2018.

Recebido: 01/08/2021

Aceito: 05/06/2023

Serviço Social e a humanização do atendimento em saúde: desafios e possibilidades no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra

Social Service and the humanization of health care: challenges and possibilities at the University Hospital of the Federal University of Maranhão – Presidente Dutra Unit

**Glauciane Borges Mendes¹,
Mariana Cavalcanti Braz Berger²**

1. Assistente Social, especialista em Atenção em Clínicas Médica e Cirúrgica pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão. <https://orcid.org/0000-0002-6545-0040> **glaucianebm@hotmail.com**

2. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. <https://orcid.org/0000-0001-5267-3248> **mariana.braz@ufma.br**

Resumo: O objetivo do artigo é analisar os desafios e as possibilidades dos/as assistentes sociais no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra, no âmbito da Política Nacional de Humanização - PNH. A PNH propõe construir novas formas de pensar a saúde, com qualidade nos atendimentos e processos de trabalho mais democráticos,

com vias a integralidade prevista no Sistema Único de Saúde (sus) e o direito ao acesso como pontos fundamentais. Para que a humanização seja materializada de forma efetiva nos contextos hospitalares é necessário um trabalho multiprofissional. Entre os profissionais envolvidos, ao assistente social cabe a intervenção nas necessidades sociais e demandas de cada sujeito que busca pelos serviços de saúde compreendendo a totalidade dos processos. Assim, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e com pesquisa de campo, realizada através de entrevistas semiestruturadas, no período de 28 de novembro a 23 de dezembro de 2022, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão com a participação de 13 assistentes sociais que atuam no local.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde Pública. Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão. Políticas de Humanização.

Abstract: The objective of the article is to analyze the challenges and possibilities of social workers at the University Hospital of the Federal University of Maranhão - Presidente Dutra Unit, within the scope of the The National Humanization Policy - PNH. The PNH proposes to build new ways of thinking about health, with quality care and more democratic work processes, with the comprehensiveness provided for in the Unified Health System (sus) and the right to access as fundamental points. For humanization to be materialized effectively in hospital contexts, multidisciplinary work is necessary. Among the professionals involved, the social worker is responsible for intervening in the social needs and demands of each individual who seeks health services, comprising all processes. Thus, the present work is an exploratory research, of a qualitative nature, of a bibliographical nature and with field research, carried out through semi-structured interviews, in the period from November 28 to December 23, 2022, at the University Hospital of the Universidade Federal do Maranhão with the participation of 13 social workers who work there.

Keywords: Social Service. Public health. University Hospital of the Universidade Federal do Maranhão. Humanization Policies.

Introdução

O Sistema Único de Saúde – sus instituído pelas leis orgânicas nº 8.080/90 e nº 8.142/90, defende a saúde como um direito fundamental de todo o cidadão e tem como princípios a integralidade, a universalidade e a equidade (BRASIL, 1990). A humanização enquanto uma política na área da saúde se consolida a partir desses princípios e surge na perspectiva de contribuir para o fortalecimento do sistema.

A Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do sus (PNH) expressa não somente a questão do direito à saúde, mas a noção de acolhimento, responsabilização e a construção coletiva através de uma proposta de intervenção baseada no protagonismo dos sujeitos. Esta política, em seus termos, publicada pelo Ministério da Saúde no ano de 2003, é direcionada ao estímulo da comunicação entre os trabalhadores, gestores e usuários e emerge como um eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as esferas do sus. Ao longo deste trabalho de pesquisa, enfatizam-se as perspectivas da PNH no âmbito dos usuários e dos trabalhadores, com foco principal nos assistentes sociais. Assim, o papel do terceiro sujeito que acompanha os desdobramentos da PNH, o gestor, não será discutido em função das limitações estratégicas deste estudo, que não possibilitaram investigação direta mais ampla com os encarregados desta função.

Heckert *et al.*, (2009), ressaltam que a humanização atua como base para a reformulação dos moldes na atenção à saúde, implica em respeito e modificação do caráter institucional, tem como objetivo a construção de atitudes concretas que possibilitem, através dos meios éticos, o cuidado com o próximo, fundamentadas na relação entre os usuários, trabalhadores e gestores da saúde. Dessa forma, as práticas de produção da saúde teriam como principal foco a inclusão dos sujeitos, pois não seria possível pensar a construção de uma política pública sem a cooperação destes.

Segundo o Ministério da Saúde, trabalhar na perspectiva da humanização é atender às dimensões, tanto éticas, quanto políticas e culturais presentes nos atendimentos e nos serviços de saúde (BRASIL, 2021). Para que o cuidado humanizado seja efetivo é primordial o trabalho multidisciplinar, de modo

que a PNH considera, em seu texto base, que o acolhimento das pessoas, que buscam pelo sistema de saúde, deve ser realizado por uma equipe técnica multiprofissional, composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros.

Portanto, é necessário enfatizar que a humanização ganha destaque nos debates do Serviço Social e no campo das garantias de direitos, no qual o assistente social atua nas refrações da questão social. Segundo Martinelli (2011), o desenvolvimento da capacidade de realizar leituras críticas e políticas da realidade dos sujeitos é um diferencial do assistente social, pois é a partir dessa realidade que são identificadas as principais demandas e necessidades de cada indivíduo, a serem compensadas e oferecidas diante do cuidado humanizado.

Da Silva e Arizono (2008), entendem que em seu processo formativo o/a assistente social é capacitado/a à trabalhar com a humanização das relações, com a habilidade da escuta e do diálogo, que a partir de uma análise crítica da realidade, o profissional pode contribuir para que o usuário seja visto em sua integralidade, através da identificação dos determinantes e vulnerabilidades sociais que influenciam na qualidade de vida da população.

Assim, considerando a importância da intervenção dos/as assistentes sociais para a efetividade da PNH e o quanto a humanização é essencial nos serviços de saúde, cabe ampliar os estudos sobre a temática a fim de analisar os desafios e possibilidades que envolvem essa intervenção em um hospital público, quer seja, contextualizando a realidade concreta e as contradições próprias da sociedade capitalista na contemporaneidade.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios e as possibilidades dos/as assistentes sociais no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - Unidade Presidente Dutra (HUUFMA-UPD) no âmbito da Política Nacional de Humanização. Para tanto, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar um breve debate teórico-conceitual em torno da temática da humanização na área da saúde; (b) mapear as ações dos/as assistentes sociais que atuam no HUUFMA-UPD.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as assistentes sociais que atuam no

Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), Unidade Presidente Dutra (UPD), que conta com um universo de treze profissionais. Após a coleta das informações, o material foi analisado e organizado para apresentação dos resultados e contém informações que revelam os desafios e possibilidades que a implementação da PNH ainda enfrenta na unidade; e as sugestões de melhorias para a prática humanizada na unidade de saúde em estudo.

Metodologia

Quanto à abordagem metodológica utilizada o presente estudo embasou-se na pesquisa qualitativa e teve no método materialista histórico - dialético sua perspectiva norteadora e a pesquisa de campo foi realizada com 13 assistentes sociais do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) - Unidade Presidente Dutra (UPD). Sobre a dialética, Gil (2008) ressalta que esta fundamenta a compreensão de uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, segundo o qual os fatos sociais não podem ser percebidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Considerando o *lôcus* da pesquisa, o do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) - Unidade Presidente Dutra (UPD), é considerado um hospital de alta complexidade, localizado em São Luís (MA). A instituição, por ser referência de saúde, desenvolve atividades de ensino para a graduação e também para a formação de especialistas através de Residências Médicas e Multiprofissionais. Além disso, o HUUFMA - UPD, é constituído por duas (02) unidades hospitalares, sendo elas a Unidade Materno Infantil (UMI) e a Unidade Presidente Dutra (UPD), na qual a pesquisa foi desenvolvida. Destaca-se, assim, que essa unidade em questão, foi inaugurada em 28 de julho de 1961, durante o período da gestão do Presidente da República Jânio Quadros (CAVALCANTE, 2020).

Quanto aos procedimentos de coletas de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica compreende a pesquisa realizada em livros, revistas, monografias, dissertações, teses. A

pesquisa documental se delineou através de consultas às legislações direcionadas ao objeto de estudo em questão e a pesquisa de campo ocorreu por meio da realização da entrevista semiestruturada que se baseou em um roteiro previamente elaborado.

Destarte, as entrevistas foram realizadas de forma individual, dentro do ambiente hospitalar, em espaços adequados para garantia da privacidade das informações compartilhadas. Transcorreram durante o período de 28 de novembro a 23 de dezembro de 2022. Das 13 entrevistas, 12 delas foram gravadas e transcritas. Apenas uma das assistentes sociais não aceitou a gravação e o conteúdo, nesse caso, foi apenas transcrito durante a execução da entrevista com a mesma. Cabe destacar aqui que as Assistentes Sociais entrevistadas são concursadas e serão nomeadas ao longo do estudo por “Assistente Social 01 - 13”.

Após a coleta das informações, o material foi analisado e organizado da seguinte maneira, para apresentação dos resultados: (1) informações que revelavam o entendimento das assistentes sociais sobre o que é a PNH e o cuidado humanizado; (2) informações que revelavam o mecanismo de funcionamento da PNH no hospital; (3) informações que revelavam a importância atribuída pelas próprias profissionais ao trabalho do assistente social para efetivação da humanização; (4) informações que revelavam os desafios e possibilidades que a implementação da PNH ainda enfrenta na unidade; e (5) as sugestões de melhorias para a prática humanizada na unidade de saúde em estudo.

Destaca-se que a coleta de dados da presente pesquisa foi desenvolvida a partir do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/ HUUFMA) e a entrevista semiestruturada com os participantes realizou-se após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE).

Ao realizar a investigação da pesquisa e traçar as devidas problematizações, tem-se como o intuito analisar como se constitui a humanização no local em estudo, uma vez que essa temática é bem relevante para toda a sociedade, portanto, de interesse dos usuários, gestores e trabalhadores de saúde.

Resultados

Os resultados apontaram que a presença do assistente social na humanização ocorre, principalmente, através do acolhimento, da escuta qualificada, da valorização das dimensões dos sujeitos e da viabilidade dos direitos. Foi possível perceber que a PNH enfrenta muitos desafios para sua efetivação nos ambientes hospitalares, dentre os principais identificados foram a transversalização da saúde e a dificuldade de englobar os usuários nas discussões e tomadas de decisão que visem ao acesso e melhoria dos serviços ofertados. Assim, concluiu-se com essa pesquisa que os assistentes sociais podem contribuir para condução dos dispositivos da PNH, incentivando a participação dos sujeitos e identificando as necessidades sociais tendo como base as diretrizes ético-políticas da profissão.

Discussão

Política Nacional de Humanização: breve marco teórico e conceitual

A Política Nacional de Humanização - PNH é gestada com o objetivo de efetivar os princípios do SUS nos serviços de saúde. É uma política cuja conceitualização teórica e metodológica possui diversas singularidades e a sua trajetória histórica aponta desafios que são pautados, principalmente, na insatisfação e precariedade do atendimento na saúde. Para compreender a base desta política, é necessário conhecer os marcos históricos e políticos que deram origem ao SUS.

A crise a qual a saúde brasileira estava atrelada foi evidenciada no bojo do Movimento da Reforma Sanitária¹, que aconteceu no início da década de 1970. Neste contexto, se revelaram diversas reivindicações da classe trabalhadora, que se alicerçavam pela luta de uma saúde igualitária, universal e pelo seu reconhecimento como um direito. Além da luta pela democratização da saúde,

1. O Movimento da Reforma Sanitária tem origem no início da década de 1970, foi contextualizado através das iniciativas e lutas contra a ditadura militar. Caracterizou-se como um projeto civilizatório, de caráter contra hegemônico, crítico das práticas de saúde até então vigentes, esse movimento enfatizava sua perspectiva epistemológica e política, frente às diversas desigualdades e contra a mercantilização da saúde, foi fruto de amplas reivindicações e mobilizações da sociedade por uma saúde universal e integral (BRAVO, 2009).

o Projeto de Reforma Sanitária buscou a superação do modelo biomédico, o qual considera a saúde apenas como a ausência de doença.

O SUS, portanto, nasceu do Movimento da Reforma Sanitária, das reivindicações coletivas, dos quais evocam-se os princípios e diretrizes fundamentais para sua execução. A criação da Constituição Federal de 1988 e, por conseguinte, das leis orgânicas da saúde (nº 8.080/90 e nº 8.142/90) são instrumentos normativos de direitos que consolidaram a implementação do sistema e o acesso à saúde pública. Dessa forma, o SUS é consolidado como uma política fundamental, constituído nos princípios da integralidade, equidade e universalidade, que possibilitam a concepção de uma visão ampliada da saúde.

Diante disso, a saúde passa a ser compreendida em um sentido mais abrangente, levando em conta o contexto no qual cada indivíduo encontra-se inserido, como pode ser observado a seguir:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990, p. 01).

Apesar do SUS ter trazido um novo contexto para a saúde no Brasil, que passou a ser encarada como uma política pública e como parte da Seguridade Social dos cidadãos, na década de 1990 e início dos anos 2000 o país sofreu grande influência de uma onda neoliberal. Assim, como impacto no âmbito da saúde visualiza-se uma série de retrocessos. A máquina pública foi sucateada e o modelo de saúde privatista que predominava antes da implementação do SUS voltou a ganhar espaço (AMORIM *et al.*, 2019).

Assim, Amorim *et al.*, (2019) destacam que o projeto neoliberal implicou em uma contrarreforma do Estado, que voltou suas atenções para atender as exigências do capital e das pautas econômicas, provocando um desmonte da Seguridade Social². Resultou que a mercantilização da saúde foi incentivada,

2. A Seguridade Social se consolidou como uma das mais importantes prerrogativas presentes na

transferindo as responsabilidades do Estado para as instituições privadas e terceirização dos serviços, que perpetuaram nos anos seguintes.

A temática da humanização dos serviços de saúde voltou a ganhar legitimidade como política pública apenas no início dos anos 2000, através da XI Conferência Nacional de Saúde (CNS), espaço em que foram enunciadas as reivindicações da classe trabalhadora e dos usuários do sistema de saúde. Nesse período, ganham força dois movimentos que colocaram em pauta a humanização dos serviços de saúde. O movimento feminista que questionava a falta de humanização nos partos, lutando por uma maior autonomia da mulher sobre o seu próprio corpo e instrumentos utilizados nesse procedimento. Da mesma forma, transcorria a reforma psiquiátrica, que reivindicava o fim dos manicômios e a mudança nos modelos de gestão e atenção nas práticas de saúde psiquiátrica. Ambos buscavam implementar uma forma mais humanizada de tratamento à saúde (AMORIM *et al.*, 2019).

Assim, motivados pelos debates acima mencionados, em 2001, é implantado pelo Ministério da Saúde (MS), o Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH), com o objetivo de melhorar a qualidade da saúde através de um conjunto de medidas integradas que visavam modificar a assistência aos usuários das unidades de saúde no país, tentando resgatar os princípios do SUS que haviam sido “perdidos”. Entretanto, segundo Benevides e Passos (2005), no ano de 2003, ainda convergiam diferentes perspectivas sobre a humanização. De um lado, a gestão a menosprezava, e de outro os usuários

Constituição Federal de 1988. Dentre as inovações, o texto constitucional trouxe três eixos que são primordiais: a Saúde Previdência e a Assistência Social. A saúde, em seus termos, foi gestada com base em três princípios fundamentais: universalidade, integralidade, igualdade e visa o acesso igualitário as ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde a todos os cidadãos. A previdência social foi responsável por ampliar os direitos para os trabalhadores rurais, caracterizou-se por ser uma política voltada para a lógica do seguro social, cuja garantia depende da prévia contribuição da classe trabalhadora; por conseguinte, tem-se a Assistência Social que foi instituída como uma política pública não contributiva e seus princípios basilares são: a seletividade, a universalização dos benefícios e serviços e a gratuidade, porém o acesso a esta política é garantida a quem dela necessitar (SILVA, 2019).

demandavam sua aplicabilidade:

O debate ia se montando em torno das condições precarizadas de trabalho, das dificuldades de pactuação das diferentes esferas do SUS, do descuido e da falta de compromisso na assistência ao usuário dos serviços de saúde. O diagnóstico ratificava a complexidade da tarefa de se construir de modo eficaz um sistema público que garantisse acesso universal, equânime e integral a todos os cidadãos brasileiros (BENEVIDES; PASSOS, 2005, p. 562).

Diante desse cenário, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH), em 2003, conhecida também como HumanizaSUS, como uma estratégia para o fortalecimento do SUS. A PNH, parte do entendimento que a humanização é o processo de valorização dos diversos sujeitos implicados na produção de saúde: os usuários, trabalhadores e gestores, e tem como base os seguintes valores: a autonomia, o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade, o estabelecimento de vínculos solidários e a participação coletiva no processo de gestão (BRASIL, 2010).

O documento da PNH enfatiza a humanização como transversal na Rede SUS, o que implica em traduzir os princípios do SUS, além de construir trocas solidárias com a dupla tarefa de produção da saúde e dos sujeitos, oferece também um eixo articulador das práticas em saúde, destacando os aspectos presentes e contagia por atitudes e ações humanizadoras a rede do SUS (BRASIL, 2010). Amorim *et al.*, (2019) apontam que a PNH se consolidou sobre 5 diretrizes básicas, herdadas da base do SUS. A primeira delas é o acolhimento, que dita que os profissionais devem ter uma escuta singular para cada usuário, passando-lhes confiança e compromisso ético.

Além disso, a gestão do sistema de saúde deve ser participativa, englobando todos os sujeitos envolvidos nas tomadas de decisões. A saúde deve ser vista além da clínica do adoecimento e ampliada para considerarem-se as particularidades de cada sujeito. A ambiência também é uma diretriz importante, ressaltando-se que se devem viabilizar espaços acolhedores e que garantam o conforto, respeito e privacidade dos usuários e profissionais. As duas últimas diretrizes dizem respeito à valorização do trabalhador e a defesa dos direitos

dos usuários. No entanto, Benevides e Passos ressaltam que a PNH foi consolidada no âmbito do SUS, sem a superação da lógica assistencialista, a luz de tal interpretação consideram que:

A humanização, expressa em ações fragmentadas e numa imprecisão e fragilidade do conceito, veem seus sentidos ligados ao voluntarismo, ao assistencialismo, ao paternalismo, ou mesmo ao tecnicismo de um gerenciamento sustentado na racionalidade administrativa e na qualidade total. Para ganhar força necessária que dê direção a um processo de mudança que possa responder a justos anseios dos usuários e trabalhadores da saúde, a humanização impõe o enfrentamento de dois desafios: conceitual e metodológico (BENEVIDES; PASSOS, 2005, p. 390).

Para também subsidiar a compreensão da temática, destaca-se a análise de Sportono (2019), que parte da concepção de que a PNH objetiva sua inserção nas distintas dimensões das relações sociais e no contexto da reprodução capitalista, contudo, sem promover mudanças em sua estrutura, mas com uma postura ideológica e mistificada de “humanizar” o capital. A autora revela a importância do contexto em que a sociedade está inserida, da mesma forma que preconiza que analisar a PNH, incorre no reconhecimento das relações desumanas que se estabelecem nos espaços de saúde.

Outro ponto relevante é destacado por Neulls (2016), que afirma que é importante considerar que a PNH ainda não conseguiu concretizar os seus objetivos, apesar de se ter avanços no debate sobre o tema. A autora ressalta que a definição teórica de “humanização” ainda não foi consolidada e que o Estado aparece apenas como construtor da política, cabendo à responsabilidade de humanizar as relações sociais no âmbito da saúde aos usuários envolvidos no processo.

Também cabe considerar que a humanização, em suas múltiplas determinações, seja analisada, tanto a partir de sua vinculação ao processo de determinação saúde e doença, quanto na interrelação humanização – desumanização nos trabalhos de saúde. Gomes (2017) refere ser primordial a construção de um cuidado de saúde emancipador. Nessa perspectiva, “projetos

que tenham por objeto a construção de sistemas e serviços de saúde universais e de qualidade, embora de natureza humanizadora, podem não se constituir necessariamente como miradores de práticas emancipatórias” (GOMES, 2017, p. 304).

Castro (2018) desmitificando o debate em torno da humanização ao identificar os processos que envolvem o seu campo ideológico, teórico e político considera que a humanização é evocada para a superação das debilidades existentes na política de saúde, pois ainda existem questões a serem resolvidas, a exemplo da não efetivação dos direitos dos usuários, fragmentação dos processos de trabalho e das relações entre os profissionais. Diante dessas reflexões, considera que as discussões acerca da humanização têm como retórica a constância de um suposto capitalismo humanizado, que visa apenas solucionar questões pontuais e não a superação da lógica destrutiva do capital (CASTRO, 2018).

É importante ressaltar a partir dessa compreensão que a PNH não foi problematizada em seus limites, apesar de ter sido instituída no período progressista, por justamente não conseguir atuar frente à precarização das condições e das relações de trabalho; frente às dificuldades nos acessos aos serviços de saúde, que interferem diretamente nos programas e políticas de humanização da saúde (CASTRO, 2018).

Em outra perspectiva, Da Silva e Arizono (2008) versam que humanizar a atenção em saúde trata-se de valorizar as dimensões subjetivas e sociais dos indivíduos que buscam por esse serviço, fortalecendo o compromisso com os direitos dos cidadãos. Para isso, é preciso trabalhar com uma equipe multiprofissional, dispondo de agentes de saúde, mas também de agentes que consigam fazer uma leitura social da realidade e das demandas de cada sujeito. Nesse contexto, insere-se o trabalho dos/as assistentes sociais na promoção da humanização dos serviços de saúde.

Portanto, para que o Serviço Social na saúde possa está em consonância com o seu projeto ético-político profissional, é necessário que tenha como norte o Projeto de Reforma Sanitária. Dessa forma, os/as assistentes sociais exercem um papel fundamental na escuta qualificada, na identificação de

vulnerabilidades, na construção de vínculos sociais, na organização dos trabalhos e atividades grupais, e na proteção social dos usuários e dos profissionais que atuam nos sistemas de saúde. Essa base é fundamental para a efetivação da PNH como uma política pública de saúde (DA SILVA; ARIZONO, 2008).

Amorim *et al.*, (2019) complementam dizendo que a atuação do Serviço Social, voltada para o entendimento das políticas sociais, proporciona um ganho para as equipes de saúde. Este profissional deve atuar de forma a consolidar nas equipes os horizontes expressos pela Reforma Sanitária, que foram à base propulsora do SUS e da PNH, e luta pela ampliação de acesso à política pública de saúde.

Desafios e possibilidades ao Serviço Social e à humanização no HUUFMA – UPD

Os profissionais da saúde, dentre os quais o/a assistente social, tem muito a contribuir para a necessária reflexão sobre as formas de acesso aos direitos, proporcionando entendimento acerca dos mesmos na sociedade contemporânea e seus reflexos na vida dos sujeitos. Nesse sentido, partimos da compreensão de que um dos desafios da humanização é o de ser acompanhada pelas contrapartidas necessárias à sua consolidação, a exemplo da motivação dos trabalhadores, possível através da promoção de condições de trabalho que permitam a concretização das demandas e da concessão de salários compatíveis.

Nesse sentido, retoma-se o ponto de vista expresso por De Campos *et al.*, (2020) de que, a sobrecarga dos profissionais, as rotinas árduas e o estresse vivenciado pela equipe de saúde interferem na oferta de serviços humanizados, na ausência da humanização no cuidado. Uma estratégia enfatizada pelas participantes nesse contexto é a possibilidade de ampliação da equipe:

Eu acho que uma das ações importantes que talvez a gente não pense imediatamente é ampliação das equipes de saúde, por exemplo, assegurar mais profissionais para o atendimento das demandas, para a comissão do trabalho, de uma forma a garantir que esses profissionais tenham também mais condição de prestar um serviço de mais qualidade a pessoa que está em situação

de adoecimento e a sua família, mas passa também pela melhoria do espaço físico, de um acolhimento adequado no local onde a pessoa está equipada com equipamentos de ar condicionado que funciona, a cama que funciona, a garantia dos insumos, do básico ao necessário, então que não falte desde o lençol, a medicação, a gestão participativa também acho que é uma questão que é importante para assegurar a humanização, por que acho que a humanização ela tem uma missão e uma preocupação que vai para além do usuário do serviço, mas que passa pelos trabalhadores (ASSISTENTE SOCIAL 08).

A assistente social 07 aponta outro desafio para as assistentes sociais, visando organizar e reunir a categoria profissional na luta por suas prerrogativas e seus interesses:

Talvez um desafio em nível de assistente social, seria garantir alguns espaços para poder estar discutindo em nível de categoria. Eu acho que esse é um desafio, fazer com que os assistentes sociais se unam a nível de categoria para discutir, para fazer estudos de caso e para sugerir melhorias [...] (ASSISTENTE SOCIAL 07).

As assistentes sociais demonstram tanto o reconhecimento da importância da profissão para o processo de humanização da saúde, como também a prerrogativa profissional, de discussão da categoria, de espaços para articulação e de debates sobre o usuário. Para a assistente social 01, o maior desafio para a efetivação da PNH e das diretrizes estabelecidas pelo SUS é consolidar o conhecimento desta política por parte dos assistentes sociais, e propagá-la aos demais envolvidos nos processos de saúde:

O grande desafio é o conhecimento da PNH como aliado para a efetivação do SUS, esse seria o nosso maior desafio se a gente reconhece o SUS como resultado da luta organizada pela sociedade, se a gente reconhece o SUS enquanto direito conquistado, eu penso que tem que ser um serviço de qualidade, com resolutividade, então o maior desafio seria a efetivação do SUS em sua integralidade (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Através dessa fala, é revelado um conhecimento falho dos trabalhadores da saúde e dos usuários sobre a política de humanização e a necessidade do reconhecimento do SUS como luta organizada pela sociedade, em seu escopo mais democrático, em busca de um serviço resolutivo, de qualidade e integral. No entanto, para compreender a humanização, é necessário conhecer outros fatores, tais como o acesso aos serviços públicos e às filas geradas nas marcações de consultas, a estrutura dos espaços, entre outros elementos que integram e constituem-se como qualificadores negativos atribuídos aos serviços de saúde pública. Nesse contexto, as assistentes sociais do HUUFMA mostraram que a questão estrutural também é um desafio a ser vencido pelo hospital. Na fala da assistente social 13, observamos que a infraestrutura do ambiente está comprometendo a acessibilidade:

A questão estrutural é uma queixa recorrente dos pacientes, inclusive teve um paciente cadeirante com dificuldade na acessibilidade, de fazer atividades básicas do dia a dia e não conseguia por conta da estrutura do hospital, ele não tem uma estrutura boa pra receber acompanhantes também, que passam muito tempo com o paciente, não é cômodo, os banheiros também não tem uma estrutura (ASSISTENTE SOCIAL 13).

O exemplo descrito pela assistente social 13 demonstra que sem a infraestrutura mínima para fornecer acessibilidade, é impossível garantir um cuidado humanizado aos usuários desses serviços. E que:

O trabalhador que tem uma longa jornada aqui no hospital não tem um local adequado pra se alimentar, não tem um local adequado para dormir, então essa questão da estrutura ela representa o meu desafio. E a alimentação é uma das queixas assim que a gente tem numa enfermaria, alimentação é muito ruim, a água é muito ruim. Então isso compromete sim a qualidade de atendimento (ASSISTENTE SOCIAL 13).

[...] eu acho necessário ter um melhor suporte para esses acompanhantes

aqui dentro, eu acho que faltam questões muito concretas de se resolver simples coisas do dia a dia que a gente não tem, por exemplo, um local para os acompanhantes lavarem as roupas [...] Aqui não temos um lugar de suporte para os acompanhantes ficarem quando não tem um familiar aqui quando o município não tem casa de apoio, o hospital não tem nenhuma enfermaria de apoio, uma casa de apoio (ASSISTENTE SOCIAL 05).

A assistente social 05 sugere a disponibilização de uma casa de apoio para receber aqueles que são procedentes de outros municípios e acolher os acompanhantes dos pacientes hospitalizados. Além disso, acrescenta:

[...] eu acho que falta a atuação da humanização em questões mais práticas sobre a organização aqui do hospital nessa questão da comunicação, nem tanto da humanização mais do hospital mesmo de existir uma portaria já que isso não é feito, pelo menos existir um documento falando que os médicos precisam conversar com o familiar depois da cirurgia, isso vai melhorar muito a questão da humanização, pois evita da família está correndo atrás do médico quando termina a cirurgia, para conversar algo que é muito necessário [...] (ASSISTENTE SOCIAL 05).

A acessibilidade é um facilitador no processo de construção de um serviço humanizado, pois oferta a garantia do serviço em condições dignas aos usuários com deficiência, pessoas idosas, com obesidade, até por esses serem os destinatários e os perfis de usuários atendidos pela Unidade Presidente Dutra. Além disso, há de se considerar que a boa ambientação dos espaços e dos equipamentos de saúde ofertados aos usuários também contribui para promover um acolhimento mais efetivo dos pacientes em tratamento de saúde. Sobre isso, a assistente social 07 abordou uma iniciativa recente no HUUFMA:

[...] outro aspecto que eu acho que possibilita a concretização da humanização é destinar também recursos orçamentários que podem garantir ações como, por exemplo, ambiência, que está previsto na política de humanização.

Eu vi agora recente uma ação importantíssima do hospital que foi a ambiência do espaço físico da pediatria, que foi mesmo de garantir pinturas lúdicas para as crianças que são atendidas ali [...] (ASSISTENTE SOCIAL 07).

De campos *et al.*, (2020), ao estudarem acerca dos desafios ao atendimento ao cliente em uma administração hospitalar humanizada, fizeram constatações similares aos dois últimos pontos apresentados: a necessidade de capacitar os profissionais para que estes tenham um entendimento mais amplo da PNH; e a necessidade de oferecer uma infraestrutura mínima para acolher os pacientes e condições de trabalho dignas para os profissionais da saúde.

Considerando a importância da capacitação dos profissionais de saúde, apontada por De Campos *et al.* (2020), como relevante à oferta do cuidado humanizado, faz-se uma relação com a assistente social 02:

[...] Eu nunca participei de uma capacitação especificamente sobre humanização, já participei sobre clínica ampliada, que faz parte da humanização. Sobre clínica ampliada teve várias capacitações, para falar sobre a humanização em si, da política nunca participei, só desse dispositivo da clínica ampliada (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Assim, outra questão que se coloca presente nos espaços públicos de saúde é se estão sendo realizadas estratégias de capacitação que tenham como foco o cuidado humanizado. Essa preocupação é vislumbrada e pertinente, mas é enfatizado nos resultados desta pesquisa que nem todas as profissionais conseguem participar das ações e das capacitações que são realizadas e desenvolvidas pelo hospital. Segundo a assistente social 02, até são ofertadas capacitações para os profissionais do HUUFMA, mas existe uma deficiência em relação à oferta de oportunidades voltadas especificamente para a Política de Humanização.

Destarte, buscando identificar uma solução para este problema, as assistentes sociais sugeriram algumas estratégias alternativas de capacitação, como oficinas com os profissionais do hospital, que podem ser visualizadas a seguir.

A questão das oficinas com os funcionários, fazer grupos de acompanhantes, também para está difundindo a questão da divulgação e da comunicação é o primeiro passo para a difusão [...] oficinas com os pacientes também, dependendo da condição dele, é estar fazendo esses grupos de sensibilização, trazendo esses acompanhantes para ver o que eles querem, o que eles sugerem, [...] estar sempre reunindo a equipe e fazendo capacitações sobre os dispositivos da política de humanização. Então seria um trabalho tanto com os pacientes como com os servidores (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Acho que capacitação permanente, de todos os profissionais independentes do setor [...] por que eu acho que dentro do hospital essa questão da comunicação dos setores é muito importante, não só entre os profissionais da equipe, mas em todos os setores como um todo, essa integração e articulação é muito importante e para isso é necessário que se implante essa capacitação mais humanizada, mais continuada sobre essa política nos hospitais em todos os setores, [...] ou seja, efetivar isso dentro do hospital e nos setores (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Tangenciando a questão da ampliação da capacitação dos profissionais no âmbito da Política de Humanização, destaca-se outro desafio apontado pelas assistentes sociais do HUUFMA: a maior divulgação da política e conhecimento dos direitos. Uma das sugestões mais vislumbradas quando se falou em humanização, diz respeito à divulgação dos direitos, principalmente, sobre a carta dos direitos dos usuários do hospital:

Inclusive tem uma carta dos direitos dos usuários que acredito que não seja tão divulgada entre todos os profissionais [...]. Eu acredito que as diretrizes, o que está previsto na política, vão fazer com que esses direitos sejam garantidos, mas eu acho que ainda falta muito pensando em nível de equipe assistencial, o conhecimento, a sensibilidade para esse aspecto da humanização para garantir os direitos dos usuários (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Percebe-se que tal instrumento de conhecimento sobre o direito não é amplamente socializado e, provavelmente, nem é de conhecimento geral de todos os funcionários, quem dirá dos usuários, que são os principais interessados. Nesse aspecto, evidencia-se mais um grande desafio do HUUFMA na efetivação da humanização, que é a importância da comunicação interna, entre os funcionários do hospital, e também destes para com os usuários. Quando esta não é trabalhada corretamente, causa ruídos nos ambientes de trabalho e também prejudicam o acesso aos serviços do hospital. Segundo a assistente social 05, ressaltam-se como pontos principais para a garantia dos direitos, a valorização da comunicação:

Nós temos que melhorar muito, a gente que trabalha nessa perspectiva do direito, sente falta, por exemplo, [...] de ter uma melhor comunicação da equipe médica e pacientes, do médico com os familiares, acho que a recepção precisa melhorar [...] (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Corroborando com isso, a assistente social 03 colocou em pauta a necessidade de divulgação das informações a respeito da Política de Humanização, dessa forma:

Precisa ser mais divulgado, não precisa ser toda a política em si, mais os pontos principais, isso deve ser trabalhado, divulgado colocado em murais em baners até para o próprio usuário saber da política, pois enquanto ela estiver guardada, no papel ela não serve, tem que ser discutida (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Foi possível perceber que os aspectos ligados à comunicação efetiva foram tidos como muito importantes e relevantes dentro do contexto da humanização da saúde pelas assistentes sociais do HUUFMA. Ternus e Wollmann (2021) também fizeram uma constatação parecida, afirmando que o diálogo efetivo entre os membros da equipe de saúde melhoram o ambiente de trabalho e reforçam a segurança dos pacientes. Dessa forma, os

espaços de diálogo mostram-se fundamentais para a integralidade e humanização da saúde. No entanto, os autores afirmam que apesar da comunicação ser considerada importante essa competência ainda não é bem trabalhada e apresenta muitas fragilidades.

As sugestões e desafios apresentados pelas assistentes sociais do HUUFMA relacionam-se com três pilares principais: a questão profissional, visando melhores condições de trabalho e infraestrutura, melhor divisão das tarefas e carga-horárias; a questão da capacitação, visando o melhor preparo dos profissionais para atuarem de forma humanizada; e a questão da comunicação e divulgação da PNH para os próprios usuários do sistema de saúde, para que estes sejam capazes de reconhecer e reivindicar seus direitos.

Conclusão

Os estudos realizados ao longo deste artigo possibilitaram entender a PNH como uma política transversal, vinculada à qualidade dos serviços prestados e ao respeito aos usuários, versa também como o direito do cidadão de ser assistido em sua integralidade, sobre as limitações apresentam-se a falta de esclarecimentos dos usuários sobre o conceito de humanização e a sua aplicabilidade para a garantia de direitos.

Foi possível notar que o/a assistente social exerce um papel central na implementação da PNH nos ambientes hospitalares e espaços públicos de saúde. Ficou evidente que essa importância se dá em função da capacitação deste profissional para promover um acolhimento humanizado dos usuários, valorizar as dimensões dos sujeitos, fortalecer os compromissos com a garantia dos direitos dos cidadãos, promover educação em saúde e orientação aos usuários, e uma escuta qualificada e atenta às necessidades dos sujeitos.

Outro ponto observado ao longo desta pesquisa foi o entrelaçamento entre a PNH e as diretrizes basilares do SUS. Constatou-se essa associação no entendimento dos assistentes sociais a respeito do que é a humanização. Contudo, refletiu-se que há uma priorização do princípio da integralidade, enquanto algumas questões associadas à equidade e universalidade são postas em segundo plano.

Alguns dos desafios a serem enfrentados pelo HUUFMA para efetivação da PNH nesse ambiente são válidos para os sistemas de saúde pública como um todo, e representam oportunidades de expandir a Política de Humanização nesse setor. Concluímos que para efetivar a PNH é preciso melhorar as condições de trabalho da equipe de saúde, capacitar os funcionários a fim de que fiquem integrados às diretrizes expostas na PNH, melhorar a comunicação entre as equipes e também para com os usuários, divulgando os seus direitos, e, por fim, melhorar a estrutura e ambiência dos espaços de saúde para promover um acolhimento mais humanizado e condições dignas para ofertar os serviços.

Foi possível fazer uma associação entre algumas características da prática da humanização no HUUFMA e a teoria estudada sobre a PNH neste trabalho e, diante disso, constatar que as raízes da política neoliberal, sobre a qual a esta política foi implementada, ainda se fazem presentes na forma com que o sistema de saúde é gerido no Brasil. Podemos situar os aspectos vinculados à desregulamentação da força de trabalho e a precarização das condições objetivas para o desempenho da classe trabalhadora, a falta de investimentos nos serviços públicos, que impactam a sociedade como um todo e nas formas como a humanização se consolida na saúde.

Porém, ficou compreendido que os entraves do neoliberalismo na política pública de saúde vão além dos pontos apresentados no parágrafo anterior, relacionados às condições de trabalho e desvalorização do trabalhador. O modelo de gestão privatista e empresarial ainda predominam e o caráter mercantilizador, as relações de gestão hierarquizadas ainda representam um grande entrave para o processo de humanização da saúde. Dessa forma, entende-se que a PNH só conseguirá, de fato, resgatar e fazer valer os princípios basilares do SUS diante de uma reestruturação de todo o sistema de saúde, de forma que se consiga verdadeiramente implementar a participação dos usuários na construção das políticas públicas voltadas para a saúde e que a voz desses sujeitos seja ouvida com clareza e de igual para igual na hora de considerar as melhorias necessárias nos serviços prestados.

Diante dessas considerações, conclui-se que o histórico da humanização enquanto política vai além das definições, implica em mudanças, em valorização, em participação dos usuários, trabalhadores e gestores, ou seja, uma verdadeira reestruturação de todo o sistema. O assistente social deve estabelecer uma visão para além dos aspectos rotineiros e cotidianos, extrapolar o imediatismo e identificar as demandas sociais, através da escuta e do diálogo, enquanto parte do processo da luta que defende o que está previsto no Projeto da Reforma Sanitária. Portanto, compreende-se que as questões consideradas não se esgotam neste trabalho, sendo pertinentes outras reflexões e novos estudos que trabalhem a Política Nacional de Humanização como importante estratégia para consolidação dos direitos do sus.

Referências

AMORIM, Flávia Kallyne da Silva *et al.* **A saúde pública no Brasil e a construção estratégica da política nacional de humanização: o serviço social balizando o debate sobre o percurso institucional de sua implementação.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 10, pp. 561-571, 2005.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: grupo de trabalho de humanização: GTH** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS – Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias dos SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério do Estado da Saúde. Coletivo Nacional HumanizaSUS. **Glossário Humaniza SUS de A a Z**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus/glossario-pnh>. 2021. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRAVO, Maria Inês. **Política de saúde no Brasil**. Mota, Ana Elizabete *et al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. **Humanização em saúde: intencionalidade política e fundamentação teórica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DA SILVA, Regina Célia Pinheiro; ARIZONO, Adriana Davoli. A política nacional de humanização do SUS e o Serviço Social. **Revista Ciências Humanas**, 2008.

DE CAMPOS, Augusto César Neves *et al.* **Administração hospitalar humanizada: os desafios no atendimento ao cliente**. XI FATECLOG, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, Rogério Miranda. **Humanização e desumanização no Trabalho em Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

HECKERT ALC, PASSOS E, BARROS MEB. **Um seminário dispositivo: a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) em debate**. Interface (Botucatu). 2009; 13 (Supl.1): pp.493-502.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social e a consolidação de direitos: Desafios Contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, n.12, Dez. 2011.

NEULLS, T.F. **Humanização em Saúde frente ao processo de precarização do trabalho: análise acerca da Política Nacional de Humanização da Saúde no âmbito do SUS**. 173f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

SILVA, Flávia Cristina Lima. **A Condição da Política Social na sociedade brasileira contemporânea**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2019.

SPOTORNO, Gabriela de Araújo. **Análise da política "Humaniza SUS" de um hospital Universitário do sul do país a partir da adesão a EBSERH**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019.

TERNUS, Brenda Fernandes; WOLLMANN, Isabela. Implementação da política de humanização nas Unidades de Terapia Intensiva: uma revisão integrativa. **Revista da SBPH**, v. 24, n. 2, pp. 76-88, 2021.

Recebido: 23/04/2023

Aceito: 01/06/2023

Para quem são estruturadas as cidades? Reflexões sobre o impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade

*Who are cities structured for?
Reflections on the impact of neoliberal urbanism on
the materialization of the right to the city*

Juliany Siqueira Rhein¹

1. Coordenadora de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. Assistente Social graduada e especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). <https://orcid.org/0009-0000-2306-2667> julyrhein@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo objetiva discutir conceitualmente o impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade a partir da análise da obra de recuperação ambiental e urbanização do bairro Seminário, no município do Crato/CE, financiada com recursos de empréstimo celebrado entre o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Traça como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e dialoga com autores que se fundamentam na teoria social e crítica para analisar diretamente as categorias urbanismo neoliberal, direito à cidade e financiamento internacional de políticas públicas, bem como transversalmente a categoria reassentamento involuntário. Entende que as discussões são embrionárias e que novos diálogos plurais deverão ser viabilizados para o alcance da essência do objeto, mas vislumbra-se que as cidades contemporâneas tem-se estruturadas

para o escoamento de mercadorias e acomodação do capital, impedindo, muitas vezes, que o cidadão usufrua, de forma igualitária, dos espaços socialmente construídos com recursos públicos, havendo, portanto, uma desigualdade de acesso ao direito à cidade.

Palavras-chaves: Direito à Cidade. Urbanismo Neoliberal. Financiamento Internacional de Políticas Públicas.

Abstract: This article aims to conceptually discuss the impact of neoliberal urbanism on the materialization of the right to the city based on the analysis of the work of environmental recovery and urbanization of the Seminary neighborhood, in the municipality of Crato/CE, financed with resources from a loan entered into between the State Government of Ceará, through the Secretariat of Cities and the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD). It outlines bibliographic research and documentary research as a methodological path and dialogues with authors who are based on social and critical theory to directly analyze the categories neoliberal urbanism, right to the city and international financing of public policies, as well as transversally the category involuntary resettlement. It understands that the discussions are embryonic and that new plural dialogues should be made possible to reach the essence of the object, but it is seen that contemporary cities have been structured for the flow of goods and accommodation of capital, often preventing the citizen enjoys, equally, the spaces socially constructed with public resources, therefore, there is an unequal access to the right to the city.

Keywords: Right to the City. Neoliberal Urbanism. International Public Policy Financing.

Introdução

Este artigo traz reflexões teórico-conceituais sobre a execução da obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário, no Crato/CE, para a materialização do direito à cidade aos seus habitantes. Isto, considerando que a referida intervenção ocorreu no âmbito de um Projeto de Desenvolvimento Econômico e Regional, financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e executado pelo poder público estadual do Ceará.

A principal motivação para esse estudo consiste em compreender a reorganização das cidades urbanas, a partir da ótica do urbanismo neoliberal, especificamente nos casos de financiamento por meio de tratados firmados com os organismos internacionais, bem como as repercussões e os efeitos desta reorganização na materialização do direito à cidade. Para tanto, faz-se uma revisão bibliográfica, analisa dados e documentos referentes ao Projeto paradigma de reflexão, delimitando à discussão quanto aos aspectos sociais, notadamente sobre o deslocamento involuntário ou reassentamento involuntário das famílias afetadas diretamente pela obra diante da garantia do direito à cidade.

Inicia-se o debate com a premissa de que os países de capitalismo periférico para manterem-se participantes da economia mundial, subordinam-se aos países de economia central, perpetuando uma relação de dependência, originária do período de expansão do capital, promovida pelos europeu através da imposição do processo de colonização regida pela exploração econômica e cultural, além da dominância imposta pelo colonizador afetas ao modo de vida colonial. Essa sujeição dos país amolda-se aos tempos contemporâneos pelo emprego de celebração de tratados, contratos, convênios e congêneres, tendo como elementos norteadores os princípios neoliberais, o que se torna comum a realização de acordos de empréstimo entre governos nacionais e agentes financeiros internacionais.

Analisa-se a tendência nacional e histórica de celebração de empréstimos e cooperações técnicas com agentes internacionais, com foco no Governo do Estado do Ceará, que por meio da Secretaria das Cidades¹, celebrou com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD² um financiamento externo para execução de projeto de desenvolvimento econômico e regional com vistas a promover o fortalecimento econômico, regional e social da Região Metropolitana do Cariri.

1. A concepção do Projeto foi formatada na Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR. Este órgão foi extinto no ano de 2007, permitindo o surgimento da Secretaria das Cidades desde então.

2. Instituição também denominada como Banco Mundial

A ideia central do Projeto em discussão era direcionar os investimentos anteriormente voltados prioritariamente para a capital do Estado, para os nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri.

Nesse contexto, estuda-se o Projeto de Desenvolvimento Econômico e Regional Cidades do Ceará – Cariri Central³ que teve por objetivos: i) a qualificação territorial através de investimentos em infraestrutura, ii) o impulsionamento da economia local com ênfase nos arranjos produtivos locais (APLs) do ramo calçadista e de turismo e iii) o fortalecimento institucional dos municípios da região do Cariri.

Esse projeto, implementado entre os anos de 2010 a 2017, alocou investimentos, principalmente nas ações de requalificação e reabilitação territorial da região, com a intervenção de execução de obras viárias, de requalificação urbana e recuperação ambiental situadas nos nove municípios pertencentes à Região Metropolitana do Cariri, dentre outras obras de nível e impacto regional.

Consideram-se que essas intervenções físicas, em territórios já constituídos e habitados, geram impactos sociais, que podem resultar em benefícios coletivos e também efeitos negativos, sobretudo quando há necessidade de retirada da população local, por meio de ações de reassentamento involuntário.

Essa modalidade de intervenção – reassentamento involuntário – ocorre quando há risco a permanência das comunidades em áreas degradadas, nas quais a recuperação ambiental não é suficiente para possibilitar condições dignas de habitabilidade, ou quando o (a) equipamento/infraestrutura a ser instalado (a) impossibilita a coexistência de residências e/ou comércios nas imediações.

Desse modo, para subsidiar e materializar essa análise, selecionou-se as ações realizadas ao longo do Projeto da obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário, Crato/CE, tendo em vista que nesta intervenção, além da revitalização dos espaços públicos⁴, houve ações de saneamento

3. Também denominado Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, ou, para efeito de entendimento neste estudo, simplesmente Projeto.

4. Revitalização: o que está “deteriorado” está, implicitamente, também “sem vida” ao menos do ponto de vista estético, cultural e econômico das elites (SOUZA, 2020, p. 152).

básico e intervenções na área habitacional e ainda pelo fato das medidas compensatórias e do trabalho social referentes ao reassentamento involuntário terem sido desenvolvidos pelo Governo do Estado, mutuário do acordo de empréstimo, através da Secretaria das Cidades, diferentemente das outras intervenções⁵, às quais os municípios responsabilizaram-se pelas ações compensatórias com o aporte de contrapartida financeira em relação ao investimento estatal.

Para fundamentar a discussão, expõe-se conceitos, pensamentos e ideias referentes ao direito à cidade, ao urbanismo neoliberal, financiamento internacional de políticas públicas e reassentamento involuntário.

Entende-se que não há, neste recorte crítico, uma conclusão precisa sobre as discussões levantadas, mas, sim o início de várias possibilidades de análises e discussões plurais, que poderão contribuir, sobremaneira, para a execução de ações públicas efetivas, eficazes e eficientes para a garantia ao direito à cidade.

Celebração de acordos de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD: execução do projeto piloto da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará.

Desde sua fundação, em 1944, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD atua em iniciativas de recuperação de países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial por meio da concessão de empréstimos, doações e consultorias para diversos países, autointitulado como a maior Instituição de desenvolvimento do mundo, em razão da diversidade de sua atuação nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento urbano, mudanças climáticas, conflitos e segurança alimentar, educação, agricultura, finanças e comércio (WORLD BANK, 2017).

5. Além das intervenções citadas nesta problematização, ocorreram outras que não demandaram reassentamento involuntário, mas que exigiram ações mínimas compensatórias, sendo elaborados Planos de Reassentamento Involuntário, tendo em vista os impactos causados aos comerciantes, ambulantes, trabalhadores de transportes públicos alternativos, dentre outras categorias, cujos poderes públicos municipais responsabilizaram-se em atender.

Em 1956, com a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento, o BIRD passou a enfatizar o atendimento aos países mais pobres, o que levou a traçar seus objetivos atuais em acabar com a pobreza extrema até 2030 e aumentar a prosperidade compartilhada dos 40% mais pobres da população em todos os países (Idem).

Essa ênfase, segundo FONSECA (1998), atribuiu ao BIRD o papel de articulador da relação econômica entre os países periféricos, que em conjunto com o Fundo Monetário Internacional – FMI atuam na condução dos ajustes estruturais para a reforma dos Estados-membros rumo ao globalismo econômico.

Para a referida autora, estes dois organismos, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, atuam de modo dual, no âmbito da economia e política internacional, cabendo a cada um, papel específico:

(...) ao FMI cabe a concessão de empréstimos de curto prazo para questões macroeconômicas, a fixação de códigos de conduta política para os países credores e a definição de pré-condições para os créditos do Banco. O BIRD atua como agência de financiamento a longo prazo e de assistência técnica para projetos econômicos e sociais específicos (FONSECA, 1998, p.3).

Desde a década de 1980, o BIRD tem ampliado sua atuação enquanto órgão político, conduzindo sua influência para os países em desenvolvimento na implementação de suas políticas sociais. Essa expansão é decorrente da preocupação do agravamento da pobreza nestas nações e pelas crescentes questões ambientais e de esgotamento dos recursos naturais, em virtude da industrialização desses países, que comprometeria a qualidade de vida das nações desenvolvidas, instigando a necessidade de um planejamento para o desenvolvimento mundial, como preleciona a autora:

Assim, o enfoque integrado – crescimento, demografia, sustentabilidade – passou a constituir o principal argumento no debate sobre o progresso e, também, o principal fundamento político da interação entre organismos internacionais e países em desenvolvimento. Pode-se considerar que esse

argumento permite ao primeiro mundo impor novas condições aos países menos avançados, inclusive no que se refere à delimitação dos padrões de desenvolvimento, sob o argumento de que os problemas que afetam um país – na área econômica, demográfica ou ambiental – afetam o sistema como um todo. (IDEM, IBIDEM).

Esse cuidado do Banco com a erradicação da pobreza, através da execução das políticas sociais é ilustrada através o discurso de seu ex presidente, McNamara, ainda em 1972, conforme pesquisa da estudiosa Fonseca (1998):

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, **só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião**. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, **é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político**. (McNamara, 1972, p.1070 *apud* Fonseca, 1998. p. 4). (grifos nossos)

Observa-se que o Banco entende o enfrentamento da pobreza nos países em desenvolvimento como uma questão de prudência e como forma de amortização de possíveis rebeliões, sendo claramente perceptível a necessidade de intervenção para manutenção do sistema capitalista e continuação da influência dos países de capitalismo desenvolvido sobre os países de capitalismo periférico.

Percebe-se que o desenvolvimento de políticas sociais para o Banco Mundial aparece como uma consequência da estabilidade macroeconômica, tornando o mercado como prioritário no contexto das relações socioeconômicas (TEIXEIRA, 2010). Também na década de 1980 intensifica-se a tendência acerca do desenvolvimento do ideário neoliberal, que passa a nortear as ações

políticas e econômicas do mundo ocidental, tendo o Banco Mundial como um de seus maiores propulsores, o que, conseqüentemente, influenciará o papel do próprio Banco no contexto internacional e a concepção de políticas sociais nos anos subseqüentes.

Esse ideário, que retoma os preceitos liberais disseminados na fase do capitalismo concorrencial e intensificados na fase monopolista estabelece a minimização da intervenção estatal para enfrentamento das questões sociais, dando ênfase na lógica mercantilista de regulação das relações sociais, que para Harvey (1993), se trata de movimento de acumulação flexível, de padrão hegemônico de produção no sistema capitalista surgido na década de 1970, em razão do declínio do padrão hegemônico antecessor - Fordismo e do modo Keynesiano de atender as demandas sociais, mediante a viabilização de políticas públicas, o que proporcionou nas décadas de 1950 e 1960 o chamado período de *Welfare State*.

A acumulação flexível caracterizou-se pela flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados, na criação dos produtos, nas inovações tecnológicas e comerciais e nos padrões de consumo, através dos investimentos em novidades de setores de produção e de mercados. Ampliou-se o setor de serviço e expandiu-se geograficamente a produção e o consumo, globalizando as informações, contrapondo-se à rigidez e a padronização, características peculiares do Fordismo (HARVEY, 1993).

Esse novo padrão requereu uma produção baseada na demanda com a diversificação de mercadorias, diminuição do tempo de giro produtivo, inserção de tecnologias produtivas e técnicas de organização, aliada a minimização da vida do produto. Para tanto, estimulou a criação de necessidades humanas, com ênfase a questão da moda instável, da mercadificação dos desejos e da cultura, associando a felicidade ao poder de consumo. Paralelamente, fortaleceu a financeirização do capital.

Sinteticamente, a financeirização do capital ocorre quando ao invés de reinvestir os lucros da produção em outro circuito produtivo, o capitalista utiliza o montante de capital para valorizar-se enquanto capital fictício, ou seja, aplica em “ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 232).

Atrelado à financeirização, ocorreu o endividamento e subordinação de países periféricos a países de capitalismo central, que através da aquisição dos títulos da dívida pública dos primeiros, vieram a cobrar taxas de juros exorbitantes aumentando significativamente o valor inicial da dívida. Esse processo, apesar de antigo, tomou grandes proporções, pois à medida que os devedores não conseguem cumprir pontualmente com os custos dos juros estabelecidos pelos credores são pressionados a realizarem reformas e ajustes de acordo com os ditames do capital.

No Brasil, o ideário neoliberal associado ao padrão de acumulação flexível ganhou espaço devido as várias condicionalidades impostas pelos credores internacionais para a concessão de empréstimos. Assim, difundiu-se a ideia de que o atraso econômico da década de 1980⁶ deveria ser solucionado por via de várias reformas econômicas, resultando numa simbiose do processo de reestruturação produtiva com o padrão Fordista.

Essas reformas também foram corporificadas por meio de um tratado denominado de Consenso de Washington, que consistia num “programa político centrado na liberalização econômica mundial ao fluxo de bens, serviços e capitais e na reorientação do Estado como provedor de um marco normativo que garantisse a segurança e a lucratividade dos negócios privados” (WADE *apud* PEREIRA, 2015).

Esse decálogo, cujo objetivo era impulsionar a liberalização econômica, teve quatro coordenadas estratégicas, a saber:

(...) a) a difusão de um modelo de política social centrado no alívio da pobreza coerente com o ajuste macroeconômico; b) a mudança do papel do Estado na economia; c) a incorporação da questão ambiental no programa político dominante; d) a ampliação do escopo e o manejo das reformas, a partir da entronização da ideia de governança. (PEREIRA, 2015, p. 464).

Dessa forma, o Brasil, assim como os demais países devedores, subordinou-se aos ditames do capital neoliberal, promovendo as modificações

6. A década de 1980 no Brasil foi considerada a década perdida, pois o país, assim como outros da América Latina, contraiu dívidas altíssimas devido à crise internacional que se alastrou em 1982.

impostas, o que gerou consequências de complexa magnitude. As regras desse tratado seguidas pelos países subordinados foram: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e direito à propriedade intelectual.

Para disseminar o referido Consenso, Maricato (2002) informa que em 1994 o *Institute for International Economics* realizou Seminário com mais de 100 (cem) especialistas (entre representantes da Ásia, África, América Latina, bancos, empresas privadas e alguns acadêmicos) para formular ideias e escrever orientações para os países periféricos, objetivando a implementação bem-sucedida das propostas políticas do Decálogo. E destacou:

Uma grande e custosa campanha publicitária busca popularizar essas ideias. A construção da ideia da privatização dos serviços públicos como virtude e única saída utilizou, no Brasil, líderes de programas populares da auditório (Hebe Camargo, Ratinho, Ana Maria Braga) sem que os telespectadores soubessem que o apresentador estava sendo regidamente recompensado para disseminar tais valores. (MARICATO, 2002, p. 134)

O Estado que na lógica liberal deveria ter mínima intervenção no mercado, a partir do ideário neoliberal e, principalmente a partir do Consenso de Washington passa a ter um papel complementar ao mercado, mediante ações legítimas de apoiar, fortalecer e complementar o setor privado, desenvolvendo ações que garantissem: i) estabilidade econômica, ii) ordem pública, iii) investimento em capital humano, iv) infraestrutura produtiva, v) proteção ao meio ambiental, vi) controle da natalidade e vii) gerenciamento da previdência social (PEREIRA, 2015).

Dentre as novas ações exigidas ao Estado, a garantia de infraestrutura produtiva é entendida aqui como os investimentos públicos necessários para viabilizar a expansão do capital, seja através de políticas como a política educacional e/ou de saúde, agindo direto na reprodução da classe trabalhadora,

com ações de desenvolvimento urbano, objetivando tornar as cidades aptas ao desenvolvimento do capital e a gerar maior lucratividade.

Nessa perspectiva, insere-se nosso objeto de estudo, uma vez que consiste num Projeto de financiamento internacional para “desenvolver econômica e regionalmente” a Região Metropolitana do Cariri, localizada no semiárido nordestino, cuja capacidade de receber investimentos e potencializá-los motivou o Governo do Estado do Ceará firmar acordo de empréstimo com o BIRD no valor de us\$ 66 milhões, sendo us\$ 46 milhões financiados pelo Bird e us\$ 20 milhões como contrapartida estadual.

Segundo dados do próprio Projeto, seu objetivo geral foi:

(...) constituir um polo estratégico de desenvolvimento socioeconômico e ambiental na região do Cariri Central, com base em suas potencialidades e mediante a execução de ações de incentivo às atividades econômicas mais competitivas, voltadas para a criação de novas oportunidades de geração de emprego e renda e para a redução das desigualdades interregionais. (CEARÁ, 2017, p.24).

Enquanto os objetivos específicos consistiam em:

(...) (a) melhorar a infraestrutura urbana; (b) promover o desenvolvimento econômico; e (c) ampliar a capacidade de gestão regional do Cariri Central (idem).

Identifica-se a correlação entre os objetivos do Projeto e a lógica disseminada no referido Decálogo, através do objetivo de garantir a infraestrutura para a expansão do capital, tendo em vista que neste há tendência de transformar os municípios em “cidades empresas” e “cidades mercadorias” (VAINER, 2002), priorizando projetos urbanos voltados para o atendimento do capital, em detrimento ao atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, que, por sua vez, nesta referida lógica, já não são considerados sujeitos de direitos, questionadores e politizados, mas pessoas alheias as discussões políticas e

ideológicas (VAINER, 2002, p. 96).

O posicionamento de Vainer (Idem) perpassa pela compreensão do planejamento estratégico como modelo para o planejamento urbano, o qual foi difundido mundialmente após aplicabilidade de “sucesso”⁷ na cidade de Barcelona. Os principais vetores dessa propagação foram as agências multilaterais (como o próprio BIRD), que disseminam o planejamento como o grande trunfo para a competitividade das cidades.

A lógica da estruturação do planejamento estratégico dar-se a partir da “paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa e a cidade é uma *pátria*.” (Idem, p. 77). Em síntese:

(...) este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. (VAINER, 2002, p.78)

A ideia de cada analogia pode ser sintetizada como: i) a cidade enquanto bem de consumo de um público com perfil específico e qualificado, notadamente ao mercado internacional, por isso caracterizada enquanto *mercadoria*; ii) a cidade gerenciada por princípios/diretrizes/orientações empresariais, havendo a referência de gestão das grandes multinacionais, reduzindo os dilemas urbanos a processos operacionais, táticos e estratégicos, havendo a caracterização de cidade *empresa*; e iii) e definição de administração local como unidade e a produtividade é o que interesse e impera, partindo de consensos, onde há a abdicação de interesses de muitos para inibição de conflitos internos e, portanto, a estruturação de uma cidade despolitizada, apartidária e livre de ideologias, tornando-se o que o autor nomeia como cidade *pátria*.

Nesse sentido, a ideia do Projeto em estudo busca incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas mais competitivas converge para a lógica de tornar a região mais competitiva e, portanto, mais atraente a investimentos

7. Assim como no título deste artigo pergunta-se para quem são construídas as cidades, na mesma conotação indaga-se: sucesso para quem?

e consumo turístico. Logo, a localidade passa a ser caracterizada como mercadoria a ser vendida de acordo com sua “vocação original”.

A competitividade das cidades   entendida por Vainer (2002) como a necessidade de competir, em nível mundial, com outras cidades para se vender no mercado externo numa abertura seletiva aos consumidores com poder aquisitivo suficiente para pagar pela mercadoria (a própria cidade).

Adentrando um pouco mais no Projeto Cidades do Ceará, especificamente em seu segundo objetivo específico “promover o desenvolvimento econômico” observa-se a lógica neoliberal através dos investimentos realizados nos arranjos produtivos locais – APLs que na referida região têm como foco o ramo calçadista e no turismo religioso. Nesse sentido, o Estado passa a ser o propulsor do desenvolvimento e da estabilidade econômica, direcionando recursos públicos para o incentivo   produ o capitalista.

Também se identifica a influência de outra estratégia do Consenso de Washington ligada a entroniza o da ideia de governança no projeto em estudo, quando em seu objetivo específico “ampliar a capacidade de gestão regional do Cariri Central”, adota a ideia de que a empresa capitalista   modelo de organiza o racional e eficiente para a Administra o Pública e passa a capacitar e orientar as Administra es Públicas Municipais nessa perspectiva.

Tal situa o   também explicada por Vainer (Idem), pois transformar a gestão urbana em uma gestão empresarial garante que pessoas tenham qualifica o para tal e estejam na liderança das cidades. Portanto, “ (...) se de empresa se trata, convoquem-se os empresários” (p. 87).

O âmbito da ideia de cidade-empresa entende-se que o urbanismo modernista se relaciona com o Taylorismo, em razão de suas características de racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados.

A Região do Cariri foi selecionada para receber investimentos com base nas seguintes características:

Os critérios utilizados para sele o dessa Região levaram em considera o, entre outros: os investimentos públicos já existentes na região; a existência de atividades produtivas competitivas para o Estado, notadamente as

relacionadas ao turismo e à indústria calçadista; o elevado poder de atração de investimentos e de geração de empregos formais na região; a capacidade das citadas atividades em alavancar o desenvolvimento da região e o processo de polarização regional constituído por mais de um município (CEARÁ, 2017, p.25)

Dentre as ações do Projeto, informa-se:

Ao longo do Projeto foi constituída uma carteira com 109 (cento e nove) ações, distribuídas na estrutura operacional formada por três Componentes assim distribuídos:

- Qualificação Territorial: 31 (trinta e uma) ações, dentre elas consultoria, obras e aquisição de bens;
- Inovação e Apoio aos Arranjos Produtivos Locais: 37 (trinta e sete) ações, dentre elas consultoria, obras e aquisições de bens;
- Fortalecimento Institucional e Gestão Regional: 40 (quarenta) ações, dentre elas consultoria, gestão, serviços e aquisição de bens. (IDEM, IBDEM)

Contudo, o foco deste artigo consiste na perspectiva de entender os impactos sociais no urbanismo neoliberal a partir de um estudo de caso sobre uma obra específica executada pelo Projeto no município do Crato para a materialização do direito à cidade, cabendo a análise de todo o Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central para outros desbravamentos teórico-metodológicos.

O impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade: considerações acerca da obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário, Crato/CE.

É no seio das cidades que as vidas passam, as pessoas estabelecem as relações sociais e os fatos históricos são construídos. Por isso, a relevância de entender as configurações dessas cidades que se formam e se deformam a partir da lógica do capital.

O marco da construção das cidades dá-se a partir da fixação do homem no solo, quando ele deixa de ser nômade e passa a ser agricultor, obtendo o excedente que o torna capaz de realizar outras atividades além da agricultura. Especificamente, as cidades capitalistas surgem junto com o desenvolvimento do comércio, o que gerou uma estrutura diferenciada das demais cidades das civilizações antigas, pois seu espaço interno e circundante foi organizado para o mercado atraindo grandes populações.

Para Rodrigues (2007), deve-se atribuir para Cidade uma definição, enquanto para o Urbano um conceito. A cidade é compreendida como “forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, edificações, população, consumo de bens e serviços” (RODRIGUES, 2007, p.79), ou seja, um centro de decisões políticas. Enquanto o Urbano deve ser entendido como um modo de vida que ultrapassa as fronteiras da cidade, atingindo as zonas rurais, já que é fruto do processo de industrialização/urbanização que atinge a toda sociedade capitalista.

O urbanismo como modo de vida, na compreensão de Rodrigues (2017) fundamenta-se no teórico Wirth, da Escola de Chicago, que introduz essa discussão no início do século xx na ambiência da Sociologia. Egresso da Ecologia, o referido autor apresenta a necessidade sobre o conhecimento da natureza do urbanismo e do processo de urbanização, entendendo que a cidade é o local característico do urbanismo, mas este transcende os limites da cidade, sendo a comunicação e o transporte os principais propulsores dessa expansão do urbano para as áreas rurais.

Em suma, enquanto definição sociológica da cidade, entende (Wirth, 1967, p.104), como:

(...) um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” e “como centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo (WIRTH, 1967, p. 104).

Nesse contexto, a cidade é fruto do crescimento e não surge de forma instantânea, logo os modos de vida que coexistem na cidade não são capazes de eliminar os modos de vida anteriormente vividos, havendo na vida social contemporânea marcas de modos característicos da vila, fazenda, etc. Assim, não se deve esperar uma variação abrupta e descontínua entre personalidades urbanas e rurais. Ademais, a população da cidade é na maioria das vezes recrutada no campo o que reitera a afirmação anterior.

Enquanto teoria sobre o urbanismo Wirth refere-se à relação entre i) quantidade da população; ii) densidade da população e iii) heterogeneidade.

Em relação a quantidade da população defende que esse elemento *per se* não é suficiente para caracterizar um núcleo como urbano, haja vista que não será satisfatória a definição de urbanismo tomando apenas números como referência.

Contudo, explica que os grandes números são causadores da impessoalidade, anonimato e superficialidade das relações sociais nas cidades e da segmentação dos papéis, pois cada vez mais se precisa de uma maior quantidade de pessoas para a satisfação das necessidades pessoais de vida da população urbana em relação à população rural. Em síntese, a cidade caracteriza-se mais por contatos secundários do que por contatos primários. Dessa forma, a comunicação entre os cidadãos ocorre por meios indiretos e os interesses expressos por meio de representação.

Em relação à densidade da população disserta sobre as funções especializadas em cada parte da cidade, desembocando num “mosaico de mundos sociais” que desenvolve um mundo de concorrências e exploração mútua.

Sobre a heterogeneidade, infere-se que essa característica tende a romper com estruturas sociais rígidas como castas e produzir maior mobilidade, mas também instabilidade e insegurança dos indivíduos.

Além disso, reforça que o urbanismo não pode ser confundido com o capitalismo moderno ou o industrialismo, pois em que pese o processo de industrialização e as tecnologias que o acompanha terem sido responsáveis pelo aparecimento das cidades modernas, as cidades anteriores a esse período, apesar de terem outras formas, eram cidades também.

Tomando como referência Rolnik (1998), a cidade enquanto local permanente de moradia e trabalho se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantia de produtos para além das necessidades de consumo imediato. Já para Carlos (2001), conceitualmente:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória (CARLOS, 2001, p. 26).

De tal maneira, as cidades capitalistas surgem com o esgotamento do sistema de produção feudal e a emergência da classe burguesa e complexificam-se com o aumento da população e da divisão social e técnica do trabalho, desencadeando a mercantilização do espaço urbano e, por conseguinte, numa organização urbana marcada pela separação das classes sociais.

A urbanização capitalista baseia-se, segundo BARBOSA e SÁ (2002), a partir de referências infraestruturais, que garantam a produção e a reprodução do modo de produção capitalista, construindo as redes intercidades, nas quais ocorrem, por interesse do capital, a subsunção das cidades dos países periféricos às grandes economias centrais.

O tecido urbano passa a concentrar o movimento da produção de mercadorias e do trabalho humano, determinado sob o domínio das necessidades dos prazeres a partir de crescente aglomeração. Assim, regiões mais “atrasadas” são arrastadas, de uma forma ou de outra, para o movimento de valorização do capital. (BARBOSA e SÁ, 2002, p.8)

Dessa forma, os modelos de ocupação e planejamento urbano, segundo as supracitadas autoras, são pensados com o direcionamento voltado às novas formas de acumulação do capital. Carlos (2001, p.12), complementa que “ (...) no caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução

do capital: onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e de lazer.”

No âmbito da reestruturação produtiva, há horizontalização da produção capitalista, com a flexibilidade gerada pelas inovações tecnológicas, de modo a proporcionar processos de “desindustrialização” (BARBOSA E SÁ, 2002), com a produção fragmentada em várias linhas de produção, que não mais se adensam no mesmo espaço físico. Isto gera a redução da distância entre as cidades e suas conexões, mas também favorece o processo de subsunção entre os lugares.

Na busca de novos mercados e espaços propícios para o barateamento da produção, o capital avança para diversos lugares requerendo para sua instalação a infraestrutura necessária para sua expansão que por sua vez é implantada com recursos públicos, pois o próprio capital não arca com esta despesa.

Nesse cenário, o primeiro investimento é sempre realizado pela esfera pública por meio de ações governamentais e a decisão sobre o deslocamento empresarial e financeiro prioriza os espaços com maior concentração possível dos meios necessários à lucratividade (IDEM, IBDEM).

A fisionomia dessas cidades é, portanto, reconfigurada para torná-las atrativas para as novas relações socioeconômicas e culturais. A lógica prevalente é a do modelo de planejamento estratégico, assentado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial. (CFESS, 2014, p.13)

Esta análise se articula com o pensamento exposto por Pereira (2015), tendo em vista a orientação dos agentes internacionais, por meio do Consenso de Washington de que compete ao Estado garantir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico.

Nessa lógica, observa-se a tendência à priorização de projetos de interesses de grandes corporações, ampliando a inclusão social marginalizada e o deslocamento físico e social de variados grupos também marginalizados, desencadeando num urbanismo neoliberal.

Arantes (2002), ao discutir o tema disserta que governantes, burocratas e urbanistas apresentam um “(...) teorema-padrão: que as cidades só se tornarão

protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (...)” (ARANTES, 2002, p. 13), acrescentando que esse novo planejamento estratégico mantém o foco na dimensão cultural, tornando a própria cultura local como mercadoria e isca para a apropriação da cidade. Logo, o produto é a própria cidade “ (...) que não se vende, (...) se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*” (ARANTES, 2002, p.17)

Informa que na década de 1970 os preceitos liberais tomaram o planejamento urbano como alvo e o que antes tinha como objetivo o controle da expansão urbana passou a tornar-se obsessão pelo encorajamento ao crescimento urbano, tendo como berço os Estados Unidos, que disseminou o conceito de revitalização urbana:

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja – como mostrou à exaustão Lefèbvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias. (ARANTES et al, 2002, p.26)

A Cidade passa a ser central para a lógica mercadológica sendo-lhe dado o papel de mercadoria e a sua configuração é determinada pelo conflito entre seu valor de uso para os habitantes e valor de troca para os empreendedores:

A cidade-negócio está ancorada numa pseudomercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado (...). Que a cidade tenha outra finalidade que não a de atrair o comércio, incrementar o valor dos imóveis e, portanto, pura e simplesmente crescer, é uma coisa que jamais passou pela cabeça dos próceres da nação (...). (IDEM, IBDEM, p.26.)

Essa lógica se atrela, segundo a autora, à compreensão da população que é persuadida a entender as cidades como necessariamente “competitivas” dado as crises econômicas vivenciadas nos últimos vinte anos do século xx. Logo, a fábula de aumento de empregos gera expectativas nos cidadãos e também apoio por parte dos atores das cidades. E assim, a identidade do lugar, seu solo e natureza, dentre outros, passa a compor um cardápio de possibilidades para expansão do capital.

Observa-se no Projeto em análise que a lógica da geração de emprego e renda a partir da ideia de reformulação dos espaços urbanos, bem como a apropriação das tradições culturais da região como atrativo para o fomento das atividades turísticas rentáveis, demonstrando empiricamente o que discute Arantes (Idem) quando cita o culturalismo de mercado e sua relação como as cidades-mercadorias.

Essa ideia também é analisada por Vainer (2002), o qual explica que a percepção de crise de modo generalizado propicia uma trégua nos conflitos internos, gerando espaço fértil para a entronização dos preceitos do planejamento estratégico e as ideias de cidade-mercadoria, cidade-empresa e cidade-pátria. Ainda reforça que apenas a percepção de crise já é suficiente para essa retração dos atores sociais da cidade quanto aos seus interesses, mas que a durabilidade dessa abdicação das necessidades se daria a partir de um sentimento de patriotismo de cidade, quando (...) a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto de cidade-empresa e, agora também, da cidade-pátria. (2002, p. 95)

Assim, os atores sociais urbanos estão “se convencendo” que a superação da crise econômica e social se dará a partir da reformulação do modo de se conceber e gerir as cidades, de forma apolítica e gerencial, pois não cabe neste modelo imposto pelo planejamento estratégico a *polis*, com suas possibilidades de discussões e enfrentamentos e sim a *city* com funcionalidade gerencial e estratégica para o capital, cujas decisões sobre o futuro não são debatidas coletivamente e sim decididas por um gestor, geralmente carismático e de preferência *bloguerinho*.

Em paralelo, Souza (2018) conceitua que o objetivo das experiências do urbanismo neoliberal é mobilizar os espaços da cidade e o crescimento orientado tanto para o mercado, quanto para as práticas de consumo das elites, garantindo, ao mesmo tempo, a ordem e o controle de populações marginalizadas. E, a fim de explicar os novos arranjos do urbanismo neoliberal, elenca as principais premissas:

- a) definições segmentadas, que incidem nas áreas mais valorizadas da cidade e nas áreas de expansão; b) planejamento empresarial de mercado e ausência de discussão sobre a definição de projetos de âmbito local e regional; c) empreendimentos direcionados para a recepção de visitantes e de público local de consumo solvável, de rendas média e alta; d) grande aporte de recursos públicos direcionado a empresas e mercado; e) administração e operação de serviços, equipamentos e áreas públicas associadas a uma crescente gestão empresarial, por um longo período, sem aquisição desses bens, que permanecem de propriedade pública e sem riscos de investimento; f) eficácia incerta, diante da complexidade urbana em que são inseridos nas cidades brasileiras.

Desta feita, as cidades contemporâneas são expressões da forma capitalista de produção e reprodução social. Contudo, em seu seio não há apenas uma forma de se gestar, tendo em vista as lutas e resistências das classes sociais existentes neste sistema. Portanto, ao tempo que o capital se expande, com a interveniência do Estado, produzindo o desenho urbano e todo o complexo infraestrutural que o constitui, existem vários movimentos de resistência que requerem o acesso ao direito à cidade.

Mas no que consiste esse direito à cidade? Participar da sua vida pública e política, transcendendo a condição de morador e expectador das decisões que regulam a vida urbana? Consiste também em utilizar-se dos espaços urbanos de forma justa e equânime? Essas perguntas, que não demandam respostas corretas, mas apenas suscitam a reflexão, trazem em si, em seu próprio enunciado, a noção que o direito à cidade é o direito ao usufruto do espaço construído

socialmente e que, na maioria das vezes, é apropriado por poucos, limitando o acesso e gerando desigualdades.

Ainda nos questionamentos sobre esse direito à cidade, coloca-se na discussão as perguntas de Levefbre (2001) que trazem em si ainda mais reflexões do que respostas pragmáticas:

As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio, pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas? (LEVEFBRE, 2001, p. 106)

Levefbre em meados da década de 60 do século xx apresenta a sociedade seu livro O Direito à Cidade (*Le Droit à la ville*) cuja referência são os princípios marxistas. No qual expõe:

O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (...) Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. (LEVEFBRE, 2001, p. 118)

O autor indica que há dois grupos de questões que ocultaram os problemas da cidade e da sociedade urbana, sendo eles a questão da moradia/habitat e as questões da organização industrial e planificação global, tendo em vista que ambas, cada uma ao seu modo, produziram uma explosão da estrutura das cidades e que foram gestadas pelo crescimento econômico e industrial.

Esclarece que o crescimento econômico pode dar-se sem o desenvolvimento

social, pois o fetichismo e a ideologia da modernidade mascaram a estagnação das relações sociais. Mas, o desenvolvimento da sociedade, por sua vez, só pode ser concebido na vida urbana, através da sociedade urbana.

Reflete que a industrialização fornece meios e condições para a sociedade urbana, mas aquela por si não é suficiente, pois produz a urbanização de modo negativo. Logo, o processo de industrialização e urbanização perde seu sentido se não tiver a sociedade urbana como objetivo e finalidade. Assim, o centro de decisão entra para os meios de produção e exploração do trabalho social pelos que detém os poderes de decisão e “só uma teoria permite utilizar os dados práticos e realizar efetivamente a sociedade urbana” (IDEM, IBIDEM)

Orienta que “para a realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais (IDEM, IBIDEM)”. Para tanto, faz-se mister uma ciência da cidade e que a classe trabalhadora, que sofre as consequências da explosão das cidades como a segregação, a miséria do habitat e do habitante que está submetido a lógica da cidade dirigida para o consumo, possui a força social e política para operar uma transformação revolucionária da sociedade. Assim, a Reforma Urbana se impõe como uma estratégia oposta a estratégia vigente.

Logo, pensar no direito à cidade para Lefebvre é entender que haverá o valor de uso da cidade e não seu valor de troca, haverá a realização de uma cidade renovada, utilizada para encontros e trocas, ritmando a vida de todos de forma plena e não voltada ao ritmo do cotidiano produtivista do capital. Sobre o direito à cidade:

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de “habitantes”, para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões. (IDEM IBIDEM).

Desse modo, sintetizando as discussões apresentadas até aqui infere-se que numa sociedade movida pelo capital os espaços privilegiados estão em propriedade das classes sociais mais abastardas, logo as classes trabalhadoras não acessam as localidades bem estruturadas, muitas vezes não possuem moradias próprias ou regularizadas havendo, portanto desigualdades na utilização do solo urbano. Sobre a desigualdade nas cidades Nabil Bonduki (*apud* BRASIL, 2007) afirma:

(...) a desigualdade social nas cidades brasileiras tem suas causas nas formas com que se organiza a sociedade, marcada pelo patrimonialismo, nas dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, sobre o processo de acesso à terra, tanto rural quanto urbana (*apud* BRASIL, 2007, p.76)

À vista disso, tem-se gerado disparidades de acesso ao direito à cidade, de forma que se encontram várias estruturas urbanas dentro de uma mesma cidade, ou seja, a paisagem urbana, a infraestrutura e condições de habitabilidade divergem de acordo com a localidade/comunidade e com o perfil financeiro dos moradores, gerando assim a cidade formal e a cidade informal.

As cidades ocidentais apresentam os extremos de pobreza e privação de aspectos infraestruturais em detrimento a concentração de equipamentos, pavimentação e arborização, além de outras oportunidades geradas pela urbanização. Dessa forma, as classes mais pobres acessam, devido ao alto custo de se viver nas cidades, as regiões mais periféricas, que são mais baratas por não possuírem infraestrutura e por estarem, muitas vezes, desconectadas com as demais regiões da cidade, bem como acessam as áreas de risco ambiental, que traz inúmeros malefícios para toda a coletividade. Tal fator faz com que a cidade se estenda infinitamente para as margens, diminuindo um maior aproveitamento dos espaços vazios centrais.

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental

configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada. (MARICATO, 2003, p. 152.)

Esse processo gera o que Rolnik (2002) denomina de “urbanismo de risco”, pois atinge toda a cidade, já que quando se concentra um urbanismo de qualidade em determinada região provoca-se um problema na mobilidade urbana, pois diariamente multidões se deslocam a essas áreas e voltam para os seus bairros; além do que essas áreas se tornam objetos de disputas e cobiças imobiliárias, fazendo com que aumente também o valor dos terrenos nas áreas periféricas. Outro fator componente do urbanismo de risco é a ocupação em áreas ambientalmente frágeis que ao provocar enchentes/erosão/desmoronamento/contaminação de rios atinge toda a cidade.

Trazendo um pouco do registro histórico do lócus de intervenção, a cidade do Crato foi uma das primeiras localidades do Cariri que teve formado seu núcleo urbano. Anteriormente denominada de Missão do Miranda, a cidade do Crato foi colonizada por missionários capuchinhos italianos que tentavam pacificar a relação com os índios Kariri, mediante a catequese. Sua emancipação para condição de Vila ocorreu em 1764:

Em 21 de junho de 1764, a Missão do Miranda foi elevada à categoria de Vila, tendo seu nome mudado para Vila Real do Crato, em homenagem à cidade homônima existente na região do Alentejo português. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012, p. 20)

Desta feita, trazemos para a discussão sobre o direito à cidade a condição das famílias moradoras na encosta do bairro Seminário, no município do Crato – CE que foram impactadas pela execução de uma obra de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades, cujo financiamento deu-se mediante celebração de acordo de empréstimo com o Banco Mundial.

A referida obra, segundo dados da Secretaria das Cidades (CEARÁ, 2008) emergiu como uma demanda da Prefeitura Municipal do Crato ao Governo do Estado do Ceará, sendo entendida como uma dívida da Administração

Pública Municipal com a comunidade local:

Interessada em resgatar a dívida com o bairro do Seminário, localizado na parte alta da cidade e muito sujeito a erosões, a Prefeitura Municipal do Crato indicou esta área para a carteira de intervenções do Projeto Cidades do Ceará. A proposta inclui o restauro e a recuperação da infra-estrutura existente; a instalação de equipamentos urbanos; a expansão da área pública de lazer; e a recuperação da área da voçoroca, através de intervenções de contenção da erosão ali identificada e de reflorestamento. Enfim, a idéia é que o conjunto de ações propostas permita resgatar a qualidade ambiental do bairro para os seus habitantes, bem como projetá-lo do ponto de vista de uma área potencial para o turismo e para o lazer. (*sic*) (CEARÁ, 2008, p.119)

A área em questão consistia numa encosta desestabilizada com ocupação irregular de moradias de famílias com baixo poder aquisitivo e com uma grande voçoroca, popularmente denominada como “buraco do vulcão”, que servia de escoamento de lixo e esgoto para os moradores locais, tornando-se uma região ambientalmente frágil.

Em diálogo com Maricato (2002), entende-se que as áreas das cidades sob essas condições são usualmente ocupadas por famílias vulneráveis, haja vista ser a única opção de moradia por uma condição estrutural e institucional no Brasil, dado a ausência de políticas sociais e a formação excludente do mercado imobiliário. Ademais, o custo da moradia não é contabilizado no custo da reprodução do trabalho e “os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos (...) são vistos como inimigos da qualidade de vida do meio ambiente.” (MARICATO, 2002, p. 163)

Sobre o tema a autora disserta:

As áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado

legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias. (MARICATO, 2002, p. 163)

Nos aspectos sociais, segundo dados do Projeto, identificou-se “carência de áreas de lazer para a população habitante do local da intervenção e de seu entorno; (...) alta incidência de desemprego e informalidade, bem como de doenças de veiculação hídrica e de vetores de doenças infecto-contagiosas” [sic] (CEARÁ, 2008, p.119).

Sobre algumas questões sociais em bairros periféricos e em áreas de risco, Maricato (2002) também aborda que a violência é uma característica marcante relacionando-a com a existência da cidade informal, que é destituída de legalidade em vários aspectos, bem como de atendimento às suas necessidades, não sendo assistida nem pelo poder público e nem pelo mercado:

Além da predação do ambiente construído, outra característica dos bairros de moradia pobre são os altos índices de violência, medido pelo número de homicídios. Estes se referem especialmente aos jovens e, entre estes, aos pardos e negros. Diferentemente do conceito da opinião pública, não é nos bairros de mais alta renda que a violência mostra sua face mais cruel. (...) A frequente morte de jovens nas ruas pode ser constatada exatamente em bairros que apresentam os mais baixos níveis de renda e escolaridade. Não por coincidência, esses bairros constituem regiões marcadas pela ilegalidade (na ocupação do solo e na resolução dos conflitos) e pela precariedade de serviços públicos e privados. (MARICATO, 2002, p.164)

A partir deste contexto, a Secretaria das Cidades, no ano de 2013, iniciou a obra que objetivou a “recuperação ambiental das áreas em estágio avançado de erosão da encosta, a remoção de famílias de áreas de risco, dotação de infraestrutura de drenagem e esgotamento sanitário, implantação de via paisagística e urbanização das áreas lindeiras” (CEARÁ, 2017, p.90), sendo esta concluída no ano de 2017.

Para tanto, o Estado, com recursos advindos do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, aportou R\$ 35.053.378,27 (trinta e cinco milhões, cinquenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos) na execução da referida intervenção pública, segundo dados do Projeto (IDEM, p. 27).

Para realização da obra, num período anterior a sua execução, ainda no ano de 2012, realizou-se a divulgação do projeto básico para a população moradora da encosta, sendo realizado também o congelamento da área para identificar os moradores e os imóveis que seriam afetados diretamente para fins de reassentamento involuntário.

O reassentamento involuntário ocorre quando há risco para a permanência das comunidades em áreas degradadas, cuja recuperação ambiental não é suficiente para possibilitar condições dignas de habitabilidade, ou quando o equipamento/infraestrutura a ser instalado (a) impossibilita a coexistência de residências e ou comércio nas imediações.

Conforme preconizado pelo Banco Mundial em sua Política Operacional OP 4.12 Involuntary Resettlement (Reassentamento Involuntário), o reassentamento involuntário:

(...) deve ser evitado sempre que possível, ou então minimizado, explorando-se todas as alternativas viáveis para o design do projeto.

Quando não for possível evitar o reassentamento involuntário, as atividades de reassentamento deverão ser concebidas e executadas como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo-se recursos para investimento suficiente para que as pessoas deslocadas pelo projeto possam participar dos benefícios providos pelo mesmo projeto. Pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento.

Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o qual for mais elevado. (BIRD, 2001)

No âmbito da obra foram geradas 157 (cento e cinquenta sete) afetações diretas a moradores da encosta, nas quais 16 (dezesseis) consistiram em famílias que foram retiradas da área de risco e reassentadas em unidades habitacionais do programa habitacional do próprio município do Crato, 31 (trinta e um) imóveis que foram demolidos e cujas benfeitorias foram indenizadas pelo Governo do Ceará, 43 (quarenta e três) famílias que foram reassentadas em unidades habitacionais no Programa Federal Minha Casa Minha Vida e 67 (sessenta e sete) famílias que temporariamente saíram da área de intervenção para moradias provisórias recebendo, pela prefeitura do Crato, indenização mensal a título de aluguel temporário. Para melhor compreensão, seguem dados no quadro abaixo:

Quadro 1: Total de Afetações.

Política de Atendimento	Total de Afetações por Política de Atendimento	Total de Afetações
<i>Afetação Irreversível</i>		
Reassentamento no Programa Habitacional do Município do Crato	16	90
Pagamento de indenização	31	
Reassentamento no Programa Federal Minha Casa Minha Vida	43	
<i>Afetação Reversível</i>		
Pagamento de aluguel	67	67

Fonte: Secretaria das Cidades, 2017. Elaborado pela autora.

Seguindo as recomendações do agente financeiro, essas políticas de atendimento foram estabelecidas como forma de minimizar os transtornos gerados

pela execução da obra. Para tanto, estabeleceu-se parceria entre o mutuário do empréstimo, no caso do Governo do Ceará, através da Secretaria das Cidades, e o beneficiário direto, município do Crato/CE, que realizou algumas das ações acima elencadas.

Essas políticas foram materializadas no Plano de Reassentamento involuntário (PRI) que consistia num instrumento de planejamento com base nas diretrizes estabelecidas pelo BIRD. Esse documento foi elaborado no ano de 2012 e teve atualizações no ano de 2013 e 2014 quando a realidade financeira do município do Crato sofreu alterações. Num primeiro momento o próprio município ficaria responsável pela realização de todo o processo de reassentamento involuntário, e posteriormente alegou incapacidade financeira, passando o Estado a assumir esta responsabilidade.

Para execução das ações e procedimentos referentes ao processo de reassentamento, a Secretaria das Cidades montou uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais, engenheiros civis e advogados, que eram lotados tanto na sede da Secretaria das Cidades em Fortaleza, quanto na Região do Cariri Central. Além da equipe técnica estadual, articulou-se com os municípios beneficiados a formação de equipe técnica multidisciplinar para o acompanhamento dos reassentamentos, tendo em vista a celebração de Termo de Cooperação entre Estado e Municípios para a implementação do Projeto Cidades do Ceará.

Contudo, identificou-se fragilidades no processo de reassentamento no âmbito da obra do Seminário, já que até o final do projeto, no mês de março de 2017, as 43 (quarenta e três) famílias que deveriam ter sido reassentadas por conta do Programa Minha Casa Minha Vida não haviam recebido a unidade habitacional, devido ao atraso na entrega do empreendimento, segundo registrou a própria Secretaria das Cidades.

Segundo Partridge (*apud* CASTRO, 2016), o BIRD foi a primeira agência internacional a elaborar orientações para os reassentamentos involuntários. Contudo, questiona-se a efetividade destes procedimentos quanto a garantia de uma alteração positiva no cotidiano da população afetada, tendo em vista as perdas dos laços afetivos, as perdas materiais e das redes sociais tecidas.

Além da contrariedade da gestão democrática da cidade, conforme preconiza a Lei Federal Nº 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE), uma vez que esses projetos elaborados sem a ampla participação popular são impostos às comunidades vulneráveis como forma de solução da problemática urbana ou ambiental, retirando-as das áreas de intervenção, que apesar da realização de consultas públicas antes da execução dos projetos executivos, as sugestões populares são acatadas de acordo com a conveniência financeira, técnica e temporal⁸ do Projeto, cuja decisão final compete ao governo executor e ao agente financeiro.

Ademais, ocorre que muitos planejadores e pesquisadores sobre o espaço têm analisado as sociedades e seus respectivos territórios de modo à distância, sem adentrar em suas questões de forma mais profunda, ouvindo e entendendo os produtores desses espaços através de métodos de pesquisa cuja interação possibilite mergulhar na realidade social. Esse raciocínio advindo de Souza (2020) contribui para as análises desse objeto, permitindo o entendimento de que houve no bairro Seminário uma “visão de sobrevoos” através da adoção da perspectiva típica do Estado (Idem, p. 148).

De sua parte, ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que não estão planejando somente a organização espacial (como se essa se resumisse a uma relação de coisas), mas também, e sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras. (SOUZA, 2020, p. 149)

O autor também reforça que a capacidade de se auto planejar e gestar da sociedade civil não é levada em consideração no âmbito do planejamento urbano, havendo, de modo mais usual a condição estadocêntrica, como se apenas o Estado ou os profissionais ao seu serviço sejam capazes de planejar

8. Temporal no sentido dos prazos estabelecidos para execução das obras e da vigência do acordo de empréstimo.

intervenções no espaço urbano. No âmbito da execução da obra do bairro Seminário, apesar de expressivo trabalho social⁹, não houve a instituição de mecanismos que possibilitassem a troca entre o poder público e sociedade civil, de modo a adentrar nas questões que refletissem a necessidade da comunidade.

Quanto ao remanejamento das famílias das áreas afetadas, na maioria das vezes, o novo local de moradia ocorre em região distante ao local original de moradia, em programas habitacionais cujo período de entrega não condiz com o prazo necessário para retirada das famílias, havendo um descompasso entre os programas, gerando transtorno a vida do cidadão afetado.

Para Castro (Idem), os reassentamentos involuntários:

(...) impõem uma mudança total de vida (CERNEA, 1989, p.21), pois, na maioria dos casos, não cabe à população o direito de decidir ficar (WET, 2005). Dentre os problemas relacionados com os RI, encontram-se: os riscos de perda das atividades se subsistência e o empobrecimento (MATOS & MEDEIROS, 2015; PERERA, 2014; ESPEJEL, 2013; RODRIGUES, 2013; BARTOLOME, 2000; SANTOS, 2007), a dificuldade no planejamento da prevenção destes (VANDERGEEST, 2003) e a perda das redes de relações de moradores (DELLA NOCE, 2013). (CASTRO, 2016, p. 5)

E complementa (IDEM, IBIDEM):

Existem casos em que as famílias aprovam os programas e seus respectivos RI, os quais têm seu andamento acompanhado pelo BIRD e BID¹⁰. Mas não se pode deixar de destacar que os problemas citados pelos pesquisadores e pelas famílias reassentadas ocorrem reiteradamente. (CASTRO, 2016, p. 5)

Especificamente, no caso das famílias do bairro Seminário, parte do reassentamento deu-se em localização divergente da área de intervenção como é

9. A análise desse trabalho caberia um estudo a parte também.

10. Neste estudo, o autor também menciona a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

o caso do Empreendimento Habitacional Filemon Limaverde que fica cerca de quase 5 km da encosta do bairro Seminário.

Nos casos de pagamento de indenização, identificou-se que os poderes públicos estadual e municipal não viabilizaram para os reassentados a aquisição de uma nova moradia na área recuperada, havendo, portanto a retirada da família moradora da sua área de origem.

Assim, dialoga-se com a Arantes (2002) sobre o conceito de gentrificação, que denota o sentido de invasão e reconquista relativo ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades, cujos eufemismos à gentrificação são as chamadas: revitalizações, recuperações, reabilitação, entre outros.

No bairro Seminário, o processo de reassentamento involuntário culminou num processo de gentrificação, quando as famílias moradoras da área, por não mais “cabem no local” foram transferidas para outra área menos urbanizada e, conseqüentemente, menos valorizada cultural, social e economicamente, pois a recuperação que pretendia melhorar o espaço coletivo tornou-se o motivo para a retirada dos atores sociais de sua região de origem, não aproveitando os referidos atores das melhorias na condição do uso do solo.

Para Arantes (idem), no âmbito do planejamento urbano estratégico é esperada a ocorrência da gentrificação, pois uma cidade planejada de modo estratégico nada mais seria que uma cidade gentrificada com outra denominação. Dessa forma, o bairro Seminário tornou-se mercadoria para consumo de um público qualificado e solúvel (VAINER, 2002) que possa pagar pelo uso do solo o seu valor especulado.

Considerações finais

Quando se analisa os caminhos percorridos para viabilizar a execução da obra em comento, a priori, identifica-se inúmeras fragilidades no que tange o reassentamento das famílias moradoras da área e a garantia do direito à cidade. Contudo, é evidente que houve o atendimento das várias necessidades básicas da comunidade em geral, como saneamento básico, estabilidade do solo, limpeza pública e criação de área de lazer e esporte.

Contudo, ainda assim se questiona: para quem estão sendo estruturadas as cidades?

Pode-se receber como contra-argumentação a ideia exposta que o número de famílias reassentadas é ínfimo quando comparado ao número de famílias beneficiadas pela execução da obra em comento.

Entretanto, entende-se que o direito à cidade, ao usufruto dos espaços públicos, o acesso ao lazer, ao trabalho e ao direito à mobilidade urbana restaram prejudicados para as pessoas que foram retiradas da nova área urbanizada, considerando que suas redes sociais foram embaralhadas, seus ambientes familiares desconstruídos, seu trajeto ao trabalho ou a escola com necessidade de refazimento. O sentimento de pertencimento ao lar deverá ser reinventado.

Ademais, o valor do solo passa a ser valorizado e taxado e a permanência de famílias em condições de pobreza é substituída por especuladores imobiliários que veem na área recém-estruturada oportunidades de negócios, havendo, portanto a expulsão dos moradores originais que passam a não poder arcar com moradia numa área monetariamente valorizada.

A crítica também pode questionar que as famílias, antes moradoras de uma área de risco, foram realocadas num empreendimento habitacional com infraestrutura básica para o morar bem e para sempre. Mas, aqui também cabe uma réplica que reassentamento em conjuntos habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida possui variadas questões que motivam um estudo a parte.

Porém, adianta-se que a distância dos centros urbanos a parca infraestrutura aos arredores dos empreendimentos, bem como os conflitos sociais ocorridos pela dominância de facções criminosas nesses espaços motivada pela ausência de políticas públicas eficazes em diversas áreas, geram na vida das famílias reassentadas problemáticas antes não enfrentadas.

Desta feita, entende-se que a superação destes desafios para a intervenção pública é elaborar e executar metodologias que incluam todos na urbanização e que para isso a articulação entre os conhecimentos técnicos e sociais deverão dialogar, sem sobreposição de interesses, mas numa convergência para o bem coletivo.

Para tanto, considerar, desde a elaboração e durante a implementação dos programas e projetos, que o direito à cidade deve ser garantido a todos

os cidadãos e traçar como metas e objetivos a serem alcançados os ganhos sociais e ambientais para a comunidade originária em detrimento apenas às ações de execução de obra, poderão minimizar os efeitos da lógica do urbanismo neoliberal.

Mediante as inquietações teóricas já expostas e as considerações de caráter preliminar, entende-se que adentrar nas reflexões acerca dos impactos sociais da obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário na materialização do direito à cidade é uma seara, na qual muitas mediações necessitam serem feitas para buscar a essência do objeto e para tanto o caminho a ser percorrido é longo, mas cheio de novas descobertas teóricas, políticas e históricas, além das discussões plurais.

Isto tomando como entendimento que é preciso dialogar com vários pesquisadores/teóricos/atores sociais e aprofundar o entendimento das categorias analíticas, de modo a fundamentar coerentemente as reflexões postas e contribuir efetivamente para a compreensão do objeto estudado.

Mas, mesmo assim, considerando longos percursos ainda a serem feitos, obtém-se como a resposta que as cidades estão sendo estruturadas para o mercado onde elas mesmas tornam-se mercadorias a serem disputadas por vários consumidores ao tempo que disputam entre si a atenção de quem possa investir nelas.

Por fim, parafraseando Lefebvre, “atualmente, alguns acreditam que os homens só levantam problemas insolúveis. Esses desmentem a razão. Todavia, talvez existam problemas fáceis a serem resolvidos, cuja solução está aí, bem perto, e que as pessoas não levantam (LEFEBVRE, 2008, p. 141).

Referências

ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.** In: ARANTES, Otília *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. **Curso à distância: trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

CASTRO, Rainfran A de. Os reassentamentos involuntários em programas de

urbanização e de saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v.8, n.3, p.23-26, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v8n3/2175-3369-urbe-2175-3369008003AO010.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2018.

CEARÁ, Secretaria das Cidades. **Plano de Reassentamento Involuntário da Avenida do Contorno de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secretaria das Cidades, 2016.

_____. **Plano de Reassentamento Involuntário da Obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, Crato/CE**. Fortaleza: Secretaria das Cidades, 2013.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará Cidades do Ceará - Cariri Central Acordo de Empréstimo - Nº IBRD 76540-BR**. Fortaleza: Secretaria das Cidades, 2017.

_____. **Plano de Gestão Socioambiental**. Fortaleza: Secretaria das Cidades, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.24, n.1, p.12-16, set.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010225551998000100004>. Acesso em:30 ago.2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p.56-59, ago.2003. Disponível em: < HYPERLINK "hielo.br ">. Acesso em: 21 out.2013.

_____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, *et al.* A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Continuidade, ruptura ou reciclagem? uma análise do Programa Político do Banco Mundial após o Consenso de Washington. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.58, n.2, p.11-15, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00112582015000200461&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 ago. 2018.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

RHEIN, Juliany Siqueira. **A Centralidade da pesquisa na formação profissional: análise crítica da compreensão do (as) graduandos (as) do Serviço Social da UECE**. 2011. 131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Conceito e Definição de Cidades. In: RIBEIRO, L.C de Q.; JUNIOR, O. A. dos S. (Org.) **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, p.30-38, out./dez.1999. Disponível em: < [hyperlink "hielo.br](#) >. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SÁ, Maria. E. R de; BARBOSA, Maria. J. de S. A cidade, reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.72, p. 7-21, nov.2002.

SOUZA, Angela M. G. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 245-265, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v20n41/2236-9996-cm-20-41-0245.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano**. In: CARLOS, A. F. A. et al (orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos*,

escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

TEIXEIRA, Rafael V. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.34, n.104, p.23-27, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282010000400005> Acesso em: 02 de maio de 2018.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, *et al.* A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, Otávio G (org). O fenômeno Urbano. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6513850/mod_resource/content/0/WIRTH%2C%20Louis%20-%20Urbanismo%20como%20forma%20de%20vida.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2023.

Recebido: 02/01/2023

Aceito: 01/03/2023

O Edifício Taperinha no imaginário de Santa Maria, RS: uma associação através de cartões-postais da cidade

The Taperinha Building in the imaginary of Santa Maria, RS: an association through the city postcards

Ana Júlia Scortegagna Socal¹

1. Superintendente de Turismo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura Municipal de Santa Maria e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0001-5453-1358> **anajsocal@gmail.com**

Resumo: O Edifício Taperinha, localizado no centro da cidade de Santa Maria, é uma das edificações mais representativas da arquitetura moderna local. O objetivo geral deste estudo foi compreender a importância do Edifício Taperinha e a sua presença no imaginário associado à Santa Maria. Como objetivos específicos, se propôs a: investigar a participação do edifício no contexto histórico da cidade; compreender o projeto e as particularidades do Taperinha; e identificar de que forma ele é reconhecido e representado em cartões-postais. A metodologia baseia-se em duas etapas: 1) pesquisa bibliográfica, com referências sobre cartões-postais e sobre a cidade de Santa Maria e o Edifício Taperinha; 2) pesquisa documental, na qual se buscou junto ao Arquivo Histórico Municipal e em fontes online cartões-postais que retratassem a cidade de Santa Maria. Os resultados encontrados mostram que a composição volumétrica, a altura e o projeto do Taperinha fizeram com que

este se destacasse no skyline urbano e se fixasse no imaginário popular. Os dez cartões-postais mostram que o prédio compunha, junto com outros elementos urbanos, a imagem que se tinha da cidade à época.

Palavras-chave: Taperinha. Cartão-postal. Arquitetura. Modernismo. Imaginário.

Abstract: The Taperinha Building, located in the center of Santa Maria, is one of the most representative buildings of local modern architecture. The general objective of this study was to understand the importance of the Taperinha Building and its presence in the imaginary associated with Santa Maria. As specific objectives, the study intended to: investigate the participation of the building in the historical context of the city; understand the project and the particularities of Taperinha; and identify how it is recognized and represented on postcards. The methodology was based on two stages: 1) bibliographic research, searching for references on the subjects of postcards and the city of Santa Maria and the Taperinha Building; 2) documentary research in the Municipal Historical Archive and online sources of postcards that portrayed the city of Santa Maria. The results show that the volumetric composition and height of Taperinha made it stand out in the urban skyline and establish itself in the popular imagination. The six postcards show that the building, together with other urban elements, made up the image of the city at the time.

Keywords: Taperinha. Postcard. Architecture. Modernism. Imaginary.

Introdução

A imagem das cidades pode estar associada a uma série de ações e elementos, sendo que cada um exerce um papel específico para a construção dessa imagem. Dentre esses elementos, pode-se mencionar os cartões-postais que, por vincularem imagens selecionadas, acabam contribuindo para a formação da identidade de um determinado lugar e dos significados atribuídos a ele, fixando-os no imaginário popular. Inicialmente elaborados de forma simples, sem muitos recursos visuais, os postais foram sendo aprimorados a partir do desenvolvimento de novas técnicas e com a evolução da fotografia, o que fez com que incorporassem novos significados. A popularização dos cartões-postais pode

ser atribuída ao crescimento do uso da imagem na vida cotidiana da população em razão do avanço nas técnicas de fotografias. A fotografia passou a permitir o registro de imagens do dia a dia e a democratização de seu acesso, levando as paisagens a um público mais amplo, além de permitir a incorporação dessas imagens rotineiras em diversos elementos, incluindo os cartões-postais.

Ao incorporarem ilustrações e, posteriormente, fotografias, os postais “[...] supririam a necessidade de se produzir uma linguagem que propiciasse a visibilidade nas cartas, expressando as relações entre escrita e imagem e criando um modo próprio de escrita” (VELLOSO, 2001, p. 4). As imagens estampadas nos cartões-postais passaram, então, a ‘falar por si só’, traduzindo a identidade associada àquele destino.

A análise de cartões-postais permite compreender, portanto, como as cidades eram vistas e interpretadas em diferentes épocas, através dos elementos que neles são retratados. Nesse sentido, o presente estudo busca trazer essa análise para o contexto da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, procurando estabelecer relações entre os cartões-postais e o Edifício Taperinha.

O Edifício Taperinha, localizado na região central da cidade, na zona urbana correspondente ao Centro Histórico, é uma das edificações que mais se destacam no âmbito da arquitetura moderna local. Construído na década de 1950, em um momento de transformações para a cidade, quando esta começa a ganhar ares modernos e novos skylines a partir da verticalização de seu núcleo urbano, o edifício se estabeleceu como um dos ícones de Santa Maria, presente até hoje no imaginário da população que reside ou que já residiu na cidade.

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a importância do Edifício Taperinha e a sua presença no imaginário associado à Santa Maria através de cartões-postais. Como objetivos específicos, se propõe a: investigar a participação do edifício no contexto histórico da cidade; compreender o projeto e as particularidades do Taperinha; e identificar de que forma ele é reconhecido e representado em cartões-postais.

Para tanto, a metodologia baseia-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com coleta de dados realizada através de fontes bibliográficas e documentais. Primeiramente, procurou-se compreender a relação dos cartões-postais com a formação do imaginário. Em seguida,

fez-se um resgate histórico de Santa Maria, identificando como o Edifício Taperinha se enquadra nesse contexto. Em um terceiro momento, buscou-se analisar o projeto e a proposta construída. Por fim, realizou-se uma busca no site do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e em fontes online por cartões-postais que mostrassem diretamente ou que estivessem relacionados com o Edifício Taperinha. Concentrou-se a busca por cartões-postais datados da segunda metade do século XX, porém os resultados mais expressivos foram encontrados durante as décadas de 1950 e 1970.

A construção do imaginário nos cartões-postais

os cartões-postais surgiram como uma forma de facilitar a comunicação, tornando-a mais rápida e objetiva, porém, com o passar dos anos, as funções e os significados atribuídos a ele foram se modificando. Segundo Baldissera, Gonçalves e Liedke (2010, p. 80),

[...] da simples troca de mensagens passam a objeto de desejo de colecionadores (cartofilia), propiciam o devaneio e o sonho aos ausentes à viagem, divulgam produtos e serviços, bem como funcionam como veículos para a construção da imagem oficial de cidades e países, idealizada pelas elites e pelos Estados.

Assim, os cartões-postais passam a ser compreendidos, também, como elementos relacionados ao imaginário, influenciando a concepção das pessoas sobre os lugares e solidificando paisagens na percepção popular. Registra-se em cartões-postais aquilo ao qual se atribui um determinado valor e que, conseqüentemente, merece destaque. O próprio uso da expressão, muito comum ao se referir a atrativos turísticos, denota a relação entre os cartões-postais e aquilo que se crê ser importante. Quando se afirma que um determinado monumento ou cenário é um “cartão-postal” da cidade, atribui-se a este local um status de relevância, que merece ser visitado e divulgado.

A origem exata do cartão-postal é um tanto controversa. Alguns creditam a invenção ao professor de economia política da Academia Militar de Viena, Emmanuel Hermann, que, em janeiro de 1869, publicou um artigo intitulado

“Acerca de um novo meio de correspondência” sugerindo às autoridades do país o uso postal de cartões abertos, chamados carta-postal. A ideia de Hermann consistia na utilização de uma carta menor, na qual o envelope era dispensado, ficando um lado destinado à mensagem e o outro ao endereço. A sugestão foi acatada e regulamentada pela União Postal Geral, organização que reunia vários países com o objetivo de estabelecer regras comuns para a remissão de postais, entrando em vigor no início de outubro daquele ano (FRANCO, 2006; VELLOSO, 2001).

Ao mesmo tempo, porém, outra teoria aponta o surgimento do cartão-postal como sendo ideia de Heinrich von Stephan. Segundo Andrade (2017), o funcionário do correio alemão teria sugerido, em 1865, a utilização de uma folha já selada, no formato aproximado dos envelopes então em uso, com o registro do endereço do destinatário no averso e a mensagem escrita pelo remetente no verso.

De todo modo, é fato que o cartão-postal se popularizou rapidamente e seu uso foi amplamente difundido, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX. Inicialmente simples e despojados, os cartões-postais tinham como principal função comunicar mensagens curtas e diretas, não contando com imagens. Para Franco (2006, p. 38) “Podemos considerar o cartão-postal como a primeira e mais democrática forma de comunicação interpessoal que envolve um processo industrial de produção de informação”.

No final do século XIX, a introdução de ilustrações contribuiu para alavancar ainda mais a utilização de cartões-postais, porém esse novo elemento modificou um pouco a sua configuração.

O averso continuava contendo o símbolo do país que editou o cartão, espaço para registro do endereço do destinatário e colagem (ou impressão) do selo. O verso, por sua vez, passou a ter ilustrações que acabaram tomando o espaço originalmente destinado à escrita da mensagem curta. Desta maneira, o remetente se via obrigado a redigir na margem, ou mesmo por cima da imagem (ANDRADE, 2017, p. 58).

Aos poucos, as imagens foram ganhando mais espaço e o layout se inverteu. O anverso passou a ser utilizado em sua totalidade para as ilustrações, e o verso ficou livre para o registro do endereço, a colagem do selo e a redação da mensagem. Com isso, a parte visual dos cartões-postais foi ganhando cada vez mais importância e papel de destaque. No início, os postais eram produzidos apenas com gravuras. Porém, com a evolução das técnicas de fotografias, a partir de 1891 passaram a apresentar imagens fotográficas, principalmente de paisagens (FRANCO, 2006).

As fotos de paisagens, inclusive, tiveram uma aceitação muito grande. Segundo Vasquez (2002), desde o início do século xx, os cartões-postais que continham paisagens eram os mais requisitados, sendo oito vezes mais procurados do que os ditos de fantasia. Castro (2002) explica esse fenômeno ao avaliar que o recurso técnico da fotografia possibilitou que as paisagens extravasassem o limite das telas de obras de arte, resignificando um cenário que antes era restrito a um público seletivo e aristocrático. A fotografia, aliada à popularização dos cartões-postais, deslocou as paisagens e as imagens do cotidiano para um novo público, mais amplo e diverso.

Percebe-se, portanto, a intrínseca relação entre a fotografia e os cartões-postais. Ao mesmo tempo em que o advento e a evolução da fotografia levaram a uma maior procura por cartões-postais, estes tornaram as imagens fotográficas mais acessíveis a um número maior de pessoas.

Nesse contexto, a imagem das cidades também ganhou notoriedade e popularização. Para Baldissera, Gonçalves e Liedke (2010), os cartões-postais contribuíram para a formação de uma imagem-conceito das grandes cidades brasileiras, ou seja, “os postais de uma cidade atualizam e reforçam o imaginário que ela tem sobre si mesma, daquilo que acredita merecer destaque dentre seu legado histórico-cultural (sua complexidade de objetos, formas, cores, processos, obras, enfim, dentre suas diferentes paisagens)” (BALDISSERA; GONÇALVES; LIEDKE, 2010, p. 82).

Ao difundirem a(s) imagem(ens) do lugar, através das paisagens, monumentos, costumes, e uma série de elementos materiais e imateriais, os cartões-postais tornaram-se portadores do imaginário. No auge de sua utilização, os postais

contribuíram para a notoriedade das cidades e a criação de uma imagem mental vinculada a elas. Segundo Franco (2006), foi com a invenção e o aprimoramento dos cartões-postais que a imagem das cidades passou a circular pelo mundo todo, “[...] atraindo capital e despertando o desejo das pessoas em conhecê-las, favorecendo o desenvolvimento e o turismo” (FRANCO, 2006, p. 45).

Para além disso, a vinculação de imagens fotográficas retratando as cidades e o cotidiano promoveu a democratização da fotografia e tornou os cartões-postais testemunho históricos daquela época, possibilitando às gerações seguintes o acesso a uma memória que poderia ter sido facilmente descartada. Ao retratarem imagens do dia a dia, os postais se transformaram em veículos do imaginário, consolidando imagens e a identidade dos lugares.

Com a evolução da tecnologia, que possibilitou a troca de mensagens de forma cada vez mais rápida e instantânea, os cartões-postais foram perdendo a sua finalidade principal, porém agregando outras atribuições. Hoje em dia, são objetos de colecionadores, além de ainda exercerem um papel muito forte como souvenir, principalmente em destinos turísticos mais consolidados.

Contextualização histórica de Santa Maria

Santa Maria, hoje uma cidade de médio porte com cerca de 285 mil habitantes, tem sua origem oficial associada com a vinda da Comissão Demarcadora de Limites entre Portugal e Espanha no século XVIII. O Tratado de Santo Idelfonso, assinado pelas duas coroas em 1777, teve como objetivo demarcar os limites entre os domínios dos dois países na América do Sul, e como o território onde hoje está Santa Maria estava localizado na linha divisória, tal Comissão montou acampamento na região para a execução dos trabalhos, primeiramente em 1787 e posteriormente em 1797 (BELÉM, 2000).

Onde ficavam os ranchos dos demarcadores, surgiu a Rua São Paulo, hoje denominada Rua do Acampamento. Segundo Belém (2000, p. 41), a alteração de nome foi escolhida “[...] para perpetuar-se a lembrança daqueles que, em última análise, foram os fundadores de Santa Maria”. Em 1801 a Comissão Demarcadora de Limites entre Portugal e Espanha foi extinta e o acampamento foi dissolvido, porém o povoado continuou a se desenvolver

e as construções, antes configuradas como abrigos provisórios, foram se solidificando, ao passo que acompanhavam o traçado urbano das primeiras ruas.

No final do século XIX e início do século XX, o crescimento de Santa Maria foi impulsionado pela implantação da linha férrea. Com o aumento progressivo da sua população, que passou a contar com pessoas vindas de todas as partes do sul do Brasil, e algumas até de outros países, o comércio e a indústria se dinamizaram. A ferrovia contribuiu para tornar Santa Maria um centro de desenvolvimento humano, pois a urbanização e as condições criadas no setor de educação e cultura foram atrativas para a sua transformação numa cidade verdadeiramente cosmopolita.

Para Flôres (2007), Santa Maria passou a ser não só um local de passagem, mas também um local de parada. Além dos viajantes que pernoitavam na cidade para seguir viagem no dia seguinte, a região se tornou um local propício para negócios, investimentos, oportunidades de trabalho, prestação de serviços e formação humana, justamente pelo aumento na circulação de pessoas, o que imprimiu novos ritmos à cidade.

Schlee (2001a) aponta a contribuição da ferrovia para a configuração e estruturação urbana do município.

Assim, ao redor da estação central, configurou-se uma área especial, caracterizada por sua importância cultural e paisagística, e identificada pela concentração de atividades relacionadas com a ferrovia - como a Vila Belga, a Escola Estadual Manoel Ribas, a Sede da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o Clube dos Ferroviários, a Escola Hugo Taylor e a própria Avenida Rio Branco (SCHLEE, 2001a, p. 99-100).

Por sua localização geográfica central, Santa Maria ficou conhecida como um importante entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul, por onde passavam as principais linhas férreas, conectando o estado gaúcho com outras regiões do país (FLÔRES, 2007). A cidade prosperou muito com a ferrovia, a qual por muitas décadas funcionou como o motor de desenvolvimento da cidade.

Até que o modal ferroviário começou a sofrer uma retração por volta da década de 1950, como consequência dos impactos da Segunda Guerra Mundial e do redirecionamento dos investimentos para o transporte rodoviário. Nesse cenário, assim como ocorreu em diversas outras cidades do país, o sistema ferroviário foi perdendo força, ocasionando seu progressivo sucateamento.

Paralelamente, porém, outro acontecimento histórico fazia com que Santa Maria superasse a estagnação provocada pela decadência do sistema ferroviário e iniciasse um novo ciclo de desenvolvimento: a instalação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a primeira instituição federal de ensino superior localizada fora de uma capital. Apesar de a UFSM ter sido fundada oficialmente em 1960, o movimento para que isso ocorresse já vinha acontecendo desde a década de 1940. O prédio da Antiga Reitoria, por exemplo, teve sua construção iniciada em 1952 e foi inaugurado em 1955, “[...] idealizado para abrigar os cursos de Farmácia e Medicina da Instituição ainda em processo de formação” (NOGUEIRA, 2011, p. 34).

As novas dinâmicas proporcionadas pela construção da UFSM em Santa Maria revolucionaram a cidade em diversos âmbitos: social, cultural e econômico. Os fluxos gerados pela vinda de estudantes de todo o estado tornaram a cidade ainda mais cosmopolita e multicultural, estabelecendo novas relações entre seus moradores e com os que vinham de fora. A cidade prosperou e se reinventou, se recuperando da estagnação provocada pelo declínio do transporte ferroviário.

No campo da arquitetura, o projeto da Universidade Federal de Santa Maria, primeiro através de seus edifícios na região central da cidade, como a Antiga Reitoria, e depois com o campus em Camobi, veio para reforçar e consolidar um estilo que já vinha sendo produzido, influenciado também pelo que estava sendo edificado em outras regiões do país, principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e na capital do estado, Porto Alegre. O movimento modernista, que trazia ares de progresso e inovação, influenciava não só o setor de construção civil, mas também todo um modo de vida da sociedade da época.

Arquitetura moderna em Santa Maria

O modernismo pode ser compreendido como um movimento originado no início do século xx, que surgiu em um momento de grandes transformações. Marcado por um período de rejeição aos estilos tradicionais, o pensamento vigente nessa época era de que a cultura tradicional estava ultrapassada e, por isso, era importante encontrar novas ideias e conceitos (BENEVOLO, 1976).

Diversas áreas foram influenciadas pelos ideais modernistas, incluindo literatura, música, escultura, teatro, design e arquitetura, sendo que em cada uma delas o movimento se refletiu de forma particular. No que diz respeito à arquitetura, Nogueira (2011, p. 11) afirma que

[e]mbora tenha sido um movimento multifacetado, o Modernismo é formado por princípios que foram seguidos por arquitetos de diferentes escolas e tendências. Dentre eles estão: a rejeição ao repertório formal do passado e aversão à ideia de “estilo”; a criação de espaços abstratos, geométricos e mínimos; o contexto industrial e as idéias de economia que colocavam o arquiteto como o profissional responsável pela justa construção do ambiente construído.

Visentini *et al.* (2016) apontam o êxodo rural e a superlotação das cidades, ocorridos no início do século xx, como fatores que impulsionaram o surgimento do pensamento moderno. Segundo os autores, o aumento do contingente populacional das cidades reverberou na necessidade de projetos de construção mais rápida e eficiente, e que atendesse a todos. Como consequência, a ornamentação das edificações foi perdendo espaço e dando lugar a construções mais simplificadas do ponto de vista decorativo.

Nesse sentido, é possível observar alguns elementos que se repetem e que caracterizam a arquitetura moderna, como o emprego de formas geométricas e linhas simples; a rejeição aos ornamentos e elementos decorativos e supérfluos utilizados em estilos anteriores; construções funcionais e planejadas de acordo com o uso; e ideais de economia e industrialização. Um dos expoentes do movimento, o arquiteto suíço Le Corbusier propôs em 1926 os “5 pontos

da arquitetura moderna”, ou seja, princípios chave de design que ele considerava como fundamentos da disciplina arquitetônica moderna: pilotis, planta livre, fachada livre, janelas em fita e terraço jardim (BENEVOLO, 1976). Uma de suas principais obras, que se tornou referência da produção da arquitetura moderna, foi a Villa Savoye, projetada em 1928 e onde é possível encontrar todos esses elementos.

As diretrizes propostas por Le Corbusier influenciaram uma grande variedade de projetos arquitetônicos, produzidos por este e por outros arquitetos mundo afora. Atualmente, ainda é possível encontrar construções de períodos recentes que se baseiam, mesmo que parcialmente, nos atributos promovidos por Le Corbusier.

No Brasil, o processo que originou o pensamento por uma ‘nova arquitetura’ aconteceu de forma gradual, condicionado ao panorama geográfico, social e econômico de cada região, e também influenciado pelo pensamento de “alguns grupos de pessoas interessadas em criar situações favoráveis para a implantação de novas ideias” (NOGUEIRA, 2011, p. 11). Destaca-se, nesse sentido, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o grupo de artistas responsáveis por sua organização. O evento, realizado entre os dias 13 e 18 de fevereiro daquele ano, ocorreu como uma manifestação artístico-cultural, reunindo atividades como literatura, escultura, pintura, música, declamação de poesia e arquitetura. Com a participação de grandes nomes, como Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Oswald de Andrade e Anita Malfatti, e influenciado pelas vanguardas europeias, o movimento propunha uma nova visão de arte, rompendo com os padrões estéticos vigentes à época. A Semana de Arte Moderna de 1922 estabeleceu um marco para a introdução do pensamento moderno, mudando a cena cultural brasileira e influenciando as formas de produzir arte - e arquitetura - que viriam na sequência.

Para Foletto (1994, p. 90),

[...] essa arquitetura de padrões modernos desenvolve-se no Brasil lenta e gradualmente, rompendo barreiras, teorias, dogmas consagrados, baseada no conceito de racionalização. Dá ênfase às funções de suas partes estruturais

e busca uma solução concisa e econômica para a construção e uma racionalização do espaço interno e externo da construção.

Além das novas características das construções, o modernismo também refletiu no conceito das edificações e no *skyline* urbano. A arquitetura que começou a ser produzida modificou a imagem das cidades, as quais, até então compostas em sua maioria por casas, passaram a se tornar mais verticalizadas, com a popularização dos edifícios em altura e residências multifamiliares. No contexto nacional destacam-se alguns exemplares como o Edifício Gustavo Capanema, projetado por uma equipe de arquitetos brasileiros com a consultoria do arquiteto franco-suíço Le Corbusier e conhecido por ter sido a sede do Ministério da Educação e Saúde; o Edifício Copan, de Oscar Niemeyer; o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy; entre outros.

No Rio Grande do Sul, a arquitetura moderna começa a ser desenvolvida a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em um cenário favorável pelo surto de crescimento econômico que atingiu o estado nesse período (NOGUEIRA, 2011). Para Visentini *et al.* (2015), a produção moderna no sul do país sofreu influência da escola carioca, bem como de outros países próximos, como o Uruguai, de onde migraram profissionais oriundos da Faculdade de Arquitetura de Montevideo.

Nas cidades do interior do estado, esse novo modo de fazer arquitetura não tardou a chegar. Conforme Foletto (1994, p. 90), a arquitetura em Santa Maria nesse período,

[...] acompanha a das demais cidades brasileiras e segue padrões modernistas a sua construção. Estes padrões incluem materiais industriais, edifícios de apartamentos para residências com andares de planta simétrica, simplicidade nas fachadas e formatos geométricos construídos com vigas e pilares de concreto armado.

O modernismo contribuiu para transformar as feições urbanas de Santa

Maria, em uma época onde os edifícios em altura começaram a surgir ao mesmo tempo em que a cidade ganhava grandes obras comerciais e residenciais (FLÔRES *et al.*, 2019). Embora a arquitetura moderna de Santa Maria não possa ser considerada expressiva em termos quantitativos, é possível afirmar que o movimento influenciou um legado de obras que seguem sendo consideradas icônicas.

Um dos exemplos é o campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cuja implantação foi inspirada no planejamento de Brasília: a Avenida Roraima “imita” o Eixo Monumental da capital, com as edificações em barra distribuídas nas suas laterais. Os edifícios também refletem os preceitos da arquitetura moderna, com a utilização de pilotis, janelas em fita e volumes puros. Alguns exemplos são o Prédio Central dos Correios e Telégrafo, o Coríntians Atlético Clube e o Parque de Serviços da Sulbra. Com relação aos edifícios residenciais, destacam-se os edifícios Centenário e Taperinha (NOGUEIRA, 2011; RIBEIRO, 2018).

O Edifício Taperinha

Acompanhando os ares de modernidade que Santa Maria estava ganhando, a construção do Edifício Taperinha (figura 1) começou em 1955 e foi finalizada em 1959. A obra representa um marco para a cidade, em termos arquitetônicos e urbanísticos, sendo considerada até hoje como “[...] a obra mais impactante na época e contexto local” (NOGUEIRA, 2011, p. 35).

O prédio está localizado na esquina da Rua do Acampamento com a Rua Alberto Pasqualini, também conhecida como Rua 24 Horas, na região do Centro Histórico da cidade (figura 2). Zamberlan (2020) salienta a contribuição do Taperinha para a evolução e configuração urbana do município. Até meados da década de 1950 a Rua Alberto Pasqualini não existia, a sua construção ocorreu em função deste projeto, dada a necessidade de viabilizar o acesso de veículos ao edifício. A partir disso, foi aprovada na Câmara de Vereadores a abertura de uma via interligando a Rua do Acampamento com a Rua Floriano Peixoto, para que as garagens pudessem ser construídas com acesso pela nova rua.

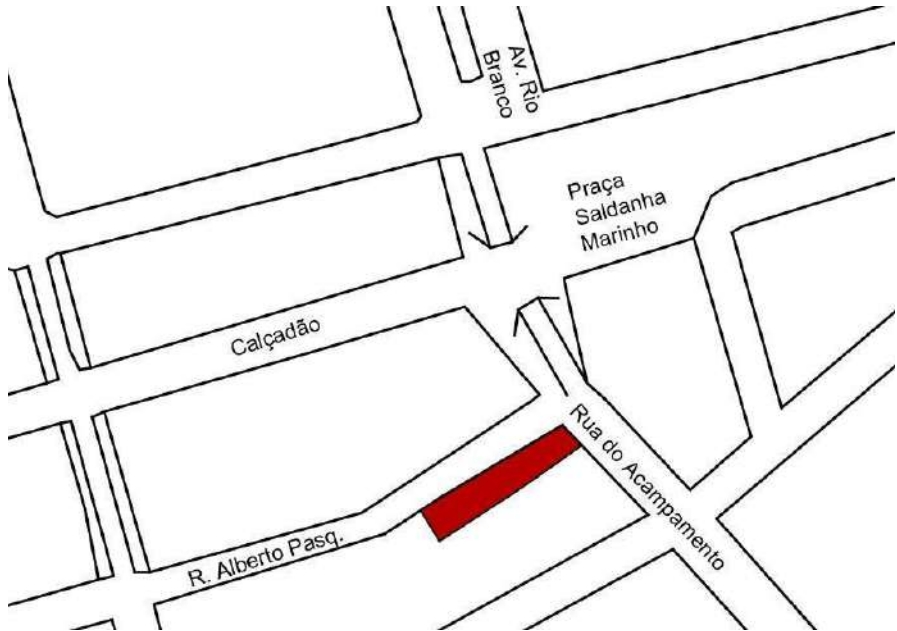
Figura 1: Edifício Taperinha.

Fonte: a autora (2022).

O Taperinha foi projetado pelos arquitetos Cláudio Machado Rizzato e Battistino Anele e executado pela Construtora Tedesco, de Porto Alegre. Segundo Zamberlan (2020, online), “nessa época, Santa Maria não tinha profissionais capacitados para uma obra desse porte”, por isso a contratação de uma empresa da capital. Outros profissionais, como encanadores e eletricitistas, também vinham de fora.

A proposta inovadora do Edifício Taperinha trouxe para Santa Maria um novo conceito de habitação referente à moradia coletiva. O programa de

Figura 2: Localização do Edifício Taperinha, em vermelho no mapa.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

necessidade previa salão de festas, lavanderia própria para uso dos moradores, capela, e ainda infraestruturas como instalação direta de telefones, incineradores de lixo, exaustores nas cozinhas e água quente (PREISSLER; ROCHA, 2006). Conforme o memorial descritivo do projeto,

O projeto do edifício Taperinha foi cuidadosamente estudado e executado, no intuito de proporcionar aos condôminos todas as vantagens decorrentes da moderna técnica arquitetônica, como sejam, perfeita insolação, magnífica vista panorâmica, correta circulação e demais exigências. A fachada obedece a linhas modernas, constituindo um dos mais belos ornamentos que se poderia idealizar para uma cidade que marca sua vida com as características dos mais avançados centros urbanos do País. (ANELE; RIZZATO, [195-], p. 1)

Schlee (2001b, p. 171) compara o Taperinha a “[...] uma versão local da *unité d’habitation* – concepção corbusiana sobre o habitat moderno destinado à classe média”, ou seja, o projeto de unidade autônoma de Le Cobusier que proporciona diversas facilidades para seus moradores. Além da parte residencial, o edifício de uso misto previa seis lojas com sobrelojas e um restaurante, este último de propriedade dos condôminos. Baseado em uma proposta de sistema de condomínio autossustentável, a ideia era que as despesas do edifício pudessem ser pagas com o lucro advindo desse restaurante (PREISLER; ROCHA, 2006).

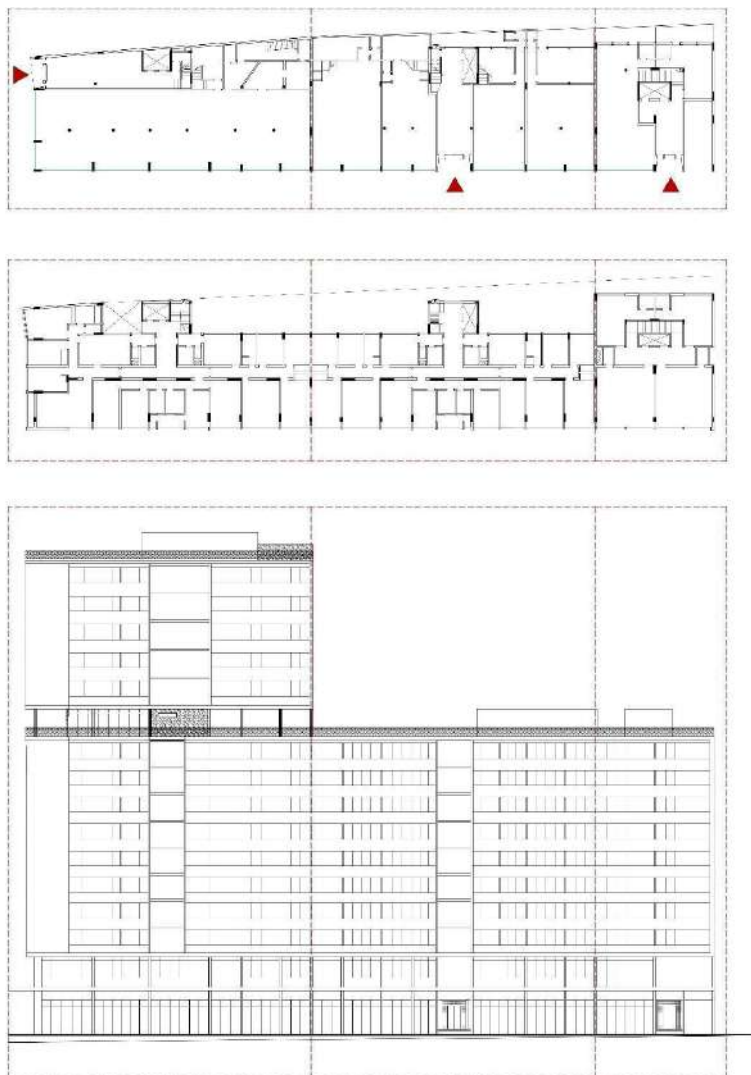
O projeto original previa apartamentos de 2 e 3 dormitórios, totalizando oitenta unidades, distribuídos em três blocos: A, B e C, cada bloco com entrada independente e dois elevadores. O bloco A se estende até o 15º andar, enquanto os blocos B e C vão até o 9º andar (figura 3). Este último, denominado “Play Ground”, correspondia à área de lazer do condomínio, constituída pelo salão de festas, terraço coberto, terraço descoberto, parque de recreação infantil e jardins, todos de uso exclusivo dos condôminos. A lavanderia, por sua vez, estava localizada no 15º pavimento (ANELE; RIZZATO, [195-]).

Segundo Preissler e Rocha (2006, p. 4), “Os serviços adicionais e de auto-sustentabilidade condominial funcionaram da maneira proposta por determinado período”. O restaurante não existe mais, sua área foi integrada aos espaços comerciais do térreo e sobrelojas. Da mesma forma, a lavanderia e a capela foram desativadas e a área onde estava a última ganhou novos usos, passando a abrigar a administração do condomínio.

Os apartamentos também sofreram modificações, totalizando setenta e quatro unidades em relação às oitenta inicialmente propostas. Preissler e Rocha (2006) esclarecem que isso ocorreu em função da união de algumas unidades, o que resultou em apartamentos de um, dois, três e quatro dormitórios, com áreas variando entre 80 e 120 metros quadrados.

Com relação aos aspectos formais, o edifício é composto por dois volumes prismáticos que se unem no 9º pavimento. Há a predominância das linhas retas e formas geométricas definidas. Para Foletto (2008, p. 172), o modernismo no Edifício Taperinha “[...] é caracterizado pelo sistema construtivo com concreto

Figura 3: Planta baixa e fachada norte.



Fonte: elaborado pela autora (2022) a partir de materiais gráficos fornecidos por um morador.

armado, concepção de moradia coletiva, repetição de elementos nas fachadas, simplicidade e funcionalismo”.

É possível, ainda, identificar outras características da arquitetura moderna, representadas nos 5 pontos de Le Corbusier: uso de pilotis, as janelas em fita, planta livre, fachada livre e terraço-jardim. Neste último, localizado no 9º pavimento, estavam previstas áreas verdes, com paisagismo seguindo formas orgânicas ao estilo Burle Marx, porém essa parte não foi executada. Na fachada norte, há a presença de cobogós, elementos utilizados para proteção solar, também característicos do período (RIBEIRO, 2018).

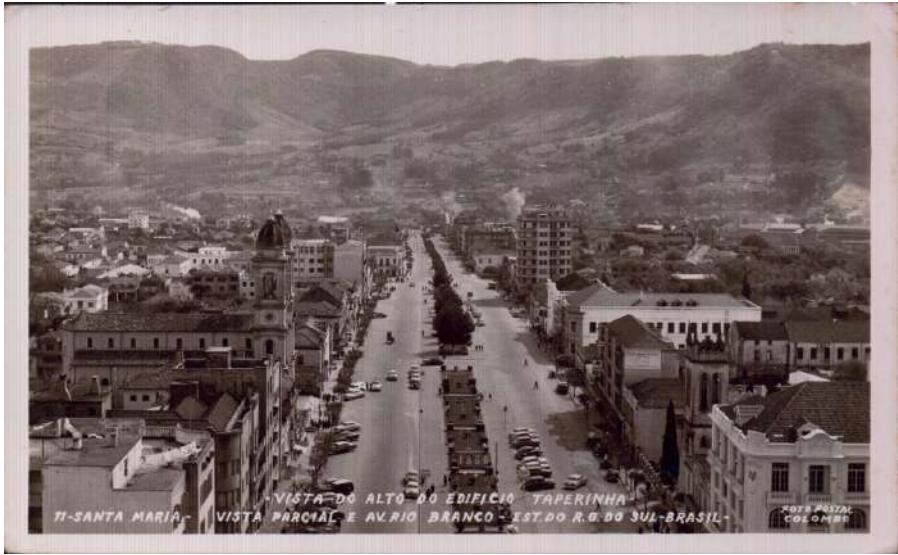
A importância e a consolidação do Edifício Taperinha no imaginário da cidade

Após a pesquisa bibliográfica, que possibilitou a compreensão acerca da origem e dos diferentes papéis que os cartões-postais tiveram ao longo do tempo, bem como sobre a história de Santa Maria, a presença da arquitetura moderna na cidade, e o projeto e construção do Edifício Taperinha em si, realizou-se uma busca por cartões-postais que retratassem ou estivessem relacionados com a edificação. Para essa etapa da pesquisa foram utilizados os termos “cartão postal”, “Santa Maria” e “Taperinha”.

Como resultado, foram encontrados dez cartões-postais, datados principalmente entre as décadas de 1950 e 1970. Nove postais contém a imagem do Edifício Taperinha, em destaque ou em conjunto com outros elementos da cidade, e um décimo cartão mostra uma fotografia tirada do alto da edificação, provavelmente a partir de seu terraço (figura 4). Considerou-se também este último exemplar nos resultados da pesquisa em razão da legenda da foto se referir explicitamente ao prédio, indicando que esta foi registrada a partir do Taperinha. A utilização do nome do edifício indica que o mesmo era conhecido, ou reconhecido, pela população, que ao ler o cartão-postal saberiam de onde a imagem foi captada.

Em seis cartões-postais o Taperinha aparece um pouco distante, compondo, junto com outros espaços e edificações, as paisagens urbanas das fotografias. Percebe-se que há similaridade entre os cenários retratados, que compreendem uma perspectiva a partir da Avenida Rio Branco, mostrando o

Figura 4: Cartão-postal com foto captada do alto do Edifício Taperinha.



Fonte: BV Colecionismo. Disponível em: <https://www.bvcoleccionismo.lel.br>
Acesso em: 27 fev. 2023

canteiro central e os prédios do entorno, com o Edifício Taperinha ao fundo (figura 5).

Essa imagem pode ser explicada pelo contexto histórico de Santa Maria. Com a chegada da ferrovia, no final do século XIX, e a construção da Estação Ferroviária, esta localizada em um dos extremos da Avenida Rio Branco, a via tornou-se a principal ligação entre a estação e o centro da cidade. O protagonismo do transporte ferroviário somado ao fato de que Santa Maria era um grande entroncamento, por onde passavam as principais linhas do estado, fez com que um grande contingente circulasse pela Avenida Rio Branco, tornando-a por muito tempo uma das avenidas mais importantes da cidade.

As imagens dos cartões-postais, captadas de uma determinada altura da Avenida em direção ao Edifício Taperinha, indicam que possivelmente essa era a 'imagem da cidade' à época, ou uma delas, tanto internamente quanto

Figura 5: Cartões-postais que retratam o Taperinha junto com a Av. Rio Branco.



Fonte: BV Colecionismo¹; Antigoporto²; Alberto Lopes leiloeiro³; Levy leiloeiro⁴.

1. Disponível em: <https://www.bvcoleccionismo.lel.br/>. Acesso em: 24 jul. 2022

2. Disponível em: <https://www.antigoporto.com.br/>. Acesso em 24 jul. 2022

3. Disponível em: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/>. Acesso em 24 jul. 2022

4. Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2022

fora de Santa Maria. Os cenários retratados nas fotografias eram levados para outros lugares através dos cartões-postais, ajudando a construir e a consolidar a imagem e a identidade da cidade. Além disso, percebe-se que essa visual segue sendo representada por vários anos, incluindo a época da construção do Taperinha, na década de 1950, até o momento que os cartões-postais passaram a ser coloridos.

Mesmo localizado ao fundo, o Edifício Taperinha se destaca nas fotografias por sua arquitetura, composição e verticalidade, que destoam do entorno. Essa abordagem demonstra a simbologia atribuída ao Edifício Taperinha, que se consolidou como um elemento da paisagem, uma referência urbana e um ícone relacionado à Santa Maria.

Os últimos três cartões-postais mostram o Edifício Taperinha mais de perto (figura 6), sendo que em um deles a edificação aparece em primeiro plano. A fotografia captada do alto retrata o Taperinha no meio de outros edifícios da cidade, em um ângulo diferente do qual normalmente o prédio é exposto. Na imagem, é possível observar a fachada oeste, única fachada cega da edificação.

Nos outros dois postais, as fotografias são de um ângulo inferior, tomadas a partir da Praça Saldanha Marinho e do canteiro central da Avenida Rio Branco. Essas perspectivas se assemelham um pouco mais à visual que normalmente é retratada, com ênfase nas fachadas norte e leste, que pode ser percebida também nos postais anteriores, com a edificação ao fundo.

A forma e a plasticidade do Edifício Taperinha fazem com que o prédio se destaque em quase qualquer fotografia que aparece, mesmo quando é mostrado à distância, e seja facilmente reconhecido. A composição singular - dois volumes de tamanhos diferentes, com o menor sobreposto à base maior através do uso de pilotis -, além dos cobogós presentes na fachada norte, que criam uma 'faixa' de diferentes materiais na sua lateral, conferem uma identidade única ao edifício.

Além disso, a altura do prédio é outro fator a ser considerado. Por ser um dos primeiros edifícios em altura construído na cidade, o Taperinha modificou o *skyline* e a escala urbana, tornando-se um marco na paisagem. Em uma época onde predominavam as construções unifamiliares, de poucos pavimentos,

Figura 6: Cartões-postais que retratam o Edifício Taperinha mais de perto.



Fonte: Objetos de Cena⁵; SC Colecionismo⁶; BV Colecionismo⁷.

5. Disponível em: <http://www.objetosdecena.com.br>. Acesso em: 27 fev. 2023

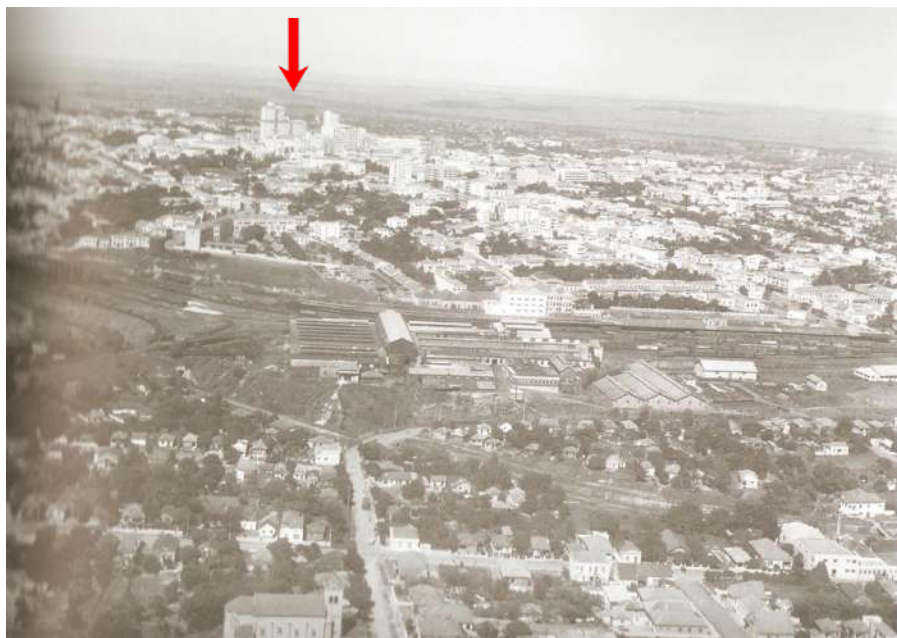
6. Disponível em: <https://www.sccolecionismo.com.br>. Acesso em 27 fev. 2023

7. Disponível em: <https://www.bvcoleccionismo.lel.br>. Acesso em 27 fev. 2023

o edifício alterou os paradigmas e passou a fazer parte das visuais da cidade a partir de diversos pontos de seu território.

O Taperinha seguiu por algum tempo como o edifício mais alto da cidade e, portanto, acabou se consolidando no imaginário popular, associado às ideias de verticalidade e modernidade. Uma fotografia aérea tirada em 1963 (figura 7), com os bairros Itararé e Perpétuo Socorro em primeiro plano, mostra o Edifício Taperinha ao fundo. Nela é possível visualizar como o prédio se destacava no entorno, mesmo com outros edifícios residenciais já surgindo nesse período.

Figura 7: Vista aérea de Santa Maria em 1963. A seta vermelha indica o Edifício Taperinha.



Fonte: MARCHIORI; MACHADO; NOAL FILHO, 2008.

A sua imagem nos cartões-postais, portanto, reflete essas características, também associando Santa Maria à era moderna, proporcionada pelos edifícios em altura, pela inovação na habitação coletiva e pelo novo estilo arquitetônico utilizado. Para Preissler e Rocha (2006, p. 6),

A mudança no conceito de residência, acompanhada da situação histórica de progresso que o país vivia e da maturidade que a arquitetura moderna brasileira alcançava fizeram do edifício Taperinha, desde o período de sua construção, um ícone de modernidade e mudança na cidade de Santa Maria.

Foletto (2008, p. 171) complementa essa ideia ao afirmar que “Se com a inauguração do Edifício Mauá, em 1950, a cidade ganhou ares de modernidade, com o Edifício Taperinha esse novo conceito firmou-se”. A partir disso, falar sobre arquitetura moderna em Santa Maria implica, também, em falar do Taperinha e do quanto o projeto influenciou na mudança de paradigmas e na construção de outras edificações que vieram na sequência.

A construção do Edifício Taperinha representou um marco não só para a história da arquitetura moderna na cidade de Santa Maria, que tem no prédio um de seus exemplares mais reconhecidos, mas também para o próprio desenvolvimento urbano da cidade. Preissler e Rocha (2006, p. 8) consideram que “[...] é marcante a presença do Edifício Taperinha na paisagem urbana de Santa Maria, não somente por sua localização central e “monumentalidade”, mas como marco referencial de modernidade no imaginário da população e na história da cidade.” Ou seja, o edifício deixou um legado cultural, tanto pelo caráter inovador do projeto quanto pelo fato de ter redimensionado o *skyline* urbano. A combinação entre composição, verticalidade, inovação e modernidade contribuíram para a fixação do edifício no imaginário e na memória da cidade, tornando-o um elemento simbólico de Santa Maria.

Mesmo com o crescimento e adensamento de Santa Maria ao longo das décadas seguintes, o Edifício Taperinha continua sendo um marco na arquitetura e paisagem da cidade. Mais do que a representação de um estilo arquitetônico, a obra se consagra pelos impactos que trouxe aos modos de viver e interpretar a cidade, o que a torna um importante patrimônio cultural de Santa Maria.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo compreender a importância do Edifício Taperinha e a sua presença no imaginário associado à Santa Maria através de cartões-postais. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, percebeu-se que o projeto e construção do Taperinha romperam com os paradigmas urbanos da época, onde ainda predominavam as edificações com poucos pavimentos e que seguiam uma linguagem arquitetônica mais ornamentada.

O prédio de caráter misto, mas com predominância do uso residencial, foi – e continua sendo – representativo por denotar uma nova fase urbanística em termos de construção de altos edifícios para a cidade, que trouxe a inovação e o espírito de modernidade. A plasticidade do Taperinha também chama a atenção, em uma época em que a arquitetura moderna ainda era incipiente em Santa Maria. O estilo e a altura faziam o prédio se destacar em meio à paisagem urbana, construindo uma imagem da cidade.

A importância atribuída ao edifício pode ser constatada também pela sua presença nas imagens vinculadas a cartões-postais da cidade, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970. Apesar do número de cartões-postais encontrados na pesquisa não ser expressivo, observa-se que havia a associação do Taperinha com a imagem que se tinha da cidade de Santa Maria naquela época, geralmente em conjunto com o restante da paisagem urbana, formada pelo eixo da Avenida Rio Branco. Em todos os postais, o edifício se destaca no *skyline*, justamente pela sua altura e pela composição volumétrica e plasticidade diferenciada.

Atualmente, pode-se dizer que o edifício permanece em boas condições de conservação, com as suas fachadas preservadas. Mesmo que outros edifícios tenham sido construídos no seu entorno, com alguns inclusive o ultrapassando em altura e alterando, mais uma vez, o *skyline* da cidade, esse exemplar da arquitetura moderna santamariense segue como um marco e referencial urbano, que persiste no imaginário popular associado à Santa Maria, tornando-o um importante patrimônio cultural.

Cabe ressaltar a limitação do estudo com relação ao número de cartões-postais encontrados. É necessária uma pesquisa mais aprofundada, com análise de um maior número de exemplares para que se possa afirmar como a imagem do Edifício Taperinha foi difundida para fora de Santa Maria, bem como o quanto as pessoas que não eram da cidade associavam, ou não, a imagem do prédio à Santa Maria.

Referências

- ANDRADE, Neila de Jesus. **A imagem dos cartões-postais de Salvador - Bahia em exposição (1920 a 1940)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- ANELE, Battistino; RIZZATO, Claudio Machado. **Memorial descritivo e especificações**. Santa Maria, [195-].
- BALDISSERA, Rudimar; GONÇALVES, Sandra M. L. P.; LIEDKE, Enoí Dagô. O imaginário de Porto Alegre por seus cartões-postais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 16, n. especial, pp. 79-94, out. 2010.
- BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Editora da Ufsm, 2000. 309 p.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁSIGY, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 120-140.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e riograndense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)**, Santa Maria, a "Cidade Ferroviária". Santa Maria: Palotti, 2007.
- FLÔRES, Anelis Rolão; QUERUZ, Francisco; FALCÃO, Adriano da Silva; FLORES, Gabriela Martins. A inclusão do patrimônio moderno na inventariação de bens edificados com interesse patrimonial. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 5.2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Marcavisual, 2019.
- FOLETTTO, Vani Terezinha (org.). **Apontamentos Sobre a História da Arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.
- FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, pp. 25-62, jan./jun. 2006.
- NOGUEIRA, Ana Paula. **Patrimônio arquitetônico moderno em Santa Maria: as casas do arquiteto Luiz Arthur Vallandro - um resgate analítico**. 2011. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

PREISLER, Camila; ROCHA, Ricardo. O edifício Taperinha e a construção de um imaginário de modernidade em Santa Maria. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA, 10, 2006, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2006.

RIBEIRO, Nabor Silva. Arquitetura moderna em Santa Maria RS. **Arquitextos**, São Paulo, a. 19, n. 219.04, ago. 2018.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Mancha Ferroviária de Santa Maria. In: MÜLLER, Siomara Ribeiro; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich (org.). **Anais do Seminário Território, Patrimônio e Memória**. Santa Maria: UFSM, 2001a.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Obras fundamentais da Arquitetura Moderna em Santa Maria. In: ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, 5., 2000, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura das Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 2001b, pp. 163-172.

VASQUEZ, Pedro Karp. **Postaes do Brazil**. São Paulo: Metalivros, 2002.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Cartões-postais: imagens do progresso (1900-10). **História, Ciências, Saúde**, Mangueiras, v. 7, n. 3, fev. 2001.

VISENTINI, *et al.* A fabricação digital como método de análise da arquitetura residencial moderna de Santa Maria. **Disciplinarum Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação**, Santa Maria, v. 16, n. 1, pp. 1-10, 2015.

ZAMBERLAN, Evandro. O Edifício Taperinha. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://diariosm.com.br/o-edificio-taperinha/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Recebido: 26/10/2022.

Aceito: 03/04/2023.

Olhar sobre as frestas da cidade: entrevista com Thiago Allis

Gaze through the cracks in the city: interview with Thiago Allis

**Camila Maria dos Santos Moraes¹,
Frank Andrew Davies²**

1. Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3367-8243>
camila.moraes@unirio.br

2. Professor Adjunto e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). <https://orcid.org/0000-0001-7340-627X> **daviesfr@gmail.com**

Resumo: Nesta entrevista, o professor e pesquisador Thiago Allis, por meio de sua análise sobre as experiências acumuladas em sua trajetória profissional, apresenta um conjunto de observações, proposições e perspectivas sobre o fenômeno turístico nas grandes cidades contemporâneas. São abordados temas como a relação entre turistas e moradores, os impactos da adoção do modelo de negócio da Airbnb (airbnbzação) na dinâmica imobiliária urbana e os benefícios analíticos decorrentes da priorização do tema das mobilidades nos estudos urbanos. Como proposta teórico-metodológica para essas investigações, Allis valoriza o diálogo entre diferentes campos de conhecimento e enfatiza a importância de uma postura atenta às “frestas” urbanas, explorando tópicos

ocultos e frequentemente tratados como zonas de interstício, mas que merecem igualmente uma abordagem investigativa cuidadosa.

Palavras-chave: Estudos urbanos. Turismo urbano. Mobilidades. Projetos urbanos. Cidades.

Abstract: In this interview, the associate professor Thiago Allis presents a set of observations, propositions, and perspectives about the phenomenon of urban tourism in contemporary cities based on his analysis of the experiences accumulated throughout his professional career. Themes such as the relationship between tourists and residents, the impacts of the adoption of the Airbnb business model (airbnbization) on urban real estate dynamics, and the analytical benefits resulting from prioritizing the topic of mobilities in urban studies are addressed. As a theoretical and methodological proposal for these investigations, Allis values the dialogue between different fields of knowledge and emphasizes the importance of an attentive approach to urban the cracks, exploring hidden topics that are often treated as interstitial zones but equally deserving of careful investigative attention.

Keywords: Urban studies. Urban tourism. Mobilities. Urban projects. Cities.

Introdução

Turismólogo pela Universidade de São Paulo, Thiago Allis fez as malas a fim de compreender o turismo enquanto fenômeno urbano. Concluiu seu mestrado em Integração da América Latina pela mesma universidade, onde também se doutorou em Arquitetura e Urbanismo na área de Planejamento Urbano e Regional. Atualmente, Thiago é livre docente e professor associado do curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Ao longo de sua trajetória, foi professor visitante na Universidade de Viena, na Áustria, e trabalhou ainda na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, no Timor Leste. Thiago também lidera o grupo de pesquisa Mobilidades e Turismo (MOBTUR) e contribuiu, em parceria com a socióloga e professora Bianca Freire-Medeiros, com a tradução e comentários à versão brasileira do livro *O olhar do turista 3.0*, versão atualizada da obra clássica de John Urry, escrita, nessa edição, em parceria com Jonas Larsen, em 2011.

Em formato virtual, na tarde de 07 de fevereiro de 2023, Thiago Allis se reuniu com Camila Moraes e Frank Davies, professores de cursos de Turismo em universidades públicas de São Paulo e Rio de Janeiro (USP, UNIRIO E UERJ, RESPECTIVAMENTE), duas das maiores cidades do país. Temas relacionados a práticas turísticas e transformações urbanas foram discutidos sob diferentes possibilidades, levando em conta contextos particulares, como a pandemia pela Covid-19, mas também questões de longo alcance, como a relação entre moradores e turistas.

A partir desse diálogo, buscamos entender quais são os principais desafios à compreensão do fenômeno turístico nas cidades, chamando a atenção para a complexidade de fatores e elementos que participam de tal fenômeno configurados em aspectos culturais e sociais necessariamente situados. A partir da leitura da entrevista fruto desse encontro, esperamos que o reconhecimento desses limites interpretativos não esvazie os ânimos para novas pesquisas, mas que, sim, sirva de inspiração a novas possibilidades de enquadramento e reflexão para o debate.

A trajetória de Thiago como pesquisador reflete a busca por um caminho de análise que opere sob os interstícios daquilo que se revela como práticas e representações dominantes da cidade. Sob as frestas, lança um olhar crítico e criativo ao tema dos projetos urbanos e das mobilidades turísticas, que colocam em evidência as questões da ordem do dia e redimensionam as perspectivas convencionais.

Entrevista

Frank Davies: Thiago, sua formação como turismólogo foi complementada com o doutorado em Arquitetura e Urbanismo, fazendo assim cruzamentos entre as fronteiras analíticas dos estudos urbanos e do Turismo. Como você avalia esse percurso acadêmico? De certa maneira, considera que sua trajetória reflete a busca por compreender o fenômeno do turismo urbano?

Thiago Allis: Por conta dessa formação não linear, vindo do Turismo e trabalhando com turismo, mas recheada de outras passagens em outros lugares, né?... Eu gosto de contar essa história porque eu sempre brinco que vou e volto. Eu fui à Arquitetura e ao Urbanismo, mas para voltar para o Turismo, ou seja,

nunca foi uma vontade de fazer um doutorado em Arquitetura e Urbanismo porque o Turismo me entristecesse ou não me surpreisse. Talvez as referências de Turismo não me surpreissem, mas a ideia de continuar estudando Turismo e fazer um estudo de Turismo mais robusto era o que me motivava a buscar outras áreas. Assim, uma escola de Arquitetura e Urbanismo estava no meu radar desde sempre, desde a graduação. E há esse mantra que normalmente norteia os pesquisadores e as pesquisadoras de que Turismo é interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, mas às vezes é muito fracamente operacionalizado e experienciado. A gente reconhece a necessidade dessa inter, multi, transdisciplinaridade que é factual e visível, mas, muitas vezes, a gente não faz isso. E, quando escolhi fazer um doutorado em Arquitetura e Urbanismo, a ideia era mergulhar na área, fazer disciplinas, me servir de leituras, me articular com os eventos da área com a plena consciência de que não era arquiteto e urbanista. E, como eu disse, não busquei a Arquitetura por uma frustração com o Turismo, mas com esse compromisso de buscar referências para tentar explicar e entender melhor essa conjugação de fenômenos no Turismo Urbano, algo que fiz na tese de doutorado, que eu defendi lá em 2012.

Uma das coisas que eu falo desde o começo, e venho defendendo há mais de dez anos, é que a ideia não era tratar Turismo Urbano como segmento de mercado ou como nicho, que é o que costuma acontecer em boa parte das abordagens de administração e gestão. A minha ideia era sintetizar o encontro desses fenômenos e questionar como se dava a participação do turismo em contextos urbanos, principalmente de grandes cidades, porque eu me dediquei a estudar a cidade de São Paulo na sua condição metropolitana. E acho que é um marcador interessante. Existe uma forma de beber de outras fontes, construir novos entendimentos, melhorar, avançar e rever as nossas formas de fazer pesquisa e entender turismo em grau, densidade e complexidade condizentes com quem vem da área do Turismo. E, ao mesmo tempo, contribuir nessas outras áreas com conhecimentos sobre turismo, além de pautar um pouco o debate sobre turismo naquela outra área, ou naquela outra frente.

Frank Davies: Levando em conta os temas de interesse e pesquisa que têm sido desenvolvidos na interface entre os estudos urbanos e do Turismo, parece despontar, em certas circunstâncias, ao mesmo tempo em que permanece

constante em suas análises, a discussão em torno das aproximações e diferenças entre turistas e moradores nas cidades. Você considera ser esse um assunto recorrente em suas reflexões? Em tempos “*instagramáveis*”, como avalia esse tema na atualidade?

Thiago Allis: Eu acho que cada vez mais esse assunto é relevante. Eu não vou focar na reafirmação de que depois da pandemia muitas coisas foram escancaradas, né? Nem precisaria de uma pandemia para a gente perceber que certas relações de usos, de sujeitos, de territorialidades se confundem. E isso era uma das coisas que me motivava, por exemplo, a fazer a pesquisa de doutorado há mais de 10 anos. São elementos em que eu e muitos outros pesquisadores cada vez mais nos debruçamos para tentar justamente construir um conhecimento específico a partir das frestas. Eu gosto muito dessa imagem do interstício, da fresta, daquele cantinho escondido. Desse encontro de diferentes áreas de conhecimento, mas de questões práticas também. É por isso que essa história de chamar Turismo Urbano de segmento é muito pouco. É preciso entender o que se passa nesse encontro entre turismo e cidade e por que os comportamentos se mesclam e se misturam, se confundem na prática nas cidades grandes. Porque elas permitem essas reflexões¹. Em cidades ou escalas menores isso já é um pouco mais difícil. Mas, pensando em grandes cidades, principalmente, é nítido. E eu não preciso ficar elucubrando muito para perceber que moradores de décadas de uma cidade têm comportamento de turistas, essa é a ideia do *comportamento espacial*. A gente pode usar essa expressão². É

1. Esta nota e as seguintes são comentários dos entrevistadores e organizadores do número e não refletem a opinião e o conteúdo da entrevista. Com as notas, pretendemos indicar conteúdos e situar alguns temas. Nesta primeira intervenção ao texto, vale mencionar que a teoria social trata das cidades enquanto experiências sociais que acomodam diferentes formas individuais, ao menos desde Georg Simmel e o clássico *A metrópole e a vida mental*. Mais recentemente, a abordagem sociológica de John Urry com ênfase nas mobilidades tem oferecido contribuições analíticas sob variadas possibilidades, das quais pesquisadores como o Professor Thiago Allis têm se apoiado para seus esforços investigativos.

2. No artigo Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos, publicado por Allis em coautoria com a professora Heliana Comin Vargas na revista Turismo em Análise (v. 26,

ela que informa um pouco sobre essa necessidade de a gente olhar para sujeitos que seriam simplesmente enquadrados como moradores, portanto, no oposto do turismo. No entanto, esses moradores podem desempenhar uma função turística na cidade porque se comportam como tal.

Se a gente for brincar com outro lado, que turistas típicos querem se sentir moradores, basta olhar a linguagem que o Airbnb vende, já é quase um bordão³, mas acho que é o jeito mais fácil de visualizar um pouco dessa vontade, que não é de agora, do turista não querer ser turista porque tem um certo aspecto pejorativo, especialmente em sociedades mais, digamos, familiarizadas com turismo há mais tempo, ou seja, onde o turismo é tido como algo banal. “Eu faço alguma coisa diferente disso” e não necessariamente no campo do ultra exclusivo luxuoso, mas simplesmente tentando me diferenciar e me misturando numa realidade local cotidiana. Como o Airbnb já captou, tem gente do tipo *live like a local*, nem que seja por uma noite. Eu gosto de quando me perguntam sobre isso e de usar essas referências porque não é querer ficar procurando coisa nova para pesquisar porque enjoei das outras; basta olhar para o lado e a gente vai perceber que essa sobreposição entre comportamentos está dada. E se a gente for na Filosofia, na Sociologia, na Antropologia, vemos que essa indistinguibilidade de prática, conceitos, de modos de vida e de interpretações do mundo está sendo feita há décadas. Quando o Baudrillard, nos anos 1960, falava do fim das grandes narrativas como fundantes da pós-modernidade, o fim dessa binaridade do mundo em que a gente um dia acreditou... ou seja, já

n. 3, ago 2015), uma pesquisa sobre o perfil de visitantes dos principais pontos turísticos da capital paulista indicou que a maioria eram moradores da própria região metropolitana. Dessa perspectiva, a atividade turística enquanto *comportamento espacial* é feita em diálogo com outro estudo sobre o perfil de “consumidores do lugar” em uma cidade australiana e publicado em 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i3p496-517>>. Acesso em 3 maio 2023.

3. O tema do Airbnb e dos seus efeitos às formas de consumo e frequência dos espaços tem sido desenvolvido por diferentes estudos e perspectivas. Nesta dissertação de mestrado de Rosa Alexandra da Fonseca, defendida em 2020, a análise da narrativa publicitária da empresa justifica em parte seu sucesso comercial. Para acessar o trabalho completo: <<https://tede2.espm.br/handle/tede/501>>. Acesso em 3 maio 2023.

falam disso há décadas e não levamos muito isso para os estudos do Turismo, particularmente na interface com as cidades, onde a sobreposição de situações é a mais absoluta possível. Talvez em uma cidade pequena, do mundo rural, as relações, as paisagens, os processos sejam mais distinguíveis, identificáveis nas suas particularidades, mas na grande cidade é tudo junto ao mesmo tempo, sim, e se misturando. É aí que entra essa necessidade de a gente olhar com cuidado para essas categorias ensimesmadas que nos vendem nos estudos de Turismo há muito tempo. Acho que isso já está melhor nos últimos anos, mas, ainda assim, permeia uma boa parte da lição número zero de quem é estudioso de Turismo. Você tem um morador que recebe o turista na sua cidade como se fosse a única relação possível entre eles, e disso decorrem processos espaciais, pois nós temos apenas dois sujeitos possíveis comportando-se apenas do jeito que um dia disseram que eles deveriam se comportar. É aí que eu acho que a gente tem que questionar, na posição de um pesquisador, de um docente de Turismo, as definições mais clássicas que seguem sendo consumidas de forma indiscriminada. Ou seja, se na história das ideias e na vida contemporânea isso é tão misturado, por que nos estudos de Turismo, que têm a sua interface com a cidade, a gente não vai reconhecer isso, não vai colocar esforço para reinterpretar o próprio fenômeno e, a partir disso, construir teoria nova?

Frank Davies: Pensando nesse descompasso das reflexões teóricas, frente a uma realidade tão múltipla e diversa, pensando na sua trajetória e na sua tese em relação aos dias de hoje, você acha que novos temas ou novos assuntos têm despontado dentro dos estudos do Turismo Urbano? Acha que certas questões, mesmo que não sejam recentes, estão emergindo nesse momento atual em relação, por exemplo, ao cenário em que você trabalhou sua pesquisa de doutorado?

Thiago Allis: Eu acho que tem novos enquadramentos, novas combinações de enfoques e sensibilidade no processo de construir um olhar de pesquisa. É um jeito diferente de olhar as mesmas coisas, digamos assim. Por isso que eu brinquei com essa figura de linguagem da fresta, do canto escuro, de fuçar onde não se foi, de combinar categorias de análise, teorias de referência que produzem interpretações diferentes sobre coisas que, de repente, sempre estiveram lá. Então acho que esse é o primeiro ponto: olhar diferente para as mesmas

coisas. Mas é fato também que a vida na contemporaneidade e, particularmente, na cidade, vai se refazendo, vai se reorganizando. Se a gente for pensar, inclusive, no “Sul Global”... Quanto mais se integra de forma assimétrica num mundo global, mais as transformações vão sendo incorporadas de forma meio cubista. Então você tem, por exemplo, gestores, promotores de turismo, empresas querendo reproduzir uma ideia de turismo urbano lá da Europa ou dos Estados Unidos, de algo que foi pensado no renascimento urbano dos anos 1970, sobre uma base social, política e cultural completamente diferente. Como um Porto Maravilha⁴ que reproduz modelos dos anos 1950, 1960, 1970 da Europa e de alguns lugares dos Estados Unidos, reaplica uma fórmula, só que em solo e contexto outros. E as relações que se dão para além desses grandes projetos urbanos não estão previstas na cartilha dos grandes projetos urbanos que importaram. Então por isso que eu acho que temos situações urbanas um pouco diferentes, com alguma novidade, e que nos permitem e nos exigem estudar essa relação entre turismo e cidade de uma forma no mínimo cuidadosa, para não achar que a gente vai produzir situações de turismo como Barcelona conseguiu produzir.

Mas, ao mesmo tempo, não dá para ignorar que existe um Porto Maravilha em algum momento da história urbana do Rio de Janeiro, então você tem uma combinação de fatores que reproduzem, de um lado, uma lógica político-urbana muito bem conhecida, que se coloca numa realidade carioca brasileira com outros elementos; e, de outro lado, a fresta, o interstício, que vão ser os fatores relevantes porque é daí que a gente vai conseguir enxergar essas subversões, essas curiosidades, essas inteligências condizentes com a realidade urbana do Sul do mundo.

Camila Moraes: Retomando sua colocação sobre um questionamento aos grandes conceitos, às grandes narrativas estanques, indago se você tem dialogado ou se confrontado com o repertório teórico do lazer. Pergunto-me quais

4. Porto Maravilha é o resultado de uma Operação Urbana Consorciada celebrada sob o argumento da “revitalização” do centro da cidade carioca. Aprovado em 2011, é uma das maiores parcerias público-privadas já firmadas no Brasil, em termos de volume de investimentos e de impacto direto na sociedade.

seriam então os limites, considerando que a Sociologia do lazer, os estudos do lazer, delimitam esse campo entre turismo e lazer e entre turista e morador, o qual está justamente nessa fronteira turva, ou nessas frestas a que você vem se referindo.

Thiago Allis: Isso está sempre presente e costuma vir como contraproposição, do tipo: “Se você não tá falando de turismo, então você tá falando de lazer. Afinal de contas, se essa pessoa mora na cidade, no fundo você não tá falando de turismo, você tá falando de lazer”. Eu confesso que nunca mergulhei nas teorias de lazer com o devido cuidado até hoje. Elas estão na minha lista, eu dialogo com pessoas que trazem esse repertório, parceiros de pesquisa, mas de forma quase intuitiva. O elemento que eu costumo levantar é de que lazer pressupõe uma relação do indivíduo com o seu cotidiano e você pode praticar atividades de lazer fora do seu cotidiano, que se chamam turismo. Essa é a grande chave de leitura. Mas se a gente exclui o lazer praticado em viagem e nos concentramos nas atividades de lazer no cotidiano, eu acho que tem algumas categorias de atividades que precisam ser levadas em conta e, para mim, a questão da familiaridade, da regularidade, da repetição precisa ser bem observada. Porque uma coisa é fazer um passeio no final de semana nos mesmos lugares, ou praticar de forma regular atividades ditas de lazer sem o deslumbramento do novo porque ele domina aquele cotidiano. São atividades no tempo de não-trabalho e, potencialmente, portanto, de lazer. Essa é a teoria clássica. Nessa linha, se uma pessoa está numa cidade, na sua própria cidade, se comportando como turista - a ideia de *comportamento espacial* é muito interessante, né?- porque ele tem o mesmo deslumbramento ou um desconhecimento semelhante, ele se coloca na condição de curioso, de observador e desbravador da sua cidade e das coisas que não conhece. Assim, a única coisa que faz essa pessoa ser diferenciada de um turista na cidade é porque a definição da OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO) não permite? E estou dizendo isso de uma forma muito intuitiva porque precisaria contar com algumas teorias de lazer mais robustas. Escapando dessa história da regularidade, da repetição, do familiar, e indo para as atividades de lazer que geralmente compõem a rotina de um turista, eu não consigo achar a fronteira assim muito nítida entre uma

coisa e outra. Sabe que as pessoas podem praticar atividades de turismo no seu chamado entorno habitual, né? Aquela ideia de que você pode ser turista na própria cidade, que é a expressão que muita gente gosta de usar e que eu até evito para não criar polêmica desnecessária. Mas no fundo, no fundo, o que a gente tá tentando rastrear é como essa grande cidade, tão diversa, tão grande e tão complexa, cheia de camadas, proporciona situações de turismo, mesmo para pessoas que não sejam moradoras de outro lugar. Esse é o argumento central e a gente precisa se debruçar sobre isso. É preciso empiria, observação, enfim, pesquisar, né? Fazer projetos e levantar elementos. A pesquisa que a Ana Carolina [Pádua Machado]⁵ fez sobre o Minhocão⁶ é nessa linha: ela foi conversar com as pessoas que praticavam quaisquer atividades sobre o Minhocão no momento em que ele não estava aberto para carros, e sim para pedestres. E aí as pessoas faziam esse raciocínio, de que eram como turistas, pois nunca antes tinham ido a esse lugar. As pessoas se manifestavam desse jeito.

Camila Moraes: Recentemente, você produziu textos sobre turismo de quarentena/ turismo de proximidade. Nesse sentido, você entende que o período de distanciamento social por conta da pandemia pela Covid-19 trouxe impactos para este cenário?

5. Atualmente estudante do curso de Doutorado em Sociologia na USP, Ana Carolina concluiu o Mestrado em Desenvolvimento do Turismo sob orientação do Prof. Thiago Allis em 2019. Para acessar o trabalho: MACHADO, Ana Carolina Pádua. **Para além de um viaduto: uma análise de usos e discursos sobre o Parque Minhocão.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Turismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-02122019-160313/pt-br.php>>. Acesso em 1 mar 2023.

6. A Via Elevada João Goulart foi inaugurada em 1970 (então, com o nome de Elevado Costa e Silva) e, desde então, vem sendo objeto de críticas e debates na política urbana e na opinião pública. A partir dos anos 1990, passa a ser fechada regularmente para o tráfego de carros, ensejando usos não previstos e espontâneos que o assemelham a um parque urbano (corrida, caminhada etc.). Na última década, o debate ganhou outros contornos, com a previsão - sem definição de prazo - de sua desativação no Plano Diretor de 2014 e, em 2018, o reconhecimento oficial de sua condição de parque (Parque Minhocão) nos momentos em que o trânsito está interrompido.

Thiago Allis: Sobre turismo de proximidade, já havia textos anteriores. O primeiro que identifiquei é de 2012, de pesquisadores da Espanha, e vai na linha do *slow movement*, da ideia de não viajar para longe, de não se preocupar com um programa tão definido de viagem e que tem um recorte burguês, na perspectiva de que busca se diferenciar do turista de forma geral. Já no que se refere ao turismo de quarentena, foi muito interessante observar a euforia acadêmica: pesquisadores que estavam tentando definir, estudar e emplacar teorias. O que se produziu depois desse primeiro ano de pandemia era uma coisa explosiva porque, no fundo, no fundo, muita gente fazia as mesmas coisas e acrescentava o vídeo como intermediário na pandemia, ou simplesmente produzia manifestos e ensaios mais genéricos. No entanto, é fato que algumas práticas foram se colocando muito mais visíveis. Uma delas: as pessoas que têm condições de pegar a casa de campo ou de praia e passar de segunda a primeira residência, o que gera um contexto bem interessante de análise, pois esses não foram espaços pensados ou desenhados para o cotidiano. Às vezes são casas pequenas e não têm tanto conforto porque, afinal de contas, são voltadas apenas para o curto período das férias. Ao mesmo tempo, essa proximidade com a primeira residência também era estratégica, porque as pessoas estavam fugindo da cidade, fugindo da “praga”, ninguém sabia o que ia acontecer, mas o grande hospital estava na cidade, os recursos principais estavam na cidade, então tinha uma certa sensação de que se precisasse voltar correndo, dava. Essa segunda residência não poderia ser a uma distância de voo ou de três dias de carro. E, por fim, começa a aparecer uma nova população mais estável em ambientes que estavam, até então, desenhados para segunda residência. Com a pandemia, famílias, grupos sociais inteiros, se mudaram para Vinhedo, que é aqui perto de São Paulo, ou para São Roque. Isso gerou uma demanda por serviços interessantes até para quem já residia nessas cidades. Esses moradores, que eram os prestadores de serviço, também foram aqueles que se expuseram ao vírus, enquanto um outro grupo social (privilegiado) chegava para se isolar.

Eu e outros pesquisadores ainda estamos fazendo alguns levantamentos nesse sentido, sobre os impactos da segunda residência, que ainda estão em uma escala desconhecida, não planejada. Foram levantados alguns fatos novos.

Agora eu tenho conversado com muitos colegas de várias regiões do país e isso está na minha agenda de pesquisa: quais são os desdobramentos da pandemia nessa relação entre trabalho e lazer/turismo e trabalho? Como o *home office* foi se estendendo e foi se implantando definitivamente na vida das pessoas? Como isso muda o mercado imobiliário nas grandes capitais e fora delas? Como as rotinas agora são mais alongadas ou encurtadas em termos de lazer e trabalho? Sobre o mercado imobiliário, a gente pode falar, podemos identificar uma dinâmica nova nas regiões não metropolitanas.

Frank Davies: Ainda sobre a questão do turismo e as cidades e nas cidades, sua pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo, explorou as condições e possibilidades do turismo urbano em São Paulo a partir da política de grandes projetos, capitaneada àquele momento por Operações Urbanas Consorciadas. Mais de uma década depois, é razoável considerar que o cenário do turismo urbano não se faz da mesma forma? Ou seria o caso de dizer o contrário; que estamos desde então estagnados em um mesmo mecanismo de condução de “boas práticas” que orientam o incremento das atividades turísticas em nossas cidades?

Thiago Allis: Primeiro de tudo, as conclusões em que eu cheguei na tese rejeitaram a hipótese. Ou seja, concluí que os grandes projetos urbanos aqui em São Paulo poderiam ser aproximados com a ideia de Operação Urbana Consorciada, que é um mecanismo previsto no Estatuto da Cidade. Mas São Paulo começa antes, começa a inventar esse modelo antes, eles têm pouca ou nenhuma relação com a territorialidade do turismo em São Paulo. Isso está lá na conclusão da tese. Tirando o centro da cidade, onde você tem superposição de alguns perímetros de intervenção urbana, inclusive operação urbana, mas não apenas, o resto da cidade basicamente serve para facilitar a expansão do mercado imobiliário especulativo. E aí o que tem de mais próximo em termos de turismo é o desenvolvimento de cadeias hoteleiras, que nada mais é do que uma forma do mercado imobiliário se reproduzir numa grande cidade como São Paulo. Então não é porque pusemos hotel pensando em turismo. É que hotel, de alguma forma, é um jeito de reproduzir o capital imobiliário e, de algum modo, isso se liga com turismo. Então foi essa a conclusão da tese: de

que não, os grandes projetos urbanos não estão dando muita bola ou objetivando o desenvolvimento do turismo, em São Paulo. É importante destacar que a ideia de grande projeto urbano não se restringe, do ponto de vista da sua concepção, às Operações Urbanas Consorciadas. Essa foi uma leitura que eu fiz da realidade paulistana. Aquele gigantismo ou exibicionismo dos projetos arquitetônicos com arquitetos de grife, isso não aconteceu em São Paulo. Na verdade, isso aconteceu, mas nos anos 1950, com o Niemeyer construindo o Ibirapuera. Eu saí frustrado dessa pesquisa porque ela era muito estática, eu pautei por alguns elementos fixos no espaço para tentar identificar marcadores do que seja um território turístico. E eu fui pelo óbvio: atrativos turísticos e meio de hospedagem. Então eu fiz mapas onde a gente pontuava os hotéis e os atrativos turísticos mais visíveis da cidade de São Paulo e não coincidia com o perímetro das Operações Urbanas, ou em parte coincidia, quando nós estamos falando de meios de hospedagem; mas em grande medida, não. Exceto no centro, onde uma boa parte dos atrativos estão lá, mas as Operações Urbanas também não foram pensadas para turismo. Então você tem esse desencaixe urbano. E o desenvolvimento da atividade turística aqui em São Paulo é muito particular. Não dá para comparar com o Rio de Janeiro ou com outros lugares. Mas a ideia de pautar a pesquisa de modo estático me incomodava. Como é que eu posso imaginar a ideia de que turismo acontece nesses espaços porque a oferta está aqui? Eu quero saber onde estão as pessoas e fazendo o quê, né? Aí que entra essa lógica das práticas dos indivíduos, o seu comportamento espacial definindo a característica turística do território, que muitas vezes pode estar muito distante dos atrativos turísticos oficiais, pode estar muito distante do hotel onde a pessoa se hospeda, pode nem estar em hotel, não se falava nem em Airbnb nessa época. E a gente não está enxergando isso, a tese não mostra isso, e isso era uma das coisas que eu decidi pesquisar depois da tese. Era isso que faltava. E, para isso, eu apresentei um projeto em que eu trabalhei com experiências de usar a tecnologia da informação para rastrear fluxos. Deu um pouco de trabalho, mas deu uns resultados parciais interessantes. No entanto, esse tipo de pesquisa foi caminhando para o Big Data e minha ideia era fazer esse rastreamento de forma mais artesanal, qualitativa, usando tecnologia da

informação para dar pistas de onde o turismo acontece de fato e que, muitas vezes, não é onde se supõe que aconteça. E aí, para responder a tua pergunta, sobre o que mudou; mudou que agora a gente talvez possa reconhecer essas situações intermediárias, essas situações não oficiais de turismo, olhar para as práticas turísticas para além da definição mais tradicional da OMT ou do que seja o território turístico, ou seja, onde se encontra a dita oferta turística. Então, se a gente aumenta a nossa capacidade de pensar a natureza do turismo em função das práticas turísticas dos sujeitos, o perímetro de uma Operação Urbana é só um elemento nisso tudo. Eu não acho que a lógica de operações urbanas ou grandes projetos urbanos tenha sido abandonada. Semana passada, eu participei de uma espécie de audiência pública aqui em São Paulo porque a Prefeitura voltou a pôr muita energia nessa história de requalificação do centro, com propostas que já definem perímetro de atuação e reuso de estruturas com incentivo fiscal, ou seja, isso volta à baila usando os mesmos mecanismos, olhando para essa coisa dos instrumentos urbanos de forma muito convencional. Então até que a audiência pública foi bem interessante porque os movimentos sociais apareceram, também dentro do esperado. Não tem nada muito diferente nisso, a fórmula parece que vai ser a mesma. O que eu acho que tem de novo, e eu estou falando do caso de São Paulo, não sei se isso é reproduzido para outras grandes cidades do Brasil, é que o mercado imobiliário hoje precisa do centro porque as oportunidades de investimento em larga escala com grande ganho nas bordas da cidade, nas periferias como o Minha Casa Minha Vida, que alimentava as construtoras, já foi. Nós estamos chegando num ponto em que esse desenvolvimento mais endógeno, digamos assim, virou um elemento de sobrevivência de continuidade, da reprodução desse capital imobiliário no centro. Então, o centro, nos últimos dez anos, entra na pauta das construtoras de novo, que passam a pressionar o poder público para dar alguma resposta condizente. A única coisa que eu acho que para São Paulo é novo é que o centro da cidade agora está recoberto de uma narrativa um pouco mais entusiasmada do que nos anos 1990 e começo dos anos 2000. Hoje você tem dezenas de cafés “transados”, baladas alternativas, restaurantes interessantes abertos nos terraços e *rooftops* e isso é novidade, e o centro ganha de novo essa centralidade que um

dia deixou de ter. Isso gera reações do poder público, geralmente em benefício de alguns setores, alguns grupos de pressão, e gera uma outra pressão sobre uma população em situação de rua que cresceu desde 2016. A Cracolândia volta a ser o grande assunto da cidade, mesmo sem nunca ter deixado de existir. Estava com um monte de gente vivendo nas ruas sem dignidade e agora volta a ser um problema a ser resolvido porque não dá para desenvolver o setor imobiliário, de entretenimento, cultura, lazer etc., com milhares de pessoas morando na rua. Acabei de fazer um projetinho de iniciação científica com alunos de graduação sobre essa volta ao centro. Então, junto com uma colega, mapeamos e tentamos articular a dinâmica do mercado imobiliário no centro a partir das campanhas promocionais dos novos empreendimentos. Nós reunimos folhetos, peças de propaganda na internet e no Instagram para fazer perfil dos empreendimentos. Também mapeamos novos cafés, restaurantes etc. No mapa, identificamos um eixo de desenvolvimento bem definido com cafés etc. ao redor dos empreendimentos imobiliários.

O que está por trás disso é que é preciso estimular de novo a opinião pública - especialmente certas faixas, que sejam consumidoras potenciais do centro - a reconhecer que o centro é um lugar interessante. Porque para vender apartamento é preciso criar situações que gerem uma vida agradável para uma classe média. Não adianta só ter apartamento e prédios interessantes, vende-se o composto agora. Essa concentração da vida no condomínio vertical, que define muito do mercado imobiliário até hoje, parece que ganha uma outra abordagem. Agora a gente vê isso pelos anúncios, a venda da vida cultural no centro, do bar que ficou famoso e dizer que você está a 300 metros do Teatro Municipal de São Paulo. Você tem uma certa instrumentalização do mercado imobiliário a partir de uma curiosidade que vai se produzindo em certos grupos que voltam a ocupar o centro e isso talvez seja uma coisa nova para São Paulo. Como fenômeno urbano não é novo no mundo, mas para São Paulo é interessante. A gente está tentando mapear, entender isso, olhando para essas manifestações de comportamentos. Quando você olha um folheto de empreendimento imobiliário, parece que ele está vendendo um destino turístico, porque é quase isso, você tem que atrair as pessoas para o centro. É turismo? Não. Mas

usam argumentos que são muito próprios da propaganda turística. E é por isso que eu sempre reforço essas misturas de comportamentos, de narrativas.

Frank Davies: Interessante ver que nos últimos anos esse vetor mudou. Esse investimento simbólico de positivar o centro passa por essa exotização. E eu acho que você tem razão, é a construção de um espaço de alteridade. Pois, supostamente, ninguém frequentava e agora frequenta a sorveteria, a pizzaria, os bares etc. Esses lugares cumprem o papel de fazer valer a pena a visita.

Thiago Allis: O que a gente está observando com esse mapa é que o vetor que começa na República e vai em direção ao oeste... Ou seja, há aquela saturação da República, tanto para novas construções quanto para novidades de todo tipo. Não tem mais espaço pra Casa do Porco, Tóquio ou La Guapa, já está saturado. Então você tem esse vetor se movendo em direção à Santa Cecília, à grande fronteira das “coisas diferentes” de São Paulo. E uma coisa que ninguém percebeu, e é por isso que nós estamos fazendo essa pesquisa, é que o bairro seguinte que fica para lá do Minhocão, que se chama Campos Elíseos e, ironicamente, foi o bairro mais sofisticado de São Paulo na virada do século xx, é onde se concentra hoje parte da assim chamada Cracolândia, ou seja, a gente tem uma fronteira de tensão e tensionamento. Eu acompanho os grupos na internet, no Facebook, a narrativa dos jovens descolados que um dia vieram para Santa Cecília. É que Santa Cecília ficou cara, não dá mais e estão indo para Campos Elíseos. Então você tem o esgarçamento dessa fronteira do bairro central diferente, barato, curioso, para além dele, porque agora ele já está sendo tomado pelas coisas convencionais, inclusive empreendimentos imobiliários. Então você tem uma sobreposição ou uma composição de tantos elementos, a narrativa turística e mesmo algumas práticas que se parecem com turismo e se somam a elas e se manifestam assim de forma muito sutil, às vezes. E isso é uma manifestação ou isso é um exemplo daquilo que eu falava há pouco: a gente tem que olhar nas frestas, sabe? A gente tem que olhar nos interstícios de fenômenos para tentar produzir teoria híbrida, né?

Camila Moraes: De maneira geral e aberta, como você avalia o efeito das mobilidades turísticas para as cidades na atualidade?

Thiago Allis: Como esses modelos “gringos” aterrizam de forma parcial,

né? Eles ganham uma *assemblage*, são híbridos, uma composição de inspirações estrangeiras na hora de você imaginar as cidades turísticas latino-americanas porque tem essa influência do que é uma cidade turística do norte do mundo, mas ao mesmo tempo tem toda essa profusão, essa confusão ou ruído. Enfim, essa diversidade de tantos processos que não cabem na lógica onde esses modelos de cidades turísticas nasceram, que é a cidade da Europa se reconstruindo no pós Segunda Guerra Mundial, com o investimento maciço na recuperação do patrimônio e reconstrução das cidades. As cidades como parque temático, né? Então pode até ter uma intenção, em alguma medida isso se reproduz aqui, mas quando a gente chega no dia a dia, no real, é a confusão mesmo - o que se coloca como grande tempero dessa coisa toda. Mas, se você, no fundo, olhar para as outras coisas que também se colocam nessa realidade latino-americana, e aqui também é uma super generalização, talvez aí estejam os elementos curiosos, o imprevisto, o informal, e às vezes até o ilegal, como elemento da vida cotidiana, que não se separa mesmo quando a gente tenta criar essa cidade como parque temático.

Essas fronteiras das intervenções urbanas podem ser arbitrárias, como a lógica dos grandes projetos, só que a vida cotidiana se impõe. Se a gente voltar um pouquinho naquela conversa de que tem turistas que não querem parecer turistas, de repente é esse cotidiano todo confuso, esse espaço rugoso, como diria Milton Santos⁷, que vai dar a graça e a beleza mesmo e as possibilidades de um turismo particular. É assim a história das mobilidades turísticas, e é até difícil ainda de estabilizar nomenclaturas, né, Camila? Porque quando a gente fala de mobilidades turísticas parece que existem mobilidades não turísticas. É quase como se mobilidade turística fosse sinônimo de turismo, e acho que isso a gente tem que cuidar também para construir as nossas argumentações.

7. A discussão sobre rugosidade em Milton Santos é extensa e se desdobra em diferentes momentos da obra do geógrafo. As, em linhas gerais, a rugosidade do espaço remete às temporalidades que se acomodam ao corpo material da cidade, levando em questão as permanências e dinâmicas de resistência que se acumulam no tempo presente. O livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicado em 1996, pode ser uma referência para aprofundar os sentidos da categoria elaborada pelo autor.

Mas o que interessa é o seguinte: a gente tá falando de fluxo de todo tipo. A gente sabe muito bem disso da teoria que nos informa e do fluxo de pessoas que não são tipicamente reconhecíveis como turistas todo tempo, né? Então, são esses trânsitos de todo tipo que de alguma forma produzem alguma possibilidade de atratividade ou possibilidade de se desenvolver turismo nessas cidades. E aí são duas questões: 1. Como que as mobilidades nos ajudam a compreender o turismo nas cidades?; 2. E qual é a particularidade que se observa na realidade latino-americana? Então, tudo isso que eu estava falando agora de mercado imobiliário, de política cultural de preservação urbana etc. gera um tanto de fluxos de elementos diferentes, e não apenas de turistas típicos.

Então acho que aí a gente tem um super caldo de referência para estudar todas essas complexidades usando as lentes das mobilidades, porque elas nos permitem isso com muita tranquilidade. sem a gente precisar se reportar a teorias ou conceitos cristalizados, como turismo, e explicar como esses fenômenos se processam. E quando a gente olha para as cidades latino-americanas, eu acho que é isso, né? É o que todos os latino-americanistas brasileiros nos dizem, é essa enxurrada de mundo, de globalização que se processa desde a ocupação colonial, de coisas que vão se produzindo na sua própria particularidade, principalmente a partir dos contrastes. Vemos esse passado glorioso, de alguma forma, no centro de São Paulo, e acho que em outras cidades também, de uma cidade que se pretendia afrancesada, ainda meio carcomida nas suas construções antigas e toda uma galera nova chegando com repertórios diferentes, circulando loucamente pelas redes sociais, projetando imagens, *instagramando* os lugares. E esses lugares *instagramáveis*, pensando nas (i) mobilidades, usando os ancoradouros como ferramenta analítica⁸, às vezes produzem os pontos

8. “Ancoradouro”, de acordo com o paradigma das mobilidades, refere-se aos fixos que estruturam e condicionam as diferentes formas de fluxo e controle de movimentos. Um exemplo de pesquisa que aplica o conceito de “ancoradouro” é o artigo de Apoena Dias Mano publicado em 2023, que explora as dinâmicas de “pacificação” na favela Santa Marta a partir da “vida social” da estátua do cantor Michael Jackson, instalada na localidade. Para acessar o trabalho, ver: MANO, Apoena Dias. “A vida social da estátua de Michael Jackson na favela Santa Marta, Rio de Janeiro: uma perspectiva

adequados que geram uma certa conexão de certos grupos com certos lugares, mas é parcial. É a volta ao centro *pero no mucho*, ou seja, são alguns lugares, algumas situações, com algum distanciamento, mas que permite a *selfie*, é para o Instagram, e isso é parte do processo, né? Se isso é o “legal”, é o “divertido” de hoje, nessas cidades tão truncadas como a que a gente vive, é essa parte das mobilidades em direção ao centro da cidade, por exemplo, que agora são uma novidade. E isso vai permitir interações plenas, orgânicas das pessoas? Eu não sei, acho que não, mas esses são fluxos diferentes, um pouco de gente, um pouco de imagem, um pouco de informação, um pouco de coisa que vai pelas redes, um pouco é o corpo que vai até o centro e ocupa um certo lugar.

E é aí que entra a história da altura em que eu trabalhei um pouquinho na tese de livre docência, e acho que é interessante tentar investir nisso. Esse olhar a cidade por cima, trabalhar as verticalidades, é a possibilidade de divisar do alto uma forma cosmopolita. Assim, em uma grande cidade, você dizer que está no centro, mas não tá bem no centro... Porque você tá lá em cima no *rooftop*, você tá lá em cima no Copan, no mirante. É um contato muitas vezes fugaz com a dureza e a densidade desses territórios do centro super complicados, porque são, mas ao mesmo tempo em que permitem acesso a certas dimensões em altura que possibilitam dizer que você tá indo ao centro, portanto, você vai se diferenciar de uma galera que não aceita o centro porque o centro sempre foi perigoso etc. “Imagina! Eu fui lá, olha eu aqui, né?”. Então acho que tem esse paralelo com o espaço em suspensão que é o que eu chamei na tese de suspender do nível do chão, é um jeito de você tolerar se você não está acostumado, familiarizado ou disponível para mergulhar de verdade na complexidade do centro da cidade e que, de alguma forma, vai influenciando o processo. Então, o que eu estudei lá na tese de livre docência foi essa coisa da *airbnbização* de dois edifícios icônicos do centro da cidade em que as pessoas vão passar às vezes horas - tem gente que aluga por horas para fazer ensaio fotográfico, para fazer festa de aniversário, ou então só para passar o fim de semana- porque você tá no edifício icônico projetado pelo Oscar Niemeyer, mas tá lá em cima. Você está ensimesmado nessa coisa de que você pode ficar

móvel sobre regimes de valor”. *Etnográfica*, 27(1) | -1, 137-159, 2023.

lá dentro. Nas entrevistas com algumas pessoas que vendem esses edifícios, eles mesmos falam que lá tem tudo, tem a pizzaria, tem o bar, tem até locadora de DVD ainda, imagina, que é meio *vintage*. Tem a livraria Mega Fauna, tem o Dona Onça, então é um pouco mesmo do delírio modernista do Niemeyer, de fazer uma comunidade autônoma. E isso reverbera agora, no tempo presente, das pessoas quererem ter experiências momentâneas de viver a cidade ali de dentro e do alto. E de dentro e do alto é importante. Não é qualquer ida ao centro, não é uma foto na frente da Catedral da Sé ou um passeio pelo Viaduto do Chá. Você tá no ambiente mais ou menos controlado, mais ou menos seguro, que te dá algum tipo de capital porque você disse que foi ao centro, que você fez coisa diferente, mas com alguma blindagem da dureza dessas cidades. Eu acho que isso é muito particular da realidade latino-americana e não acho que vai deixar de ser tão cedo, se a gente não pensar em outro sistema de mundo.

Camila Moraes: Bom, nos parece que essa pesquisa de pessoas que têm experiências até de horas às vezes no Copan são pesquisas que só são possíveis com esse repertório das mobilidades, é isso? Que o repertório do Turismo não seria suficiente ou do Lazer talvez não fosse suficiente, pois é essa interdisciplinaridade que a gente vê nas mobilidades, seria isso?

Thiago Allis: É isso, com certeza a gente construiu uma lógica de pesquisa que não parte do princípio de turismo e turista do jeito que a gente sempre estudou. Por causa da complexidade e das possibilidades que a cidade apresenta - e olha que eu não entrei em tanta discussão do ponto de vista social, do centro com todas as mazelas, e isso é uma coisa que eu me cobro e não fiz, eu fiquei da porta de dentro dos prédios, porque já era tanta coisa! Mas é claro que isso dialoga com os problemas que estão da porta para fora e com todas as condições que produziram esse centro de hoje. Mas o ponto de partida é: se eu não me pauto por qualquer inspiração de turismo que não me prenda a essas definições clássicas, as possibilidades de se estudar turismo numa grande cidade como São Paulo são muito mais interessantes. No mínimo, são muito mais amplas. Eu fui tentar entender um pouco a narrativa que estava se construindo ao redor ou em função desses novos pontos de atração, em lugares com edifícios icônicos e essencialmente altos de São Paulo. Eu não consegui chegar ao ponto de conversar com os próprios hóspedes ou usuários desses espaços

porque, de fato, era uma questão prática assim de recorte, mas eu estudei os comentários, os anúncios do Airbnb, os anúncios de venda, como que o dono do apartamento vendia aquele apartamento e depois os comentários que as pessoas faziam sobre esses mesmos anúncios. Essa era uma forma de tentar pegar um pouco da reação de quem circula por ali, e eu conversei com outros agentes que colocam seus apartamentos para aluguel e alguns produtores de conteúdo. Então era uma forma de tentar entender o que estava se processando dentro desses edifícios tão antigos. Mais especialmente o Mirante do Vale, que é um outro edifício que pouca gente de São Paulo sabe que existe. Para mim é muito mais interessante o que acontece ali em relação ao Copan, porque imagina um prédio comercial em que as pessoas começaram a comprar as unidades porque são baratas para fazer de casa e, para todos os efeitos, na prefeitura é um prédio comercial com 1700 escritórios de 37 m², esse é o número. E as pessoas compram dois, derrubam a parede, enfim, qual é a graça disso? Ele é alto para cacete! Ele era um dos mais altos de São Paulo até ontem, ele tem um visual de São Paulo que nenhum outro tem, e eu acho que é uma das vistas mais interessantes em São Paulo e tava esquecido. E por que esses edifícios? Por que eles são pontos de atração contundentes nesse processo de atração do olhar de novos usuários para o centro da cidade? É diferente daquele mercado imobiliário que quer vender apartamento para fazer dinheiro etc. Estamos falando de coisas que já existem, já são reconhecidas e proporcionam experiências de uma forma diferente no centro, então é quase como se fosse um operador do “Olhar do Turista”,⁹ digamos assim, viabilizador. Melhor dizendo, do olhar do turista, quem quer que seja esse turista. E aí você vai explorando

9. O olhar do turista, livro escrito pelo sociólogo inglês John Urry em 1990, tornou-se um clássico nos estudos da Sociologia do Turismo, tendo sua primeira tradução no Brasil em 1996. Uma versão mais recente da obra atualiza temas e problemas da produção original, em escrita de coautoria entre Urry e Jonas Larsen. Intitulado *O olhar do turista 3.0*, a nova edição para o público brasileiro foi um projeto editorial de Thiago Allis e Bianca Freire-Medeiros, lançado em 2021 pela Editora SESC. Para conhecer o trabalho de John Urry, a entrevista do autor foi publicada em 2011 pela Revista Estudos Históricos. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/3546/2243>>. Acesso em 3 maio 2023.

junto a essas pessoas que alugam, os comentários, entendendo um pouquinho do ecossistema que está por trás dessa nova paleta de possibilidades, né? Você vê que o alerta do turista está constituído na prática, na intenção, no desejo, independentemente de onde essas pessoas morem. Então as mobilidades, de alguma forma, elas dão essa liberdade, elas criam esse chão amplo e diverso para você assentar certas questões e temas de pesquisa para além do que muitas vezes as áreas de origem pretendem. E, no nosso caso do Turismo, é muito típico isso. Então, trazer toda a discussão do ponto de vista da Sociologia, que é a grande referência de origem para as mobilidades, é um jeito de me libertar dessas definições.

Independentemente de qualificar perfil de turistas, nichos de mercado, apontar que tem um fenômeno acontecendo que ninguém tá olhando para ele... isso é uma das coisas que mais me animavam e estava acontecendo debaixo do nariz. Era uma oportunidade de registrar, de forma adaptada mesmo, um processo que estava se constituindo e não vai parar, e não vai parar a história dos *rooftops*, da altura etc., mesma coisa o *retrofit* de edifícios antigos. Então, foi legal analisar um componente desse movimento que tem a ver com o olhar do turista, independentemente daquela caracterização do sujeito dentro das definições clássicas de turismo, e se soma a parte de processos urbanos, mais amplos e densos que dizem respeito a essa volta ao centro, como eu chamei na tese. E é por isso que precisa de uma lupa para selecionar, pegar e concentrar naqueles elementos que são pertinentes ao que é do turismo no meio de um monte de outras coisas que estão acontecendo. E isso, mais uma vez, é uma manifestação de um estudo que relaciona o turismo com a cidade.

Camila Moraes: Também no ano passado, você e Bianca Freire-Medeiros organizaram o lançamento pelo SESC da tradução do Olhar do Turista 3.0. A tradução conta com dois capítulos de autoria de vocês dois que apresentam o exemplar, além da valorosa revisão e adaptação para o público brasileiro com mapas e fotos que nos ajudam a compreender os casos analisados por John Urry e Jonas Larsen. Quais seriam os principais avanços teóricos entre o olhar do turista 1.0 e o 3.0 e a contribuição para os estudos urbanos, do turismo e das mobilidades?

Thiago Allis: Queira ou não, O Olhar do Turista pode se apresentar como uma teoria de referência para os estudos de turismo ancorados na Sociologia, mas que deriva aí para um conhecimento específico acerca das mobilidades. Então, falar do olhar do turista não é banalizar e, sim, usar propriamente uma teoria ou, pelo menos, uma categoria de análise, fundante para o trabalho da livre docência, porque falar desse olhar permite pensar essas dimensões de turismo para além das definições clássicas de turista. Então, é menos o sujeito definido e mais aquilo que define seu lugar no mundo, seu jeito de ser, olhar e reproduzir o mundo. Aí vem todos os elementos das redes sociais, do instagrável, de produzir e revender uma narrativa pró-turismo de forma diluída, disfarçada. Então, não tem como falar dessa tese de livre docência sem reconhecer o olhar do turista como categoria de análise, pelo menos central, para se pensar turismo e cidade, por acreditar que essa ideia que tá por trás do livro e toda a construção que se fez ao longo de três edições do livro, que valiam a pena ser atualizadas também na sua tradução pro Brasil. Está lá na abertura do livro, na apresentação que eu fiz e na que Bianca, como ele (JOHN URRY), acabou se relacionando com o Brasil e da importância da obra na construção do pensamento turístico no Brasil, no momento em que a gente era carente de obras traduzidas, nos anos 1990 início de 2000. Não por acaso, foi super importante na formação do pensamento sobre o turismo, no ensino de turismo, e o livro continua sendo usado numa tradução que guarda suas falhas e em cima de uma edição sobre a qual iria aparecer um monte de outras coisas novas e super interessantes. Para um leitor não especializado não tem nada de mobilidade, mas, para leitores especializados, é possível identificar essas origens das mobilidades como escola de pensamento. E fomos até o SESC, que traduziu a primeira edição, e explicamos que muita coisa aconteceu entre 1990 e 2011, data da primeira publicação da terceira edição, que é quase um livro novo e que seguia sendo referência nos estudos de turismo no Brasil, mesmo com uma tradução desatualizada. O Sesc de São Paulo é sempre muito atento e entusiasmado com temas de turismo, tem o Núcleo de Turismo Social e um núcleo de pesquisadores - o Centro de Pesquisa e Formação (CPF). Eles aceitaram a ideia e Bianca e eu ficamos incumbidos não de traduzir, mas de fazer essa revisão

técnica e curadoria. Foram muitas leituras e discussões sem fim sobre traduzir *embodiment* ou as traduções de *hospitality*, que no mundo anglófono significa outra coisa em relação ao mundo latino, digamos assim. A partir da França então... tem horas que *hospitality* é hospitalidade mesmo, mas tem horas que é hotelaria e o tradutor não faz muitas vezes essa distinção. Assim, atento a essas coisas, fazendo algumas notas de rodapé, conversando com uma pessoa ou outra para precisar alguns mapas que nós pedimos que o Sesc financiasse, pois foi uma cobrança que fizemos sobre a primeira edição: nós não temos que partir do princípio que estudantes de graduação do Brasil têm alguma ou qualquer familiaridade com a geografia britânica, mas é importante entender o nascimento do turismo moderno lá nos Balneários dos ingleses e não só uma coisa provinciana de entender a realidade britânica. Vamos ajudar esses estudantes a localizar esses lugares nos mapas e conduzir esse processo de aprendizado muito cuidadoso nesse processo de tradução e revisão, além de novos conteúdos cartográficos e imagens. Tinha lá algumas limitações de fotos do terceiro livro que não puderam ser mantidas, então a gente manteve algumas porque eram do Jonas Larsen (coautor da terceira edição), e a editora conseguiu autorização expressa dele, e outras são fotos minhas e da Bianca, inclusive dos lugares, de Blackpool e Morecambe, os balneários próximos a Lancaster (citados no livro). Com essa nova obra, a gente tem um livro que as pessoas voltam a ler com entusiasmo e atualizado, que abarca toda essa discussão de mobilidade de forma muito mais explícita. E, para nós, para Bianca e para mim, era um ponto de partida para fazer isso de plataforma para continuar expandindo o debate sobre mobilidades para além do que o próprio livro encerra.

Recebido: 24/03/2023

Aceito: 15/05/2023

RESENHA

Tramas etnográficas encarnadas da pesquisa em prisões

Vanessa Sander¹

1. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). <https://orcid.org/0000-0002-7484-8333>. vanessasander@gmail.com

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. 2022. **Travestilidades aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará**. São Paulo: Editora Dialética, 204p.

A leitura desse livro, originalmente dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, é proveitosa não apenas para aqueles que se interessam pelas relações de coprodução entre gênero e sistema prisional, mas também para os estudiosos interessados em debates sobre a posicionalidade da pesquisa etnográfica. Ao descrever e analisar as experiências de travestis em cumprimento de pena no Estado do Ceará, Francisco Elionardo Nascimento promove uma fina discussão metodológica sobre a produção de conhecimentos situados a partir do sistema prisional.

Esta é uma etnografia desdobrada desde três eixos analíticos/metodológicos. O primeiro resulta de uma primorosa pesquisa bibliográfica, que desenvolve um estado da arte da sociologia prisional, articulado a formulações advindas dos estudos de gênero. O segundo parte de investigação documental dos trâmites e papéis envolvidos na execução penal de travestis e transexuais, tais como processos judiciais, resoluções, normativas e prontuários. Por fim, o terceiro explora a pesquisa etnográfica de campo, realizada em três unidades

distintas do sistema prisional cearense marcadas pela presença de travestis. Tais instituições são acessadas a partir da experiência profissional do autor como policial penal durante três anos. Além disso, o trabalho de campo percorre espaços etnografados fora dos limites físicos da unidade prisional: nas ruas, nos bairros e nas casas de suas interlocutoras. Esse trânsito revela uma concepção da prisão não simplesmente como uma instituição total nos moldes goffmanianos de microcosmo encerrado, mas de aparato estatal poroso que faz circular pessoas, discursos e objetos de maneiras múltiplas e difusas (GODOI, 2017).

Os três eixos articulados nessa etnografia multi-situada (MARCUS, 1995) produzem descrições e análises densas sobre o aprisionamento de travestis em temporalidades e espacialidades distintas. Distintas pois Nascimento evidencia, através dos diálogos que estabeleceu com visitantes, diretores, internos e internas das três unidades que percorreu, as transformações que o sistema prisional estadual passou a partir do crescimento e visibilidade das “facções criminosas” no Ceará. O autor destaca as rebeliões de maio de 2016, eventos marcados por disputas entre coletivos em conflito com a lei e o Estado, constituídos por episódios diários de violência letal e depredação de patrimônio público dentro e fora das prisões. As demonstrações de força desses grupos criminais foram também marcadas pela escolha de corpos matáveis dentre os presos, como aqueles não vinculados a coletivos prisionais, as travestis e os que mantinham relações sexual-afetivas com outros detentos. Nesse emaranhamento entre políticas prisionais e políticas prisioneiras, emergem processos de Estado que classificam e agrupam as travestis e transexuais como mais ou menos “perigosas” ou “vulneráveis”. Assim, Nascimento nos mostra como gênero e sexualidade operam como práticas discursivas no controle e vigilância do cumprimento de pena privativa de liberdade.

O movimento analítico deste livro propõe não apenas descrever o aprisionamento de travestis nas prisões cearenses, mas também ressaltar as estratégias de resistência e inventividade dessas pessoas no cárcere, analisar a gestão cotidiana das políticas públicas destinadas a populações específicas, e evidenciar as relações das travestis com funcionários e demais presos, faccionados ou não. Nesse sentido, o autor empreende um deslocamento profícuo da absorvente

literatura brasileira sobre segurança pública, hegemonicamente centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, as experiências das travestis encarceradas no Estado do Ceará fornecem mais do que o retrato de um contexto prisional local, e se convertem em material etnográfico privilegiado para compreender dinâmicas mais amplas do aparato punitivo estatal.

É importante ressaltar que é o lugar relacional que o autor ocupa na prisão o que propicia perspectiva tão ampla e original sobre o cotidiano prisional, que complexifica os sentidos e os ordenamentos dos grupos organizados de presos e também as relações interpessoais e atribuições dos agentes de segurança. Sofia Favero (2020) afirma que a escrita parcial do pesquisador e a explicitação de seus lócus enunciativo não deve incorrer em um posicionamento superficial e prematuro ao longo do texto. Isso significa que a agora corrente prática de declarar os fatores que compõem a identidade do investigador não é o bastante para que se instaure uma aliança ética no decorrer de um estudo.

A pesquisa de Nascimento se distancia justamente dessa apresentação burocrática de si e se lança em direção a uma postura tributária das epistemologias feministas: politicamente comprometida e dialógica com o campo. O autor examina como ocupar determinada posição profissional naquele contexto específico fez com que acessasse diversos níveis de gestão. Contudo, ele explora também as ambiguidades dessa posição privilegiada de acesso ao pouco transparente sistema prisional: os dilemas profissionais, as desconfianças, os limites da aproximação com os internos, a intensidade dos plantões e o testemunho de violências institucionais. A partir do seu complexo lugar relacional para com a prisão através do vínculo duplo de policial penal e pesquisador, Nascimento explicita a particularidade e a corporificação de toda visão etnográfica e os efeitos produzidos por sua posição peculiar no campo. A corporificação não significa a fixação de um lugar, mas a constante curiosidade a respeito das redes de posicionamento diferenciais do pesquisador. Dessa forma, seu trabalho não se apoia em uma visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. Sua perspectiva parcial promete a visão objetiva justamente porque trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. (CAVALCANTI & SANDER,

2019). Portanto, a grande potência da obra consiste na defesa da pesquisa em unidades prisionais enquanto prática necessariamente encarnada e de acessos contingentes. Somos assim levados a visualizar as múltiplas relacionalidades tecidas junto às travestilidades aprisionadas: relações mediadas por performatividades e imaginários generificados a partir dos corpos postos em relação pelo sistema prisional.

Referências

CAVALCANTI, Céu & SANDER, Vanessa. Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão. **Cadernos Pagu** (55), Campinas, 2019.

FAVERO, Sofia. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 15, nº3, São João Del Rei, 2020.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, 1995.

Recebido: 26/05/2023

Aceito: 31/05/2023